UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DORA HENRIQUE DA COSTA

O Pensar e o Repensar sobre o Desenvolvimento

São Paulo
2006

DORA HENRIQUE DA COSTA

O Pensar e o Repensar sobre o Desenvolvimento

Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutora em Educação

Orientadora: Profa .Dra. Maria Victória Benevides Soares

São Paulo
2006

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dora Henrique da Costa
O Pensar e o Repensar sobre o Desenvolvimento

Tese apresentada à Faculdade de Educação
da Universidade de São Paulo para obtenção
do Título de Doutora.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Ao meu pai (in memoriam)
com quem tudo começou.

À minha mãe (in memoriam)
a quem, na verdade, devo o fato de ter aqui chegado.

À Antonia, Bárbara, Clara, David e Sonia
com a esperança de que eles entendam e “abracem”.

Com calma
Quase com gosto
Trago na alma
No rosto
Os traços
Meio idiotas
De cansaços
E derrotas

Com jeito
Quase com graça
Trago no peito
Na raça
Uns sonhos
Que já me fiz
Risonhos
E pueris

(Sonhos - Leandro Konder)

Agradecimentos

Minha experiência, em diferentes momentos e países, é fruto de experiências de outros a quem li e/ou escutei. Logo, sou o resultado de muitas influências. Centenas de companheiros, amigos e muitos familiares foram relevantes na minha formação e educação. É grande minha dívida para com eles. A todos o meu mais profundo agradecimento.

Agradeço o apoio recebido da CAPES que permitiu os deslocamentos necessários para a participação em Seminários e demais exigências do curso de Doutorado. Meu agradecimento institucional vai também para o CNPq que, ao me financiar com uma Bolsa *Sandwich*, permitiu minha presença, por um ano, no IHEAL (*Institute des Hautes Etudes de l’Amerique Latine*) em Paris. Durante minha permanência naquele Instituto, tive o apoio incontestado da Professora Polymnia Zagefka, facilitando minha participação e acesso a todo tipo de discussão pela qual eu tenha me interessado.

Agradecimento especial dirijo à Professora Maria Victória Benevides que, na verdade, mais que uma orientadora, se mostrou amiga, desde a seleção para o Programa de Doutorado na USP, me apoiando em todas as decisões, inclusive brigando pela realização da minha Bolsa *Sandwich*.

Dirijo um agradecimento ao SFP - Departamento de Fundamentos Pedagógicos, da Faculdade de Educação da UFF - no qual estou lotada - em me liberar para que pudesse me dedicar ao Programa de Doutorado. Estendo esse agradecimento aos secretários do SFP que sempre, gentilmente, me assessoraram nas questões administrativas do Departamento.

Não poderia, aqui, deixar de mencionar pessoas que, por suas observações, me motivaram na escolha de meu tema de estudo. Meu primeiro agradecimento, nesse sentido, é para meu amigo Valmor Letzow com quem, no ano 2000, tive imenso embate sobre o cerne do tema aqui abordado. Valmor argumentava, sob meus protestos à época, ao contrário de Lampedusa. Afirmava este “tudo tem que mudar, para continuar como está”. Valmor afirmava “é preciso mudar tudo para tudo mudar”. Sua formação linguística, sua inserção profissional como

professor de línguas e sua não experiência como militante, talvez, tenham sido fatores que não lhe permitiram formalizar e aprofundar suas reflexões. Entretanto, a partir dele, comecei a pensar a questão do desenvolvimento de forma diferente.

Em segundo lugar, sou imensamente grata a meu amigo João Guilherme Vargas Neto, com quem partilhei militância política e que se coloca sempre em disponibilidade para discutir comigo questões referentes à política brasileira e outras. Foi ele, na verdade, o criador da metáfora da “angulação” que abordo neste trabalho.

Ao Professor José Carmello Braz de Carvalho (PUC-RJ), responsável pela minha entrada na UFF - no ano de 1992 - quando ele já tentava me convencer a fazer o Doutorado, agradeço a confiança e o incentivo.

Ângela Siqueira, amiga querida, que muito me ajudou, e ajuda, com extrema dedicação, durante toda a minha ausência do país, cuidando de meus assuntos burocráticos particulares e me substituindo, durante o período de afastamento, nas aulas de Economia Política e Educação no curso de Graduação da FEUFF. A ela dirijo minha gratidão.

À amiga Ângela Borba, com quem compartilhei parte do período da Bolsa *Sandwich*, cuja convivência carinhosa foi extremamente rica e prazerosa e que, junto com seu marido, Beto, participou do apoio “logístico” tão importante para o cumprimento de meu Programa.

Agradecimento especial dirijo a meu amigo e interlocutor Fernando Limeira, a quem importuno, vez por outra, e que, pacientemente, se dispôs à leitura do trabalho quando da época do exame de Qualificação.

A vários outros amigos que, participando de inúmeras conversas, ao longo desses anos, muito me ajudaram, diretamente, ou não, para o entendimento de questões que possibilitaram melhor organizar minhas reflexões. Parafraseando Millor Fernandes, “se da discussão não nasce a luz, pelo menos afasta muitas idéias idiotas”. E muitas foram efetivamente afastadas. As conversas com Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Eunice Trein, Sônia Rummert, Franklin Trein, Sergio Pinto, Cecília Goulart, Ângela Siqueira, Elza Dely, Carmen Lozza e

Lea Galvão, possibilitaram o afastamento de muitas delas. As que permaneceram são de minha exclusiva responsabilidade.

À amiga-irmã, Léa de Lourdes Galvão da Silva, com quem faço parceria na UFF - que já “viagrou” tantos projetos comigo, e ainda há tantos a viajar - por todo seu apoio e dedicação, na leitura e correção do texto e, ainda, pelas discussões conceituais específicas. É grande minha dívida para com ela.

Gratidão maior tenho para com Tânia da Cunha, minha querida irmã que, apesar de seus afazeres, foi incansável nas tarefas de digitação, formatação e apresentação do trabalho, suprimindo minha, particular, enorme deficiência nessa área. Sem ela, este trabalho, certamente, apresentaria falhas maiores e não estaria tão “bonito”.

RESUMO

HENRIQUE DA COSTA, D. **O Pensar e o Repensar sobre o Desenvolvimento.** 242 p.
Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

O presente trabalho - O Pensar e o Repensar sobre o Desenvolvimento - parte da premissa de que estamos submersos num modelo societário que é predatório e que, se por um lado, cria enorme quantidade de bens, por outro, o faz as expensas do agravamento das desigualdades sociais. Este trabalho se alicerça na “crença” de que esse quadro de desigualdades não poderá ser superado com a lógica que comanda o capitalismo. Vivemos num mundo controlado, ainda de forma firme, pelo capital, numa era de promessas que não podem ser cumpridas e que, em consequência, vem criando esperanças cada vez mais frustradas. Torna-se, então, imperativo abandonar a lógica do capital e adotar uma outra lógica - a do trabalho, para a partir dela, pensar numa outra Totalidade. Esta totalidade deverá ser construída definindo-se diferente relação de produção e, conseqüentemente, criando novas relações humanas, articuladas com outras premissas; relações que definam “riqueza”, “necessidades”, “valor” e “utilidade” de forma diferentes das consagradas pelo capital. Há, então, que se buscar um outro paradigma no qual o surgimento de uma nova ética permitirá uma outra regulação nas relações entre os homens, e entre estes e a natureza. Para a construção dessa outra Totalidade é absolutamente indispensável o fortalecimento da democracia - tomada como estratégia e não como tática. É no processo democrático, construído no dia a dia, sabendo-o, portanto, como processo interminável, que se poderá construir uma Totalidade de superação do capitalismo. Com novos valores e outro enfoque sobre o trabalho, há que se definir novas concepções para educação. Uma educação que pense o homem como criador, como produtor de sua própria vida criativa. Isso posto, não haveria mais lugar para uma educação utilitária, com discurso de qualificação - cuja função explícita é, inclusive, desprovida de veracidade. Não mais uma educação que pense o homem como produtor e como consumidor. Produtor sim, mas não de “riqueza”; de sua própria vida criativa.

ABSTRACT

COSTA, D.H. The Thinking and Rethinking on the Development.

242 p. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

The present study – The Thinking and Rethinking on the Development – presumes that we are surrendered to a society model that is predatory. Although this society model creates an enormous amount of goods, it does that at the expense of intensifying social inequality. This study is based on the ‘belief’ that this inequality cannot be surpassed if the current logic that rules capitalism prevails. We live in a world yet decisively controlled by capitalism, by capital; in an era of promises that cannot be fulfilled, bringing about, as a consequence, increasingly frustrated hope. In this milieu, it is imperative to refuse capital logic and adopt a new one: the labor logic, from which it is possible to foresee another Totality. This totality must be built as a different relation of production, creating, therefore, new human relations, related with distinct premises; relations that will define “wealth”, “need”, “value” and “utility” in different ways than those ascribed by capital. It is urged, then, to look for another paradigm, in which the advent of new Ethics will allow a regulation of new type in the relation amongst human beings, and between them and the nature. The emergence of this distinct Totality requires the strengthening of democracy – taken as strategy and not as tactics. It will be in this democratic process, created on daily basis – therefore considered as an ongoing process- that a Totality for the capital suppression may be built. Along with new values and another viewpoint on labor, new education concepts must be defined; those that consider the human being as the creator, the producer of his/her creative life. Taking this notion in consideration, there would be no more room for a utilitarian education perspective, with its qualification speech – whose explicit objective is misleading. There will be no room for an education that looks at the human being as producer and consumer of goods and services. Indeed a producer of his own creative life, and not of “wealth”.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	35
2. AS DEFINIÇÕES E AS ESCOLHAS TEÓRICAS	49
2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	49
2.2 UM BREVE RETORNO HISTÓRICO AOS CONCEITOS	85
2.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DEMOCRACIA	114
3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O MODELO	123
3.1 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO	123
3.2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA POBREZA	136
3.3 DISCUSSÃO SOBRE OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO	141
3.4 A EDUCAÇÃO	154
4. O PENSAR UMA OUTRA TOTALIDADE	174
4.1 INTRODUÇÃO	174
4.2 O OBJETIVO DO PROJETO DE UMA OUTRA TOTALIDADE	186
4.3 O MÉTODO	192
4.4 AS ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	196
5. AS RESISTÊNCIAS, OU NÃO, AO MODELO	211
5.1 AS IMPORTANTES REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES	213
5.2 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG's) OU 3º SETOR	221
5.3 A EXPERIÊNCIA DE FINANÇA ÉTICA E O BANCO DOS POBRES	227
5.4 DÉCROISSANCE	230
5.5 AS COOPERATIVAS – A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA	235
5.6 AS PROPOSTAS DO BANCO MUNDIAL PARA ELIMINAR A POBREZA	236
5.7 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	237
5.8 O PROTAGONISMO DO DESENVOLVIMENTO	244
5.9 O “SOCIALISMO REAL”	251
6. PARA COLOCAR UM PONTO FINAL NO TRABALHO	261

1. Introdução

“Tout est en tout et reciproquement”¹

O conceito de desenvolvimento, tal como passa a ser utilizado, como, aliás, todos os demais conceitos, possui gênese histórica e ampliação dependente do contexto no qual se instala e se transforma. O desenvolvimento econômico e social aí definido está associado à idéia de progresso - esse também, por conseguinte, possuindo sua gênese histórica - e com ela se relaciona reciprocamente. Desenvolvimento e progresso estão associados ao estágio social e político de uma comunidade, medidos por índices de rendimento do que é definido como fatores de produção, ou seja, capital e trabalho. Os baixos índices de rendimento desses fatores configuram, em contraposição, o que se convencionou chamar de subdesenvolvimento.²

Como toda reflexão, elaborada de forma sistematizada ou não, esta refere-se a um tema e parte de algumas premissas. No caso em questão, contudo, premissa e tema se confundem – eles partem da idéia subjacente de que é imperativa a construção de um mundo diferente. Um mundo que seja construído a partir do enfoque de uma totalidade complexa, feita de complementaridades e de contradições, de dissonâncias e de harmonia. Totalidade que deve englobar uma visão antropocêntrica e ecocêntrica, e que somente poderá adquirir existência por ser gerada, e ser, ao mesmo tempo, geradora no/do pensamento humano que poderá lhe dar sentido. Deve-se chamar a atenção para o fato de que a referência à totalidade, aqui, nada tem a ver com as afirmações, via de regra imprecisas, de contexto social. Totalidade se refere, nesta perspectiva, à forma de sociedade dominante que existe e que, pensa-se, deva ser superada e que, para tal, é preciso ser apreendida. Apreender a totalidade implica, então, necessariamente, captar as leis que regem a sociedade e o movimento que dela emana.

Refletindo sobre o mundo em que vivemos, constatamos que há nele uma crescente degradação. É evidente que houve um enorme desenvolvimento da tecnologia e do

¹ Vianna, P. M. Laïcité: Réfléchir pour Savoir Raison Garder in MIGRATIONS-SOCIÉTÉ- Revue bimestrielle du CIEMI (Centre d'Information et d'Études sur les Migrations Internationales) - Paris, vol XVI. n° 96 nov-dec 2004 -

² Os países cujas políticas são definidas com o objetivo de atingir índices superiores são denominados países “em desenvolvimento”.

conhecimento. No entanto, isso não foi suficiente para conseguir evitar os males aos quais, hoje, estamos submetidos. De um lado, crescem, em escala exponencial, a pobreza, novas formas de violência, a exclusão, os atentados. De outro, encontramos uma degeneração objetiva do nosso habitat – rios, lagos, montanhas, oceanos se decompõem trazendo perigos de uma gravidade inédita para a humanidade. Deterioram-se as nossas relações com a natureza e deterioram-se as nossas relações sociais. Como assinala Viveret (2005)³, deteriora-se o nosso “viver junto” e “viver no”.

Toda essa situação aponta para a necessidade de mutações sociais e culturais – em complementação a defesa apenas da natureza e do meio ambiente, precisamos enfatizar a cultura e a humanidade. Cada vez mais, precisa ser garantido o direito a cada ser humano a um ambiente (físico e social) capaz de lhe permitir uma vida plena, o direito que tem cada vida futura de desabrochar. Temos, então, compromisso com esse futuro, apesar da, às vezes, desalentadora situação que nosso diagnóstico alcança. Se, como nos diz Gramsci, o “pessimismo da razão” nos é indispensável, não podemos abandonar seu complemento impulsionado por nossa exigência intelectual, que é o “otimismo da vontade”.

Se os males, que acima foram referidos, fazem parte da lógica que comanda o mundo no qual estamos inseridos, nosso desafio se desloca, então, não apenas para a tentativa de mudar o mundo, mas, e isso é importantíssimo, para a discussão que implicará numa mudança da lógica que o engendra. É claro que entre a lógica explicativa e o modelo sócio-econômico a relação é dialética e o caminho não é linear.

A amplitude do desafio impele-nos a reivindicar uma construção coletiva, em uma dinâmica de cooperação e solidariedade, que permita uma melhor relação entre autonomia individual, laço social e modos de inserção nos sujeitos coletivos e, desses, no conjunto da sociedade. O futuro parece estar, então, na conciliação do coletivo e do individual; da solidariedade e da liberdade; da igualdade e da diferenciação. Nesse sentido, explicar a realidade expressa na empiria, entender os mecanismos que a geraram e desvendar os processos por eles engendrados é ponto de partida fundamental para pensar e repensar produtivamente uma outra lógica.

³ Viveret, P. Réconsiderer la richesse. Paris:l’Aube, 2005

Desta forma, pensar prospectivamente nos obriga a analisar o conjunto de medidas e valores que definem o modelo de desenvolvimento capitalista, que conjuga a propriedade privada e liberdade econômica. Sua construção se intensifica a partir do início do século XVI, ganha proporções e magnitude com a Revolução Industrial e aproximadamente no início do século XIX já tem consagrados seus três dogmas clássicos (Polanyi: 2000,166)⁴:

- 1) o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado;
- 2) a criação do dinheiro deveria sujeitar-se a um mecanismo automático;
- 3) os bens deveriam ser livres para fluir de país a país, sem empecilho e privilégios.

Em resumo, um mercado de trabalho competitivo, o padrão ouro, o livre comércio.

Polanyi (2000:168)⁵ advoga que só nos anos 1830 o liberalismo econômico se torna uma cruzada apaixonante e o *laissez-faire* um credo militante. Mudou de um interesse intelectual e acadêmico para um ativismo ilimitado – o *laissez-faire* não era um método para atingir algo, era o objetivo a ser atingido.

É ainda Polanyi (2000:172)⁶ que mostra como, apesar da idéia de não intervencionismo por parte do estado em matéria econômica, encontramos um paradoxo, pois era exigido dos administradores estar sempre alerta para garantir o funcionamento do sistema baseado nas premissas do *laissez-faire*.

Ele afirma:

mesmo aqueles que desejavam ardentemente libertar o estado de todos os deveres desnecessários, e cuja filosofia global exigia a restrição das atividades do estado, não tinham outra alternativa senão confiar a esse mesmo estado os novos poderes, órgãos e instrumentos exigidos para o estabelecimento do *laissez-faire*. (p.172)

Agindo, então, através desses órgãos e instrumentos, a ação do estado conseguirá manter o vértice que se apóia na propriedade, acarretando, contudo, algumas transformações em relação à liberdade econômica. Esta sofrerá algumas transformações, pois o regime que a sustenta está longe de assegurar a anunciada harmonia dos interesses, quer entre produtores e consumidores, quer entre empregadores e assalariados.

⁴ Polanyi, K. “Grande Transformação: as origens da nossa época”. São Paulo: Campus, 2000, p.166

⁵ ibidem p.168

⁶ ibidem p.172

No entanto, podemos aceitar a afirmativa de Polanyi (2000:173)⁷ de que os anos referentes a 1920 viveram sob **o prestígio do liberalismo econômico no seu apogeu**. As consequências desse prestígio podem ser resumidas da forma seguinte:

centenas de milhões de pessoas haviam sido afetadas pelo flagelo da inflação; classes sociais inteiras, nações inteiras, haviam sido espoliadas. A estabilização da moeda se tornara o ponto focal no pensamento político de povos e governos; a restauração do poder ouro era o objetivo supremo de todo o esforço organizado na área econômica. O pagamento dos empréstimos externos e o retorno às moedas estáveis eram reconhecidos como as pedras de toque da racionalidade política. Nenhum sofrimento particular, nenhuma violação de soberania, era considerado um sacrifício demasiado grande para a recuperação da integridade monetária. As privações dos desempregados, sem emprego devido à deflação, a demissão de funcionários públicos, afasta todos sem uma pensão, até mesmo o abandono dos direitos nacionais e a perda das liberdades constitucionais eram considerados um preço justo a pagar pelo cumprimento da exigência de orçamentos estáveis e moedas sólidas, estes *a priori* do liberalismo econômico. (Polanyi:2000,173-174)⁸

É a partir de 1929, e durante toda a década de 30, que as proposições advogadas pelo liberalismo econômico começam a ser veementemente questionadas. Os poderes públicos, que já vinham intervindo em matéria social, começam a adotar intervenção também na área econômica.

A partir do início do século XIX pode-se então, de forma esquemática, identificar quatro tipos de atuação do Estado:

- 1) o Estado “policial” liberal – pode-se assim definir as ações do Estado na primeira metade do séc XIX, isto é, Estado que se ocupa de seu aparato policial-judicial-militar e diplomático, que intervém apenas discretamente no domínio do econômico e do social;
- 2) o Estado organizador da nação – é a fase, no final do século XIX, na qual o Estado reforça a coesão social e o poder nacional. Suas ações passam a ser higienistas (a saúde de cada um é negócio de todos) e de proteção social;
- 3) o Estado protecionista - no início do século XX, aproximadamente nos anos 20, o Estado passa a atuar em setores econômicos e sociais com maior intensificação protecionista;

⁷ op.cit. p.173

⁸ op.cit p.(173-174)

- 4) o Estado Providência - keynesiano modernizador que se anuncia com a crise do início dos anos 30, mas que só se instalará, na realidade, após a 2ª.Guerra Mundial.

Através de múltiplas funções, este último terá sempre como objetivo aquilo que se denominava “progresso econômico e social”. Meta que se buscava atingir, ou, em nome da qual, se exercia o poder.

Desencadeada nos Estados Unidos, a crise de 1929 logo atingiu outros países, ganhando uma amplitude e gravidade tais que apareceu, para alguns, como catástrofe que afetava os próprios princípios do sistema. O Estado foi, então, chamado a intervir – o Estado liberal se transforma em Estado intervencionista que passou a adotar medidas protecionistas de forma sistemática e intensa.

Na opinião dos liberais, o protecionismo adotado foi um erro e foi resultante da impaciência, ambição e estreiteza de visão. Eles advogavam que se tal não tivesse ocorrido, o mercado teria dado conta de resolver as dificuldades limitativas que se faziam sentir.

Ao analisar o período, verifica-se que todos os acontecimentos concernentes à crise – desmoronamento dos preços, depressão nos negócios, desemprego, falências – estão representados na organização da produção e das trocas. A estrutura individual das empresas se desloca para uma concentração, passando da fase concorrencial para a fase monopolista. Às empresas pequenas sucedem as gigantes organizadas em sociedades anônimas.

A organização da produção no interior de cada país passa a ser controlada pelos governos que, por sua vez, também passam a intervir, cada vez mais, na vida econômica e social – regulamentando salários, regulamentando tempo de trabalho, preços, taxas de juros, etc. O capitalismo do Estado abstencionista dá lugar a um capitalismo com forte controle estatal. Como consequência, nessa etapa, tem-se o surgimento do Estado de Bem-Estar e do Estado Desenvolvimentista.(Souza Santos:1988)

Essas duas formas de atuação do Estado não se identificam, mas trabalham solidariamente. O Estado do Bem-Estar é aquele cujo modelo de ação do Estado, estabelecido dentro dos marcos

dos países considerados ricos (desenvolvidos, industrializados)⁹ teve que ceder a pressões para que fossem adotadas medidas de proteção social com maior amplitude. O Estado Desenvolvimentista, aquele que caracterizava a ação em países ditos “em desenvolvimento” (periféricos), tinha como tarefa fomentar o modelo de desenvolvimento que caracterizava os padrões de consumo dos países desenvolvidos.

Siqueira¹⁰ assinala que uma outra tarefa desenvolvida pelo Estado nos países “em desenvolvimento” era a de “manter a força de trabalho viva e em condições de trabalho, o que foi feito através do oferecimento de programas mínimos de saúde, educação e benefícios de aposentadoria”. Essas ações tiveram como objetivo criar uma infra-estrutura para a expansão e instalação do capital nesses países ditos periféricos. O Estado vai, então, desempenhando, nos países centrais, suas funções de Estado Providência.

A perseguição do desenvolvimento econômico passa a ser uma marca fundamental da economia do pós-guerra.

Sabemos, alertados por Marx, que capital é uma relação social. Capital não é uma coisa, é algo fruto da expropriação dos trabalhos diretos e da concentração dos recursos econômicos. O capital pode ser considerado como dinheiro que produz coisas e só o faz no *intermezzo* de uma relação social.

Nesse sentido, a instalação e expansão do capital nos países periféricos é a extensão a esses países daquela relação social estabelecida nos países centrais. Ela faz parte do processo histórico criado pelo conjunto das relações sociais, e, portanto, deixa suas marcas. Polanyi (2000:51)¹¹ assinala que a partir da Revolução Industrial ocorreu um progresso miraculoso nos instrumentos de produção, no entanto, esse progresso engendrou também uma desarticulação na vida das pessoas. Ele diz: “que moinho satânico foi esse que triturou os homens transformando-os em massa?” Como criou-se a “aceitação mística das conseqüências sociais do progresso econômico, quaisquer que elas fossem?”

⁹ Também ditos “Centrais” onde a classe trabalhadora, que já possuía maior nível de organização, e por isso mesmo, teve maior ação reivindicatória.

¹⁰ Siqueira, A. – Texto elaborado como parte dos Exames Preliminares no II DE/FSU, 1998, p.3.

¹¹ op.cit. p.51

Todos os Estados pertencentes aos países ditos periféricos passam a se estruturar no sentido de atender às novas contingências exigidas pelo capital¹².

Chauí (1999:29)¹³ assinala que:

até os meados dos anos 70, a sociedade capitalista era orientada por dois grandes princípios: o princípio Keynesiano de intervenção do Estado na economia por meio de investimentos e endividamento para redistribuição de renda e promoção do bem estar social, visando diminuir as desigualdades, e o princípio fordista de organização industrial baseado no planejamento, na funcionalidade e no longo prazo do trabalho industrial, com a centralização e verticalização das plantas industriais, grandes linhas de montagens concentradas num único espaço, formação de grandes estoques, e orientado pelas idéias de racionalidade e durabilidade dos produtos, e de política salarial e promocional visando aumentar a capacidade de consumo dos trabalhadores.

Ainda Siqueira (1998), citando Frigotto, mostra, contudo, que, durante todos esses anos em que o Estado foi utilizado como auxiliar do processo de acumulação capitalista, uma grande quantia de capital privado, denominado capital financeiro ou capital especulativo, foi acumulada. E esse capital – controlado por um grupo pequeno de pessoas, vem sendo usado de forma flexível, rápida e lucrativa. (Castells:1996)¹⁴, sem qualquer controle público ou estatal.

Bauman (1999:16)¹⁵ observa que:

a mobilidade adquirida por “pessoas que investem” – aqueles com capital, com dinheiro necessário para investir – significa uma nova desconexão do poder face a obrigações, com efeito uma desconexão sem precedentes na sua radical incondicionalidade: obrigações com os empregados, mas também com os jovens e fracos, com as gerações futuras e com a auto-reprodução das condições gerais de vida; em suma, liberdade face ao dever de contribuir para a vida cotidiana e a perpetuação da comunidade.

Esse capital, que pressiona para que o Estado assuma agora papel diferenciado, dito “mínimo”, sem intervenção no funcionamento da economia, sem regulamentação e sem taxaão às suas próprias remunerações¹⁶, cresce, então, pela especulação financeira, mais do

¹² Em todos os lugares, a separação entre a esfera econômica e a esfera política (na verdade, a submissão desta àquela) foi o resultado do mesmo tipo de desenvolvimento. Os pontos de partida foram: a criação de um mercado de trabalho competitivo e a abertura do estado político.

¹³ Chauí, M. “Ideologia neoliberal e Universidade” in “Os sentidos da democracia - Políticas do dissenso e hegemonia global” Org. Oliveira, Francisco e Paoli, Maria Célia. Petrópolis, RJ:Vozes; São Paulo: FAPESP, 1999.

¹⁴ Castells, R. “Metamorfose do Estado” Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes, 1996

¹⁵ Bauman, Z. “Globalização. As Consequências Humanas” Rio de Janeiro: Zahar, 1999; p.16

¹⁶ Esse novo momento do desenvolvimento capitalista é marcado pela troca de poder: enfraquecem-se os Estados-Nação, fortalecem-se as Corporações Multinacionais.

que pelos investimentos na produção. O modelo que lhe dá origem é, por isso, denominado “capitalismo pós-industrial”.

A reforma que se exige do Estado implica em que o mesmo se torne um elemento de competição econômica internacional e que os serviços públicos desapareçam para deixar espaços aos “prestadores de serviços” concorrentes no mercado. Ela implica, então, numa direção política muito mais precisa das administrações¹⁷.

Nesse sentido, no que se refere aos Estados desenvolvimentistas, propõe redução das despesas sociais e privatizações de empresas públicas estatais (que haviam sido criadas quando da ação do Estado em sua fase dita desenvolvimentista), preconizando que essas modificações permitirão que se atinja a “modernização” necessária à entrada num mercado competitivo.

Essas medidas de “modernização”¹⁸ continuam sendo medidas que integram a prescrição do receituário ditado pelos países ditos ricos e pelo Grande Capital, através de seus agentes institucionais como o FMI - Fundo Monetário Internacional - BIRD - Banco Mundial - e BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

É, ainda, Chauí (1999:30)¹⁹ que nos diz:

diferentemente da forma Keynesiana e social democrata que, desde o pós Segunda Guerra, havia definido o Estado como agente econômico para regulação do mercado e agente fiscal que emprega a tributação para promover investimentos nas políticas de direitos sociais, agora, o capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que a privatização tanto de empresas quanto de serviços públicos também tornou-se estrutural.

No entanto, após o impulso ocasionado pelas ações desses “modelos”, pode-se observar que, no curso dos últimos 30 anos, as populações das sociedades ricas foram sendo cada vez mais confrontadas com as incertezas engendradas pelo crescimento das desigualdades sociais. Na prática, isto se traduziu pelas taxas crescentes de desemprego; pela precariedade do emprego; pela privatização dos serviços públicos; pela redução da proteção social e, em consequência,

¹⁷ Na Europa ela não chegou, ainda, a ser totalmente efetivada senão na Inglaterra e nos países do Reino Unido, onde quase todos os efetivos da função pública foram sistematicamente reduzidos.

¹⁸ Também chamadas de ajustes estruturais, que justificam e impõem cortes nos programas referentes aos setores ditos sócio-culturais.

¹⁹ op.cit. p.30

pelo aumento da pobreza e da miséria em seu próprio território²⁰. Desaparecia, assim, a idéia de direitos sociais como pressuposto da garantia dos direitos civis ou políticos. O que a classe trabalhadora havia conquistado como direito, convertia-se num serviço privado, regido pelo mercado, tornando-se uma mercadoria para a qual o acesso só é permitido aos que tem poder aquisitivo.

Nos países onde imperava o Estado desenvolvimentista, as medidas de amparo social nunca atingiram os níveis do bem-estar definidos nos países centrais, mas, aí também, a curva das medidas de amparo social sofre uma inflexão. Assim, pode-se afirmar que a proposta de desenvolvimento capitalista perpetrado pela mundialização liberal acabou se transformando no desenvolvimento das desigualdades e no crescimento da pobreza, engendrando o crescimento da delinquência, por um lado, e do sentimento de insegurança por outro.

É desse cenário que se pode partir para se entender as propostas de políticas que vêm sendo evidenciadas, quer seja nos países da periferia, quer seja nos países centrais. E é a partir das constatações dessa situação e da evidência exposta na realidade observada “a olho nu”, e confirmada nos dados divulgados pelas Agências nacionais e internacionais²¹ sobre a situação sócio-econômico-cultural dos diferentes países, que surge a conscientização de que o horizonte da dignidade humana plena e universal não é possível dentro do atual modelo societário no qual vivemos. Por isso, a proposta de reflexão que aqui se procura introduzir está inserida, sobretudo, numa agenda de transformação política que busque a superação das atuais condições de desigualdade, reivindicando um novo caminho calcado não num “desenvolvimento econômico”, tal como é definido pelo Projeto Capitalista que vem desumanizando o homem, mas, sim, num modelo societário que tenha o ser humano como centro e cujo objetivo seja o desenvolvimento das suas potencialidades. Que o homem seja visto não como produtor/consumidor mas, antes de tudo, como criador/construtor de sua humanidade. Estamos diante de enorme desafio.

²⁰ Vale cotejar esses fatos com a afirmação feita por Polanyi, e citada anteriormente, quando se referia às consequências do prestígio do liberalismo econômico do início do século XX.

²¹ PNUD; BIRD; UNESCO; IBGE; etc.

Felizmente, já há uma tomada de consciência com tendência crescente, embora ainda embrionária, de que um certo número de questões fundamentais não pode, aparentemente, achar uma saída senão em escala planetária, por mais ambicioso e pretensioso que isso possa parecer.

No entanto, apenas quando esse sentimento se tornar hegemônico e a Humanidade tiver condições de pensar novas formas de produzir sua existência, poderemos descortinar um futuro diferente. Futuro que, para se tornar efetivamente diferente, só poderá florescer num regime de democracia plena onde todos os valores arraigados em corações e mentes possam ser amplamente questionados. Assim, uma possível mudança para um modelo global de desenvolvimento baseado numa sociedade organizada politicamente sobre as bases verdadeiramente democráticas não está, ainda, visível no horizonte.

O debate sobre a questão me parece imperativo. Ele deve, entretanto, se desenvolver de modo que, essencialmente, se explicita “o local de onde se fala”, e os valores que servem de embasamento à análise.

Neste trabalho e, portanto, no que me concerne, a reflexão está ancorada num quadro ético determinado por alguns princípios fundamentais, tais como: a unicidade do ser humano que implica necessariamente na igualdade de direitos entre homens e mulheres; respeito aos direitos humanos historicamente definidos; a não discriminação em todos os domínios da vida política, social, cultural e econômica; a justiça social – as liberdades substantivas, individuais e coletivas, e a solidariedade.

O presente trabalho parte da recusa em entender e/ou aceitar o diagnóstico decorrente da concepção liberal vigente de fim da história, e da recusa em aceitar as propostas formuladas como “medidas necessárias” que apontam para a idéia de um capitalismo indestrutível. Como arcabouço propositivo, este estudo pretende, inserir-se nos campos das discussões sobre a construção coletiva de uma outra **totalidade**.

Apóia-se na certeza de que os problemas sociais, ora enfrentados, podem ser resolvidos. Munido dessa afirmativa, alimenta-se da hipótese de que abordar essas questões, refletindo sobre elas, é o caminho para sensibilizar as pessoas pela problemática em questão. Parte, portanto, da idéia de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas.

Este trabalho se insere, portanto, numa linha de resistência à idéia de imutabilidade e inevitabilidade, com a qual o pensamento construído, e ainda hegemônico, vem sendo disseminado. Essa resistência precisa não ser passiva, mas, sim, atuante na sociedade.

Dentro dessa ótica, este trabalho visa, ainda, ampliar, no espaço fundamental e importantíssimo de debate, que é o espaço acadêmico, o debate para que se aprofunde e radicalize o referencial aqui abordado.

Que as estratégias nele definidas possam frutificar em táticas a serem coletivamente e democraticamente construídas. Elas implicam numa mudança, não apenas de comportamento, mas de paradigma, do qual possa emergir uma nova ética que regule as relações entre os seres humanos e entre estes e a natureza.

Uma outra concepção que possibilite forjar uma contra hegemonia que, como no dizer de Gramsci, seja uma ideologia orgânica, isto é, possa espelhar a “unidade entre natureza e espírito, forma e conteúdo, estrutura e superestrutura”.²²

²² Gramsci, A. - Cadernos do Cárcere - Rio de Janeiro, vol I, 1999, p.237

“A história nada faz.... É o homem, o homem real e vivo que tudo faz, que trava a luta;não é a história que utiliza o homem – como se fosse uma pessoa à parte – para realizar os seus fins; ela nada mais é que a atividade do homem que persegue seus fins”

Marx,K e Engels,F – “A sagrada família”

2. As Definições e Escolhas Teóricas

2.1 Considerações Gerais

Toda e qualquer reflexão, assim como toda e qualquer política, se apóia em princípios norteadores encapsulados em concepções teóricas que lhe dão toda a tônica e direcionam os caminhos escolhidos ²³. Nesse sentido, o referencial teórico é o que define “o olhar” com o qual se vai focar o trabalho. No caso em questão, é aquele que parte da análise das condições materiais e históricas do fenômeno analisado – o desenvolvimento econômico e social capitalista – para tentar construir um conjunto de conceitos e indicadores que permita o repensar sobre a realidade.

A abordagem da realidade é, então, direcionada para a tentativa de analisar essa mesma realidade, concebendo o fenômeno em movimento e partindo da definição de homem concreto, historicamente definido como sujeito e produto das relações sociais por ele mesmo estabelecidas. Assim, tratar-se-á o objeto de análise dentro desse aporte teórico partindo-se da análise do desenvolvimento capitalista e da teoria que lhe serve de sustentação buscando, dessa forma, captar suas raízes para poder aprofundar as reflexões que possam orientar sua superação.

A escolha desse caminho nos direciona para a tentativa de restabelecer a natureza do nosso objeto de análise -a dinâmica do desenvolvimento capitalista- com o objetivo de melhor apreendê-lo. Para tal, precisamos definir com acuidade a categoria que melhor nos permitirá avançar no sentido a que nos propomos.

E essa categoria é a categoria “concreto” que seguidamente é tomada como sinônimo da categoria “empírica”, mas que dela se diferencia.

A empiria se refere aos elementos (isolados ou em conjunto) que podem ser mensurados e/ou observados. No entanto, para que uma análise possa buscar as raízes explicativas dos

²³ É evidente que a utilização ou não de um método de análise pressupõe uma posição teórica face a problemática a ser estudada. É impossível uma reflexão “inocente” ou “neutra” teoricamente, bem como um método de trabalho sem referência às preocupações teóricas do autor e as repercussões que traz em si a maneira de abordar os “fatos” ou os próprios tipos de “fatos” a serem abordados.

fenômenos observáveis, é preciso que se identifique o que torna o elemento empírico em elemento concreto. Ou seja, é preciso que se identifique de onde vem a concretude do que foi encontrado na empiria.

E, como afirma Arruda (et ali:2003,107)²⁴ o que torna o objeto concreto, o que o diferencia de outros na empiria é o seu caráter histórico. Ela assim o define:

o caráter histórico de um objeto se deve ao fato de uma situação singular conter em si elementos universais mesmo sendo a única forma sob a qual o universal se realiza, o singular é sempre, uma forma peculiar de realização universal e, portanto, não observáveis, impossíveis de serem apreendidos senão por meio da teoria. Não de qualquer teoria, mas daquelas que permitem a compreensão da historicidade do objeto, teorias que ao serem formuladas conseguiram apreender o movimento do conjunto dos homens na produção da vida, suas contradições, seus embates, ao longo dos tempos.

Um problema só existe, só tem sentido, em função de uma situação anterior, ou seja, só é problema em um sistema de idéias que o suscita enquanto tal, servindo, assim, para seu reconhecimento e solução. Nesse sentido, um dado empírico reclama toda uma ideologia para ser entendido em sua significação temporal e utilizado no movimento da História. Assim sendo:

as questões que se colocam na sociedade e se constituem objetos de investigação não são problemas, mas representam a forma mesma de se responder às necessidades sociais a cada época; se aparecem de uma determinada forma que parece problemática é porque a sociedade não consegue, ou não quer, respondê-las de outra forma. Cabe então investigar, não problemas, mas as necessidades impostas por determinada ordem social. (Arruda et ali:2003,109)²⁵

Temos consciência de que nenhuma teoria, por si só, pode nos assegurar a capacidade de discernir sempre, com nitidez, em todas as “imprevisíveis” situações. No entanto, aqui nos baseamos na História, tomada como produção da existência que é, como afirma Marx, a única categoria capaz de validar os resultados de uma pesquisa.

Ao adotar essa maneira de pensar, afirmamos que um mesmo objeto pode ser visto de forma diferente: aquela que é informada pelo “olhar” do empirismo e a que se desloca para o “olhar” da concretude histórica. Nesse sentido, a concretude do objeto aqui analisado – o desenvolvimento econômico social capitalista – é conferida pela dinâmica da sociedade na qual esse modelo de desenvolvimento foi engendrado.

²⁴ Arruda, E.E.; Souza, A.A; Lima, M.F.M.; Pereira, S.M. “ Sobre o viver da Criança e do Adolescente - Uma reflexão a cerca do Método de Pesquisa” - Intermeio - Revista do Mestrado em Educação - Universidade Federal Mato Grosso do Sul - Campo Grande - v.9 no.18, 2003, p.107

²⁵ ibidem p.109

Ao partir então, de uma perspectiva histórica, pode-se compreender as diferentes formas de produção do conhecimento. Como também observa Arruda (2003:108)²⁶:

quando se analisa um determinado objeto levando-se em conta a sua concretude, a cientificidade da análise reside justamente na capacidade dessa análise permitir a apreensão, na teia das relações sociais, do próprio movimento da história que determinou e, assim, configurou aquele objeto.

É a partir do pressuposto marxiano, traduzido na afirmação de que toda mudança social ocorre por transformações de caráter qualitativo, que podemos conceber uma natureza histórica, o que pressupõe movimento, para todos os fenômenos. Nesse sentido, a concepção da História da qual nos utilizamos não encampa as teorias evolucionistas que tão intensamente alicerçam o pensamento do que passou-se a denominar “modernidade”.

Marx sustenta que cada sistema de produção contém no seu interior elementos destruidores, elementos de oposição e antagonismos à ordem existente; que as próprias forças produtivas ultrapassam um embasamento social que, de forma crescente, as entrava, abrindo assim caminho para as mudanças, para a implementação de uma nova organização, compatível com o nível atingido naquele momento pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Essas idéias embasam a concepção da reprodução e transformação do processo social através da práxis humana, e, por sua vez, a concepção da práxis como algo condicionado e possibilitado por esse processo. Os homens, diz Marx, “fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem em condições por eles mesmos escolhidas, mas em circunstâncias dadas e herdadas pelo passado”.²⁷

Os novos sistemas de produção forjados coletivamente são realidades estruturadas e, portanto, formadas de um conjunto de diferenças. Não existe estruturação possível em uma realidade homogênea em todas as suas partes. E para que uma realidade seja estruturada é preciso, ainda, que as diferenças sejam articuladas entre elas por um princípio de estruturação ou de organização.

²⁶ op.cit p.108

²⁷ Marx, K. - Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte, parte I - Paris: Editions Sociales, 1976 p.15 (tradução nossa)

Tentando estabelecer a dinâmica - a sociedade em movimento – que dá origem à sociedade burguesa, partimos da observação da criação da cidade medieval (burgos) que é uma estrutura porque se percebe ali diferenças organizadas segundo um princípio dominante: uma estratégia de grande comércio.

Sob certo ângulo, quando a cidade feudal se transforma em sistema urbano medieval, esta transformação se efetua num conjunto de condições que não são as que regerão, mais tarde, a reprodução do sistema urbano. A lógica da transformação, os grupos sociais que ali coabitam, suas estratégias são ainda do sistema feudal e não do novo sistema que vem se instalando.

Nesse sentido, o sistema urbano medieval nasce, sem que algum homem tenha tido a intenção de criar esse novo sistema. Logo, pode-se afirmar também que a gênese do sistema urbano medieval aparece, sob esse ângulo, como um ato de auto-reprodução do sistema feudal. Decorre dessa compreensão que a gênese de um sistema é um aspecto da auto-reprodução de um meta-sistema ou, eventualmente, de um micro-sistema. A auto-reprodução de um sistema é também a produção e a reprodução de outra coisa diferente do sistema que lhe deu origem. O que se está querendo salientar é que não existiria a gênese do sistema urbano medieval se esta gênese não participasse já, de certa maneira, da auto-reprodução do sistema anterior.(Barel: 1979)²⁸

Concretamente, isso significa para o sistema urbano medieval que sua gênese é um ato duplo, tendo ao mesmo tempo a lógica feudal e a nova lógica urbana emergente. Inversamente, a gênese permanece na auto-reprodução posterior onde a lógica do regime feudal continua a jogar um papel no interior do sistema urbano feudal. E é no sistema urbano feudal que se encontrará o germe das relações capitalistas de produção. As cidades pós-medievais vão dar origem ao desenvolvimento da burguesia que pretende ascender politicamente para poder dar pleno desenvolvimento ao novo modo de produção que já vem sendo mais ou menos exercido nas cidades. Esse novo modo não pode se dar nos limites do sistema existente, isto é, os limites da “reprodução” do sistema feudal estavam sendo transpostos – e ele se deteriora.

A auto-reprodução de um sistema é potencialmente a parte principal da produção e da reprodução de outros sistemas. Logo, ela é potencialmente sua autodestruição. Como todo processo histórico, a reprodução pressupõe permanência e mudança, continuidade e ruptura.

²⁸ Barel, Y. “Le paradoxe et le Système – essai sur le fantastique social” – Grenoble, France: Presses Universitaires de Grenoble, 1979

Esta aliança de vida e de morte é essencial para compreender um sistema. Quando um sistema se reproduz, reproduz ao mesmo tempo a gênese de outro sistema. Assim, a reprodução social é um processo contínuo de renovação das condições materiais e sociais da vida humana.

Analisando o fenômeno historicamente, pode-se, então, afirmar que cada novo sistema pode ser visto como síntese - superação do seu predecessor. No entanto, vale reafirmar que as atitudes, as idéias anteriores impregnam profundamente a nova organização social. Esse “novo” surgido como superação - síntese do “velho” - amadurece condicionado pelo crescimento das forças produtivas²⁹ no interior do sistema que lhe dá, então, origem. Quando um sistema entra em declínio, as idéias que nele são dominantes começam a ser questionadas com idéias diferentes e até opostas. É nesse sentido que pode-se afirmar que o embate de classes não se passa apenas no nível do “econômico”.

Como assinala Castro (1978:3)³⁰ “a luta de classes é também política e ideológica ainda que essas dimensões ‘superestruturais’ não resultem transparentes”.

Assim, pode-se ainda afirmar que todo processo de construção do conhecimento é também um processo construtor e construído por processos sociais.

Ao passar de uma formação social à outra, a estrutura social é reorganizada. Ela passa para outro tipo de organização social como fruto da superação da contradição fundamental entre as forças produtivas e as relações de produção, assim como das demais contradições a elas afeitas. Abrem-se, então, novas possibilidades de organização social mais complexas, não só no terreno da produção mas também em todas as demais esferas.

O desenvolvimento das forças produtivas inclui o das capacidades do homem mesmo gerando a acumulação da massa de conhecimentos em todos os domínios, ampliando e estendendo a instrução e complexificando a questão do direito. Na realidade, nenhum desses aspectos existe de si para si, eles estão ligados pela necessidade de cumprir determinadas funções dentro de uma **totalidade**. Contudo, é importante salientar que sua interrelação não se dá de forma

²⁹ Materiais e “espirituais” (uma criando a outra e vive-versa). A separação entre **material e espiritual**, entre **existência e pensamento** e, também, entre **infra e superestrutura** só tem sentido como procedimento analítico para apreender, para poder pensar a **gênese**, a **natureza** e o **motor** da transformação social (Castro:1978)

³⁰ Castro, R.P. – Guia para Leitura do Capital – Lisboa: Antídoto, 1978 p.3

mecânica linear - nesse sentido não podem ser comparadas às peças de uma máquina bem ajustada - na relação estabelecida entre elas há retrocessos e avanços; há contradições.

É preciso, então, levar-se em consideração tanto os aspectos qualitativos da mudança quanto os quantitativos e, ainda, a relação de uns com os outros. Para que se possa identificar como uma mudança, como ruptura, de vínculos entre os elementos constitutivos e formação de novos laços, os vínculos destruídos devem começar por mudar, estender-se, converter-se em direitos. Determinando, desta forma, o grau de progressão da nova qualidade atingida. Todo esse processo de superação de contradição se passa através de um processo que explicita, certamente conserva, mas também elimina e leva a uma nova situação que é reconhecida como superior - é uma superação dialética.

Uma outra categoria se faz necessário explicitar. Essa é a que se refere à totalidade tomada aqui como instrumento conceitual para exame do objeto a ser analisado. Essa é uma categoria central da concepção dialética e se apóia em outras categorias também dialéticas das quais podemos destacar a contradição.

Milton Santos (1999:93)³¹ alerta para o fato de que: “a noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo-se em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade”. Ao concordar com Santos, queremos enfatizar aqui a idéia de totalidade como a que ampara o mecanismo de apropriação da realidade. Ao reafirmar essa maneira de ver a questão, estamos enfatizando que a categoria totalidade deve, necessariamente, ser usada para explicitação de aspectos importantes do tratamento teórico-metodológico dado ao objeto que pretendemos aqui evidenciar.

Hegel (1974:26)³² ao questionar como, afinal, o singular se eleva à universalidade e como o relativo se eleva ao absoluto propõe uma resposta: “singular e universal, tal como acontece com relativo e absoluto, são categorias de ‘determinação reflexiva’. Os dois pólos se pressupõem mutuamente”.

³¹ Santos, M. “A natureza do espaço - técnica e tempo; razão e emoção”. São Paulo: HUCITEC, 1999 p.93

³² Hegel, F. “Fenomenologia do Espírito”. Coleção Os Pensadores v.XXX São Paulo: Abril Cultural, 1974 p.26

Segundo Hegel, a dificuldade em entendermos isso, isto é, para superar a percepção imediata, está no fato de não conseguirmos ir além da estreiteza do horizonte do empirismo, no qual a multiplicidade das árvores (cada uma com sua singularidade) nos impede de enxergar a floresta.

Ao tentarmos explicitar o alcance de nossa questão, podemos tomar a conceituação dada por Karel Kosik em sua obra *Dialética do Concreto* (1967:30)³³:

a categoria de totalidade (...) compreende a realidade em suas leis internas e as conexões internas e necessárias, em oposição ao empirismo que considera as manifestações fenomênicas e casuais, e não chega à compreensão do processo de desenvolvimento do real. Por isso mesmo, não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade sem exceção e oferecer um quadro “total” da realidade com seus infinitos aspectos e propriedades, e sim, é uma teoria da realidade e de seu conhecimento como realidade.

Segundo essa concepção, todas as coisas presentes do Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte dessa unidade, do todo, mas totalidade jamais pode ser vista como sendo a soma de todas as partes. A totalidade é a realidade em sua integridade e cada parte é, em si, uma totalidade. Como afirma Luckács, “a totalidade do objeto pode ser postulada apenas quando o sujeito postulante é em si uma totalidade”. Ou seja, a totalidade está contida em todas as partes.

Ao partir dessas constatações, podemos argumentar que o conhecimento da realidade pressupõe análise dessa realidade e que, para efetuar a análise, parte-se da divisão da realidade. Nesse caso, é preciso compreender o processo pelo qual a totalidade é cindida.

Santos (1999:95)³⁴ apoiado nas afirmações de Kosik (1967:30) assinala: “o conhecimento da totalidade pressupõe, assim, sua divisão”. E, podemos acrescentar sua recomposição. É a realidade representativa da totalidade que buscamos apreender. Mas, essa realidade é fugaz; está sempre se decompondo para buscar se recompor no momento seguinte. A totalidade, tal como a estamos considerando, está sempre buscando sua renovação, para se transformar novamente em uma outra totalidade. Tal como vimos anteriormente, tudo que é histórico, depois de sua gênese e desenvolvimento, entra em crise e fada-se ao desaparecimento.

Podemos, ainda, a título ilustrativo exemplificar a idéia aqui exposta com a tapeçaria apresentada como seriado, de forma sequencial, como conjunto dos mistérios do Teatro

³³ Kosik, K. “Dialética do Concreto” Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1976

³⁴ op.cit. p.95

Medieval³⁵. Cada tapeçaria apresenta alegoricamente um dos cinco sentidos: a visão, o tato, o paladar, o olfato, a audição. Na sexta tapeçaria encontramos uma inscrição: “à mon seul desir”. Ao fundo de cada tapeçaria observamos a predominância do vermelho e, de forma destacada uma espécie de ilha ou tapete flutuante azul onde estão - em todas - as personagens centrais do mistério - A dama e o Unicórdio.

Cada tapete (singular) é um todo integrante da obra. Cada um aparece como se fosse único, separado, existindo de *per si*, mas cada um é sustentado e contido no todo. O singular se originando no universal e dele dependendo. É o tapete dentro do tapete; a linguagem dentro da linguagem; o sistema dentro do sistema; a totalidade integrando a Totalidade.

O mesmo poder-se-ia exemplificar com os desenhos encontrados nas Cavernas³⁶ e que foram realizados por nossos antepassados longínquos. As Cavernas não ofereciam visibilidade aos “artistas” - apesar de somente poderem enxergar um trecho mínimo de cada vez, e nunca o conjunto da imagem como um todo, eles jamais perdem a coerência das formas e o sentido de proporções. Podemos aqui evocar Benjamin (1996:231)³⁷ que nos chama atenção para o fato de que ao utilizarmos o método histórico dialético resulta que observamos **na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos**.

No caso do presente estudo, a totalidade se identifica com a própria sociedade baseada no modo de produção capitalista. Logo, a totalidade corresponde à forma de sociedade dominante no nosso tempo. E, apreender a totalidade implica, necessariamente, captar o movimento histórico dessa sociedade e as leis que a regem. Sabendo que o singular não é uma forma de realização reflexa do universal (Alves:2004)³⁸. Mesmo sendo a única forma sob a qual o universal se realiza, o singular é, sempre, uma forma peculiar de realização do universal.

³⁵ Tapetes elaborados entre 1484 e 1500 que se encontram no Museu Cluny (Museu Medieval) em Paris.

³⁶ E que foram sempre citados por Faiga Ostrower em suas Conferências

³⁷ Benjamin, W. “Magia e Técnica, Arte e Política”. São Paulo: Brasiliense, 1996. Tese 17 p.231

³⁸ Alves, G.L. A Produção da Escola Pública contemporânea. Campo Grande, MS:UFMS; Campinas, SP:Autores associados, 2001

Assim, no presente estudo, o que nos interessa é apreender os fundamentos históricos da sociedade burguesa, que é ao mesmo tempo, fundadora, e por ela formada, do sistema capitalista de produção, e seus agentes de reprodução, com o objetivo de refletir sobre uma possível superação.

Arruda (2003:109-110)³⁹ analisando as raízes históricas da sociedade burguesa adverte-nos:

o conjunto da teoria e da arte produzido pelos burgueses nos séculos XVI, XVII e até XVIII, revela que quando a relação social estabelecida no interior do feudalismo não permitiu mais a manutenção da vida do conjunto de toda a sociedade, os homens passaram a procurar respostas fora daquela relação.

Essa resposta expressou-se no trabalho das manufaturas seguido no da grande indústria, estabelecendo, assim, uma nova forma de se concretizar o trabalho⁴⁰, dentro de uma nova relação social diferente da estabelecida entre o servo e o senhor feudal.

Vale aqui assinalar, apoiada na visão marxiana, que as categorias não nascem quando se começa a falar delas, porque o real sempre antecede a sua própria representação. Assim, as categorias que representam a estrutura interna da emergente sociedade burguesa - o capital, o trabalho assalariado, a propriedade fundiária (hoje considerada também como capital) e suas relações recíprocas já estavam presentes na formação do sistema urbano medieval que deu origem ao capitalismo.

Com o desenvolvimento desse novo tipo de sociedade surge e amadurece um tipo humano que se consolidará no que costumamos chamar de “homem burguês”, que é elaborado pela, e elabora a, idéia que então começa a se cristalizar – aquela que se refere aos indivíduos como sujeitos autônomos.

Konder (2000)⁴¹ chama a atenção para o fato de ser esse “tipo humano” aquele que “a burguesia, no exercício de sua hegemonia, permite que se desenvolva na sociedade”. O autor define esse homem burguês como sendo aquele condicionado não pela burguesia, diretamente, mas pelo conjunto da sociedade burguesa que, então, se forjava, ou seja, pelas

³⁹ Arruda et alli op.cit. p.109-110

⁴⁰ Trabalho :atividade especificamente humana através da qual foi garantida a sobrevivência da espécie humana transformando-se em meio e medida da própria “humanização” do homem.

⁴¹ Konder,L – “Os sofrimentos do homem burguês” - São Paulo: SENAC, 2000

características exigidas pelo sistema social que se instalava estruturado sob a hegemonia da burguesia que o implementava.

Hannah Arendt(1997:17)⁴² dizia também que os homens são seres condicionados. Ela escreve:

o mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam seus autores humanos. Além das condições nas quais a vida é dada ao homem na Terra e, até certo ponto, a partir delas, os homens constantemente criam as suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais.

Uma nova relação se estabelece entre os homens e se dá, agora, entre o trabalho assalariado e o capital e se alicerça na troca (compra e venda) da força de trabalho por salário⁴³. Os representantes dessas categorias - capital e trabalho - são homens livres, todos dotados de força de trabalho. Locke define, no Segundo Tratado sobre o Governo, os princípios que organizam o pensamento e justificam/explicam a relação que então se estabelecia.

É ainda Arruda (2003:110)⁴⁴ que chama a atenção para o fato de que os princípios definidos por Locke e encampados por todo o pensamento iluminista, como a igualdade e a liberdade, não são meras palavras:

elas encontram lastro na igualdade real conferida aos homens pelo fato de que todos, no interior da relação burguesa, são considerados como possuidores de propriedade inalienável em seu próprio corpo: sua força de trabalho e na liberdade de cada homem em vender ou comprar essa força de trabalho, empregando-a na produção.

É aí que residem os fundamentos históricos daqueles princípios – igualdade e liberdade burguesas – definidos por Locke ⁴⁵.

Foi, então, no interior do sistema cuja produção de mercadorias só se realiza através da troca – força de trabalho por salário – que a sociedade burguesa pôde erigir-se e complexificar-se até os patamares atuais.

⁴² Arendt, H. - “A condição humana” - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p.17

⁴³ Essa relação será explicitada por Locke em seu Segundo Tratado sobre o Governo – 1690 – Os Pensadores – São Paulo: Abril Cultural 1ª. ed. 1973

⁴⁴ Arruda et alli, op.cit. p.110

⁴⁵ op.cit.

A forma mercadoria é a mais geral e mais elementar da produção burguesa que, à primeira vista, parece coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, afirma Ianni,

vê-se que ela é algo muito estranho, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas. Como valor-de-uso nada há de misterioso nela, quer a observemos sob o aspecto que se destina a satisfazer necessidades humanas, com suas propriedades, quer sob o ângulo de que só adquire essas propriedades em consequência do trabalho humano...o caráter misterioso de mercadoria não provem de seu valor-de-uso nem tão pouco dos fatores determinantes do valor, ela é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total. (Marx:1968 p.79-81)⁴⁶

De fato, cada mercadoria, que circula no mundo capitalista e que pode ser trocada por outras mercadorias com valor equivalente ao seu (valor esse expresso em uma outra mercadoria com característica de ser abstrata - o dinheiro)⁴⁷, sintetiza a relação existente entre um proprietário de bens de produção e um proprietário de força de trabalho. Logo, a relação entre o que compra e o que vende a força do trabalho.

Assim sendo, o trabalhador produz o capital e o capital produz o trabalhador, o que evidencia que o trabalhador é o produto de todo esse processo. O trabalhador é, então, mercadoria, evidenciando que uma relação social determinada entre os homens assume a forma de relação entre coisas, gerando o que se denomina fetiche de mercadoria. Marx mostra como o fetiche da mercadoria funciona para ocultar algo - ele é, na realidade, o ocultamento das relações de dominação/exploração entre homens que se apresentam sob a aparência de relação de troca entre as coisas. O fetiche da mercadoria regula, então, as relações de troca e valor no mundo capitalista.⁴⁸

⁴⁶ Marx, K. - “O fetichismo da mercadoria”, in: O Capital, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, liv 1, vol 1, p.79-81

⁴⁷ o dinheiro possui a propriedade de comprar tudo, de apropriar-se de objetos para si.

⁴⁸ Maria Rita Kehl explicita que o conceito de fetichismo se encontra também presente no pensamento psicanalítico freudiano. Ela diz “para a psicanálise fica claro que o fetichismo estrutura a subjetividade criando elementos neuróticos e/ou psicóticos”. Como assinala Kehl, o sujeito da psicanálise é um sujeito social, o seu modo de funcionamento subjetivo depende do modo de funcionamento da sociedade em que esse sujeito vive. “Fetichismo” in Bucci e Kehl Videologias: ensaios sobre a televisão, São Paulo: Boitempo 2004, p.72

Pela primeira vez na humanidade, o homem passa a produzir com o objetivo de trocar, logo, produzir visando um mercado. Isso vai gerar crescente competitividade a qual definirá uma exigência também crescente de aumento de produtividade. Essas exigências comandarão, fundamentalmente, a produção da ciência e da tecnologia em níveis cada vez mais elevados. É esse desenvolvimento da ciência e da tecnologia que ocasiona a mudança subsequente no processo de produção – a indústria, que inicialmente absorvia grandes contingentes de trabalhadores, começa a deles não ter mais necessidade, na medida em que o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho vai substituindo o papel exercido pela força de trabalho. O trabalhador começa, então, a ser peça dispensável nos processos produtivos.

Arruda (2003:111)⁴⁹ mostra que: “a indústria que, em seus primórdios, absorveu até o trabalho infantil, começa por expulsar das fábricas, primeiro as crianças, quando as máquinas ocupam seu lugar na produção”.

O fenômeno aqui assinalado – incorporação de ciência e tecnologia na produção, que permite a automação dos processos produtivos – foi, na realidade, a resposta formulada historicamente para viabilizar as condições materiais de vida nos patamares atuais. Patamares, esses, que estão definidos pela etapa denominada de “globalização” que é conduzida pelos interesses do capital financeiro. Este vem se movimentando com velocidade espantosa, desestruturando os estados nacionais, multiplicando o desemprego, marginalizando bilhões de pessoas e provocando a desterritorialização de atividades industriais e de serviços que condenam regiões potencialmente prósperas ao abandono. O desenvolvimento dito social vigente é aquele que não questiona esta lógica e que se insere nas justas medidas necessárias e exigidas pelo modelo econômico que vem sendo disseminado no planeta e que vem produzindo um exército de “excluídos”⁵⁰ que cresce a cada ano. Esse é o quadro no qual o desenvolvimento da sociedade burguesa, apontado como modelo que visava satisfazer as necessidades humanas, nos conduziu.

⁴⁹ Arruda et alli, op.cit. p.111 Arruda chama a atenção para o fato de que **até então não se falava em meninos de rua. O que havia eram meninos de fábrica. Hoje não só assistimos à crescente ampliação do contingente de meninos de rua, como vemos desfilar, diante de nossos olhos atônitos, famílias de rua, gerações de rua. É claro que existem causas conjunturais que interferem na produção dessa situação, mas estas empalidecem diante da causa estrutural que a determina.**

⁵⁰ Na verdade, esse contingente de excluídos não deveriam assim ser chamados, pois eles são produto do próprio sistema e, portanto, nele incluídos (Forrester, Viviani).

É, como assinala Milton Santos (2001)⁵¹: “a maneira como sobre essa base material se produz a história humana, que é a verdadeira responsável pela criação da torre de Babel em que vive a nossa era globalizada”.

Se, por um lado, a produção da ciência e tecnologia nos permitiu viver a vida de modo extremamente confortável, por outro, gerou um quantitativo de desempregados e “excluídos” a ameaçar a ordem social em seus fundamentos.

Em linguagem econômica tradicional corrente, desenvolvimento é assimilado a crescimento econômico e este ao crescimento do conjunto de bens e serviços produzidos, não importando, para medida desses indicadores, quais bens são produzidos nem a quem esses bens se destinam. Dentro desse pensamento, o desenvolvimento social seria, então, uma consequência do desenvolvimento econômico traduzido pelo acesso dos membros de uma sociedade àqueles bens e serviços produzidos. Esse acesso seria indicador de desenvolvimento social.

Portanto, segundo essa concepção, enquanto não houver crescimento do conjunto de bens produzidos, não se poderá atingir níveis mais elevados de desenvolvimento social que seria, então, dimensionado, por exemplo, pela qualidade de assistência médica e hospitalar a toda população; por taxas elevadas de escolarização acompanhadas de crescente qualidade de ensino (incluindo aí melhores condições de trabalho para os professores); por saneamento básico; por habitação com mínimo de padrão de higiene. Mas, tudo isso só seria possível com o dito crescimento econômico.

A concepção expressa neste estudo é diferente. Desenvolvimento social não pode ser **corolário** de “desenvolvimento econômico” nos termos acima definidos. Considerar as políticas sociais como algo separado das políticas econômicas (em patamares diferentes) é indicativo de uma concepção que não tem o homem, e sua humanidade, como eixo central dessas políticas, pois, nesse caso, a política econômica é vista como dissociada das políticas sociais.

⁵¹ Santos, M. “Por uma outra globalização” - do pensamento único à consciência universal” Rio de Janeiro/São Paulo: Record - 2001

Partindo da idéia que vem norteando este trabalho, pode-se colocar a questão referente à definição de qual seria a resposta possível para essa situação social. Esse é um esforço de reflexão que nos propomos a fazer, no sentido de tentar avançar com os indícios que já se fazem notar no movimento da sociedade burguesa em geral.

Segundo Arruda (2003:113)⁵²:

a própria história tem mostrado que, no tempo que antecede o surgimento de uma nova sociedade, tudo se torna diluído, sem forma precisa: as instituições que representam a velha sociedade, os valores que a sustentam, as leis que a regem. Isso acontece porque as instituições, as leis, os valores, qualquer coisa que seja, são construções humanas e, portanto, sociais. E quando uma sociedade entra em crise permanente, porque a relação fundamental que a erigiu e sustentou entrou em colapso, todas as suas construções perdem o vigor. E olhando para a história, único olhar que nos permite enxergar a realidade em movimento e, portanto, livre dos dogmas, podemos detectar na sociedade atual, todos os indícios de sua senilidade.

Todo o aporte teórico que vem sendo construído a partir dos clássicos nos indica momentos de inflexão detectáveis na nossa sociedade. No entanto, esses momentos não nos autorizam a identificar um horizonte de mudança efetiva. Contudo, Arruda (2003) afirma que pode-se perceber a existência de dois pressupostos básicos que sinalizam para aquele indício de **“indício de senilidade do sistema”**.

O primeiro deles é o que se refere à

semelhança entre o movimento de falência da relação de servidão, própria do feudalismo e este momento da sociedade contemporânea. Esses dois momentos podem se caracterizar como contendo grandes contingentes de desocupados, sem uma relação de trabalho que lhes permita a sobrevivência; um novo jeito de trabalhar instaurando-se; os limites do conhecimento produzido no interior das relações feudais, para uma compreensão da nova sociedade em curso. (p.113)⁵³ (...) a sociedade burguesa só conseguiu firmar sua relação fundamental e erguer-se nos patamares atuais em decorrência de sua luta feroz, enquanto nova força histórica emergente, com as forças feudais no seu movimento de conservação da história. Com as manufaturas em uma mão e a ciência experimental em outra, a burguesia enfrentou até à morte: os monopólios das corporações de ofício, instituições feudais que impediam o livre curso de produção; a Inquisição, a mais violenta arma acionada pela Igreja Feudal; e o poder político de uma aristocracia improdutiva e feroz na defesa de seus privilégios⁵⁴. (p.114)

⁵² Arruda et alli, op.cit. p.113

⁵³ ibidem p.113

⁵⁴ Arruda op.cit. p.114 - Na leitura de Locke (Segundo Tratado de Governo op cit) encontram-se os elementos necessários à compreensão do papel do Estado burguês, cujo surgimento decorreu exatamente da necessidade de organizar a sociedade em defesa da relação de propriedade então estabelecida.

Ao vencer toda essa luta, a burguesia se impõe como força dominante e hegemônica na sociedade; organiza o Estado que se transformará em instrumento para comandar o seu avanço. Os clássicos, ao examinarem a estrutura do Estado, mostraram que é na repressão o modo principal pelo qual o Estado em geral faz valer a natureza de classe. A função do Estado é conservar e reproduzir a divisão da sociedade em classes, garantindo que os interesses particulares de uma classe se imponham como o interesse geral da sociedade. O Estado burguês não se estruturou de forma diferente.

Magalhães(1970:33)⁵⁵ analisando a transformação das formas de propriedade comunitária para as sociedades de classes, observa que:

em cada comunidade, em cada época, em função de condições específicas das mais diversas, os acontecimentos tomaram rumos diferentes, gerando formas de organização distintas. Essas diferenças formais são tão grandes que, com relativa facilidade, obscurecem o conteúdo comum, mas o que é essencial é que a agricultura gerou uma profunda modificação nas relações dos homens entre si, passando de uma comunidade de iguais, a uma sociedade de classes.

Assim, pois, a função primária do Estado é salvaguardar a ordem econômica e social existente, no interesse da classe ou classes que a dominem e dela se beneficiem. Em outras palavras, o primeiro dever do Estado é proteger o sistema de propriedade existente.

Sabemos que na concepção liberal o homem é um ser natural, racional e individualizado que age movido por paixões e interesses. Isto é, passa a ser concebido como sendo proprietário de si mesmo e de suas capacidades, e essas propriedades determinam a sua liberdade e a realização de suas potencialidades.

A partir dessa concepção ontológica, será edificada a idéia de **sociedade civil** - uma sociedade caracterizada por relações de troca entre indivíduos livres e iguais, proprietários de suas próprias capacidades e do que adquiriram mediante a prática dessas capacidades, e a idéia de **sociedade política** - uma esfera para a proteção dessa propriedade e para a manutenção de um ordeiro relacionamento de trocas. A sociedade natural (ou estado de natureza) é contraposta à sociedade política ou civil (ou estado civil), identificando dessa forma, a sociedade civil com a sociedade política, ou seja, com o Estado (Bobbio- 1987)⁵⁶.

⁵⁵ Magalhães, F.B.B. “ História Econômica” São Paulo: Sugestões Literárias, 1970.

⁵⁶ Bobbio, N. Estado, Governo e Sociedade – Para uma teoria geral da política. São Paulo:Paz e Terra,1986

Assim o pensamento político moderno de Hobbes a Hegel está marcado por uma tendência constante (embora imersa na diversidade das concepções) de considerar o Estado, ou sociedade política, como o momento de racionalização dos instintos, paixões ou interesses. No Estado, o reino da força desordenada, próprio do “estado de natureza”, se transforma no reino da liberdade regulada⁵⁷.

Hobbes⁵⁸, em seu “Leviatã” escreve:

diz-se que um Estado foi “instituído” quando uma “multidão” de homens concordam e pactuam, cada um em cada um dos outros, que a qualquer homem ou assembléia de homens a quem seja atribuído pela maioria do direito de representar a pessoa de todos eles (ou seja, de ser seu representante), todos sem exceção, deverão autorizar todos os atos e decisões desse homem ou assembléia de homens, tal como se fossem seus próprios e serem protegidos do restante dos homens. (p.111)

Para Hegel, enquanto o mundo da “sociedade civil” (definido por ele como a esfera das relações econômicas) é o reino dos indivíduos atomizados e particularizados, o Estado consistiria a esfera da universalização (Coutinho:1983)⁵⁹.

Ao analisar a conceitualização hegeliana, Marx mostra o caráter puramente formal dessa universalidade. Seu argumento é que isso é resultado da divisão na qual se encontra o homem “moderno”: por um lado ele é o indivíduo concreto que luta pelos seus interesses puramente particulares; por outro ele aparece como sendo o homem abstrato da esfera pública - o cidadão - que só deveria ter interesses gerais ou universais (Coutinho:1983)⁶⁰.

Ao pensar sobre o Estado, Marx argumenta que essa divisão impede que o Estado possa representar efetivamente uma vontade geral, já que ela impõe uma alienação da esfera política-estatal em relação ao homem real e concreto.

Se o homem que vive no mundo real (*o bourgeois*) conhece apenas interesses privados e particulares, então a aparência do Estado representante do interesse geral não passa de uma máscara a ocultar a dominação de uma casta burocrática que defende apenas os seus próprios interesses particulares. (Coutinho:1983;7)⁶¹

⁵⁷ Ver Locke op. cit.

⁵⁸ Hobbes, T. “Leviatã – ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil” - Coleção Os Pensadores - vol XIV São Paulo: Abril, 1973, p.111

⁵⁹ Coutinho, C.N. - A dualidade de poderes - Resenha crítica de algumas teorias marxistas do Estado e da Revolução Socialista. Seminário de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1983

⁶⁰ ibidem

⁶¹ ibidem p.7

Nesse sentido, como observa Coutinho (1983), Marx critica a concepção hegeliana de Estado como a encarnação da razão universal e diz que o *citoyen* não passará de uma abstração enquanto não eliminar o particularismo *bourgeois*. E mais, afirma Coutinho(1983:7)⁶². Marx, ao criticar a concepção alienada da esfera política “mostra que o Estado tem sua gênese nas relações sociais concretas e não pode ser compreendido como uma entidade em si”.

Ao descobrir a importância ontológico-social da economia política, Marx passa a analisar os fundamentos materiais da divisão da sociedade em interesses particulares e reciprocamente antagônicas que existem na “sociedade civil” e, ainda, como a constituição dessa esfera particular resulta da divisão da sociedade em classes antagônicas - proprietários de meios de produção (burguês) e trabalhadores que possuem apenas a capacidade de trabalho (proletários). Os primeiros proprietários, dos meios de produção, e os segundos da força de trabalho.

É a partir dessa constatação que Marx passa a ver o Estado como a entidade que exerce uma função precisa, a de garantir a propriedade. E essa garantia assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes e permite a manutenção da dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os trabalhadores. Assim sendo, Marx entende o Estado, não como o define Hegel como sendo a encarnação da razão universal, mas, sim, como uma entidade particular fundada nas relações sociais concretas que, em nome de um suposto interesse universal, defende os interesses de uma classe particular.

Em 1845, Marx escrevia, na Ideologia Alemã:

na medida em que a propriedade privada se emancipou da Comunidade, o Estado alcançou uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas ele não é mais do que a forma de organização que os burgueses criam para si, tanto em relação ao exterior quanto ao interior, com a finalidade de garantir, reciprocamente suas propriedades e seus interesses.⁶³ (p.8)

Marx e Engels mostram a natureza de classe do Estado e sinalizam para o fato de que a defesa dos interesses comuns de uma classe determinada se processa no Estado pelo fato desse assumir o monopólio da representação de tudo que é comum numa sociedade de classe. (Coutinho:1983)

⁶² op.cit. (grifo do autor)

⁶³ Marx,K. e Engels, F. “A ideologia alemã”. In Coutinho op.cit. IUPERJ, 1983 p.8

“Já que o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns (...) disso decorre que todas as instituições comuns passam através da mediação do Estado e recebem uma forma política de ação”.⁶⁴ (p.8)

Quase quarenta anos depois, em sua obra *Origem da Família, da Propriedade privada e do Estado*, escrita em 1884, Engels assim definiu o Estado:

como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classe, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito dessas classes, ele é, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que com sua ajuda torna-se também na classe politicamente dominante, adquirindo com ele novos meios para a repressão e a exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo era o Estado dos senhores de escravos, com a finalidade de submeter e manter os escravos sob controle; o Estado feudal era o órgão do qual se valia a nobreza para oprimir os servos e o Estado representativo moderno é o instrumento do qual se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Sem dúvida, excepcionalmente, há períodos em que as classes em luta estão tão equilibradas que o Poder do Estado adquire certa independência, situando-se como mediador entre as duas. (1963:181-182)⁶⁵

Já em 1848, no *Manifesto do Partido Comunista*, encontramos uma “concepção restrita” de Estado ali definida por Marx e Engels: “o governo do Estado moderno não é senão uma junta que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”. (p.24)⁶⁶

Coutinho (1983:9) resume o papel do Estado definido por Marx e Engels: “o Estado seria a expressão direta e imediata do domínio de classe (‘comitê da burguesia’) exercido através da coerção (‘poder de opressão’)”.⁶⁷

Assim, na teoria marxista clássica sobre o Estado, esse compreende o Governo, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc...São as entidades representativas do sentido restrito do Estado - puros instrumentos de coerção.

Contudo, Coutinho (1983) nos indica que, em obras posteriores, Marx e Engels superam em parte essa visão restrita do Estado. Essa superação aparece, por exemplo, na Introdução escrita por Engels em 1895, para a reedição da obra de Marx escrita em 1850, “As lutas de classe na França”. Engels explicita aí uma nova concepção que difere de suas posições

⁶⁴ Marx, K. e Engels, F. “A ideologia alemã” in Coutinho, C.N. op. cit. p.8

⁶⁵ Engels, F. “El origen de la familia, la propiedad privada e el Estado”. In Marx e Engels. Obras Escogidas. Havana, Cuba: Política, Tomo III, 1983 p.181-182 (tradução nossa)

⁶⁶ Marx, K. e Engels, F. “Manifesto Del Partido Comunista”. In Marx e Engels Obras Escogidas. Tomo Iop. cit. p.24

⁶⁷ Coutinho, C.N. op. cit 1983. p.9 (grifo do autor)

anteriores. Ele insiste na necessidade de “rever antiga tática” e de justificar a luta da classe operária como algo processual que pode ocorrer nos quadros da democracia representativa. (Coutinho:1983)

Engels assim argumenta:

há muito tempo já o sufrágio universal existiu na França, mas ele caiu em descrédito por mau uso que o governo bonapartista fazia dele. Após a Comuna não havia partido operário para o utilizar (p.24) (...) Mas utilizando eficazmente o sufrágio universal, o proletariado tinha criado um novo método de luta que se desenvolveu rapidamente. Observa-se que as instituições do Estado onde se organiza a dominação da burguesia fornecem também possibilidades de novas utilizações que permitam à classe operária combater essas mesmas instituições do Estado. Participou-se nas eleições para as diferentes “Dietes”, para os Conselhos municipais, disputou-se com a burguesia cada posto do qual uma parte considerável do proletariado concorria como titular. E, foi assim que a burguesia e o governo chegaram a ter mais medo da ação legal que da ação ilegal do Partido operário; dos sucessos nas eleições que aqueles frutos da rebelião. As condições da luta estavam seriamente transformadas. O antigo estilo de rebelião, o combate sob as barricadas, que até 1848 tinha sido decisivo, estava consideravelmente ultrapassado. (p.26)⁶⁸

Ora, como assinala Coutinho (1983:15), Engels argumenta ainda:

se as condições mudaram na guerra entre os povos, não mudaram menos para a luta de classes. Passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente de massas inconscientes. Onde quer que se trate de transformar completamente a organização da sociedade, cumpre que as próprias massas nisso cooperem, que já tenham elas próprias compreendido do que se trata (...). Mas, para que as massas compreendam o que é necessário fazer, é mister um trabalho longo e perseverante.⁶⁹

Vale ressaltar que Engels não abandona a formulação do Estado enquanto representante de uma determinada classe, mas ele observa que a dominação de classe representada no Estado não se apresenta unicamente pela coerção - tal como havia definido anteriormente - mas o Estado é também fruto de um consenso que se consubstancia através de um pacto social.

Engels escreve ainda na Introdução de 1895: ‘hão esqueça que o Império Alemão, como todos os pequenos Estados e, em geral, todos os Estados modernos, é produto de um pacto; pacto primeiro dos príncipes entre si e, depois, dos príncipes com o povo’.(1974:35)⁷⁰

⁶⁸ Engels,F. “Introduction (de 1895) à Marx,K. “Les luttes de classes en France”. Paris: editions sociales, 1974 p.24-26 (tradução nossa)

⁶⁹ Engels,F. - “Introdução (de 1895) à Marx, K. “As lutas de classe na França” - ed. Brasileira, in Marx-Engels obras escolhidas, citado em Coutinho,C.N. op. cit p.15

⁷⁰ ibidem in Coutinho op.cit. p.35

Essa reformulação de Engels abre perspectiva para uma nova formulação do conceito de Estado que se desloca de um simples “poder de opressão” para a possibilidade de sua formação se originar num pacto social. E esse fato é significativo. Ao introduzir essa nova determinação consensual ou pactista, na concepção de Estado, Engels sugere uma “ampliação” teórico-conceitual do Estado. Coutinho (1983)

No entanto, o processo de ampliação do conceito marxista de Estado só vai aparecer de forma mais sistemática na obra de Gramsci. As teorias gramscianas elaboram o conceito de Estado a partir das complexas articulações da formação econômico social. A opção, feita por Gramsci, por esse ângulo de abordagem, implica na introdução de novas determinações, não apenas na esfera econômica e na social, mas também na esfera do político. (Coutinho:1994)⁷¹

A concepção restrita de Estado formulada por Marx e Engels tal como salienta Coutinho (1994): “têm origem na natureza histórico-ontológica do fenômeno. Ou seja, ao definir o aspecto repressivo como aspecto principal do papel do Estado, Marx e Engels partem da natureza real dos Estados com os quais eles se defrontaram”.

Coutinho argumenta:

numa época de escassa participação política, quando a ação do proletariado se exercia, sobretudo, através de vanguardas combativas, mas pouco numerosas, atuando ademais (quase sempre) na clandestinidade, era natural que esse aspecto coercitivo do Estado se colocasse em primeiro plano na própria realidade: o Estado moderno ainda não explicitara plenamente suas múltiplas determinações e, desse modo, a teoria “restrita” do Estado correspondia à existência real de um Estado “restrito” (e, mais geralmente, de uma esfera política “restrita”)⁷². (p.51-52)

Gramsci, ao contrário dos teóricos acima mencionados, vive num tempo e lugar, no qual a existência efetiva da ampliação do Estado se faz sentir. São exemplos dessa ampliação: existência e ação efetiva de poderosos sindicatos profissionais; criação de grandes partidos de massa; conquista do sufrágio universal (na Inglaterra sufrágio masculino e voto feminino qualificado em 1918 e sufrágio universal na Alemanha em 1919); aparelho estatal desenvolvido e economias nacionais submetidas às relações econômicas do mercado mundial.

Essas representações são representações políticas que não existem no abstrato e que para levar a efeito suas ações, necessitam se apoiar em amplos movimentos de massa.

⁷¹ Coutinho, C.N. *Marxismo e Política - a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez; 1994

⁷² *ibidem*, 1994 (p.51-52)

Nesse sentido, Coutinho (1994:52) assinala:

a luta política já não mais se trava entre burocracias administrativas e policial-militares que monopolizam o aparelho de Estado e exíguas seitas conspirativas das classes subalternas; nem tem como cenário único os parlamentares representativos de uma escassa minoria de eleitores proprietários. A esfera política “restrita” que era própria dos Estados oligárquicos - tanto autoritários quanto liberais - cede progressivamente lugar a uma esfera pública “ampliada” caracterizada pelo protagonismo político de amplas e crescentes organizações de massa⁷³.

Assim, ao viver nesse momento, Gramsci capta a socialização da política então existente e, a partir daí, elabora uma teoria marxista “ampliada” do Estado. É, ainda, Coutinho que ressalta que essa “ampliação” se trata de uma ampliação dialética⁷⁴; ou seja:

os novos elementos, introduzidos por Gramsci, não eliminam o núcleo fundamental da teoria “restrita” de Marx e Engels (isto é, o caráter de classe e o momento repressivo de todo o poder do Estado), mas os repõem e transfiguram ao desenvolvê-los através do acréscimo de novas determinações.⁷⁵ (Coutinho:1994,53)

Essas determinações compõem a “sociedade civil” que, no entender de Gramsci se identifica como o conjunto de organismos designados vulgarmente como privados. À “sociedade política” ou Estado, em sentido estrito, corresponde a função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda sociedade através do “domínio direto” que se expressa no governo e seu aparato jurídico.

Dessa forma, segundo Gramsci, o Estado ampliado, pertencente à época moderna, redefine suas funções, acrescentando àquelas de comando, governo e domínio (Estado restrito), a função de direção cultural e política das classes subalternas (hegemonia civil), por meio da adesão espontânea (consenso), passiva e indireta e/ou ativa e direta ao projeto de sociabilidade da classe que, por ser dominante, dirige o processo histórico.

Assim, Gramsci apoiando-se nos aparelhos privados de hegemonia por ele definidos elabora sua teoria ampliada do Estado, partindo da conservação/superação da teoria marxista clássica.

⁷³ Coutinho, op.cit.,1994 (p.52)

⁷⁴ Superação dialética - processo de explicitação que certamente conserva mas que também elimina e eleva a nível superior.

⁷⁵ ibidem p.53

Coutinho (1999) transcreve trecho de uma carta que Gramsci envia à Tatiana Schucht em setembro de 1931 na qual resume sua concepção ampliada do Estado. Diz Gramsci:

eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia em um dado momento); e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc).⁷⁶

A teoria de Gramsci sobre o Estado apóia-se, então, nessa descoberta dos “aparelhos privados de hegemonia”, levando-o a distinguir as duas esferas essenciais que se articulam entre si:

- 1) a sociedade política formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal de repressão e da violência - corpos burocráticos e administrativos ligados ao aparato jurídico e aplicação das leis, às forças armadas e forças policiais;
- 2) a sociedade civil cuja ação se processa por intermédio de instituições como as diferentes Igrejas organizadas, os meios de comunicação de massa, as associações recreativas e sindicais, as de defesa de interesses corporativos diversos. Essas instituições/organizações são responsáveis pela elaboração e ou difusão das ideologias no seio da sociedade, exercendo uma função na organização da vida social, na articulação e “reprodução” das relações de poder.

Gramsci salienta que esses organismos articulam-se, na sociedade civil, às classes socialmente dominantes e vão constituir o que ele define como “bloco histórico”. Bloco histórico que exerce dupla e complexa função; a de harmonizar os interesses das diferentes classes que representam, e organizar as propostas desses interesses privados transformando-os em interesses gerais.

A existência dessas articulações entre as duas esferas do Estado não significa que Gramsci afirme que os “aparelhos privados de hegemonia” sejam meros instrumentos para reprodução social. Ao contrário, Gramsci explicita que tais aparelhos, pela sua natureza, são portadores da possibilidade de, conforme a conjuntura histórica, responder de forma contraditória a determinadas orientações oriundas do aparelho de Estado, abrindo espaço para a possibilidade

⁷⁶ Gramsci, A. “Lettere dal cárcere” in Coutinho, C.N. Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.126

da construção de uma contra-hegemonia e, até a transformação desta em uma nova hegemonia. (grifo nosso)

A definição de Gramsci de sociedade civil difere, portanto, daquela concepção de Marx e Engels. Para estes, sociedade civil designa o conjunto das relações econômicas capitalistas - é a base material ou “infra-estrutura”. Para Gramsci, a sociedade civil designa um momento ou esfera da superestrutura que representa o conjunto das instituições/organizações que elaboram e/ou difundem os valores simbólicos, as ideologias.

Em conjunto, sociedade política e sociedade civil formam o Estado em sentido amplo que transcende aquele Estado estrito definido por Marx e Engels. No entanto, vale observar que as duas esferas que o compõem se distinguem pela função que exercem na organização da vida social. Assim, essas determinações servem para conservar, ou transformar, uma determinada formação econômico-social; um novo bloco histórico.

É no âmbito da “sociedade civil” que a possibilidade de construção de uma “contra hegemonia” poderá se consubstanciar, pois é aí que as classes buscam exercer sua hegemonia conquistando aliados para seus projetos e obtendo para eles o “consenso”. No âmbito da “sociedade política” há sempre uma “dominação” que se apóia na “coerção”.

Diz Coutinho (1983:36)⁷⁷:

a necessidade de conquistar o consenso como condição *sine qua non* de dominação impõe a criação e/ou renovação de determinadas objetivações sociais, que funcionam como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência material - base da autonomia relativa assumida pela figura social de hegemonia - que funda, ontologicamente, a “sociedade civil” como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre a base econômica e o Estado- coerção em sentido estrito.

⁷⁷ Coutinho, C.N. op.cit. 1983 p.36

Há, então, uma relação dialética entre essas esferas - embora Gramsci insista na diversidade estrutural e funcional das duas esferas, não nega o seu momento unitário. Isso fica claro quando ele, ao definir a “sociedade política”, caracteriza-a como sendo

o aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa, nem passivamente, mas que é constituída para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.⁷⁸ (Gramsci - Cadernos:1975 p.1519)

A dialética existente entre as duas esferas pode ser percebida mais nitidamente pela seguinte passagem dos Cadernos do Cárcere:

a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins e aliados⁷⁹.

Em qualquer forma do Estado moderno, vamos encontrar as duas funções - de hegemonia e dominação, ou consenso e coerção. Contudo, pode-se encontrar níveis diferenciados dessas funções - o Estado em questão pode ser menos “coercitivo” e mais “consensual” (ou se impõe menos pela “dominação e mais pela hegemonia”) ou vice versa. Esse fato dependerá, sobretudo, do grau de autonomia relativa das esferas, da predominância no Estado dos aparelhos pertencentes a uma ou a outra função (uma predominância que, por sua vez, depende não apenas do grau de socialização da política, alcançado pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam a “supremacia”). Para Gramsci, a sociedade civil é a principal arena de luta de classes nas sociedades ocidentais.

Coutinho (1983:39) assinala que “quando o Estado já se ‘ampliou’, o centro da luta de classes está na ‘guerra de posição’ (e não no choque frontal): numa conquista progressiva - ou processual - de espaços no seio e através da sociedade civil”.⁸⁰

Então, aceitar a formulação gramsciana de Estado e considerar, tal como ele, a sociedade civil o locus da luta de classes, é adotar também a idéia de que a transformação da sociedade se dará, não em um momento de ruptura, mas, sim, em caráter processual que implicará necessariamente numa superação dialética.

⁷⁸ in Coutinho op.cit. (1983:37)

⁷⁹ ibidem (p.37-38)

⁸⁰ Coutinho op.cit. (1983:39) grifo do autor

Adotar a concepção ampliada de Estado formulada por Gramsci é uma concepção também política, uma maneira de pensar a totalidade, que condiciona o pensar a ação coletiva.

Pensar a transformação como fruto de um movimento processual não significa desconsiderar a tensão que existe entre “sociedade política” e “sociedade civil”. Conceber a “sociedade política” em permanente tensão com a “sociedade civil” permite que se coloque a questão referente ao interesse geral, ao interesse coletivo. Pode-se adiantar que não há, *a priori*, um interesse coletivo que se confundiria com aquele do “Estado” em sentido estrito. O interesse geral, coletivo, em uma sociedade complexa e diversificada, como as sociedades modernas, é sempre um objeto de conflito e um objeto a ser construído. Esse, aliás, é o objeto mesmo da vida política.

A concepção do “Estado ampliado”, como resultante de “sociedade política” e de sociedade civil”, corresponde àquela unidade dialética na qual diferentes projetos estão presentes. É a partir da luta por implementá-los que a “sociedade civil” se organiza e se politiza, criando, assim, uma tensão permanente entre aquelas duas esferas.

Se a sociedade civil se organiza e se politiza, tomando consciência de seu importante papel na construção social, os grupos que a compõem, ao defender suas posições e interesses, passam a intervir mais diretamente nas decisões do Estado.

Desta forma, os sujeitos coletivos integrantes da sociedade civil, organizados e atuantes nos diferentes aparelhos privados de hegemonia, com suas diferentes estratégias, que se originam em diferentes (ou não) projetos para a sociedade, criam uma tensão e podem passar a exigir do Estado o atendimento de direitos por eles definidos e, com isso, ampliar os limites da democracia representativa.

Assim, os aparelhos privados de hegemonia jogam importante papel no que se refere à direção da sociedade. É através deles que as diferentes classes sociais, ou fração de classes, poderão, agindo na sociedade, convencer a totalidade da sociedade da legitimidade de suas estratégias e projetos representantes de seus interesses.

A tensão anteriormente mencionada estará sempre presente nos “aparelhos” utilizados pelo Estado, privados (nos componentes da “sociedade civil”) ou meramente ideológicos (da “sociedade política”). Ao buscar o consenso entre as classes sociais, o Estado o fará em favor

das classes dominantes - ao agir nos “aparelhos ideológicos” o Estado não apenas protege o sistema, mas também opera em sua estrutura, incentivando as tendências inerentes ao sistema ou tentando dominá-las. De qualquer forma, sua ação é sempre marcada pelos movimentos que implicam na “reprodução social”, seja intervindo diretamente, através de seus aparelhos burocráticos, nas áreas sócio-políticas e econômicas, seja indiretamente agindo na formação sócio-cultural da “sociedade civil”.

É, pois, no sentido de atuação dentro dos limites da “reprodução social” que o Estado pode ser considerado como representante do consenso entre as classes sociais em determinado momento histórico.

E é, ainda, na busca da reprodução que o Estado passa a intervir diretamente também em matéria econômica. Primeiro, atuando de forma protecionista, depois de forma normativa, facilitando o funcionamento da liberdade econômica que caracterizou o capitalismo no século XIX e, posteriormente, optando pelo abandono do *laissez-faire*, em favor de atribuição, na esfera econômica, de determinadas tarefas.

Sergio Abranches (1977:5)⁸¹ mostra que:

a intervenção do Estado na acumulação, e suas formas, são determinadas pelo grau de heterogeneidade estrutural da economia, pelos modos de sua inserção na ordem econômica mundial e pela dinâmica dos interesses sociais. A ampliação do Aparelho de Estado é produto de respostas políticas a problemas estruturais.

Já falamos como esses problemas estruturais levaram o Estado burguês a assumir novos papéis, a se transformar no Estado responsável pelo bem comum – o Estado do Bem-estar social e Estado desenvolvimentista. E, esses papéis assumidos pelo Estado alicerçaram o caminhar da organização social em bases capitalistas, cuja consequência é a crescente concentração, acumulação e centralização de capitais, de um lado, e, de outro, a nova organização da produção, comandada pelo desenvolvimento das novas tecnologias.

Esse duplo movimento, concentração de capitais e desenvolvimento das novas tecnologias, vai deslocando o capital produtivo para o financeiro e vai também inviabilizando o encontro das duas forças básicas da sociedade burguesa: capital e trabalho assalariado.

⁸¹ Abranches, S. “Governo, Empresa Estatal e Política Siderúrgica no Brasil” Rio de Janeiro: FINEP, 1977, p.5

Arruda (2003:115) nos indica que: “estes, afastados da produção, sem possibilidade de gerar a ‘riqueza social’, mas buscando sua forma de sobreviver, vão direcionar o Estado para além de sua função, que se encontra, então, agora, esgotada”.

Isso ocorre tanto nas sociedades onde encontrávamos o Estado exercendo a função de provedor do bem-estar social, quanto naqueles onde ele vinha assumindo papel de pavimentar o desenvolvimento.

O elevado índice de pessoas alijadas do processo produtivo, que vão engrossar as fileiras do crescente número de desempregados, vai fazer com que o Estado do bem-estar se depare com um contingente demandante de atendimentos sociais que é extremamente elevado e aos quais ele não consegue atender. Suas ações passam a estar limitadas apenas na realocação dos excedentes de produção⁸².

As funções do Estado para atender aos apelos sociais passam a estar ligadas às ações que levam a inchar instituições públicas com subempregos e a formular políticas de atendimento à população, via de regra, políticas compensatórias que, na verdade, são ações desenvolvidas no limite de suas possibilidades cuja função é apenas a de garantir condições mínimas de sobrevivência (em muitos casos nem isso) e “equilíbrio social”. Garantir o mínimo e manter o equilíbrio social, eis a tarefa atribuída ao Estado contemporâneo pelo grande e concentrado capital internacional.

Como afirma Milton Santos (2001:19)⁸³:

fala-se com insistência na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos das finanças e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil.

O que se observa hoje é que a formação de grandes conglomerados se alastra por todo o planeta e espraia sua nova lógica. Para atender às necessidades de concentração do Capital é preciso destruir as barreiras impostas pelas fronteiras nacionais que, se antes eram vistas como mecanismos de proteção, agora passam a ser consideradas entraves para o movimento do Capital.

⁸² A forma de produzir o excedente implica uma determinada maneira de distribuir esse mesmo excedente.

⁸³ Santos, M. - op. cit. p.19

Bucci (2004)⁸⁴ assinala que “a esses novos movimentos do capital, corresponde uma sucessão de recomendações globais no espetáculo, uma globalização do(s) espaço(s) público(s) e uma nova expansão da esfera pública, cada vez mais embebida dos fluidos do mercado”.

Pode-se afirmar que se observa a criação de uma nova etapa pública privatizada. Etapa que pode ser observada, não apenas no campo da política, mas também no da cultura. É o processo de socialização que se transforma, transformando, conseqüentemente, os estilos de vida.

Assim, ao analisar historicamente o desempenho do desenvolvimento do capitalismo, podemos concluir, tal como o faz Arruda (2003:115)⁸⁵ que a “sociedade burguesa tem, hoje, o Estado possível, as instituições possíveis, os valores possíveis”.

Possíveis, mas não imutáveis. Possíveis dentro da lógica que os engendrou.

É, portanto, dentro desses limites e possibilidades que podemos/devemos avançar na construção de algo novo que possa surgir dos escombros que se anunciam. Vale observar, no entanto, que com o referencial teórico que estamos trabalhando não podemos, pelo seu caráter histórico, oferecer, nesta reflexão, propostas de modelos e receitas definidas. Por outro lado, a complexidade das questões não deve nos paralisar. Precisamente por essa razão, torna-se necessário uma reordenação intelectual que nos habilite a pensar essa complexidade. Para aqueles que são conscientes das dificuldades e contradições atuais, a história é a única esperança. É com ela que temos de procurar intervir na história. É preciso que a concepção arraigada de economicismo, que vem imperando, seja alterada. É preciso que a política econômica esteja colocada a serviço das políticas sociais. E é preciso que o Estado seja revertido, então, como promotor de políticas públicas que considerem o homem, ao mesmo tempo, como ponto de partida e ponto de chegada de suas definições e ações.

Para a efetivação de políticas públicas com esse enfoque, o Estado deve assumir papel preponderante na implementação dessas políticas.

⁸⁴ Bucci, E. e Kehl, M. R. - Videologias: ensaios sobre a televisão – São Paulo:Boitempo, 2004

⁸⁵ Arruda et alli op.cit. p.115

Esse Estado preconizado tem de, necessariamente, ser construído pelo fortalecimento da democracia, que deve ter, necessariamente, o embasamento do processo decisório que oriente as políticas a serem definidas.

Toda definição e implementação de uma política é fruto de um processo decisório que lhe é inerente e que expressa uma dimensão política e institucional.

O que podemos assinalar é que, no caso de nosso objeto de estudo, a dimensão política e institucional vem sendo escamoteada com o argumento que se exprime em considerações de ordem técnica, tecnológica e econômica. Ou melhor, essas considerações estão colocadas como valores em si, sendo esse o objetivo das políticas que vêm sendo adotadas.

Ora, o problema não está na técnica, nem na tecnologia. Esses aspectos constituem-se em parâmetros importantes para a decisão de qualquer política. No entanto, tanto a formulação quanto a implementação de uma política pública definem-se, antes de mais nada, ao nível político. É no campo da política que se define o caminho a ser perseguido para o desenvolvimento da tecnologia e, é, ainda no campo da política, que se definem o uso da tecnologia e o sentido da economia.

Sabemos que o pensamento que reina é o compartimentado e disciplinante, que obedece a um paradigma que rege nossas concepções. Face a isso, e se quisermos construir um outro paradigma, é preciso que nossa reflexão se embrenhe pela busca, não da certeza, mas das possibilidades defendidas pelas múltiplas vozes, da polifonia.

Mesmo que não possamos falar de um curso único para a história, os projetos humanos, tal como os estamos aqui abordando, têm um assentamento social que já permite abrir o presente para a construção de futuros possíveis. Tal como afirma Paul Valéry, “o tempo é construção”. Nesse sentido, Prigogine⁸⁶ salienta: “não podemos ter a esperança de predizer o futuro, mas podemos influir nele. Na medida em que as previsões deterministas não são passíveis, é provável que as visões do futuro, e até as utopias desempenhem um papel importante nessa construção”.

⁸⁶ Prigogine, I. “Dos relógios às nuvens” in Schnitman, D.F. “Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade”. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

O que Prigogine nos indica é que podemos ter a esperança de, ao influir no futuro, estarmos intervindo na História. Logo, tentando construir algo “novo”. Essa construção não é, no entanto, algo espontâneo, ela precisa ser debatida, sedimentada e mesmo programada.

As definições no sentido de construção do “novo”, bem como os caminhos para a ação e/ou intervenção que embasem políticas para essa construção, passam necessariamente pela estreita vinculação entre um conceito de planejamento e a noção de futuro nele contida, e que pode ser traduzida como conjunto de procedimentos que, resultante do poder reflexivo do homem, o conduza a sua realização prospectiva⁸⁷.

O tempo, como diz Machado de Assis⁸⁸ “é um tecido invisível em que se pode bordar tudo, uma flor, um pássaro, uma dama, um Castelo, um túmulo. Também se pode bordar nada. Nada em cima do invisível é a mais sutil obra deste mundo, e acaso do outro”.

Mesmo considerando que o acaso não é algo a ser desprezado, temos a convicção de que precisamos bordar algo - não importa se o pano não é bom, se a agulha está enferrujada e se a linha não é de boa qualidade. Mesmo assim, com cuidado, temos de tentar.

Partimos da idéia de que o homem é um ser reflexivo, racional, constituído e definido por um conjunto de necessidades e desejos. Essa qualidade reflexiva pode ser expressa pelo nível e pelo uso que esse homem faz das informações que tem a respeito de sua própria posição diante do mundo com que se relaciona direta ou indiretamente, e o conduz a um estado além de simples consciência. Na verdade, o conduz a um permanente estado de autoconsciência.

Não apenas saber, mas saber que sabe; não apenas pensar e fazer, mas ter a faculdade de saber que pensa e que faz, porque pensa e porque faz, e como pensa e como faz. Comparativamente a outros seres, isso constitui o grande atributo diferenciador da espécie humana, responsável tanto pela sua complexificação como por todas as inquietações e tensões responsáveis e impulsionadoras dessa complexidade. Essa qualidade, por outro lado, cria a necessidade reflexiva, ou seja, a necessidade de estar permanentemente diante de si e dos outros, com o intento de obter críticas e realizar autocríticas e, por meio delas, atingir estados considerados

⁸⁷ Procenge – Caderno no.5 – Planejamento e suas noções de futuro – Recife – maio, 1979.

⁸⁸ Assis, M. - Esaú e Jacó - SP, Abril Cultural, 1984, p.52

melhores e, portanto, mais desejados. Assim, a idéia de planejamento está vinculada a essa necessidade reflexiva do homem.

Ainda que se reconheça que é no âmbito do coletivo que o homem se realiza plenamente, e que é, por isso mesmo, nesse âmbito que são formulados e selecionados seus problemas, considera-se, contudo, como absolutamente essencial, situar o planejamento – a intervenção sistemática e com finalidade definida – na sua origem, nas suas vinculações com o homem individual. O homem precisa realizar essa sua atividade reflexiva para poder exercer sua consciência coletiva: consciência de si, dos outros e das relações que entre eles se estabelecem.

Essa atividade reflexiva do homem orienta suas ações em direção ao seu futuro, permitindo, assim, o exercício de uma outra possibilidade humana caracterizada pela prospecção. É no homem que se processa uma complexa noção do tempo. Não apenas em função de cronologias, mas como elemento identificador de estados e situações. Situações que acontecem, que estão acontecendo, que acontecerão. Situações de passado e presente como condicionadores de situações futuras. Desta forma, pode-se supor o homem com poderes capazes de levar essas situações futuras para além de simples adaptações a situações por ele mesmo criadas. Sobre isso, lembro-me da afirmação de Sêneca⁸⁹ “pequena é a parte da vida que vivemos, pois todo o restante não é vida, mas tempo”.

Benjamin (1994)⁹⁰ ao discutir o conceito de história e ao chamar a atenção para o fato de ser necessário uma reflexão crítica sobre o discurso de história, salienta que a historiografia “burguesa” e a “progressista” se apóiam na mesma concepção de um tempo cronológico e linear. É importante, então, para romper essa tradição de historiografia, identificar-se no passado os germes de uma outra história - importante fundar um outro conceito de tempo, o “tempo de agora”. Na Tese de no.15, Benjamin observa que “os calendários não marcam o tempo do mesmo modo que os relógios. Eles são monumentos de uma consciência histórica (...).”⁹¹ (Tese nº 15:p.230)

⁸⁹ Sêneca,L. - Da brevidade da vida – Lisboa: Coisas para ler, 2004

⁹⁰ Benjamin, W. - Obras escolhidas Magia e Técnica, Arte e Política – São Paulo:Brasiliense, 1994

⁹¹ ibidem p.230

Sinaliza esse autor na Tese de nº.16 (p.230-231):

o materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas pára no tempo e se imobiliza. Por que esse conceito define exatamente aquele presente em que ele mesmo escreve a história....no conjunto da obra a época, e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos.⁹²

O passado assume, então, para Benjamin, uma outra dimensão, aproximando-o permanentemente do hoje e exigindo “aqui e agora”, logo, hoje, uma ação, uma resposta. Ele diz:

não existem nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se é assim, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. (...) Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo.(...) (Tese 2: p.223)

Ao analisar a obra de Proust - “A la recherche du temps perdu” - Benjamin observa: “pois um acontecimento vivido é finito, ou, pelo menos, encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”.⁹³ (p. 37).

Gagnebin⁹⁴ em seu Prefácio à obra de Benjamin, ao analisar as considerações do autor sobre Proust, explicita: “Proust não reencontra o passado em si (...) - mas a presença do passado no presente e o presente que já está lá, prefigurado no passado, ou seja, uma semelhança profunda, mais forte do que o tempo que passa e se esvai sem que possamos segurá-lo”. (p.15)

Benjamin defende com afinco que a razão para se constituir efetivamente como razão é necessário que ela admita a possibilidade do “novo”. E este “novo” tanto pode estar no presente como um dado concreto ou pode estar no presente apenas como indicador de possibilidades que podem, ou não, se abrir para um futuro. Contudo, ele nos mostra que a busca dessa racionalidade é ponto nodal e nos indica que essa racionalidade é a que se faça conhecer sentindo e sentir conhecendo. Para Benjamin, não se trata apenas da recuperação de algo que lembremos. Não se trata também da consciência dessa lembrança. O que é importante é que se possa estabelecer entre lembrança e consciência da lembrança uma situação que evidencie aquilo que é **presente** do conhecimento e aquilo que é **presente** de

⁹² op.cit. p.230-231

⁹³ ibidem p.37

⁹⁴ Gagnebin, J.M. - Prefácio in Benjamin, W. op cit. p. 15

consciência. Nesse sentido, Benjamin explicita que as relações que possam se produzir entre vida e consciência marcam, em realidade, a história individual e a história coletiva.

Ao pensar como Benjamin, podemos considerar que a presença do passado no presente e o presente que já está lá (no passado) anuncia um futuro que, então, já pode estar contido nesse presente.

Ao observar contemporaneamente a velocidade com que vêm se processando as mudanças na sociedade, concluímos que essas mudanças se dão em conformidade com nossa época onde **tempo** e espaço se comprimem. Nesse sentido, a natureza do contemporâneo é traduzir o tempo em tempo fragmentado e tempo sem memória.

O futuro (tempo) e as diferentes sociedades (espaço) passam a não ser mais distantes porque já estão sendo impactadas pela ação e decisões humanas que são tomadas “aqui” e “agora”, não importando onde seja o “aqui”. O tempo urge; é preciso tomá-lo em consideração.

Ladislau Dowbor(1999:74)⁹⁵ escreve:

a aceleração do tempo faz com que o presente passe a nossa frente de maneira magnificada, como quando olhamos páginas através de uma lupa. O passado e o futuro desaparecem, borram-se simultaneamente a memória e o horizonte. Neste fim de século, estamos gradualmente despertando do autêntico porre tecnológico a que fomos (e somos) submetidos, e como os habitantes de Macondo com a chegada de Melquíades, recuperamos aos poucos a memória e nos deparamos com o simples e o óbvio: “*esta es una vaca, que hay que ordeñarla todos los dias, para dar leche a los niños*”

Vivemos em tempos de temporalidade presentista carregado de significações e caracterizado por descrença em projetos de atuação que se incline para discussão do porvir da humanidade. Essa descrença acaba conduzindo a todos a um isolamento e a um desejo de realização individual calcado na repulsa aos projetos coletivos. Dessa lógica, surge o endeusamento das chamadas normas de eficiência; a mercantilização de todos os aspectos da vida, inclusive do saber. A incerteza baseada ainda nos contratos temporários que comandam a estruturação social, contratos, esses, que se apresentam mesmo no campo do afetivo. Podemos interrogar e afirmar, tal como o faz Lipovetsky (2004:59)⁹⁶:

⁹⁵ Dowbor, L. - “Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços”. In Freitas (org) “A Reinvenção do Futuro” São Paulo: Cortez - 1999 p.74

⁹⁶ Lipovetsky, G. - Tempo contra tempo, ou a sociedade hipermoderna. In Lipovetsky G. e Charles, S. “Os tempos hipermodernos” - São Paulo: Barcarolla, 2004.p.59

o que significa tudo isso senão que o centro de gravidade temporal de nossas sociedades se deslocou do futuro para o presente? (...). Um presente que substitui a ação coletiva pelas felicidades privadas, a tradição pelo movimento, as esperanças do futuro pelo êxtase do presente sempre novo. Nasce toda uma cultura que incita à satisfação imediata das necessidades, estimula a urgência dos prazeres, enaltece o florescimento pessoal, coloca no pedestal o paraíso do bem estar, do conforto e do lazer. Consumir sem esperar; viajar, divertir-se; não renunciar a nada: as políticas do futuro radiante foram sucedidas pelo consumo como promessa de um futuro eufórico.⁹⁷

Toda essa consideração feita por Lipovetsky vem sendo confirmada na cultura do “aqui e agora” e “tudo já” definidos sem a perspectiva do amanhã que justifica a satisfação do prazer sem nenhuma proibição e, ainda, sem preocupações com o futuro. E mesmo quando a idéia de futuro é suscitada, ela está carregada de desejos de realizações pessoais que incorporam todo o modo de pensar do presente.

Assim, as esperanças que sempre alimentaram a juventude em sua trajetória construtiva são quebradas. Isso poderá ter um preço elevado para as gerações que florescem - é com a marca da insegurança que cada vez mais vive-se o presente. Concordamos com Adauto Novaes (1992)⁹⁸, quando ele afirma “esquecer o passado é negar toda efetiva experiência de vida; negar o futuro é abolir a possibilidade do novo a cada instante”. (p.9)

Em um artigo intitulado “Nova refutação do tempo”, Borges (1989:72)⁹⁹ escreve:

negar a sucessão temporal, negar o eu, negar o universo astronômico são desesperações aparentes e consolos secretos. No destino não é espantoso por irreal: é espantoso porque é irreversível e de ferro. O tempo é a substância de que estou feito. O tempo é um rio que me arrebatava, mas eu sou o rio; é um tigre que me destrói, mas eu sou o tigre; é um fogo que me consome, mas eu sou o fogo. O mundo, desgraçadamente é real; eu, desgraçadamente sou Borges.

O tempo e a realidade estão ligados irredutivelmente. Negar o tempo é sempre uma negação da realidade.

Em relação à técnica da informação, por exemplo (cibernética, informática, eletrônica), esta tem papel fundamental sobre o uso do tempo pois ela permite em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico (Santos:2001).

⁹⁷ Lipovetsky, G. op. cit. p.60-61

⁹⁸ Novaes, A. – Sobre Tempo e História – São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.9

⁹⁹ Borges, J. L. – Obras Completas, Buenos Aires, Emecé 1989, vol II, p. 72

Santos (2001)¹⁰⁰ argumenta, ainda, que uma das bases materiais do período atual, além da unicidade da técnica acima referida, é a convergência dos momentos, que se traduz pelo “conhecimento instantâneo do acontecer do outro”. Ele argumenta que não é o fato da hora ser a mesma em diferentes lugares; se o acontecimento e o conhecimento dele ocorrem na mesma hora, é que convergem os momentos vividos. Santos observa, ainda, que a informação instantânea e globalizada, por enquanto, não é generalizada porque ela é intermediada pelas grandes empresas. Ele escreve:

a ideologia de um mundo só e de aldeia global considera o tempo real como um patrimônio coletivo da humanidade. A História é comandada pelos grandes atores desse tempo real que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores dos discursos ideológicos. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Efetivamente, isto é, socialmente, é excludente. (p.28)

É preciso, então, que o tempo real não pertença a atores privilegiados e que possa ser efetivamente democratizado. Para tal, é necessário um outro enfoque diferente do que é hoje amplamente adotado. As bases para uma ação humana mundializada estão postas - as condições técnicas permitem que o mundo torne-se unificado. A idéia, então, é poder pensar-se numa globalização, diferentemente dessa, que é vertical, horizontal. (Santos, 2001)

Por isso mesmo, embora se reconheça a existência, em cada situação, de eventos sob diferentes graus de controle, a aceção de futuro aqui definida está na base de uma concepção de ser humano, segundo a qual este ser cria seu próprio “destino” dentro de um quadro de restrições, sem dúvida real, mas também por ele próprio modificável. Essa concepção assegura a idéia da força promotora da vida humana e do homem como ser social.

Do mesmo modo, a concepção de futuro é aquela que não o considera simplesmente numa dimensão cronológica ou, mesmo, como momento onde ocorrerão situações – boas ou más – mas, sim, a que considera o futuro como aquele momento que, expressando um conjunto de desejos, o homem fará acontecer.

Escreve Saramago (2000:155)¹⁰¹ : “a pena pior, minha filha, não é a que se sente no momento, é a que se vai sentir depois, quando já não houver mais remédio”.

¹⁰⁰ Santos, M. - op. cit. p.28

¹⁰¹ Saramago, José – A Cavema – São Paulo: Companhia das Letras, 2000

Dessa formulação duas conseqüências podem emergir. A primeira é aquela em que, considerando o futuro como algo que o homem fará acontecer, os mencionados conjuntos de desejos, em verdade, expressam conjunto de decisões. Não se trata, então, de antever o futuro, mas, sim, de definir-se perante ele. A segunda conseqüência é a de que o futuro importa ao homem não só pelo seu conteúdo de prospecção, mas, também, pelo que esse futuro contém de presente, de tal sorte que o ser humano, em sua dimensão individual e/ou social, defina-se hoje pelas suas expectativas/decisões quanto ao futuro – ou seja, o cenário futuro dependerá das decisões tomadas no presente.

O conceito de planejamento que daí emerge é aquele que permite a realização do homem reflexivo que, expressando seus desejos e limitações, busca situações mais próximas de padrões por ele mesmo estabelecidos e que, ao colocar esses desejos e limitações em instantes de tempo além do atual (mas com decisões tomadas no presente), realiza também a qualidade prospectiva, quando define os cenários a serem alcançados e os caminhos a serem perseguidos (Procenge:1979)¹⁰².

Tradicionalmente, o planejamento (ou ausência dele) vem operando com a idéia de que o futuro é apenas prolongamento do presente. Assim, presente e futuro são considerados de modo seqüencial, verificando-se entre eles relações determinantes e lineares.

A idéia que se expressa neste trabalho é de que esse vínculo presente – futuro não pode/deve ser visto desta forma. Sabe-se que só se pode tomar decisões no presente e, no entanto, é importante assinalar que essas decisões não podem/devem ser tomadas apenas para o presente. A decisão tida como a mais oportuna – sem contar a decisão de não decidir nada – pode nos comprometer por muito tempo, talvez até de modo permanente e irreversível.

É preciso aqui retomar a idéia exposta inicialmente de que o homem é sujeito e produto das relações sociais por ele criadas. Dentro dessa perspectiva, tal como afirmamos anteriormente, as forças sociais estabelecem um regime político, caracterizado por um acordo de base que diz respeito ao conjunto de regras de funcionamento da sociedade. Regras essas que dizem respeito à estratégia do modelo adotado por essa mesma sociedade.

¹⁰² Cadernos Procenge no. 5 op. cit

Essa estratégia pode ser explícita (tal como aquelas encontradas no modelo medieval) e/ou pode decorrer de um conjunto de políticas estabelecidas, incluindo regras que permitam a convivência (ou a repressão) com os grupos sociais que nela não estão representados.

Em outro extremo, pode-se buscar a construção de um modelo democrático radical, ao qual interessariam as propostas que não reproduzam as políticas pré-estabelecidas e que explicitem todos os efeitos (inclusive os econômicos) para toda a sociedade.

A decisão das realizações seria, então, nesse caso, tomada efetivamente pelo conjunto da sociedade.

É evidente que um governo institucionalizado tem sempre uma estratégia, mesmo que ela reflita contradições entre várias estratégias representadas por diferentes indivíduos, ou grupos, que dele participem ou não. Contudo, quanto mais a sociedade interferir diretamente com suas “estratégias”, mais democrática será a ação desse governo institucionalizado.

Temo pelo fato de não poder fazer minhas as palavras de Prigogine¹⁰³: “tenho a convicção de que estamos próximos a uma descrição mais aceitável da realidade, que evite a alienação e inclua a esperança no futuro”. (p.268)

Apenas o “otimismo da vontade” me impulsiona a fazê-lo.

2.2 Um breve retorno histórico aos conceitos

“Abria-se ao novo, ao inesperado”

(Ilya Prigogine)

Reforçando a idéia explicitada por Ilya Prigogine, é importante assinalar que o processo de pensar com outra lógica de organização social é exercício que demanda esforço teórico que nem sempre consegue ser explicitado em sua plenitude. Estamos por demais amarrados aos

¹⁰³ Prigogine, I. – op. cit. p.268 (grifo nosso)

mitos que foram em nós sedimentados, que nos tornaram, em alguns momentos, reféns de nossas próprias idéias.

Já assinalamos anteriormente, e aprofundaremos mais adiante, como os “termômetros” do modelo de desenvolvimento estão carregados da concepção ideológica difundida pelos próprios defensores do modelo, e nele próprio embutida. É preciso, então, para redirecionar o modelo, mudar também de “termômetros”. Mas, de nada serviria refletir sobre um novo futuro (não o que se prenuncia ao continuar “o império” do modo de produção capitalista), um futuro a ser construído em outras bases, se não compreendermos por que, e como, as razões pelas quais os antigos termômetros não nos servem.

Como primeiro passo, é preciso compreender porque, e como, foram criadas as leis econômicas que estruturam, numa verdadeira religião baseada na economia, o coração, a mente e, conseqüentemente, as consciências que condicionam os comportamentos de nossos contemporâneos.

Nunca é demais observar que a economia não existe em si. A dimensão da crença na economia e, mais ainda, no mercado, é criação do pensamento capitalista que cria leis para permitir e proteger o lucro capitalista, mas que são difundidas como **gerais e naturais**.

No Segundo Posfácio de O Capital¹⁰⁴, Marx observa que:

quanto mais se desenvolve o modo da produção capitalista, mais a economia política converte-se em ciência do Capital. Quanto mais o Capital se torna relação social predominante, menos crítica se torna a economia política. Quanto mais a luta de classes muda de eixo, e a luta não é mais contra a aristocracia, mas contra o proletariado, mais a economia política assume a naturalização das relações capitalistas e, em conseqüência, menos crítica é, e tem de ser.

Na Introdução à Crítica à Economia Política, Marx (1982)¹⁰⁵ salienta que: os economistas representam a produção como regida por **leis naturais, eternas e independentes** na História. Assim, definem relações burguesas como **leis naturais, imutáveis, da sociedade em abstrato**.

¹⁰⁴ Marx, K. – O Capital – Livro I, vol I – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

¹⁰⁵ Marx, K. – Introdução à Crítica da Economia Política (apontamentos econômicos dos anos 1857 e 1858 – publicados em 1939) - Coleção Os Pensadores - São Paulo: Abril, 1978

Observa ainda Marx (1982)¹⁰⁶ “não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade; diferenças dentro de uma unidade”.

Considerando essas reflexões de Marx como assertivas, concluímos que uma forma determinada da produção determina formas específicas de consumo, de distribuição e de troca, assim como as relações desses diferentes momentos entre si.

Um breve retorno histórico se faz aqui necessário para compreendermos as condições nas quais a economia vai assegurar sua autonomia em relação à religião, à ética e à política, dando um sentido novo ao conceito de riqueza, de produção, de valor e de utilidade.

Os atuais conceitos de riqueza, valor e utilidade não foram criados no abstrato. Eles surgem como espinha dorsal de uma relação que vai se tornando hegemônica, com a chegada da humanidade à relação capitalista de produção. Observa-se aliás que, se há um traço comum da maior parte das civilizações, esse traço é a desvalorização das noções de trabalho, de produção e, de um modo geral, da esfera econômica. Tomemos a criação do conceito de riqueza como ponto de partida para nossas reflexões.

Sob formas diversas, todas as civilizações colocaram a economia em segundo plano e, é hoje, o caso da maior parte das culturas da Ásia e da África para as quais o modelo cultural imposto pela mundialização constitui um choque ainda de difícil assimilação.

A análise histórica nos indica que a única economia válida era a “economia da salvação”. Essa era a visão atribuída pela Idade Média (cristã) da qual é necessário que se compreenda toda a força. A expectativa de vida não ultrapassava em muito os 30 anos e a fé na existência de uma outra vida era generalizada. Com essa perspectiva, a única questão importante era a preparação para a “vida eterna” que incluía evitar a “danação eterna”.

A esfera moral se deduzia da questão religiosa e a política se legitimava no “direito divino”. Nessa organização de sociedade, na qual a relação de produção da vida se dava entre o senhor feudal e o servo, o indivíduo não existia; ele era uma partícula elementar de um todo cósmico

¹⁰⁶ Marx, K. “Introdução à Crítica da Economia Política” Coleção Os Economistas - São Paulo : Abril, 1982 p.13

e social; não existia, então, a razão autônoma, pois a razão estaria a serviço da Revelação. Tempo em que a medida de riqueza era dada pela quantidade de pedras e metais preciosos e a produção tinha como finalidade precípua o consumo do senhor feudal e dos servos que a produziam. Apenas o excedente era destinado à troca.

Os séculos XIV, XV e XVI vêem surgir um novo mundo criando as raízes para o amplo florescimento no século XVII no qual a nova lei, aquela referente à economia, recusa toda atribuição moral, toda relação religiosa, emancipa-se do político, trata a natureza não mais como um cosmos misterioso, mas como um material maleável e não conhece senão três categorias - o indivíduo, o desejo, a razão – para se refundar sobre as ruínas do tempo anterior. Passa, então, a se reproduzir e auto reproduzir na sociedade.

Com o avanço tecnológico das forças produtivas, a produção agrícola cresce até níveis elevados, produzindo grandes excedentes, e absorvendo menor quantidade de mão de obra. A superprodução agrícola vai, então, liberar “mão de obra” que se encontrava localizada nos feudos e que vai se deslocando e inchando as cidades em busca de atividades que lhe permitam a subsistência.

“O homem”, agora sem as amarras do feudo, vai buscando a produção de sua vida vendendo aquilo que possui – a sua força de trabalho – para aqueles que vinham se dedicando à atividade de troca (usando o excedente agrícola e a produção artesanal/manufatureira) isto é, ao Comércio, principalmente ao comércio de longa distância.

Esse contingente que se dedica à troca de mercadorias, e que vai constituir-se na categoria comerciante, vai atribuir significado específico à produção dessas mercadorias; passa a vê-las como objeto de troca, e passa a denominá-las **riqueza**. Essa riqueza é, então, fruto da produção realizada pelos homens livres e que precisam também de liberdade para comercializá-las. Criam o lema “*laissez-faire*”, “*laissez-passer*”¹⁰⁷.

Toda essa nova forma de se relacionar para produzir a vida será apreendida, explicitada e justificada pelas correntes de pensamento que nela, e com ela, vão se construindo.

¹⁰⁷ Como palavra de ordem contra a aristocracia, que cobrava impostos elevados para que esses comerciantes transitassem em suas propriedades.

O conceito de riqueza começa, então, a se deslocar da produção e obtenção de pedras preciosas e do ouro e, ainda, de outros metais, e vai se definindo como fruto do trabalho. Essa idéia que será elaborada e sistematizada, primeiramente por Locke¹⁰⁸ e depois pelos seguidores de sua doutrina.

Com essas concepções, o trabalho, erigido como produtor de riqueza, ganha centralidade na obra dos pensadores do capitalismo.

Encontramos por exemplo em Locke (1973:51):

embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode dizer-se que são propriamente dele. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-se propriedade dele. Retirando-o do estado comum que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens. (*grifo nosso*)

E, adiante

embora a água que corre na fonte seja de todos, quem poderia duvidar que na bilha está somente a que pertence a quem a recolheu? Pelo trabalho tirou-a das mãos da natureza onde era comum e pertencia igualmente a todos e, de tal forma, dela se apropriou para si mesmo.¹⁰⁹ (p.52)

O novo homem de nossa era vai sendo construído no novo projeto societário emergente que lhe atribui as seguintes características:

- 1) a autonomia - o homem provido da razão passa a ser a referência, que é deslocada do divino. O individualismo funciona como uma espécie de “*a priori*”, como pressuposto maior que oxigenaria todo projeto que se consolidava – o projeto burguês;
- 2) a valorização do trabalho, conforme explicitado anteriormente¹¹⁰. O trabalho passa a ser entendido como virtude e não mais como castigo, tal como ocorria na Idade Média;
- 3) a produção, definida como apropriação da natureza pelo indivíduo, e nesse sentido, passa a ser sua propriedade¹¹¹;

¹⁰⁸ Locke, J. – define e fundamenta os Princípios do Liberalismo em seu “Segundo Tratado de Governo” op. cit., 1973. p.51

¹⁰⁹ Ver Locke op. cit. p. 52

¹¹⁰ ibdem

¹¹¹ ibdem

- 4) o dinheiro, essencialmente um meio para favorecer as trocas, é promovido à condição de si mesmo¹¹²;
- 5) a concepção de liberdade – o homem é livre para, usando a força de trabalho, se apropriar do que a natureza lhe oferece¹¹³. O homem como unidade autônoma se descola do divino e se estabelece como autor de sua própria vida.

Como essa mudança radical da qual somos herdeiros pôde se produzir?

É preciso compreender o coração dos “Tempos Modernos” se, no momento em que constatamos os desgastes ecológicos e sociais, nós queremos entrar numa nova era que, quem sabe, possa estar começando a se delinear e que terá como gênese as transformações que ocorrerão dentro dessa sociedade que realizou uma tripla revolução fundadora: a intelectual e cultural (inventando o indivíduo e a autonomia da razão); a política (fundando a legitimidade do poder, não sob o direito divino mas sob a vontade geral dos cidadãos); a tecnológica e científica (fazendo do “Progresso” o novo sentido da vida pessoal e coletiva).

Vivemos, hoje, a herança da Europa das Luzes, preparada pelo Renascimento e consolidada pelas Revoluções Britânica, Francesa, e, posteriormente pelas idéias transladadas para a Independência Americana e pela entrada na era industrial. São essas Revoluções do século XVIII e os movimentos sociais dos séculos XIX e XX que alicerçarão o terreno para o triunfo da economia.

Viveret (2005)¹¹⁴ assinala que o maior argumento inventado pela Revolução Francesa para desacreditar a sociedade que estava instaurada é o argumento da improdutividade. Ele observa que é a idéia de indivíduo, exercendo sua razão crítica, que vai embasar a revolta contra a Monarquia apoiada no direito divino. Ele diz: “é porque são economicamente parasitários que o clero e a nobreza se vêem desqualificados socialmente e politicamente”. (p.47)

¹¹² Marx escreve: **sendo todas as mercadorias meros equivalentes particulares do dinheiro, e o dinheiro o equivalente universal delas, comportam-se elas em relação ao dinheiro, como mercadorias especiais em relação à mercadoria universal** (O Capital – op. cit. p. 100)

¹¹³ Locke escreve: **liberdade de seguir a minha própria vontade em tudo quanto a regra não prescreve, não ficando sujeita à vontade inconstante, incerta e arbitrária de qualquer homem; como a liberdade de natureza consiste em não estar sob qualquer restrição que não a lei da natureza**(op. cit. p. 49)

¹¹⁴ Viveret, P. op.cit. p. 47

Segundo ainda Viveret (2005:47-48)¹¹⁵: “não haveria cidadania, nem República, no sentido Moderno do termo, sem esses indivíduos ‘racionais’ que reunidos em Assembléias fundaram o Direito e construíram ‘a vontade geral’”.

É nessa perspectiva que pode-se compreender a considerável transformação cultural da qual as definições da riqueza, de utilidade e de valor são exemplos maiores. Elas aparecem, ainda, ancoradas na concepção lockeana, nas obras de A.Smith, Ricardo, Malthus, Jean Baptista Say, Auguste Walras, Leon Walras e muitos outros. E, evidentemente, toda uma discussão sobre essas categorias toma conta de boa parte da obra de Marx.

Adam Smith introduz uma contribuição importante ao pensamento calcado na discussão sobre a formação da Riqueza das Nações, mudando o eixo até então considerado. As idéias de Smith vão trazer para um corpo teórico fincado no econômico, aquelas idéias de Locke explicativas e justificativas da, então, nova ordem daquela época (Tempos Modernos).

A publicação, em 1776, de “A Riqueza das Nações”¹¹⁶ torna disponível um conjunto de idéias que se baseiam na observação do real (visível) e que passará a justificar o liberalismo no plano econômico em nome de princípios universais que se originam na “natureza humana”. Segundo os teóricos do liberalismo, essa natureza é regida por leis em tudo semelhantes às derivadas do meio não humano; nas ciências físicas que começavam a se delinear¹¹⁷.

Nesse sentido é que queremos enfatizar o que afirmamos no item 2.1, que uma categoria, quando passa a existir no plano teórico, via de regra já está presente na organização da sociedade¹¹⁸.

Smith (1983) organiza e sistematiza, partindo do mesmo tronco de pensamento de Locke, um conjunto teórico que constituir-se-á na Economia Política, onde ele define o que vem a ser riqueza, quem a produz, e como os homens se organizam para produzi-la.

¹¹⁵ op.cit. p. (47-48)

¹¹⁶ Smith, A. – “A riqueza das Nações” – vol. I, Os Economistas, São Paulo : Abril Cultural, 1983, p.35

¹¹⁷ É a época do surgimento da física newtoniana que se baseia na idéia da existência da ordem natural das coisas e na autoregulação no mundo físico.

¹¹⁸ A arte é o terreno onde normalmente já podem ser identificadas as antecipações. A arquitetura do Renascimento, por ex., parece ter aparecido primeiro nas obras de arte e somente depois erigida nas cidades.

Smith (1983) define a riqueza ou o “bem estar das nações” como sendo identificada com o produto anual *per capita* que a nação produz. Esse produto é criado pela produtividade do trabalho “útil” ou “produtivo”¹¹⁹ e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total. Smith explicita, então, que a medida da riqueza de uma nação é dada pela quantidade de bens e serviços que essa nação produz; quem os produz é o trabalho e para produzi-los necessita-se de uma organização específica consolidada na “divisão do trabalho”. Ele diz:

o trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações. (...) o maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho.¹²⁰ (p.41)

A divisão do trabalho, para Smith, fazia parte da “natureza humana”, assim como ele afirmava que era também da natureza humana a atividade de troca, pois, a “propensão natural” que o homem tem à troca é que o levou a estabelecer a “divisão do trabalho”.

Para Smith, a divisão do trabalho é a grande causa do crescimento das forças da nação. Ela permite um crescimento na quantidade de trabalho que pode ser realizado pelo mesmo número de pessoas; logo, ela aumenta a produtividade do trabalho. E isto ocorre, porque:

- 1) há um crescimento na destreza de cada trabalhador ao executar sua tarefa;
- 2) permite uma poupança de tempo, pois evita a perda comum que cada trabalhador tem, na realização das tarefas, para passar de um tipo de trabalho a outro;
- 3) com a invenção das máquinas, o trabalho seria facilitado e abreviado, o que possibilitaria que uma única pessoa fizesse o trabalho que, antes das máquinas, teria de ser feito por muitos.

Sobre isso afirma Smith (1974:19)

esta divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não foi originalmente provocada pelo gênio humano, prevendo com intencionalidade a riqueza que ela viria proporcionar. Foi a consequência necessária, se bem que lenta e gradual, de uma determinada tendência ou propensão da natureza humana que tem como objetivo uma utilidade menos extensiva: a tendência para negociar e trocar uma coisa por outra.¹²¹

¹¹⁹ Aquele que produz um excedente de valor sobre seu custo de produção.

¹²⁰ Smith, A. op.cit. Introdução p.41

¹²¹ Smith, A. A Riqueza das Nações - Coleção Os Pensadores vol XXVIII - São Paulo: Abril Cultural, 1974 p.19

Malthus, partindo da mesma concepção smithiana escreve, em 1820, sua obra “Princípios de Economia Política”, cujo capítulo inaugural trata também da definição de riqueza e procura dar uma definição do termo que permita à, então, nascente ciência – a Economia – assegurar sua autonomia em relação a outros enfoques possíveis na sociedade. Para tal, é preciso, inicialmente, que ele recuse as noções muito restritas, tais como a dos Fisiocratas¹²² para os quais a riqueza vinha da terra¹²³. Malthus integra, como riqueza, os produtos ligados à indústria emergente. No entanto, procura não ampliar nem qualificar com profundidade maior sua definição, com o objetivo de evitar “introduzir muita confusão na Ciência da Economia Política”.

Encontramo-nos, então, diante de uma convenção cujo duplo objetivo é valorizar certas atividades em detrimento de outras (no caso em questão as produções materiais e mercadológicas) e de assegurar à economia os meios de afirmar sua autonomia, dando-lhe o status de uma Ciência objetiva baseada em comparações quantitativas.

Por razões vinculadas às bases da economia francesa, que se erigia fundamentalmente pela produção na agricultura, os Fisiocratas tinham a tendência à valorização da terra e da atividade concernente – a agricultura.

Smith, Malthus, Ricardo procuravam construir a autonomia da Economia Política nascente a partir da valorização dos resultados obtidos pela 1ª Revolução Industrial.

Os conceitos de valor e utilidade são conceitos que andam mais ou menos emparelhados, e estão sempre referidos à produção de mercadorias. Smith (1974:30-31)¹²⁴ afirma:

irei agora examinar as regras que os homens normalmente observam ao trocar as mercadorias por dinheiro ou entre si. Estas regras determinam o que pode ser designado por valor relativo ou variável das mercadorias. (...) Deve notar-se que a palavra valor tem dois sentidos diferentes, podendo exprimir a utilidade de um dado objeto ou a possibilidade desse objeto servir para comprar outras mercadorias.

¹²² Fisiocratas – que pertencem à corrente de pensamento liberal surgida na França e tendo como figura proeminente o médico/biólogo Quesnay, que pode ser denominado como Precursor do Liberalismo.

¹²³ Para Malthus, uma pessoa empregada em manufatura pode produzir acima do necessário para cobrir o que consome e para repor os estoques do seu patrão; nesse caso, aumentando a riqueza geral.

¹²⁴ Smith, A. op.cit. Os Pensadores (p. 30-31)

Smith salienta que, no primeiro caso, trata-se do valor de uso e no segundo do valor de troca, e alerta para o fato de que, na maior parte das vezes, as coisas que têm grande valor de uso possuem pequeno valor de troca. É ao valor de uso que Smith vai atribuir a “verdadeira” utilidade.

A medida do valor de cada mercadoria, para Smith, é dada pela soma dos salários e do lucro (incluindo aí a renda vinda da terra), que são pagos e auferidos na produção da dita mercadoria.

A idéia básica de Smith é de que na troca de mercadorias tende a haver uma troca de quantidades iguais de trabalho, utilizado em sua produção¹²⁵.

Ricardo¹²⁶ parte, ao desenvolver sua teoria sobre o valor-trabalho, dessa idéia básica exposta por Smith. Para ele, a dificuldade surge quando da aplicação da lei do valor à repartição da renda entre capital e trabalho.

Ricardo supunha que o salário seria relativamente uniforme e constante, sempre próximo do nível necessário à subsistência. E, nesse sentido, o valor do salário dependeria do tempo necessário para produzir a subsistência do trabalhador.

Se a produtividade do trabalho crescesse, o valor do salário (sempre somado em tempo de trabalho) diminuiria, elevando-se, em consequência, o lucro. Logo, salário e lucro variam sempre inversamente e seu movimento é determinado, basicamente pelas variações da produtividade do trabalho.

Assim define Ricardo(1982:43):

o valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho. (...) a água e o ar são extremamente úteis; são, de fato, indispensáveis à existência, embora, em circunstâncias normais, nada se possa obter em troca deles. (p. 43)

¹²⁵ Pode-se então, por essa afirmação, explicar porque uma mercadoria possui valor muito superior à outra; o tempo de trabalho necessário à produção de uma seria maior que o tempo de trabalho para produção da outra.

¹²⁶ Ricardo, D. - Princípios de Economia Política e Tributação - Os Economistas – São Paulo: Abril Cultural, 1982 - p.43

Para Ricardo, a utilidade, portanto, não é a medida do valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial. Ele afirma, então:

possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessário para obtê-las. Algumas mercadorias têm seu valor determinado somente pela escassez. Nenhum trabalho pode aumentar a quantidade de tais bens e, portanto, seu valor não pode ser reduzido pelo aumento da oferta . (p. 43 – 44)¹²⁷

Assim, ao falar das mercadorias, do seu valor de troca e das leis que regulam seus preços, Ricardo estará sempre se referindo às mercadorias que possam ter sua quantidade aumentada pelo trabalho e que possam ser produzidas em regime de concorrência.

Um outro autor chave, J.B.Say(1983)¹²⁸, vai introduzir com a definição de utilidade, uma grande inovação da qual nós não terminamos de viver as conseqüências. É no seu Tratado de Economia Política que ele propõe chamar de utilidade **esta faculdade que têm certas coisas de poder satisfazer às diversas necessidades dos homens**. Say introduz um laço fundamental entre 3 conceitos, que encontramos até os nossos dias: a utilidade, o desejo e o sacrifício, eles mesmos no coração do processo de criação de um quarto elemento, tão decisivo quanto misterioso: o **valor**.

Diz ele:

a utilidade de uma coisa faz com que essa coisa tenha um valor? Por que a utilidade que ela tem a torna desejável e leva os homens a fazer um sacrifício para possuí-la? Há coisas que têm valor e não utilidade, como um anel no dedo, uma flor artificial¹²⁹. (p.71) (...) vocês não entreverão a utilidade dessas coisas porque vocês não chamam útil senão o que está aos olhos da razão, enquanto que é preciso entender por esta palavra tudo aquilo que é próprio para satisfazer as necessidades, os desejos do homem. Ora, sua vaidade e suas paixões fazem nascer nele as necessidades tão imperiosas quanto as de eliminar a fome. Ele, só ele, é o juiz da importância que as coisas têm para ele e da necessidade que ele tem dessas coisas. Nós não podemos julgar a não ser pelo preço que ele está disposto a pagar¹³⁰.

Assim, a economia se desprende não somente da moral, mas de toda referência exterior. J.B.Say concebe muito bem que com essa noção radical de utilidade ele arquiva todo julgamento moral, e está feliz com isso. Pois isso exonera a economia política de responsabilidade do julgamento ético, e ele traça uma linha de demarcação nítida entre essa disciplina ainda nova e a ciência do homem moral e do homem em sociedade.

¹²⁷ op.cit. - O caso de obras de arte, por exemplo - p. (43-44)

¹²⁸ Say, J.B. – Tratado de Economia Política – Os Economistas – São Paulo: Abril Cultural, 1983

¹²⁹ Say, J.B. op.cit.p.71

¹³⁰ Say, J.B. ibidem.p.74

Tomemos, enfim, os nomes Walras, pai e filho, que elevam até as conseqüências lógicas as mais radicais esta redefinição econômica de utilidade.

O primeiro – Auguste Walras¹³¹ - em “Da natureza da riqueza e da origem do valor” resume bem a distância crescente entre ética e economia. Ele diz:

há pois essa diferença entre a moral e a economia política que a primeira não chame de úteis senão os objetos que satisfazem as necessidades assumidas pela razão, enquanto que a segunda atribui esse nome a todos os objetos que o homem pode desejar, seja no interesse de sua conservação, seja por efeitos de suas paixões e de seus caprichos. (p.63)

É aí que, como assinala Jean-Joseph Goux¹³² “a ciência econômica está pronta para um novo salto. Ela abandonará logo, sem escrúpulos, seu título de economia política para se tornar economia simplesmente”. (p. 51)

Leon Walras¹³³ – o filho – célebre teórico da economia marginalista, sistematizará ainda essa transformação nos “Elementos de Economia Política pura (1926)”:

eu digo que as coisas são úteis desde que elas possam servir a um uso qualquer e permita satisfação. Assim, não é o caso de se ocupar aqui das nuances pelas quais classifica-se, em linguagem corrente, o útil ao lado do agradável, entre o necessário e o supérfluo. Necessário, útil, agradável, supérfluo, tudo isto, para nós, tem o mesmo significado. (p.19)

Ele argumentava que uma substância, seja pesquisada por um médico para curar um doente, ou por um assassino para envenenar sua família, é uma questão muito importante de outros pontos de vista, mas totalmente indiferente se tomarmos como critério os conceitos econômicos definidos num corpo teórico criado para explicar os fenômenos no capitalismo. Assim, se analisarmos do ponto de vista estritamente econômico, o número de acidentes nas estradas é negócio rentável para a economia. (Viveret 2005)

Com a crise de 1929, o pensamento econômico vai sofrer alterações. O capital necessita que medidas sejam tomadas para poder continuar seu curso. Nesse sentido, “tudo tem de mudar para poder continuar como está”. Surge, então, o pensamento econômico desenvolvido por J.M. Keynes. Esse pensador vai se preocupar com o sistema econômico como um todo - com a renda global, o lucro global, o volume global da produção, o nível global de emprego, o

¹³¹ Walras, Auguste – “Da natureza, da riqueza e da origem do valor” – Os Economistas – São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 63

¹³² Citado por Viveret in “Reconsiderer la richesse” – op. cit. p.51

¹³³ Walras, Leon – “Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura” – Os Economistas – São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 19

investimento global e com a poupança global e não, com a renda, o lucro, o volume da produção etc. de ramos das empresas ou dos indivíduos.

Segundo Keynes, foram cometidos erros importantes ao se estender para o sistema, como um todo, as conclusões a que se tinha chegado de forma correta com relação a uma parte desse sistema tomada isoladamente.

A Teoria Geral cria um paradigma consistente para combater os problemas que se apresentaram: a recessão e o desemprego. São os pilares teóricos keynesianos que formam a política econômica, a partir do final da década de 30 e que se acentuam após a 2ª Grande Guerra. Essa política econômica foi decisiva para a saída da depressão e auxiliou o crescimento do capitalismo industrial do pós-guerra. A atividade econômica realizada pelo Estado na geração de demanda efetiva é definitivamente incorporada à prática econômica do sistema capitalista para revigorá-lo.

Assim, após a 2ª Guerra Mundial, a tarefa dos economistas se concentra no favorecimento da reconstrução material da Europa e, a partir das concepções aí elaboradas, a organizar um corpo teórico-ideológico que tem como objetivo o convencimento de que cada país deva entrar na, então, considerada 2ª Revolução Industrial.

Dentro dessa lógica, o que é definido como “economicamente bom” é “bom”, e a definição do que é “economicamente bom” é dada a partir de critérios e conceitos, classificados como científicos, amarrados em certa concepção que, por sua vez, define e amarra novos conceitos.

No caso que estamos tratando, os sujeitos que intercambiam mercadorias, e que medem o valor de umas pelas outras, assim como se medem uns pelos outros, e terminam por medir seu próprio valor pelo valor das mercadorias que trocam, precisam acreditar que mercadorias significam riqueza.

O conceito de riqueza no pensamento liberal embrica com o conceito de trabalho, considerando este como produtor daquela. Esse é um novo paradigma do mundo capitalista: o trabalho se torna o fundamento da riqueza.

Conforme podemos verificar nas vozes dos pensadores que construíram todo o escopo da moderna Economia Política, todos, sem exceção, defendem - e transferem essa defesa, como algo científico, para corpo da Economia Política - que a divisão do trabalho e a riqueza, medida como a produção, fruto desse trabalho, assim como a divisão do trabalho e a acumulação do capital (visto também como riqueza) por ele produzido, determinam-se mutuamente. Eles advogam ainda que só a propriedade privada, livre e autônoma pode produzir a mais eficaz e extensiva divisão do trabalho. Logicamente a mais eficaz e extensiva produção da riqueza. Assim sendo, a divisão do trabalho para eles é a força motivadora e motora principal na motivação da riqueza.

É bem outra a concepção marxiana de riqueza. Para Marx, a soma das medidas do valor (tempo de trabalho empregado na produção) presente nas mercadorias não equivale necessariamente à medida de riqueza de uma sociedade. Segundo Marx, a riqueza considerada como produção acaba produzindo o homem como mercadoria - mercadoria humana e, nesse sentido, produz também o homem desumanizado. Considerar o Trabalho como produtor de riqueza, tal como o definiam os liberais, é considerá-lo como uma forma de alienação, transformando-o em trabalho assalariado, logo, tornando o trabalhador escravo de seu salário. Marx chama a atenção para o fato de que não se trata, para mudar, de remunerar melhor esses “escravos”. Esse fato não restauraria o significado e o valor humano do trabalho. Essa concepção de riqueza leva o trabalhador a produzir capital e, como consequência, o capital necessitará de produzir o trabalhador para produzir mais capital-riqueza. E o homem como trabalhador, como mercadoria, é o produto de todo esse processo.

Marx (1967) escreve no 3º. Manuscrito Econômico e Filosófico¹³⁴:

a apropriação sensorial da essência humana e da vida humana do homem objetivo e das criações humanas, pelo e para o homem, não deve ser considerada exclusivamente na acepção de fruição imediata e exclusiva, ou na de possuir ou ter...Todas as suas relações humanas com o mundo - ver, ouvir, cheirar, saborear, pensar, observar, sentir, desejar, amar - em suma todos os órgãos de sua individualidade...são em sua ação objetiva (sua ação com relação ao objeto), a apropriação desse objeto, a apropriação da realidade humana . (p.120)

Assim, toda a concepção marxiana difere transcendentalmente daquela defendida pelo pensamento liberal. Ao fazer a crítica do desenvolvimento da Economia Política, e apoiado em suas reflexões, Marx (1968) define a riqueza de forma bem diferente do estabelecido.

¹³⁴ Marx, K. - Manuscritos Econômicos e Filosóficos in From, E. - Conceito Marxista do Homem – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.120

Ele diz: “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza”.¹³⁵ (p.41)

Marx defende ainda que é a partir da Revolução Industrial que a propriedade privada pôde consolidar o seu domínio sobre o homem e tornar-se, em sua forma, mais genérica, “a potência” na História mundial. Logo, conclui ele, só com a superação da primazia da propriedade privada é que o homem poderá produzir o homem humanizado - a si mesmo e a outros homens. O ator dessa superação é o próprio homem; ele e seu material de trabalho é que podem ser considerados como o ponto de partida e de chegada dessa superação que se traduzirá pela emancipação completa das potencialidades e sentidos humanos e imprimindo o caráter social e universal inerente à possível superação.

Marx (1967:130) denomina a Economia Política como ciência da riqueza e mostra como em sendo assim, ela é ao mesmo tempo

a ciência da renúncia, da privação e da poupança.....seu ideal moral é o trabalhador que leva uma parte do salário para a Caixa Econômica (...) Sua tese principal é a renúncia à vida e às necessidades humanas. Quanto menos se comer, beber, comprar livros, for ao teatro ou a bailes... e quanto menos se pensar, amar, cantar, pintar, esgrimir, etc, tanto mais se poderá economizar e maior se tornará o tesouro imune à ferrugem e às traças - o capital (...) Quanto menos se for, quanto menos se exprimir nossa vida, tanto mais se terá, tanto maior será nossa vida alienada e maior será a economia de nosso ser alienado.(...). O trabalhador deve ter apenas o que lhe é necessário para desejar viver, e deve desejar viver para ter isso.

Assim, podemos constatar que a definição de riqueza dada pela Economia Política - como produção de mercadorias - tem objetivo definido bem diferente daquele que coloca o homem no centro das preocupações, decisões e definições, daquele que parte tendo como objeto para o homem - o próprio homem - logo a natureza, a experiência sensorial, e as faculdades humanas sensoriais.

Marx (1967:122)¹³⁶ chama a atenção para o fato de que

não são apenas os cinco sentidos, mas, igualmente os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (desejar, amar, etc) em suma, a sensibilidade humana e o caráter humano dos sentidos, que só podem vingar através da existência de seu objeto, através da natureza humanizada. O cultivo dos cinco sentidos é a obra de toda a história anterior.

¹³⁵ Marx, K. - O Capital - Livro I, cap I, op.cit. p.41

¹³⁶ Marx,K. Manuscritos Econômicos op,cit, p.122

O que Marx parece sinalizar é que podemos admitir que o desenvolvimento/aprimoramento dos sentidos, e suas faculdades humanas, e a necessidade de atender a esse desenvolvimento comandaram a busca da ciência e da técnica nos sistemas que precederam o capitalismo. Ele diz, ao definir a ciência a serviço do homem: “a experiência dos sentidos tem de ser a base de toda ciência. A ciência só é ciência genuína quando procede da experiência dos sentidos, nas duas formas de percepção dos sentidos e necessidade memorial, isto é, só quando procede da natureza”. (p.124)

No que concerne ao desenvolvimento dos sentidos, são interessantes as considerações feitas por Brillat-Savarin (1995), nascido no século XVIII (1755), no período inicial da Revolução Industrial, cuja obra foi publicada no início do século XIX (1825) *Physiologie du Goût* ou *Méditations de Gastronomie Transcendante*¹³⁷. Ele, analisando a importância política das refeições, se detém de início à questão dos sentidos dos quais “o gosto” é parte integrante. Savarin define os sentidos não como cinco, mas afirma: “devemos contar pelo menos seis”. São eles:

a visão que abraça o espaço e nos informa, por meio da luz, da existência e das cores dos corpos que nos cercam; a audição, que recebe, por intermédio do ar, as vibrações causadas pelos corpos ruidosos ou sonoros; o olfato, mediante o qual percebemos os odores dos corpos que deles são dotados; o gosto, pelo qual apreciamos tudo o que é sábito ou esculento; o tato, cujo objetivo é a consistência e a superfície dos corpos; enfim, o genésico, ou amor físico, que impele os sexos um para o outro, e cuja finalidade é a reprodução da espécie. (p.33)

Savarin desenvolve sua argumentação sobre o desenvolvimento da espécie humana a partir do atendimento e criação das necessidades dos sentidos que, longe de serem perfeitos, podem ser, e o foram, aperfeiçoados, ampliando o espaço de percepção e intervenção do homem à natureza. Advoga que esse desenvolvimento avançou durante séculos, tendo sempre como causa ativa, embora imperceptível, as reivindicações dos sentidos. Atribui a essas reivindicações “a genealogia das ciências, mesmo as mais abstratas”. Segundo Savarin, o desenvolvimento das ciências: “é apenas o resultado imediato dos esforços contínuos que fizemos para gratificar os nossos sentidos”.¹³⁸ (p.35)

¹³⁷ Brillat-Savarin - A Fisiologia do Gosto - SP, Ed.Companhia das Letras - 1995, p.33

¹³⁸ Savarin op.cit p.35

Ao encaminhar sua justificativa para afirmação acima, Savarin se atém a exemplos nada desprezíveis sobre a visão e o tato. Ele mostra que tanto a visão como o tato, mas podemos acrescentar também sobre os demais sentidos, adquiriram, com o tempo, um notável acréscimo em seus poderes.

Por meio dos óculos, o olho escapa, por assim dizer, ao enfraquecimento senil que oprime a maioria dos outros órgãos. O telescópio descobriu astros até então desconhecidos e inacessíveis às nossas capacidades de mensuração; ele penetrou em regiões tão remotas que corpos luminosos e necessariamente imensos se apresentam a nós apenas como manchas nebulosas e quase imperceptíveis. O microscópio nos iniciou no conhecimento da configuração interior dos corpos; mostrou-nos vegetação e plantas cuja existência nem sequer suspeitávamos (...) vimos animais cem mil vezes menores que o menor daqueles que percebemos....¹³⁹(p.36)

Sobre a questão do tato, ele mostra que seu desenvolvimento se deu apenas em termos de “forças musculares”, nada tendo surgido enquanto desenvolvimento de órgão sensitivo¹⁴⁰. Com o desenvolvimento da mecânica - que amplia a força muscular - o homem foi capaz de executar projetos concebidos e de remover situações que estavam postas além de suas forças na natureza, e, ao fazê-lo, “o homem subjugou toda a natureza; submeteu-a a seus prazeres, as suas necessidades, a seus caprichos; modificou a superfície da Terra, e um frágil bípede tornou-se rei da criação”.(p.36)

Cada sentido tem como objeto a confirmação das faculdades desse sentido. O objeto do sentido só pode existir na medida em que a faculdade desse sentido existe por si mesma como capacidade subjetiva. Logo, o significado de um objeto do sentido só existe para aquele sentido determinado. Assim sendo, o objeto não é o mesmo para todos os sentidos. Assim podemos concluir, com Marx (1967:122), que “o sentido musical do homem só é despertado pela música. A mais bela música não tem significado para o ouvido não musical, não é um objeto para ela porque seu objeto só pode ser confirmação de minhas próprias faculdades”.¹⁴¹

Partindo dessas considerações, Marx (1967:122) afirma que: “o caráter de cada faculdade de sentido é precisamente sua essência característica é, pois, também, o modo característico de sua objetivação, de seu ser objetivamente real, vivo”.¹⁴²

¹³⁹ op cit. p.36

¹⁴⁰ Podemos acrescentar que o desenvolvimento do método de escrita para cegos - o braile - se baseia na possibilidade de uso desse sentido que compensa a ausência da visão.

¹⁴¹ Marx,K. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. op.cit. p.122

¹⁴² ibidem

Portanto, afirma Marx: “não é apenas em pensamento, mas por intermédio de todos os sentidos que o homem se afirma no mundo objetivo”.¹⁴³

Contudo, ao produzir de forma alienada os objetos que têm utilidade sensorial, as faculdades humanas sensoriais acabam se transformando em objeto. E assim, todos os sentidos passam a ser substituídos pela alienação de todos eles a um desejo construído de **ter**, criando, dessa forma, uma relação com as coisas que são elas mesmas, as coisas, uma relação objetiva consigo e com o homem. Essa relação se apresenta de forma bi unívoca, ou seja, nesse processo os homens também estabelecem uma relação humana objetiva entre eles e com as coisas. Essa relação no capitalismo se passa entre o trabalho e o capital.

Todo esse emaranhado circunstancial é gerado pela idéia estabelecida de que “um objeto só nos pertence quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é diretamente comido, bebido, habitado, etc, em síntese, utilizado de alguma forma”. (p.120)

Ao serem assim consideradas, as várias formas de posse são concebidas na sociedade como meios de vida e “a vida para a qual elas servem como meios é a vida da propriedade privada - do trabalho e do capital”. (p.120)

Partindo dessas constatações, pode-se afirmar, tal como o faz Marx, que a substituição da propriedade privada consubstanciada na relação trabalho versus capital é, pois, a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos.

É a superação da forma que está posta nessa relação que permitirá evidenciar a relação objetivo-subjetiva existente para cada sentido e estabelecer uma diferenciação entre os indivíduos, que será resolvida

por intermédio do desdobramento da riqueza objetiva do ser humano, permitindo, dessa forma, o cultivo e a criação da riqueza da sensibilidade humana subjetiva (um ouvido musical, um olho sensível à beleza das formas, em suma, sentidos capazes de satisfação humana e que se confirmam como faculdades humanas). (p.122)

¹⁴³ Marx,K. - Manuscritos - op.cit

Depreende-se dessas reflexões que a riqueza não pode ser definida apenas pelo seu lado material e, sobretudo, cumulativo. Considerá-la desta forma é abandonar a idéia de subjetividade inerente ao ser humano. É preciso, pois, construir um contexto social no qual subjetivismo e objetivismo, espiritualismo e materialismo, atividade e passividade deixem de existir como antinomias¹⁴⁴. (p.123)

A construção desse contexto deverá, necessariamente, considerar como **rico** aquele homem que para se desenvolver plenamente “precisa de um complexo de manifestações humanas” e que esse desenvolvimento se apóie também em sua auto realização existente como “necessidade interior, como uma necessidade”. (Marx:1967) (*grifo nosso*)

Dentro dessa lógica, a riqueza poderia ser definida como sendo a universalidade das necessidades e das capacidades dos indivíduos permitidas pelo desenvolvimento das forças produtivas e criadas no intercâmbio universal. Assim, a riqueza da sociedade seria medida pela riqueza simbólica, psíquica e material, não pela soma das riquezas subjetivas individuais, mas pela riqueza simbólica posta em circulação entre todos os sujeitos dela integrantes. E, ainda, **pela multiplicidade das potencialidades dos indivíduos, a satisfação de suas necessidades, o desenvolvimento de suas capacidades, o gozo e felicidade que pode ser compartilhado.**

2.2.1 Algumas considerações sobre as necessidades humanas

Ao analisar o modo de produção capitalista, pode-se constatar que a Revolução Industrial, marco importante na sua trajetória, é apenas um aspecto que vai intensificar e aprofundar a revolução social burguesa ocorrida bem anteriormente. No entanto, ela não representa tão somente uma revolução dos meios de produção pelas mudanças tecnológicas que lhe foram inerentes. Embora não se possa reduzir a essência da formação social capitalista à tecnologia industrial de produção, com ela ganham grande significado as instituições e os valores da sociedade burguesa que passam a ser considerados como integrantes naturais, fruto da divisão do trabalho mecanizado.

¹⁴⁴ Marx,K. Manuscritos . op.cit. p.123

Consoante, então, com as particularidades do processo de formação da sociedade burguesa, a ideologia do industrialismo interveio como a apologia do modelo industrial-urbano da sociedade.

Na ideologia do industrialismo, o “conforto das massas”¹⁴⁵ se eleva ao nível de um postulado metafísico - a-histórico - que se opõe à orientação da consciência para a elevação de valores culturais e para o desenvolvimento omnilateral do homem. Na qualidade de “consumidor do conforto”, o indivíduo atua como um elemento indispensável da sociedade industrial.

Como consequência da hegemonia dessa ideologia, sofre modificações todo o papel social “das necessidades”. Formadas de modo crescente pela manipulação publicitária, torna-se um instrumento de escravização do indivíduo pelo todo social. A fabricação de necessidades que, via de regra, está longe de corresponder aos verdadeiros interesses do indivíduo - se tomarmos como fundamentais a elevação dos valores culturais e o desenvolvimento omnilateral do homem - se converteu em um aspecto importante do funcionamento da sociedade industrial. Ela atua como deformadora da consciência social, servindo, ainda, aos fins de substituir a consciência de classe por uma consciência geral consumidora.

As necessidades artificialmente inculcadas no indivíduo se transformam em fator de integração forçada, aumentam sua dependência da sociedade e acentuam o poder sobre ele os que possuem os recursos para satisfazê-las. Isso, resulta do interesse dominante de manter a integridade das estruturas estabelecidas.

Segundo o pensamento liberal, um aspecto importante do valor da liberdade é a possibilidade do indivíduo poder optar. No entanto, quando o indivíduo reproduz necessidades que lhe são externas, impostas de fora, como se fossem próprias, o ato de optar acaba sendo uma ilusão de liberdade ou uma liberdade ilusória.

A liberdade de optar a partir de uma enorme diversidade de artigos e serviços não significa verdadeira liberdade. Essa liberdade acaba servindo, na verdade, para acentuar o controle social sobre o indivíduo contribuindo, dessa forma, para aprofundar sua alienação social. E

¹⁴⁵ A sociedade do bem estar social incorpora essa concepção

mais, na realidade, o aumento das necessidades e dos meios em satisfazê-las acarretam uma falta de atendimento delas e de seus meios satisfatórios.

Marx assinala que a indústria, que se configura como o refinamento das necessidades também se configura na violência delas, produzidas artificialmente. Toda gama de necessidades crescentes não libera o homem, pelo contrário, tornando-o cada vez mais **pobre** como homem, transforma-o em ser com necessidade crescente de **dinheiro**.

O paradoxo é que o poder de seu dinheiro diminui na razão direta do crescimento do volume da produção; isto quer dizer que sua necessidade cresce com o poder crescente do dinheiro (Marx:1967). Desta forma, a economia moderna cria, como necessidade real, a necessidade sempre maior de obtenção de dinheiro, transformando-o, cada vez mais, como única qualidade importante. O homem se aliena ao dinheiro. Marx (1967:128) afirma que: “essa alienação é em parte mostrada pelo fato de o requinte das necessidades e dos meios de satisfazê-las, produzir, como correspondentes, uma selvageria bestial, uma simplicidade completa, primitiva e abstrata das necessidades”.¹⁴⁶

Assim, consolida-se a idéia de que tudo aquilo que nos é difícil realizar o dinheiro pode comprar e, portanto, fazer no seu lugar. O dinheiro que pode tudo comprar tem como único objetivo criar mais dinheiro - se recriar - e, dessa forma, comprar a si próprio submetendo tudo mais à sua dominação (Marx:1967).

Ora, se tomamos como referência uma outra concepção de riqueza, obrigatoriamente teremos de reconsiderar a questão da definição das necessidades. Com esse objetivo nos apoiamos no trabalho desenvolvido por Elizalde (2002). Partindo de uma discussão conceitual sobre necessidade e necessidades humanas, Elizalde elabora uma análise crítica da sociedade consumista na qual estamos inseridos e convida à reflexão sobre a proposta de transformação dessa sociedade. A contribuição trazida por Elizalde está na reflexão que ele faz ao afirmar que, contrariamente ao que se vem admitindo, as necessidades do homem são limitadas e universais. O que é construído historicamente, segundo Elizalde, são as formas de satisfazer essas necessidades. São o que ele chama de “*satisfatores de necessidades*”.

¹⁴⁶ Marx,K. Manuscritos op.cit. p.128

Numa perspectiva de um sistema que não esteja ancorado na ideologia do Progresso, é mister elaborar uma outra teoria sobre as **necessidades humanas**. Com esse objetivo, o primeiro conceito a ser repensado é o de **necessidade**.

Elizalde salienta que a necessidade, tal como está definida, entendida como análoga ao desejo, tem um caráter de coisa infinita que se retroalimenta, já que a idéia latente é a de que para cada necessidade satisfeita, surgirão outras, as quais será necessário satisfazer.

Se adotarmos essa definição, nos depararemos com uma outra referente ao **sistema econômico** considerando-o *a priori* como orientado para satisfação das **necessidades**. Ora, nesse caso, teríamos de admitir que o sistema econômico deveria estar em eterno crescimento. Essa é a idéia que embasa todo o escopo da economia que se pretende ciência universal.

Dentro da lógica do sistema, e admitindo, portanto, as desigualdades por ele gerada, surgem teorias referentes às necessidades humanas. A mais utilizada é a que foi criada por Maslow (1975)¹⁴⁷. A teoria de Maslow parte da idéia de **necessidades humanas** como sendo divididas em patamares seqüenciais. Elizalde assim a resume:

Maslow organiza as necessidades em grande blocos estabelecidos em seqüência crescente e cumulativa; do mais “objetivo” ao mais “subjetivo”. Após satisfazer a de nível mais baixo (mais objetivo) é que o sujeito se vê motivado a satisfazer uma outra de nível mais elevado (mais subjetivo) (Elizalde, 2002:9).

Marcuse (1972) e Heller (1978) relativizam o caráter das necessidades humanas na medida em que estabelecem noções de necessidades diferenciadas, isto é, noções “de necessidades falsas” ou “necessidades verdadeiras”; “necessidades alienadas” ou “necessidades repressivas”.¹⁴⁸

É bem diferente de Maslow a reflexão trazida por Elizalde (2002)¹⁴⁹. Esse autor não vê as necessidades como integrantes de um sistema hierarquizado, no qual algumas são mais “necessárias” que outras, e que desconhece as inter-relações e interferências mútuas. Ele assinala: “a visão fragmentada do universo das necessidades impede a descoberta do elemento faltante nas teorias tradicionais sobre as necessidades humanas”.(p.10)

¹⁴⁷ Citado em Elizalde, A. “Satisfacción de necesidades humanas para una vida digna. Línea de Dignidad y Necesidades Humanas Fundamentales”. Mimeo, 2002

¹⁴⁸ Os economistas procuram resolver o problema criando uma variável próxima do desejo que seria o conceito de preferência - expressa pelas pessoas mediante o consumo

¹⁴⁹ Elizalde, A. op.cit.

E esse elemento é o que Elizalde denomina de “sistema de *satisfatores*”. Ele argumenta: “na visão tradicional, ao não dispor da noção de *satisfator*, se passa diretamente da necessidade (algo objetivo) ao desejo (algo subjetivo)”. (p.11)

Em sua proposta teórica, Elizalde define o sistema das necessidades e da satisfação das mesmas como sendo formado por três sub sistemas que interagem permanentemente:

- o sistema das necessidades humanas - aquele existente na interioridade do homem; a necessidade vivenciada de forma subjetiva. Essas necessidades humanas são universais;
- o sistema dos *satisfatores* - são as formas históricas e culturais mediante as quais o homem dá conta de suas necessidades humanas. Elas são a historização das necessidades; constituem as formas pelas quais em cada cultura, em cada sociedade, em cada circunstância histórica buscam-se as melhores formas de atender as necessidades de seus integrantes;
- o sistema de bens existentes - que são os artefatos materiais de cultura e são, primordialmente, forma exteriorizada. Eles desempenham papel importante na medida em que potencializam a capacidade dos *satisfatores* para dar conta da necessidade.

Esclarece Elizalde(2002:11):

sem dúvida, enquanto formas de fazer as coisas, os *satisfatores* por um lado são imateriais e, por outro, constituem a interface entre o que é a exterioridade e a interioridade; entre o subsistema dos bens e o das necessidades. Os *satisfatores* correspondem ao que poderíamos chamar de dimensão imaterial da cultura.

Elizalde (2002) defende que as necessidades são poucas e finitas. Ele as define em número de nove necessidades fundamentais. São elas: subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, participação, ócio, identidade e liberdade, possuindo cada uma delas um subsistema de necessidades humanas fundamentais dentro do sistema das necessidades¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Elas se relacionam mutuamente e o atendimento, em qualquer uma delas, abaixo de certo nível conduz ao desmoronamento do sistema de necessidades e conseqüentemente de vida - o que significa dizer que morre-se não somente de fome, mas também por carência de afeto, ou carência de identidade, etc.

Elizalde (2002:12) define que:

essas nove necessidades têm um estatuto ontológico semelhante. Não há nenhuma necessidade de menor importância que outra. Elas formam um sistema e, conseqüentemente, estão profundamente ligadas “umas às outras” constituindo o que poderíamos chamar de natureza humana.

Uma palavra sobre os *satisfatores* e sobre os bens¹⁵¹. Tal como dito anteriormente, são os *satisfatores* que definem a modalidade dominante que uma cultura imprime às necessidades. Como são elementos que contribuem para o atendimento das necessidades, eles podem incluir formas de organização; estruturas políticas, valores, normas, comportamentos, espaços e outros. É importante assinalar que eles, os *satisfatores*, estão permanentemente tensionados entre a **consolidação** de um *satisfator* ou a **mudança** dele.

O *satisfator* traduz, em sentido amplo, o modo pelo qual a necessidade é satisfeita; os bens são o modo pelo qual a necessidade é satisfeita em sentido estrito. Podemos defini-los como sendo o **meio** pelo qual os *satisfatores* são potencializados para suprir as necessidades.

É ainda Elizalde (2002:12) que argumenta:

quando a forma de produção e consumo de bens leva a erigir os bens como fins em si mesmos, a presumida satisfação de uma necessidade empana as potencialidades de vivê-la em toda a sua plenitude. Encontra-se aí fertilizado o terreno para a configuração de uma sociedade alienada que se joga numa carreira produtivista sem sentido. A vida se põe, então, a serviço dos artefatos em vez dos artefatos estarem a serviço da vida.

As reflexões e considerações de Elizalde chamam nossa atenção para o fato de que se queremos pensar uma organização social que permita o florescimento e a realização de todas as potencialidades humanas, não podemos considerar como conceitos norteadores de nossos propósitos aqueles que embasam as teorias que “iluminam” e “justificam” o modelo societário organizado em bases na relação capitalista de produção - baseado na propriedade privada dos meios de produção e do trabalho assalariado.

Essa outra visão, ao estar ancorada em novas formas de definir a riqueza e as necessidades humanas, se filia a um corpo teórico no qual economia, ética e moral estejam entrelaçadas de tal forma que não seja permitido cair em armadilhas teóricas que, na verdade, surgem para corrigir ou consolidar a trajetória do sistema. Sistema esse sobre o qual Thomas More

¹⁵¹ Podemos citar, a título de esclarecimento, os exemplos a seguir: a alimentação é um satisfator para suprir a necessidade de subsistência; uma “ordem política” satisfaz a necessidade de participação; a estrutura familiar - a necessidade de proteção, etc,etc.

escrevia na sua UTOPIA¹⁵²: *...car, dans ce siècle d'argent, où l'argent est le dieu et la mesure universelle, une foule d'arts vains et frivoles s'exercent uniquement au service du luxe et du dérèglement.* (p.91)

2.2.2 Sustentabilidade

A idéia de acrescentar um adjetivo “sustentável” ao termo desenvolvimento tem origem em 1987 quando Gro Harlem Brundtland, então presidente de Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, apresentou à Assembleia Geral da ONU, relatório onde chamava a atenção para o fato de ser o desenvolvimento sustentável um “conceito político”, definindo-o como “amplo para o progresso econômico social”. Esse documento, assinala Veiga (2005)¹⁵³ possuía intencionalidade política, no sentido de tornar viável a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominada Rio 92. Veiga observa que a expressão surge como fruto do debate travado nos anos 60 e que contrapunha crescimento econômico à preservação ambiental, fazendo surgir fundamentalmente duas correntes que se definiam em relação a essa temática.

A primeira alinhava posições que poderiam ser sintetizadas na afirmativa de que esse dilema era inexistente porque acreditava-se na factibilidade de combinação dessas duas opções, conciliando-as. Nesse sentido, não haveria para os defensores dessa corrente nenhuma contraposição entre crescer economicamente e preservar o meio ambiente.

A segunda grande corrente defendia a impossibilidade dessa conciliação. Chegavam a afirmar que “um dia será necessário encontrar uma via de desenvolvimento humano que possa ser compatível com a retração, isto é, com o decréscimo do Produto”.¹⁵⁴ (p.112)

Os defensores da possível conciliação argumentavam que as inovações tecnológicas, que certamente aconteceriam, poderiam superar qualquer impossibilidade para que o crescimento econômico continuasse seu rumo.

¹⁵² More, T. - L'Utopie – Paris :Nouvel Office d'Edition – 1965, p.91

¹⁵³ Veiga, J.E. – “Desenvolvimento Sustentável” – o desafio do século XXI – Rio de Janeiro: Garamond, 2005

¹⁵⁴ Veiga, José Eli da – op. cit. p.112

Em relação a essa questão, Mészáros (1989:23)¹⁵⁵ acrescenta que argumentar com o fato de que:

a ciência e a tecnologia podem solucionar todos os problemas a longo prazo é muito pior do que acreditar em bruxas, já que intencionalmente omite o devastador enraizamento social da ciência e de tecnologia atuais. Também nesse sentido, a questão central não se restringe em saber se empregamos ou não a ciência e a tecnologia com finalidade de resolver nossos problemas – posto que é óbvio que o que temos que fazer – mas se seremos capazes ou não de redirecioná-las radicalmente, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade de perpetuação do processo de maximização dos lucros.

Embora o debate sobre as questões ambientais tenham tido início em 1987 (conforme assinalamos no início), a preocupação com o meio ambiente¹⁵⁶ já é encontrada na obra de Marx quando critica Fierbach e denuncia a posição de idealista e abstrata na determinação de relação entre o homem e a natureza.

Mészáros (1989:22)¹⁵⁷ assim transcreve a “fala” de Marx:

Fierbach sempre se refugia na natureza exterior, na natureza ainda não dominada pelos homens. Mas, com cada nova invenção, com cada progresso da indústria, uma nova parte é arrancada deste terreno e o solo sobre o qual crescem os exemplos de tais proposições fierbachianas se reduz cada vez mais. A “essência” do peixe é sua “existência”, a água – para retomar apenas uma das proposições de Fierbach. A “essência” do peixe de água corrente é a água do rio. Contudo, esta água deixa de ser sua “essência”, deixa de ser um meio adequado de existência, tão logo o rio sofra a influência da indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros dejetos, tão logo sejam navegados por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência.

É a partir de toda essa discussão sobre o meio ambiente, ou primeira natureza, no dizer de Marx, que vai ser introduzida a idéia de sustentabilidade.

Em entrevista a “Brasil de Fato”, Maria Adélia de Souza¹⁵⁸ denuncia o uso político dos discursos sobre a natureza. Ela chama a atenção para a divisão feita por Marx, primeira e segunda natureza, definindo essa última (segunda natureza) como sendo aquela criada pelo trabalho humano. Segundo Maria Adélia, a “primeira natureza” (meio ambiente) que vem sendo utilizada como portadora de necessidades e sendo fruto de práticas políticas as mais diversas. No entanto, como diz essa autora, do ponto de vista das Ciências Humanas e Sociais – nas quais a discussão sobre desenvolvimento humano (e não econômico) se insere, o que

¹⁵⁵ Mészáros, I. A necessidade do controle social. Cadernos Ensaio II. São Paulo: Ensaio, 1989 p.23

¹⁵⁶ O que Marx denominou de “primeira natureza”

¹⁵⁷ Mészáros – ibidem, p.22

¹⁵⁸ Brasil de Fato, ano I, no. 17 de 26/06 a 02/07 de 2003

interessa é desvendar a gênese e a história da "segunda natureza", isto é, aquela, como assinala Marx, criada pelo trabalho humano.

Maria Adélia de Souza aprofunda sua crítica, denunciando que as expressões tais como "desenvolvimento sustentável" e "qualidade de vida" são metáforas que decorrem do sentido da politização feita em torno do discurso sobre a natureza. Tais conceitos, segundo ela, colocam como sujeito central da discussão o Planeta Terra, empanando a possibilidade de diferenciar Terra (o planeta) de Mundo (a sociedade).

Essa discussão posta por Maria Adélia de Souza está ancorada em conceitos que nos foram propostos por Milton Santos – sobretudo o conceito de espaço geográfico – e nos remetem a indagações de como e por quê o planeta vem sendo utilizado pelo sistema que é hegemônico.

Milton Santos (1987)¹⁵⁹ define espaço geográfico como um sistema indissolúvel de objetos. Sistema esse que é uma **Totalidade** em movimento e que é resultante do processo histórico da vida do planeta.

Ao trabalhar com a categoria Totalidade, Santos (1987) está considerando que há uma dominação geral e determinante do todo em relação às partes, que reflete as mutações e transformações históricas da realidade objetiva. É importante remarcar que tal como assinala Luckács:

a concepção dialético-materialista da totalidade significa primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem (...) segundo, a relatividade sistemática de toda totalidade tanto no sentido ascendente quanto no descendente (o que significa que toda totalidade é feita de totalidades a ela subordinadas também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo, sobredeterminada por totalidades de complexidade superior) e terceiro, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico, concreto e determinado.¹⁶⁰ (Luckács:1948)

É interessante observar como Santos (1987) desconstrói a idéia de **sustentabilidade**, quando afirma que essa idéia pressupõe um estado de equilíbrio. Ora, se se quer entender o "mundo" e o "planeta" no qual esse mundo está inserido (sociedade e Terra) é preciso considerar-se que tudo está em movimento e, portanto, é **insustentável**. Sustentabilidade ganha, então, uma outra dimensão.

¹⁵⁹ Santos, M. – "O espaço do cidadão" – São Paulo: Ed.Nobel, 1987.

¹⁶⁰ Luckács - As tarefas da filosofia marxista na nova democracia - 1948 - citado em Coutinho, C.N. Marxismo e Política op.cit.p.99

Seguindo a mesma lógica argumentativa, Maria Adélia de Souza destaca a questão ambiental como um tema a serviço da política, mas que não ajuda a avançar enquanto tema científico. Para ela, então, ecologia e meio ambiente se transformam numa terrível “astúcia” do modo de produção capitalista – é o Mundo (dos homens, da sociedade) que sai de cena deixando a vez para o Planeta (meio ambiente).

É preciso não desmembrar a questão e sim tomá-la em sua totalidade. Nesse sentido, deve-se partir do entendimento de que, embora não infinitamente maleáveis, a natureza e as necessidades humanas são mediadas historicamente. Contudo, o enfoque deve recair sobre o ser humano, não apenas como empiricamente determinado mas como um ser engajado de forma não alienada, totalizante e criativa.

Com a manobra estabelecida e denunciada por Santos (1987) e Souza (2003) de tratar separadamente a questão, toda a discussão acaba se deslocando das terríveis situações sociais e desumanas por que passam 2/3 da população mundial e vai se concentrar na finitude do planeta, na escassez dos recursos naturais, etc.

As denúncias de Milton Santos e Maria Adélia Souza parecem ser bastante pertinentes e se revelam revolucionárias no que diz respeito ao enfoque das questões que abordam.

Quando os organismos internacionais, braços do capitalismo internacional, defendem a idéia de Projeto Sustentável, encobrem o fato de que, na realidade, o maior inimigo da fome no mundo é aquele ente denominado **mercado**, e que é por eles defendido a ferro e fogo. É sabido que, tecnicamente, há a possibilidade de erradicação da fome. Contudo, opta-se por destruir alimentos ao invés de distribuí-los, para que não haja alteração no equilíbrio do mercado. Nesse sentido, sabe-se que o problema da fome hoje não está ligado ao mundo da produção. Como assinala Maria Adélia Souza, “a produção mundial de alimentos, aliada aos recursos gastos com as guerras, daria para deixar a humanidade mergulhada na abundância”. Ela afirma com razão que “as condições do conhecimento técnico, científico e informacional do mundo de hoje, não permitem mais colocarmos nos acidentes da natureza a culpa pela fome no mundo”.¹⁶¹

¹⁶¹ Brasil de Fato - edição citada

Isso nos remete, então, à verdadeira questão do problema que é um problema meramente político – isto é, a quem interessa terminar com a fome no mundo? Num mundo comandado pelo **mercado**, interessa a esse **mercado** atender a esse tipo de demanda dos pobres? Ora, nós sabemos que, o capitalismo se reproduz estimulado pela escassez e não pela abundância.

Essas considerações nos levam a concluir que o debate sobre sustentabilidade – carregado de significado – se insere dentro da lógica que nos comanda e um Projeto verdadeiramente democrático, com certeza, terá de ter o homem como protagonista, construindo um mundo baseado no respeito à vida e aos direitos humanos¹⁶² de todos.

Nesse Projeto, então, ao se romper com a lógica vigente, estar-se-á ultrapassando a idéia de sustentabilidade enquanto preservação da natureza. É lógico que estaria inteiramente descartada a idéia de que os recursos são absolutamente infinitos – coisa que nem o Planeta como um todo o é – e que, nesse sentido, a natureza pode ser explorada de forma predatória.

O modo pelo qual se dá o uso dos recursos naturais é determinante no processo de um desenvolvimento que poderá ser adjetivado de sustentável, mas, dependendo das dimensões priorizadas, e/ou consideradas, pode-se identificar de que forma está sendo tomada a idéia de sustentabilidade. Em um Projeto que tenha o homem como fim e como autor, a questão ambiental acaba se transformando em apenas uma das variáveis a serem consideradas e pode-se, inclusive, acrescentar que ela seria consequência das demais dimensões que deveriam orientar a lógica do Projeto.

O modelo de desenvolvimento calcado na reprodução do capital não se baseia na preservação do meio ambiente, nem na sua recuperação e regeneração. O modelo é, em si, predatório e não engendra compromisso geracional no sentido de preservar a possibilidade de vida dos seres futuros. Por outro lado, e como decorrência, não se impõe uma necessidade de Planejamento de longo prazo – nesse sentido, o futuro não é pensado no presente. O que se tem é um descompromisso com o futuro.

¹⁶² Aí incluídos direitos civis, políticos, sociais, etc.

Em oposição, o Projeto democrático pode ser definido como aquele que, de forma processual, possibilita às sociedades a administração das condições materiais de sua reprodução/superação redefinindo os princípios éticos e sócio-político-culturais que orientam seus recursos ambientais.

Nesse sentido, um Projeto que possua a democracia como proposta, e como método, permitindo a democratização efetiva de todas as instâncias de poder, com certeza incorporará a idéia de preservação da vida e comprometimento com as gerações futuras – condições evidentes de sustentabilidade. Pode-se afirmar que é só pela democratização que uma superação ao capitalismo poderá existir. Necessariamente, um processo real de democratização levará a essa superação, pois o capital só atua em hegemonia quando o processo não é democrático.

Albert Einstein, ao ser entrevistado sobre sua avaliação do século XX e sobre os desafios futuros, registrou uma enorme preocupação com a vida no planeta Terra, sintetizada na seguinte frase: “os principais problemas que a humanidade enfrenta hoje são de tal complexidade, que não poderão ser resolvidos utilizando-se a mesma forma de pensar usada para criá-los”.¹⁶³

2.3 Algumas considerações sobre Democracia

A idéia de democracia no mundo moderno surge como antídoto para o domínio da aristocracia durante todo o período feudal. Ela é produto, então, da necessidade sentida pela burguesia no seu processo de consolidação e expansão.

Se tomarmos os primórdios do capitalismo, podemos rastrear como o conceito retorna e como passa a ser utilizado, bem como as dimensões que lhe foram sendo atribuídas. Vale ressaltar, no entanto, que utilizados erroneamente como sinônimos, liberalismo e democracia expressam conceitos e posturas distintas em relação à natureza dos processos políticos implantados pela modernidade.

¹⁶³ in Simbalista, Olga – transcrito em “Um crédito às mulheres” – publicada no Jornal “O Globo” de 26/02/2001 p.7

O liberalismo se apóia na supremacia do indivíduo e da propriedade. A partir desses princípios por ele definidos, o liberalismo conceitua que os mesmos são a base de uma sociedade melhor, mais eficiente e competitiva.

A democracia é, na realidade, concebida como um conceito que se apóia no jogo de permanente negociação entre as diversas tendências existentes e a partir de um quadro legal no qual ocorre o processo político.

A exigência de democracia, com intervalos significativos, foi uma reivindicação dominante no século XX e continua sendo aclamada no início deste século XXI. É uma categoria que nenhum Partido Político coloca abertamente em causa. Contudo, esse consenso em torno da democracia não significa uma identidade conceitual. Na verdade, ao analisá-lo, pode-se constatar a ambigüidade que existe quando do uso do conceito. Ele é, na maioria das vezes, utilizado como obtenção da democracia formal e como atendimento dos direitos do cidadão. Direitos esses que se iniciam segundo o preceito estabelecido pelo direito à propriedade. Ao tomarmos a trajetória do conceito no mundo capitalista, ficam evidenciadas as diferentes concepções que o embasam.

John Locke, ao definir em 1690 os Princípios do Liberalismo, pouco se dedica a definir a democracia. Ela se situa, para ele, como forma de governar em oposição ao poder aristocrático que era assumido e transmitido por herança. Na realidade, sua preocupação maior se estendia à questão referente à propriedade e à liberdade (sobretudo a de ser proprietário). A base de sustentação de sua teoria está colocada no indivíduo dotado de capacidades diferenciadas. Para Locke, são as capacidades diferenciadas dos indivíduos que os colocarão em patamares sociais diferentes. A partir dessas diferenças individuais, Locke defende a existência das diferenças sociais. Ao quebrar com a idéia de que os direitos eram obtidos pelas leis Divinas, ele introduz a igualdade formal entre os integrantes da sociedade. Ora, a implementação desses Princípios não poderia se dar sob a égide do exercício do poder aristocrático e autocrático. A partir daí, a democracia ganha conotação singular e importante. Contudo, a defesa da mesma se passa em defesa do sufrágio restrito. Nem todos poderiam decidir sobre as questões definidoras da sociedade. Essas deveriam ficar a cargo daqueles credenciados para tal e que seriam representantes da sociedade como um todo. É a implantação da democracia representativa.

Mais tarde, já no século XVIII, Rousseau (1712-1778) elabora uma proposta que tem cunho democrático e popular. A reflexão teórica de Rousseau incorporaria outros temas e enfoques à reflexão política. Para ele, não seria mais a liberdade privada (logo restrita) a âncora da modernidade política, a fundação da convivência democrática, seria a igualdade. Com essa perspectiva, a democracia deve ser claramente direta e participativa.

Rousseau prega também um novo enfoque para o princípio de igualdade, diferente da definição que havia sido dada por Locke. Para ele, a igualdade, além de formal, deve se definir também num outro patamar, o da igualdade material. Segundo Rousseau, não há democracia onde exista extrema desigualdade. Tem-se assim, com Rousseau, uma ampliação do conceito de democracia que era visto apenas em relação à representação política e que dele participavam apenas os que se situavam no vértice da pirâmide social.

Para Rousseau, então, democracia implicava em igualdade social e econômica.

O pensamento de Rousseau não era hegemônico entre os liberais. Tocqueville, por exemplo, se rendeu à idéia de que a democracia era algo inevitável e irreversível. No entanto, para ele, não era algo positivo e, poderia se transformar em despotismo. Tocqueville julgava que seria impossível salvaguardar a liberdade através da existência das instituições democráticas, pois, para ele, democracia era a tirania da maioria. Dizia que era da própria essência dos governos democráticos que o império da maioria fosse absoluto, pois, na democracia, não existe nada que permaneça fora dos desejos da maioria. Em relação à questão da igualdade, Tocqueville não tinha dúvidas - para ele o ideal liberal, que defendia a esfera individual, era incompatível com o ideal igualitário, defendido por Rousseau, que aspirava um tipo de sociedade voltada para a uniformidade dos modos de vida e de condições.

O pensamento liberal em seu conjunto, defendendo o sufrágio restrito, se opunha também, em nome da liberdade do mercado, à organização sindical e, portanto, à organização da classe trabalhadora. Essa organização na França, por exemplo, só será efetivada depois da derrota imputada aos trabalhadores durante a Comuna de Paris¹⁶⁴, em 1871. Mas, foi somente em 1876 que se instituiu na França o sufrágio masculino e o sufrágio universal só seria conseguido plenamente em 1945.

¹⁶⁴ Primeiro Governo operário da História que durou apenas 62 dias - de 28 de março a 28 de maio de 1871.

Com todo o aparato teórico-ideológico atuante, desde os primórdios do capitalismo, foi somente em 1918 que surgiu na Inglaterra o germe do sufrágio universal. Nesse ano, após muita luta, foram implantados o sufrágio masculino e o voto feminino qualificado. O sufrágio universal só viria em 1928.

Em 1918 - ano do final da 1ª Guerra Mundial - Max Weber propôs um artigo para a Constituição Alemã, estipulando o voto direto popular (sufrágio) como forma de atuação enquanto árbitro da nação. O sufrágio chegou em 1919.

O sufrágio universal acabou se impondo por extensão progressiva ou por mutação brusca, freqüentemente provocado pelo choque das duas Guerras Mundiais cujas vitórias apareceram como uma vitória dos regimes democráticos.

A democracia passa a se apoiar então na garantia das grandes liberdades - pensamento, expressão, imprensa, reunião. A elas foram acrescentadas aquela que já havia sido conquistada desde 1880, a liberdade de associação, que permitiu o aparecimento do sindicalismo.

O ideal democrático com essas características se impõe também nas relações internacionais. A ONU afirma o direito dos povos a dispor deles próprios e o princípio da igualdade das nações se impõe no seio da sua Assembléia Geral.

Nos primeiros escritos de Marx, encontramos referências à democracia. Em “As lutas de classe na França de 1848 a 1850” ele escreve que a constituição da república democrática burguesa sanciona o poder social da burguesia. Contudo, ao mesmo tempo impondo condições democráticas, retira-lhe as garantias políticas desse poder e, com isso, contribuem para uma possível vitória das classes que lhe são hostis. Desta forma, a democracia põe em risco as próprias bases da sociedade burguesa. Assim, o uso da democracia se torna uma arma poderosa.

Lênin, contudo, advogava que a democracia burguesa, como qualquer outra forma de estado, era uma forma de dominação de classe que precisava ser esmagada e substituída pela ditadura do proletariado já pregada por Marx. As implicações dessa concepção são claras: uma política insurrecional de transição e uma tendência a considerar a suspensão das liberdades

democráticas burguesas como necessária para o avanço das sociedades socialistas. Ou seja, as liberdades democráticas burguesas eram, segundo Lênin e seus seguidores, consideradas como incompatíveis com o projeto socialista.

Bem outra é a concepção elaborada por Gramsci. Esse autor defende a necessidade de desenvolvimento e fortalecimento dos movimentos populares, existentes nas sociedades ocidentais, por meio da mobilização e da organização política, como forma de construir uma cultura contra hegemônica que pudesse estimular a disseminação das propostas de transformação para o socialismo. Essa concepção traz embutida a questão referente à participação democrática no sentido de construção de um consenso que, por força mesmo de sua construção, deveria se constituir em consenso democrático através do qual a sociedade seria conquistada para o socialismo.

Como consequência das crises do capitalismo (das quais a mais significativa ganhou o nome de Crise de 29) e da influência da ideologia marxista e a ocorrência da Revolução de 1917, emerge nos anos 1920-1950 a idéia de democracia econômica e social. Aliás, já no início do século XX, um outro pensador liberal, Schumpeter, valoriza positivamente a democracia, mas impondo uma redução bastante significativa no cumprimento das regras do jogo - a proposta de Schumpeter imputa uma renovação da elite no poder a cada cinco anos. Sua importante obra publicada em 1911, “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, atribui valor positivo à democracia no processo de desenvolvimento por ele definido. Para alavancar o desenvolvimento, é necessária a ampliação da democracia abrindo-a para a área social. É necessário que o projeto de desenvolvimento se transforme num projeto nacional, e para tal, é necessário que haja uma identificação “popular” com o Estado. Essa identificação formal, configurada na necessidade que disso tem o Estado na implementação do Projeto necessário ao desenvolvimento do capitalismo, leva a um controle da Economia por parte do Estado. Implantam-se e ampliam-se os mecanismos de Planejamento e configura-se uma legislação social que, fruto de lutas da classe trabalhadora, foi sendo cada vez mais diversificada e estendida. Assim, o processo de democratização cria e consolida a idéia de um Estado Providência.

Ampliam-se as conquistas dos trabalhadores (salário mínimo, assistência médico-hospitalar, seguridade social, seguro desemprego, etc). Fortalece-se a noção de cidadania. Essas características aparecem nos países centrais, sobretudo da Europa, como conquistas “eternas”.

A idéia de democratização concretiza-se também como democratização da escola exigida pelas necessidades impostas pelas transformações econômicas. O princípio da escola primária obrigatória e gratuita é estabelecido nas sociedades ocidentais desde o fim do século XIX. A democratização do ensino secundário e superior também se espalha pelos países do mundo ocidental, em exigência da qualificação requerida pelo desenvolvimento do capitalismo a partir da 2ª Revolução Industrial.

O retorno com força do liberalismo econômico na maior parte dos países, mesmo os que se designam como social democratas, determina o crescimento das desigualdades e os fenômenos de exclusão de numerosas camadas da população. Além disso, o processo de mundialização e de massificação esvazia de seu conteúdo o poder de decisão do cidadão: o poder das grandes empresas multinacionais domina amplamente o poder dos Estados. A democracia se torna escamoteada pela mídia, através das práticas de divulgação de sondagens, debates públicos que fazem do cidadão um simples espectador do mundo. Esses mecanismos utilizados tentam passar a impressão de que há participação de todos na vida política, econômica, social e cultural. Contudo, na realidade, a grande maioria da população não participa das escolhas e decisões da sociedade, ela, quando muito, observa.

E é como mero observador que, não se sentindo como participante efetivo, o “cidadão” passa a se abster e a rejeitar a classe política que, à sua própria percepção, encontra-se totalmente afastada de qualquer base que possa lhe dar sustentação. A democracia é um exercício que deve produzir em permanência a legibilidade e a visibilidade da sociedade. Se há um tal sentimento de não participação é porque a conjunção desses dois fenômenos - abstencionismo e rejeição aos políticos - coloca em xeque a validade da noção clássica de democracia, ou seja, a democracia representativa. Ou, pelo menos, demonstra a fragilidade que existe em considerá-la como único método válido a ser utilizado – o cidadão não se sente representado nesse processo.

No entanto, ao se pensar num processo de construção de uma sociedade pautada em valores humanos, não podemos abandonar a conquista, obtida pela classe trabalhadora, da ampliação e participação no processo de democracia representativa. Mas, como observamos, ela por si só vem se mostrando insuficiente para a garantia efetiva da democratização da sociedade. Logo, é necessário que se introduza a idéia de garantia radical dos direitos humanos, pois, se os

mesmos não forem plenamente atingidos e respeitados, fica comprometida a garantia de integridade do ser humano e fica evidente a não democracia na sociedade.

Devemos, então, lutar para a ampliação de democracia representativa estabelecida na sociedade capitalista, denunciando-a: lutar para preservá-la, lutar para ampliá-la e lutar para superá-la. Se queremos construir uma sociedade verdadeiramente democrática, devemos lutar pela incorporação de mecanismos que garantam o respeito à minoria e de processos que permitam a adoção da democracia direta sempre que a possibilidade se apresentar – seja no nível local, nacional ou internacional.

Como afirma Santos (2001:174)¹⁶⁵:

graças aos próprios progressos técnicos (descentralização de informação, instantaneidade de informação, etc) emerge a aspiração dupla a uma micro democracia da vida cotidiana e uma macro democracia planetária. A grande mutação tecnológica é dada com a emergência das técnicas de informação, as quais - ao contrário das técnicas das máquinas - são constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas, ainda que seu uso perverso atual seja subordinado aos interesses dos grandes capitais. Mas, quando sua utilização for democratizada, essas técnicas doces estarão ao serviço do homem.

¹⁶⁵ Santos, M. op.cit 2001, p.174

Se os pobres querem se tornar como os ricos, será preciso ao menos, cinco planetas a mais. Como nós só temos um, o problema se situa nas mãos dos ricos. Existe uma visão que possa ter em conta essa problemática?

(questão colocada por Satish Kumar ao Primeiro Ministro Sul- Africano Thabo Mbeki no Fórum de Davos)

A resposta de Mbeki foi negativa

3. Algumas considerações sobre o modelo

3.1 O modelo de desenvolvimento

Em entrevista ao jornal O Globo, em 27/08/2000, o ex-embaixador americano no Brasil – Sr. Lincoln Gordon – afirmou que se o Brasil seguir o rumo certo poderá se tornar um país do 1º Mundo entre 2015 e 2020. Afirmava, ainda, o Sr. Lincoln Gordon que, com a democracia e a economia estabilizada, o Brasil teria uma segunda chance de se desenvolver – a primeira, segundo ele, foi com o governo JK, que foi estancada com a renúncia de Jânio Quadros. E ele salienta que o único obstáculo para a efetivação da entrada do Brasil no “mundo desenvolvido” seria a instabilidade do sistema político, caracterizado por sua estrutura partidária, pela existência do voto proporcional e pelo poder excessivo dos governadores estaduais.

A idéia que é sustentada neste trabalho é a de que a afirmação do Sr. Lincoln Gordon se apóia em concepção que pode ser classificada desde equivocada até irresponsável ou, ainda, o que é mais provável, uma afirmação intencional, que parte de sua própria concepção, para difundir a assertiva das proposições que vêm sendo elaboradas pelos condutores de políticas dentro do modelo vigente. Isso porque, nós afirmamos, em primeiro lugar, a ascensão do país no patamar considerado de país desenvolvido não é algo posto no nível da possibilidade para os anos entre 2015 e 2020 nem para anos mais distantes. Em segundo lugar, é preciso salientar que, mesmo sendo viável colocar essa possibilidade em horizonte futuro, esta não é necessariamente uma meta que se apresente como meta desejável.

Mészáros (1989:19)¹⁶⁶ assinala que:

uma década atrás os Walt Roston's deste mundo ainda vaticinavam confiantemente a adoção universal do padrão norte-americano de “alto consumo de massa” no intervalo de apenas um século. Eles não podiam ser importunados com cálculos elementares, mas evidentemente necessários, que lhes demonstrariam que a eventual universalização do referido padrão – para não mencionar a tolice que este ideal representa em termos econômicos e sócio-políticos – determinaria a exaustão dos recursos ecológicos de nosso planeta muito antes do final daquele século.

¹⁶⁶ Mészáros, I. “A necessidade do controle social”. Cadernos Ensaio II – série pequeno formato São Paulo: Ensaio, 1989. p.19

O Projeto adotado pelos países capitalistas avançados, ao longo da história, foi construindo enorme distância entre esses países tidos como centrais – de onde são enviadas as diretivas que devem ser seguidas por todos – e aqueles que, em contraposição, são os considerados pertencentes à periferia do sistema como um todo. Esses últimos são denominados subdesenvolvidos e, em alguns casos, países em desenvolvimento.

Assim, a idéia de subdesenvolvimento é uma idéia que se coloca sempre em contraposição, por comparação, a uma outra situação – a que equivale aos padrões de consumo construídos no, e pelo, Primeiro Mundo. É o aspecto contraditório do processo histórico e a importância em desvendá-lo se justifica para se atuar na proposta da superação.

Vários são os estudos que desvelam as alterações profundas que vêm ocorrendo nas estruturas tradicionais do capitalismo e que permitem contínuo avanço do mesmo que, apesar das crises de superprodução, vem atingindo resultados que eram inconcebíveis nos séculos passados, em relação ao progresso técnico, ao crescimento da produção e à elevação dos níveis de vida. Todo esse avanço, contudo, traz consigo a produção de desigualdades que vão se agravando de forma diretamente proporcional ao seu desenvolvimento. E, mais, esse avanço continua em sua trajetória predatória, tratando as fontes de energia disponíveis na natureza e demais recursos naturais como algo sem valor, não considerando, em sua voraz satisfação, a destruição dos mesmos, que pode comprometer a sobrevivência da espécie humana.

Celso Furtado (1974:69)¹⁶⁷ lembra que:

embora a base de recursos naturais seja constantemente renovável pelo desenvolvimento tecnológico, a americanização dos padrões de consumo provocaria uma pressão maciça sobre o ecossistema eliminando as bases de sustentabilidade ecológica, econômica e social (...) o quadro estrutural presente do sistema capitalista mostra que o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneização, e uma constelação de economias periféricas cujas disparidades continuam a agravar-se.

Já em 1974, Celso Furtado chamava a atenção para o fato de que a questão do desenvolvimento econômico, nos moldes em que estava colocado, se apresentava como um mito. Esse mito era evidenciado na literatura sobre a questão. Hoje já é bastante intensa a

¹⁶⁷ Furtado, C. - O Mito do Desenvolvimento - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p.69

literatura que o denuncia¹⁶⁸. A Literatura se baseava, então, na crença de que era evidente que os padrões de consumo criados pelo modelo de desenvolvimento econômico dos países centrais poderiam ser universalizados. Essa idéia sintetiza que os padrões atingidos pela minoria da população mundial – e que faz parte, em sua maioria, daqueles países altamente industrializados – poderiam ser acessíveis às grandes massas da população em expansão que forma o conjunto dos países subdesenvolvidos.

Hoje está bastante evidente que esse “mito” foi algo propagado pelo pensamento hegemônico e serviu “para manter um modelo de acumulação do qual o capital necessitava para se expandir”. Uma rápida excursão às fontes nos explicitaria esse mito.

Nos últimos 50 anos, o rendimento mundial cresceu cinco vezes (em PIB real) e o rendimento por pessoa (PIB per capita) cresceu 2,5 vezes. Isto significa que a riqueza real mundial cresceu duas vezes mais do que cresceu a riqueza da população mundial.

Pode-se concluir, a partir desses dados, que o ganho obtido pelo crescimento da economia mundial foi distribuído de forma muito mais desigual – nacional e internacionalmente – observando-se, então, o crescimento da desigualdade e da exclusão social.¹⁶⁹

No início do ano 2000, o BIRD (Banco Mundial) anunciava:

- 1) quase 2,8 bilhões de pessoas, metade da população mundial, vive com renda menor que US\$ 2,00/dia;
- 2) 1,2 bilhões de pessoas têm renda diária inferior a US\$ 1,00;
- 3) 1,5 bilhões não têm acesso à água potável;
- 4) 2 bilhões não têm serviço de esgoto;
- 5) 130 milhões de crianças não freqüentam escolas.

Ao se analisar esses dados, observa-se que aproximadamente 2/3 da população vive em condições precárias e sub-humanas e 1/3 vive em bolsões de abundância, nos quais estão

¹⁶⁸ Ver, por exemplo, Arrigui, G. “A ilusão do desenvolvimento”, Rio de Janeiro: Vozes, 1988; DUPAS, Gilberto “Economia Global e exclusão social” pobreza, emprego, estado e o futuro do Capitalismo, São Paulo: 1999 e Ética e poder na Sociedade da Informação: revendo o mito do progresso in Revista Brasileira de Educação, n°18, set/out/nov/dez 2001. ANPED

¹⁶⁹ exclusão social – contingente de pessoas que são postas à margem, sem acesso ao aparato social existente e reduzida ao consumo abaixo da sadia manutenção de vida.

incluídas faixas diferenciadas de acesso ao consumo de bens e serviços disponíveis. Projetando os dados para 2025 concluiu-se que seríamos mais 2 bilhões dos quais enorme parcela se juntaria aos quase 3 bilhões já existentes¹⁷⁰.

Essa abundância à qual nos referimos está evidentemente ligada à crescente acumulação que o capital vem conseguindo efetuar. E ele o faz buscando maior produtividade do trabalho conseguida pelo desenvolvimento tecnológico. No entanto, e pelo mesmo motivo, vem crescendo exponencialmente o número de pessoas que vão sendo alijadas do processo, constituindo-se como excedente da classe trabalhadora. Em consequência, cresce a pobreza e/ou miséria de enormes contingentes populacionais.

Já em 1864, Marx escrevia:

não há desenvolvimento de maquinaria, nem descoberta da química, nem aplicação da ciência à produção, nem aperfeiçoamento dos meios de comunicação, nem colônias novas, nem emigração, nem abertura de mercados, nem livre comércio, nem tudo isso junto que possa eliminar a miséria das massas trabalhadoras.¹⁷¹

Se cotejarmos essas afirmações de Marx com os dados que nos fornecem os organismos internacionais, tais como BID, ONU (PNUD), BIRD e outros tantos, concluiremos que elas possuem vitalidade nos nossos dias. Essa não é, contudo, a afirmação assumida pela Economia Política que vem guiando o pensamento hegemônico.

Ao contrário, a idéia de que era necessário colocar todos os recursos no crescimento econômico, para diminuir desigualdades, foi a idéia que todos os economistas e políticos passaram a utilizar em suas ações e construções teóricas e/ou práticas – na área de planejamento, por exemplo.

É ainda Furtado (1974:16) que mostra como:

pouca ou nenhuma atenção foi dada às consequências, no plano cultural (...) de um crescimento exponencial do stock de capital. As grandes metrópoles modernas, com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deteriorização dos serviços públicos, fuga da juventude na anti-cultura, surgiram como um pesadelo no sonho do progresso linear em que se embalavam os teóricos do

¹⁷⁰ Dados segundo projeções das Nações Unidas – “Note by Secretary General of the United States to the Preparatory Committee for the International Conference on Population and Development, third Session: in Sen, A. “Desenvolvimento como Liberdade”. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.242

¹⁷¹ Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores citado em Rosdolsky, R. - Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx - Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 2001, p.253

crescimento (...). Menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados.¹⁷²

De qualquer forma, apesar das considerações acima assinaladas, é importante salientar que vários estudos, já então, chamavam a atenção para o fato de que as economias capitalistas avançadas já apresentavam tendência a depender, para continuar na trajetória predatória de acumulação, de recursos não renováveis e que não eram produzidos internamente. Dentro dessa perspectiva, pode-se assinalar os estudos de Jacques Athaly¹⁷³ e o - de grande impacto - produzido pelo Clube de Roma¹⁷⁴.

O estudo realizado pelo Clube de Roma, simula um sistema fechado, em escala planetária, para se analisar o que acontece em relação aos recursos não renováveis, mantendo-se o modelo de desenvolvimento e estendendo os seus “objetivos” para todo o planeta. Ou seja, admitindo a idéia hipotética que eles formularam, abandonando todas as questões referentes às relações sociais indesejáveis, o que aconteceria se as atuais formas de vida dos povos ricos chegassem efetivamente a universalizar-se?

A resposta encontrada pelos formuladores da simulação é clara, não deixando brechas para ambigüidades. Se tal acontecesse, as pressões sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso.

Celso Furtado (1974:16)¹⁷⁵ afirma ainda que

a evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação do valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico (...) a atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do processo tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los.

Tomando como assertiva essas considerações de Furtado, pode-se afirmar que, na medida em que a acumulação de capital avança, maior vai sendo a interdependência entre o futuro e o passado.

¹⁷² Furtado, C. op.cit p.16

¹⁷³ Jacques Athaly, economista francês, membro do PS vem discutindo, desde a década de 70, nova forma de medir desenvolvimento. É dele a expressão FNB (Felicidade Nacional Bruta) em contraposição ao PNB.

¹⁷⁴ The Limits Growth – estudo preparado por um grupo interdisciplinar do M.C.T. para o Clube de Roma.

¹⁷⁵ Furtado, C. op.cit. p.16. Furtado refere-se aqui ao “valor de troca”.

É preciso, pois, ter claro que quanto mais aumenta a inércia do sistema, mais lentas se tornam as correções de rumo possíveis em relação ao ecossistema, ou mais esforço é exigido para essa correção.

Vale ainda uma reflexão a respeito do trabalho do Clube de Roma, no sentido de precisar as considerações feitas inicialmente. Dentro do modelo estabelecido pelo estudo do Clube de Roma, a economia mundial se comportaria, em termos de desenvolvimento econômico, seguindo os padrões de consumo dos países desenvolvidos, notadamente os padrões americanos. Ora, a partir da hipótese da possibilidade de homogeneização dos padrões de consumo no nível planetário, é aceitar (ou mesmo definir) que o subdesenvolvimento seria uma questão de estágio pelo qual alguns povos estariam passando na busca de trilhar o caminho já percorrido por outros.

Essa aceitação nega, de base, o fato de que o subdesenvolvimento é uma construção histórica conseqüente de uma outra construção histórica, traduzida por desenvolvimento. Dentro da concepção estabelecida, o que vem a ser aceito como país desenvolvido, inclui a necessidade da existência do seu contrário. São, na realidade, duas faces da mesma moeda.

O mundo capitalista é, e assim deve ser visto como, uma **totalidade** formada por países desenvolvidos (leia-se também dominantes) e por países subdesenvolvidos (leia-se dominados). Visto dessa forma, podemos considerar que o nível de vida atingido nos países desenvolvidos se deve, em grande parte, àquele nível observado nos países subdesenvolvidos. Tomando o mundo capitalista como uma **totalidade**, entendemos, então, que há relação de interdependência entre os dois grupos de países.

Podemos ainda tecer considerações referentes a essa interdependência hoje, e cada vez mais, disseminada pelo processo de “globalização” que se instalou a partir da década de 70. É um processo diferente do antigo processo de mundialização, mas pode ser considerado como uma etapa superior àquela que em sua forma mais geral teve início já na Antiguidade.

Na Antiguidade, grandes impérios conquistaram outros povos e foram o mais longe que seus exércitos conseguiram atingir. A conquista do mundo pelo Império Romano é prova incontestável. Com o advento do capitalismo, e para ampliar o comércio, conquistando novos mercados, cresceu o impulso às grandes navegações. Mais tarde, e como conseqüência do desenvolvimento das mesmas, e em nome de interesses superiores ditados pelas diferentes

Metrópoles, foram criados os grandes Impérios coloniais, impondo suas leis e suas prioridades ao conjunto dos países, em todos os continentes, provocando o que denominavam integração econômica, deixando marcas que nunca mais foram eliminadas; marcaram com ferro e fogo a sua negatividade.

O fenômeno denominado “globalização” tem também efeitos negativos, tanto sobre as economias quanto, como consequência, sobre a sociedade, sobre as condições de vida e ainda sobre os meios de vida propriamente ditos.

Muitos são os efeitos negativos da “globalização”, dentre os quais podemos citar:

1. mesmo dentro de uma lógica de crescimento econômico, é importante assinalar que esse tão almejado crescimento se dá com a diminuição do emprego; ele se apóia sobre a redução dos efetivos, tanto no setor privado quanto no setor público;
2. crescimento da pobreza - dentro das circunstâncias estabelecidas, estamos sendo testemunhas de um fenômeno que tem caráter duplo, isto é, de um lado, assistimos à crescente distância entre os países “ricos” e “pobres”, de outro se aprofunda a distância entre “ricos” e “pobres” no interior de um mesmo país. Esse fenômeno ocorre em todos os países;
3. a deterioração do meio ambiente - o comércio internacional, tal como comandam suas regras, imprime, necessariamente, efeitos nefastos sobre o meio ambiente, tais como: a super exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis, o crescimento do lixo industrial que é jogado ali diariamente, a perda consequente da biodiversidade.
4. o crescente investimento militar - é preciso explicitar o paradoxo que existe entre o discurso que veicula uma visão do papel pacificador dos mercados e a imposição estendida a todos os setores da “lei da oferta e da procura” que só se realiza (quando realiza) recorrendo-se à força. Para que tal ocorra, as somas consagradas às despesas militares estão sempre crescendo.

Como se passa todo esse processo? Quais os mecanismos usados para a efetiva implantação da idéia de “globalização”? Os principais instrumentos utilizados para a implementação desse processo podem ser sintetizados em número de três. São eles: os acordos de livre mercado; as zonas francas e os chamados Programas de ajuste estrutural.

Como se chegou a esses instrumentos?

Os países “pobres”, subdesenvolvidos, que orientaram toda a sua economia para a promoção das exportações, os que criaram as zonas francas¹⁷⁶ ou os que permaneceram com a especialização voltada para a agricultura (essa também visando a exportação) encontraram-se, em determinado momento, bastante endividados. Suas dívidas foram contraídas para construir uma infra-estrutura que sensibilizasse as multinacionais, com o intuito de neles se implantarem. Quando os preços dos produtos a serem exportados caíram, eles não conseguiram pagar as dívidas contraídas. Todo esse processo se deu na década de 70 e, já no início dos anos 80, esses países - endividados - foram obrigados a renegociar suas dívidas. Para tal, tiveram que subscrever novos empréstimos, que foram realizados sob a orientação do FMI e do Banco Mundial (BIRD). Esses organismos impuseram, para tal, ajustes estruturais que se implantavam para proteger os interesses do capital.

Podemos, de forma sucinta, resumir esses ajustes dos quais fazem parte os seguintes elementos:

1. corte das despesas governamentais - o pretexto para tal era a luta contra o déficit público. Para diminuí-lo, seriam necessários cortes em todos os setores governamentais - saúde, educação e programas sociais. Com as despesas reduzidas nesses setores, assiste-se a perdas massivas de emprego;
2. retirada de obstáculos ao comércio internacional - isto significava, e significa, abolição das tarifas aduaneiras e acarreta concorrência dos produtos importados com os locais. Esse fato cria uma multiplicação das falências das empresas locais;
3. desregulamentação dos preços dos bens e serviços, incluindo aí desregulamentação da mão de obra - isto significa o abandono de subsídios aos produtos de base e essenciais, acarretando a alta dos preços desses produtos e a diminuição dos salários - fruto da “flexibilidade” imposta ao trabalho. Como consequência, observa-se uma brutal queda do nível de vida do trabalhador;

¹⁷⁶ Em relatório publicado em 1998, o BIT (Bureau International du Travail) avalia em 27 milhões o número de assalariados distribuídos em 845 zonas francas. O Relatório denuncia as condições de trabalho que prevalecem nessas zonas: salários baixos, longas horas de trabalho, insalubridade, preços exorbitantes dos aluguéis, etc.

4. privatização das empresas públicas - essa decisão facilitará a compra das empresas públicas por capitais privados, em sua maioria pertencentes a multinacionais, que as comprem por baixo preço. Essa transposição de mãos acarreta alta nos preços dos serviços oferecidos por essas empresas, tornando-se inacessíveis à enorme faixa da população. Por outro lado, o país vendedor perde o controle de importantes segmentos sobre os quais poderia definir uma política econômica. O resultado dessas privatizações é encaminhado para pagamento de juros da dívida que estava sendo negociada;
5. apoio às exportações - define-se uma política de implantação de monocultura extensiva (café, cereais, soja) em detrimento das pequenas culturas para o mercado local tão carente. Alguns países são obrigados a importar o que antes produziam e como as redes de distribuição eram, e são, controladas pelo norte, sobretudo pelos norte americanos, e como os países a oferecer os mesmos produtos são vários, os preços caem. Com isso, eles diminuem a entrada de divisas e têm maior dificuldade para pagamento de suas dívidas;
6. desvalorização da moeda - essa medida não acarreta necessariamente o crescimento das exportações, já que a variedade a ser exportada é pequena. Por outro lado, ela engendra um golpe sobre o crescimento dos preços dos produtos importados, tais como medicamentos.

O que se pode concluir é que esses ditos ajustes estruturais são instrumentos do capital para preservar seu processo de acumulação e acarretam uma baixa no nível de vida da classe trabalhadora em geral, uma queda ou, pelo menos, não crescimento das rendas de exportação, um crescimento espiralado da dívida. Os pobres enriquecem os ricos - os países “pobres” enriquecem os países “ricos”.

Visto dessa forma, pode-se então afirmar que o desenvolvimento econômico preconizado para os países periféricos é algo irrealizável – ou seja, a idéia de que os povos pobres (ou as parcelas pobres da população mundial) podem, algum dia, desfrutar dos níveis de consumo das atuais parcelas ricas da humanidade é irreal e não deve ser perseguida, pois ela só fortalece a manutenção das atuais desigualdades, que foram produzidas pelas economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Sistema, esse, que foi construído sobre os pilares do individualismo e do consumismo exacerbado, nos postulados teóricos da economia liberal, gerando um modelo de desenvolvimento que se sustenta em idéias construídas num tempo

histórico determinado, e no qual a consciência de necessidade de preservação da natureza era inexistente.

Perseguir a idéia de desenvolvimento econômico só continuará a desviar as atenções que deveriam estar concentradas na tarefa básica de identificação das necessidades genuínas e fundamentais da coletividade humana.

No entanto, é fácil observar como essa idéia – a perseguição do desenvolvimento econômico

tem sido utilizada para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo.¹⁷⁷ (p.75)

Dentro da concepção que embasa essas ações, vai sendo disseminada a idéia de que o subdesenvolvimento é culpa dos próprios povos subdesenvolvidos, que não conseguem ultrapassar os limites necessários para romper as barreiras que os separam dos desenvolvidos. Hoje essa idéia é acrescida da crença disseminada de que, para romper o subdesenvolvimento é preciso melhorar a eficiência e a competitividade, mesmo que a forma utilizada seja o crescimento do desemprego.

André Gorz (1989)¹⁷⁸ mostra como essa ideologia impõe sua lógica, obrigando o consumidor a ir se adaptando às solicitações das produções que os “avanços tecnológicos” indicam como as mais rentáveis em determinadas circunstâncias. Assim, o consumidor é “peça” indispensável para que a sociedade possa se perpetuar e, em se perpetuando, reproduzir suas desigualdades hierárquicas, mantendo incólumes seus mecanismos de dominação.

Concordamos com Elizalde (2002) e com Forrester (1997) quando afirmam que a “exclusão” faz parte da natureza da sociedade capitalista. Esse caráter excludente faz com que nela só se possam oferecer benefícios que se sustentam num jogo de soma zero, isto é, se alguém ganha é porque alguém perde. Aprofundando suas reflexões, Elizalde assinala que:

*la sociedad capitalista de consumo incisivo ha ido transformando de una manera radical los valores propios de las sociedades tradicionales. Ha destruído los valores de la cooperación y de convivialidad, ha destruído los valores de solidaridad e de la fraternidad. Ha fomentado el individualismo patológico, lo cual ha comenzado a comprometer incluso el futuro.*¹⁷⁹

¹⁷⁷ Furtado, C. op.cit. p.75

¹⁷⁸ Gorz, A. “La ideología del Coche” in Utopia, ano 2, no. 3 Buenos Aires, 1986

¹⁷⁹ Elizalde, A. Las necesidades humanas para una vida digna. Línea de Dignidad y Necesidades Humanas Fundamentales - mimeo op.cit.

É a essa sociedade de consumo caracterizada por Gorz e Elizalde que Fromm¹⁸⁰ vai definir como a sociedade do “ter” e que, segundo ele, mais recentemente passou a ser a sociedade do “ter para aparentar”. Tem-se para aparentar aquilo que a sociedade exige como demonstração de êxito. Êxito, esse, que é medido pelos valores definidos como essenciais numa civilização dirigida para o que se chama de “progresso” e voltada para a homogeneização. A riqueza, assinala Fromm, é concebida como a acumulação e disposição da maior quantidade de bens possíveis. Por outro lado, a pobreza é dada meramente como a carência de bens considerados indispensáveis à subsistência e que trazem forçosamente a idéia de patamares mínimos para a garantia de “não morte”.

É impossível considerar-se como única alternativa viável esse modelo que no lugar de incorporar de forma crescente as populações, que foram por ele mesmo marginalizados, apresenta como características¹⁸¹:

1. sociedades dualizadas, formadas por aqueles que estão na esfera do alto consumo ou que produzem para ela, e aqueles que, cada vez em maior número, são considerados inúteis; sociedades cujas matérias-primas já não interessam mais, sua população não tem capacidade de comprar artigos sofisticados e também não está “qualificada” para produzir o que interessa àquelas camadas da esfera de alto consumo;
2. sociedades que vivem sob modelo, por elas mesmas construído, onde a economia, descolada de qualquer sentimento ético, dita as leis de seu funcionamento;
3. sociedades que estão sempre submetidas a conflitos e ameaças de todo tipo; internos (guerras tribais), intra-estatais (guerra civil – que opõe um poder central a uma fração de sua própria população), redes internacionais de caráter mafioso e crime organizado que controlam toda espécie de circuitos clandestinos (prostituição, tráfico de drogas, contrabando, venda de armas, etc);
4. progressão das desigualdades, e discriminações, mesmo nos países considerados integrantes do chamado Primeiro Mundo: A União Européia, por exemplo, que possui

¹⁸⁰ Fromm, E. – “Conceito marxista do homem” – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1964

¹⁸¹ Ver Ramonet, I. - “Geopolítica do Caos” - Rio de Janeiro: Vozes, 1998

20% da população mundial e consome 80% da renda mundial possui, apesar disso, 50 milhões de “pobres”¹⁸²;

5. a mundialização da economia que se constitui por economias dependentes umas das outras cujos “mercados” tecem teia invisível que religa os países, amarra e aprisiona os governos;
6. destruição sistemática do meio ambiente natural, como solo, água, atmosfera, etc;
7. crescimento desmedido das cidades aonde a população vem se concentrando em busca de uma vida melhor, em alguns casos, e de mera sobrevivência, em outros;
8. depois de estender a lógica mercantil ao conjunto das atividades sociais, o homem burguês contemporâneo está integrando a própria vida a essa lógica. Alexandre King¹⁸³ – co-fundador do Clube de Roma, dizia, já na década de 70: “estamos no meio de um processo longo e penoso que conduzirá à emergência, sob uma forma outra, de uma sociedade global, cuja estrutura provável ainda não é possível imaginar”; (Ramonet:1998, p.15)
9. a doutrina econômico-liberal implicou, ainda, conseqüências sociais, além da agraviação das desigualdades e crescimento do desemprego, tais como degradação dos serviços públicos, ausência de Políticas Públicas que atendam aos direitos e necessidades da população, tais como saúde, educação...; deterioração dos equipamentos coletivos, transportes, telefones, etc...
10. o modelo se fortalece na culpabilização: subdesenvolvimento é culpa dos próprios povos subdesenvolvidos e culpa dos pobres; desemprego é culpa do que está desempregado porque não se qualificou e, portanto, não pode competir no mercado de trabalho, seja no mundo desenvolvido ou no subdesenvolvido.

¹⁸² “Pobre”, no caso do Primeiro Mundo, é definido como pessoas que possuem renda inferior a US\$16,00/dia

¹⁸³ Ver Ramonet op.cit p. 15

Sob o domínio da economia, especialistas afirmaram que, graças ao receituário imposto como a desregulamentação, abolição do controle de câmbio, globalização financeira e mundialização do comércio, a expansão econômica se daria em nível planetário e seria perpétua. Retomando a idéia de Smith (1776), todos esses problemas seriam automaticamente resolvidos pela “mão invisível” do mercado que estaria no alicerce do crescimento macro econômico. Vale observar que nada é dito sobre a “mão invisível” atuando no mercado de trabalho aonde, sem dúvida, a oferta de trabalhadores vem historicamente se configurando como maior que a procura.

Apesar de todos os estragos sociais, o modelo neoliberal continua a estender-se, imposto pelas grandes agências financeiras mundiais, como BIRD e FMI. Os indicadores macro econômicos, tais como inflação, crescimento, são erigidos como imperativos absolutos aos quais tudo deve ser sacrificado. Não há, segundo o que se pensa, outra via de salvação. Jean François Revel afirma que: “a associação entre democracia e o mercado fornece a única porta de saída, tanto para o comunismo, quanto para o subdesenvolvimento”.¹⁸⁴ (Ramonet:1998,27)

Um dos grandes gurus do ultraliberalismo, o economista americano Jeffrey Sachs¹⁸⁵ confirma: “minha convicção profunda é que a chave da resolução de muitos problemas, inclusive os do desenvolvimento, reside na integração à economia mundial”. (Ramonet:1998,27)

Sachs continua, “o mercado dita o verdadeiro, o belo, o bem e o justo. Existe apenas uma forma e uma só de conduzir a economia de um país e, daqui em diante, todas as economias estão encadeadas, são interdependentes”. (Ramonet:1998,27)

Diante dessas considerações, coloca-se como necessário e urgente a defesa de uma nova organização social que desenvolva um novo Projeto, baseado não no desenvolvimento econômico preconizado pelo modelo, mas, sim, no desenvolvimento pleno do homem.

Dentro dessa nova perspectiva, vale observar que a variável ecológica ganha dimensão estratégica, ou seja, há que se considerar o aspecto econômico em harmonia com o meio ambiente, através de práticas como a conservação de energia, a reciclagem e a

¹⁸⁴ Ver Ramonet op.cit. p.27

¹⁸⁵ ibidem

sustentabilidade. No entanto, a sustentabilidade não pode ser considerada apenas em termos ambientais, mas, sim, fundamentalmente em termos humanos sociais. Se tomada dessa forma, é evidente que os aspectos referentes ao habitat do homem estarão necessariamente nela incluídos.

3.2 – A construção histórica da questão da pobreza

Em 1776, Adam Smith¹⁸⁶ explica as causas e a origem da riqueza. Em sua formulação, não aborda as causas e origem da pobreza. No entanto, a preocupação com a pobreza absoluta não é algo totalmente novo na história do capitalismo. Já no final do século XVIII, Malthus advertia ser a pobreza o fim inevitável do homem, pois, segundo ele, a população cresceria à taxa superior à da produção dos meios de subsistência.¹⁸⁷ Malthus não foi, contudo, o pioneiro, ele se fundamentou e se contrapôs ao matemático francês Condorcet. Em seu Ensaio sobre a População, Malthus assim traduz as preocupações de Condorcet: “o aumento do número de homens ultrapassando seus meios de subsistência, resultaria em uma diminuição contínua da felicidade e da população; uma espécie de oscilação entre ventura e infortúnio”. (in Sen 2000:247)

Malthus divergia da concepção de Condorcet sobre o comportamento acerca da fecundidade – que levaria logicamente ao maior crescimento da população. Condorcet trabalhava com a hipótese, com a qual Malthus não concordava, de que haveria na população uma redução voluntária. Malthus não acreditava nessa redução voluntária, pois não acreditava que problemas sociais, advindos do crescimento da população, pudessem ser resolvidos por decisões voluntárias das pessoas envolvidas. Condorcet afirmava que as pessoas saberiam que “se tem um dever para com os que ainda não nasceram, esse dever é não lhes dar existência, e sim dar-lhes felicidade”. (Sen,2000;247)¹⁸⁸

¹⁸⁶ Smith,A. - A riqueza das nações - investigação sobre sua natureza e suas causas.

Os Economistas, livro I, São Paulo: Abril Cultural, 1993

¹⁸⁷ Malthus afirmava que a população crescia em progressão geométrica, enquanto os bens que garantiam a subsistência cresceriam aritmeticamente.

¹⁸⁸ Condorcet defendia a propriedade privada como estimulante ao estudo, à educação e à individualidade. Segundo ele, a educação intelectual levaria à perfectibilidade humana e, daí, à modificação da ordem social responsável pela miséria das massas populares. (In Sen,A. op.cit.)

Sen (2000) mostra que “era exatamente por discordar de um caminho voluntário para a redução da população que Malthus defendia a tese da redução forçada do crescimento populacional”. Segundo Malthus, a queda na taxa de crescimento da população só ocorreria se houvesse dificuldade de “se obter uma adequada abundância às necessidades da vida”. (Sen, 2000:248).

Por esse motivo, ele se opôs ao auxílio público para pobres, incluindo, oposição às leis dos pobres ingleses¹⁸⁹. Malthus propôs, ainda, com o objetivo de impedir o crescimento populacional, que, segundo ele, era tão prejudicial à humanidade, a abstenção no casamento, por parte daqueles que não pudessem procriar sadicamente e garantir a seus filhos uma vida relativamente confortável. Malthus era tão sectário em suas posições que afirmava que as Leis dos pobres trariam muito mais malefícios que benefícios.

Como se não bastassem essas posições, Malthus defendia ainda a idéia de que os ricos não podiam fazer nada de concreto para melhorar a situação dos pobres. Segundo a concepção liberal, ele afirmava que os pobres eram, eles próprios, os únicos que poderiam agir em seu próprio benefício. Assim, da mesma forma, pode-se concluir que é ao pobre, e a ninguém mais, que cabe a culpa de sua pobreza.

Sen (2000) salienta o fato de que a teoria malthusiana não se confirmou ao longo do tempo. Ao contrário, o desenvolvimento social e econômico atingido nos países que serviam de palco para a discussão entre Malthus e Condorcet foi acompanhado da diminuição da taxa de fecundidade que, por outro lado, continua mais elevada, ou, pelo menos, estável, nos países que não têm apresentado desenvolvimento econômico e/ou social significativo, permanecendo “pobres” e “atrasados” no que concerne à educação básica, ao atendimento à saúde e à expectativa de vida.

Polanyi (2000)¹⁹⁰ mostra, em estudo sobre a transformação de nossa época, como o aparecimento da categoria pobreza surge com a instalação da sociedade de mercado, fruto da Revolução Industrial, e da divisão social do trabalho. Ele mostra que o crescimento no

¹⁸⁹ Leis votadas no Parlamento inglês para atender, de forma paliativa, os graves problemas sociais (grande número de desempregados, grande promiscuidade nas moradias, facilitando o aparecimento de epidemias, miséria, morte em grande escala). Por essas leis, um pobre seria enviado a uma “casa de trabalho” onde receberia o indispensável para não morrer de fome, ver Rosen “Lei dos Pobres (séc XVI até depois da Segunda Guerra)” p.226 nota 2

¹⁹⁰ Polanyi op.cit p. 156

conjunto do comércio expandia naturalmente o volume de empregos. No entanto, flutuações nesse mesmo comércio, acopladas à divisão territorial do trabalho, acarretavam uma desarticulação das ocupações que, como consequência, fazia aparecer um crescimento do desemprego. Por outro lado, o crescimento do emprego não crescia na mesma proporção da procura por ele existente - o que tornava o crescimento do desemprego e do subemprego como fenômeno importante. Ele observa que, fruto desse descompasso, a formação do que Engels denominou de “exército industrial de reserva” ultrapassou em muito o “exército industrial propriamente dito”.

Os pobres, que começaram a aparecer na Inglaterra na primeira metade do século XVI e que vão servir de inspiração a Thomas More, em 1516, na criação de sua UTOPIA, vão crescer muito nos períodos subseqüentes, de tal forma que no século XVIII era mais ou menos consensual para os pensadores que pauperismo e progresso eram inseparáveis.

Em 1817 Robert Owen ao observar a realidade onde vivia, procura fazer sobre ela uma análise. Ele parte do caminho percorrido pelo homem ocidental e ao pensar prospectivamente sobre esse homem ocidental, e afirma: “eles estão agora numa situação infinitamente mais degradante e miserável do que antes da introdução dessas manufaturas de cujo sucesso depende agora a sua mera subsistência”. (citado em Polanyi-2000;156)

Polanyi (2000)¹⁹¹ chama a atenção para o fato de que

Owen enfatiza aí não os rendimentos mas a degradação e a miséria; como primeira dessa degradação ele aponta mais uma vez corretamente a dependência à fábrica para mera subsistência. Ele apreendeu o fato de que o quê parecia basicamente um problema econômico era essencialmente um problema social(p.157)

Owen defendia, então, a idéia de que a organização total de sociedade sob a égide do lucro teria resultados profundos para a humanidade. E esses resultados atuariam no âmago da formação do caráter humano, destruindo os valores tradicionais das populações organizadas e transformando-as em **“um novo tipo de gente”**. Esse homem novo teria características de ser migratório, nômade, carente de auto respeito. “Seria transformado em um ‘rude’ e ‘brutal’ e essas características seriam integrantes do perfil tanto do trabalhador quanto do capitalista”. (Polanyi:2000;156).

¹⁹¹ op.cit. p.157

Nesse sentido, Polanyi (2000) concordando com Owen, enfatiza que a Revolução Industrial, consolidando o homem burguês que já existia difusamente, causou uma desarticulação social de estupendas proporções, ao quebrar as relações que o homem mantinha com a natureza e consigo mesmo e nas quais estava embutida a sua existência econômica anterior. O crescimento da pobreza, segundo Polanyi, foi apenas o aspecto econômico desse acontecimento.

Tomemos alguns dados mais recentes referentes aos últimos anos do desenvolvimento do capitalismo. A taxa de crescimento da população sofreu aumento substancial nos últimos cem anos: a população mundial levou milhões de anos para atingir o primeiro bilhão, depois precisou de 123 anos para chegar ao segundo, 33 para o terceiro, 14 para o quarto e 13 para o quinto bilhão, com a promessa de se chegar ao sexto bilhão no decorrer de mais 11 anos¹⁹².

E, apesar do avanço tecnológico trazido no último século, acarretando aumento enorme de produtividade, lembramos o que afirmamos anteriormente: aproximadamente 2/3 da humanidade vivem em condições precárias e sub-humanas e a parcela restante, equivalente a aproximadamente 1/3, vive em “bolsões de abundância”, no interior, dos quais encontramos faixas diferenciadas de acesso ao consumo de bens e serviços disponíveis¹⁹³.

É para os 2/3 “excluídos” que se vem voltando a atenção, semeada por organismos internacionais, no sentido de estabelecer-se a discussão sobre a pobreza e suas representações. Assim, a forma de se perceber a pobreza e o tratamento a ela oferecido são pautados, via de regra, por organismos internacionais partindo de premissas que, na realidade, acabam contribuindo para legitimar o processo político-econômico que tem hegemonia na sociedade e que é, ele próprio, produtor de desigualdade e de pobreza.

Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social¹⁹⁴, os governos participantes assumiram o compromisso de estabelecer cronogramas para “erradicar” a pobreza. Apesar de, desde a realização da CMDS, em 1995, ter sido estabelecido um compromisso por parte dos governos

¹⁹² Dados segundo projeções das Nações Unidas – “Note by Secretary General of the United States to the Preparatory Committee for the International Conference on Population and Development, third Session” in Sen, op.cit. p.242

¹⁹³ Ver dados do BIRD para 2004 – Novo Relatório

¹⁹⁴ Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social – Observatório da Cidadania nº 4 – 2000 p.14

participantes no que se refere à erradicação da pobreza, muito pouco, ou melhor, quase nada vem sendo efetivamente implementado.

As tão propaladas medidas de ajustes, tal como já assinalamos anteriormente, têm trazido conseqüências nefastas, destruindo a capacidade produtiva local, aumentando o desemprego, degradando a qualidade dos serviços sociais públicos e não permitindo, por outro lado, o aumento da eficiência do Estado.

Repetindo o que já dissemos anteriormente, o Banco Mundial afirma que temos no planeta 3 bilhões de pessoas vivendo com nível de vida inferior a US\$ 2,00/dia, e que vêm crescendo as desigualdades entre ricos e pobres, com florestas sendo degradadas a uma faixa correspondente a 1 acre por segundo, com 130 milhões de crianças que não freqüentam escolas, com 1,5 bilhões de pessoas sem acesso à água potável e 2 bilhões de pessoas sem acesso a serviço de esgoto. Afirma ainda que, diante dessa situação, não se pode ser **complacente**. Mais do que isto, “nós devemos estar comprometidos com os 80-90 milhões de pessoas que são acrescidas anualmente ao total da população de nosso planeta, principalmente com a grande parcela do mundo dito ‘em desenvolvimento’”.¹⁹⁵

Essas estimativas assinalam que seremos mais 2 bilhões de pessoas por volta do ano de 2025¹⁹⁶. Com o crescimento das desigualdades e com as distorções das políticas econômicas como as identificadas em todo esse “mundo em desenvolvimento”, chegaremos à parcela elevada desses 2 bilhões que estará em condição de precariedade e que irá se somar à parcela hoje existente.

Apesar desse discurso, o Banco Mundial e o FMI continuam propondo/impondo, para os países daquelas regiões, uma política que se caracteriza pela proposta de ajuste estrutural, partindo de análises e diagnósticos nos quais a pobreza aparece como causa de **ineficiência e desqualificação de pessoal**, trabalhando com a hipótese de, com essas medidas (de ajustes), conseguir o estabelecimento da “saúde do sistema”.¹⁹⁷

¹⁹⁵ Dados do BIRD referentes ao ano 2000. Relatório Anual, 2001.

¹⁹⁶ Estimativa feita pelo próprio BIRD

¹⁹⁷ Do sistema capitalista evidentemente.

Vale notar, ainda, que os indicadores utilizados pelo BIRD e também pelo PNUD¹⁹⁸ (quando define o Índice de Desenvolvimento Humano, indexa-o a partir dos próprios critérios do BIRD) vão definir a Linha de Pobreza (LP) dos países ditos “em desenvolvimento”, na possibilidade de obtenção de US\$ 2,00 dia/pessoa.

Este fato nos remete à compreensão de que para esses organismos bastaria a suplementação dessa quantia diária para a superação da Linha de Pobreza, criando a ilusão de que é possível eliminar a pobreza no mundo capitalista mediante a implementação de políticas compensatórias.

Tanto o BIRD como o PNUD tratam a questão como se ela fosse uma questão técnica e não política¹⁹⁹. E como a questão não é técnica, as soluções técnicas não podem oferecer resultados satisfatórios. Mas, resta sempre a pergunta: quais são, efetivamente, os resultados esperados/desejados pelo BIRD, pelo FMI e pelo PNUD?

Milton Santos (2001) chama a atenção para o fato dos países subdesenvolvidos terem conhecido, no desenrolar do capitalismo durante o século XX, “três formas de pobreza e, paralelamente, três formas de dívida social”. Ele assim classifica:

1. “Pobreza incluída” - aquela que se apresenta sazonalmente e que se produz em período definido, sem deixar que haja transbordamento para outros períodos;
2. “Doença da civilização” - construída como consequência da divisão do trabalho, tanto interna - dentro de um determinado país - como internacional, dentre os vários países que se relacionam - que embasa o modelo de desenvolvimento econômico;
3. “Pobreza estrutural” - é a pobreza que deixa de ser local e se transforma em globalizada. Ela é encontrada em toda parte do mundo. Milton Santos mostra que “de um ponto de vista moral e político, a pobreza estrutural equivale a uma dívida social”. Nesta fase, “alcançamos uma espécie de naturalização da pobreza que seria politicamente produzida pelos atores globais com a colaboração consciente dos governos, com a conivência dos intelectuais para legitimar essa naturalização”.²⁰⁰ (p.69)

¹⁹⁸ PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

¹⁹⁹ A pobreza é vista como algo que precisa ser superado desde que não se discuta a trajetória do modelo, nem a baixa de padrão estabelecida para o conjunto do 1/3 que vive nos “bolsões de abundância”.

²⁰⁰ Santos, M. - “Por uma outra Globalização” - op.cit.p.69

Santos argumenta que a divisão do trabalho existia e se dava de forma mais ou menos espontânea. Hoje, segundo ele, ela passou a obedecer a critérios “científicos”, de tal forma que é o motor da produção “das dívidas sociais e de disseminação da pobreza numa escala mundial”, produzindo a exclusão que é justificada por um processo racional, ao que Santos denomina “racionalidade sem razão mas que comanda todas as ações”. É uma pobreza que se instala pela expansão do desemprego e pela redução do valor do trabalho. (p.69)

3.3 – Discussão sobre os indicadores de desenvolvimento

Um indicador é um instrumento que sinaliza como se desenvolve um Projeto ou um Programa. É uma escala que permite medir os resultados, sejam eles de uma mudança, de um sucesso ou de um fracasso, expressos em termos quantitativos ou qualitativos. Permite verificar se os níveis de performance desejados estão sendo atingidos.

Se exprime resultados, um indicador pode ajudar a avaliar o impacto de um programa sobre a sociedade. Considerado como ponto de retomada, ele pode servir de sistema de alerta rápido para resolver problemas. Nesse sentido, um indicador difere de uma avaliação; um indicador permite seguir constantemente a execução de um Projeto do qual ele é parte integrante desde o início.

Assim, um indicador, não importa se social ou econômico, é uma medida que serve de instrumento operacional, com objetivo de diagnosticar entraves na realidade social para fins de formulação e reformulação de políticas públicas.

Embora haja tentativa de introduzir dimensões qualitativas, normalmente os indicadores utilizados nos modelos vigentes são traduzidos em quantitativos que pretendem explicitar as várias dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social. Sendo assim considerados, eles teriam o objetivo de subsidiar as atividades de planejamento e, ainda, possibilitar seu monitoramento, bem como os efeitos (positivos ou negativos) engendrados por uma Política Social.

A elaboração e a construção de indicadores econômicos e/ou sociais, tal como hoje são considerados, partem necessariamente de levantamento de dados estatísticos, matéria-prima necessária a sua efetiva construção.

Os indicadores quantitativos são expressos em taxas, proporção, médias, índices, distribuição por classes e, ainda, por cifras absolutas.

Como assinala Januzzi (2001:21)²⁰¹

todo indicador social tem uma natureza intrinsecamente normativa já que deriva de processos interpretativos da realidade que não têm nada de neutro ou estritamente objetivo em sua formulação. As cifras assumidas pelos indicadores sinalizam situações sociais distintas, dependendo do observador, das normas vigentes ou dos valores implícitos do que é socialmente bom ou ruim.

Ainda na fase do desenvolvimento capitalista anterior à Grande Depressão de 1929, pouca importância se dava à criação de indicadores diferenciados que objetivassem medir e comparar as diversas “economias”. É a partir da 2ª Grande Guerra – quando surge a discussão que estabelece a dicotomia desenvolvimento versus subdesenvolvimento, que se passa a estabelecer indicadores cuja utilização se espalhará em escala mundial. Esses indicadores estão vinculados a aspectos de mensuração econômica que se sintetizam no indicador máximo - o PIB.

O surgimento desses indicadores é fruto da concepção que reduz o desenvolvimento social a uma consequência do desenvolvimento (crescimento) econômico expresso no referido PIB. Em todos eles, sem exceção, está contida a referida concepção.

Assim, essa é também a concepção que orientou o surgimento de uma segunda geração de indicadores ditos “sociais”, e que vão aparecer, por inspiração da CEPAL²⁰², a partir da década de 60. Aqui, o raciocínio se colocava de forma inversa, ou seja, deslocando a ênfase anterior, posta no crescimento econômico, e criando indicadores que expressassem necessidades básicas, tais como Cesta Básica, Linha de Pobreza e Linha de Indigência, Taxa de Mortalidade, Taxa de Evasão Escolar, Taxa de Desemprego, etc. Indicadores que se dividiam em descritivos – descrevendo características de realidade empírica – e normativos –

²⁰¹ Januzzi, P.M. – Indicadores Sociais no Brasil – Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações – Campinas, SP: Alínea, 2001, p. 21

²⁰² CEPAL - Comissão Especial para o Planejamento da América Latina

envolvendo juízo de valores ou critérios normativos em relação à realidade social estudada e sua dimensão (Januzzi:2001).

Todos os indicadores foram estruturados com o objetivo de análises comparativas entre as diversas realidades sociais da América Latina. O objetivo continuava o mesmo – o de atingir o modelo de desenvolvimento econômico elaborado e vigente nos países centrais, e que deveria ser tomado como norte.

A partir da década de 90, vai se configurando a preocupação em internalizar dimensões qualitativas na avaliação do desenvolvimento. Essa é a década fortemente marcada pelo agravamento dos impactos negativos da opção feita pelo modelo, definido anteriormente. Por outro lado, cresce a preocupação com as questões ambientais e surgem novos conceitos que vão adjetivar o desenvolvimento, como o de sustentabilidade (Brundtland), liberdades reais (Amartya Sen), necessidades humanas (Max-Neef e Elizalde). Esses autores procuram deslocar a ênfase do desenvolvimento econômico para a idéia de desenvolvimento humano.

As questões relativas a dimensões qualitativas na avaliação do desenvolvimento, suscitadas pelos diferentes autores, alimentaram o surgimento de novos indicadores cuja pretensão é de “efetivamente” medir o então chamado desenvolvimento humano. As condições ambientais passam também a integrar as considerações sobre desenvolvimento e passam a ser medidas através de indicadores ambientais ou, passam, ainda, a ser internalizadas em outros indicadores, como ocorreu com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) a partir de 1998²⁰³.

²⁰³ Os indicadores ambientais começaram a ser desenvolvidos no final da década de 80, impulsionados pela conclusão do Relatório Brundtland (1989) e a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável, bem como pelos debates que antecederam a Rio-92 e os acordos internacionais que se sucederam. A comissão da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (CSD), entre outros, é reflexo de uma agenda dos organismos influenciada pela preocupação de sustentabilidade ambiental.

3.3.1 – Considerações sobre alguns indicadores

A – O PIB – Produto Interno Bruto

Os critérios de medida de riqueza dos países capitalistas se sintetizam no indicador que serve de comparação entre eles. Esse indicador é o Produto Interno Bruto, ou seja, o conjunto de bens e serviços que são produzidos. Contudo, ao discutir a questão do desenvolvimento como um acréscimo ao PIB, algumas considerações se evidenciam:

i – ao se definir o aumento de riqueza como aumento do PIB, deixa-se de fora a qualidade embutida nesse acréscimo, o que significa dizer que, para efeito da medida de riqueza, o que é produzido não é questionado;

ii – se o que é produzido não é questionado, a idéia de se decidir para quem produzir está carregada de interesses privados, definidos pelo poder daquele que decide sobre a produção;

iii – esse acréscimo de riqueza tem valor em si, não importando de que forma “essa riqueza” vem sendo produzida e, portanto, não havendo nenhum compromisso de quem a produz para com os demais membros da sociedade – presente e futura.

Assim, a resposta à questão de como se produz fica reduzida a conquistas tecnológicas que permitam aumento da produtividade e, portanto, de acréscimo de mais riqueza. E mais, as conquistas tecnológicas estão, ao fim e ao cabo, definidas pela necessidade privada de criar mais “riqueza”. Um bem traz em si a forma de produzi-lo. Logo, é a definição “do quê” e “para quem” – movido por interesses privados – que condicionará o “como”. Dessa forma, entre outras coisas, não se questiona o comprometimento dos “produtos” com a manutenção e reposição dos recursos naturais que estão disponíveis no planeta;

iv – essas definições “do quê”, do “para quem” e do “como” vão ser, portanto, as responsáveis pela conseqüente distribuição dessa própria “riqueza”;

v – por último, vale observar que está contido no PIB, já como ponto de partida, uma definição de riqueza.

Assim, um crescimento no indicador PIB não significa, necessariamente, uma melhoria na qualidade de vida da população. E não se trata apenas de se concluir por uma necessidade de adoção de uma política redistributiva. A questão está, também, na discussão que se faz necessária sobre o quê produzir, para quem e como produzir.

É inegável que o crescimento dos PIB's beneficiou uma parcela da população mundial. O que se questiona é qual é essa parcela, qual a parcela que perdeu com isso e a que preço social (incluído, aí, a deterioração dos recursos planetários) se deu esse tipo de crescimento.

B – GINI

O GINI é um indicador que mede o grau de concentração de renda de um país. Ele pode ser usado, então, para medida de desigualdade interna e, ainda, pode ser usado como medida comparativa de concentração de renda entre os diferentes países. Na lógica do indicador, a desigualdade existente em um país é tanto maior quanto mais o indicador (GINI) se aproxima do marco 1. O GINI é um indicador que permite, ainda, a partir de série histórica, verificar o processo de concentração ou distribuição da riqueza produzida.

É interessante notar como, apesar do discurso de que primeiro seria necessário “crescer o bolo” para poder distribuí-lo, a renda veio se concentrando e evidenciando como o desenvolvimento (crescimento) resultou em maior concentração. No quadro abaixo encontra-se definido o índice GINI para alguns anos no Brasil.

ANO	GINI
1960	0.50
1970	0.56
1980	0.59
1990	0.63
1997	0.61

Fonte: Relatório do BIRD – 2000

Segundo o relatório do Banco Mundial, no ano de 2000, era a seguinte a composição da população brasileira em relação ao acesso à riqueza produzida:

CATEGORIAS	HABITANTES
Miseráveis	24 milhões
Pobres	30 milhões
Quase pobres	60 milhões
Classe média	50 milhões
Ricos	2 milhões
TOTAL	166 milhões

É evidente que, apesar da imprecisão contida na própria definição das categorias, - miseráveis seriam os abaixo da Linha de Pobreza? De Indigência? Quase pobres seriam os logo abaixo ou acima da Linha de Pobreza? Como está definida a Classe Média? – pode-se perceber o grau de desigualdade existente na população brasileira.²⁰⁴

C – O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH, implementado desde 1990 pelo PNUD, sintetiza quatro indicadores: expectativa de vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade e PIB *per capita*.

O IDH é utilizado para uma análise comparativa entre vários países, buscando identificar a dimensão qualitativa do desenvolvimento, levando em consideração o acesso das populações a bens sociais como saúde, educação e renda.

Em 1990, o PNUD lança o 1º Relatório Internacional de Desenvolvimento Humano.

Na metodologia denominada método de aglutinação – que define o IDH – parte-se de uma ponderação do PIB de cada país de per si, com suas médias de rendimento *per capita*, nível de

²⁰⁴ Essa composição da população pode ser organizada para todos os países e poderia servir de comparação entre os mesmos e, ainda, nos daria a totalização mundial por categoria.

escolaridade e esperança de vida, calculados a partir de indicadores compostos²⁰⁵. O IDH pretende ser uma fonte de informações sobre a qualidade de vida das populações concernentes às diferentes nações elencadas.

É inegável que o estabelecimento do IDH coloca a medida de desenvolvimento em escala diferenciada ao que até então se apresentava e define o ranking dos países, pretendendo evidenciar o bem-estar das diferentes populações.

Segundo o critério anterior – PIB – para medida de desenvolvimento, o Brasil estaria classificado como a 11^a economia mundial. Quando analisado enfocando-se o IDH desloca-se para o 68^o lugar em termos de padrão de desenvolvimento humano²⁰⁶. Se tomarmos os dados mais recentes divulgados pelo IBGE²⁰⁷ para os municípios brasileiros, constataremos que Duque de Caxias, por exemplo, é o 6^o município em riqueza, considerando os critérios atuais. Já em termos de IDH não sabemos onde ele se situaria, mas certamente estaria em posição bastante desfavorável.

Ao inserir no debate a necessidade de se estabelecer um indicador que desse conta de uma nova categoria – o desenvolvimento humano – o PNUD vai deslocar a medida de desenvolvimento, então dado em função exclusivamente da renda *per capita*, para critérios mais complexos.

Esse indicador – o IDH – é fruto da discussão que se passa em nível internacional sobre as questões que, em verdade, são parte integrante do próprio processo de desenvolvimento, tais como a pobreza e as disparidades sociais e econômicas. Ele é fruto da necessidade, explicitada nos discursos oficiais, em melhorar a relação entre crescimento econômico e bem-estar social.

Segundo César Miguel (1997) “aprendeu-se que o crescimento econômico é o meio para alcançar o fim – o desenvolvimento humano”. É ainda Miguel que aponta para o fato de que o IDH está embasado na concepção de que os homens são o fim, mas também são o meio do

²⁰⁵ PIB per capita ajustado, indicador composto que reúne taxa de alfabetização, taxa de escolarização, taxa de atendimento da saúde, etc.

²⁰⁶ Relatório sobre IDH – PNUD – Rio de Janeiro: IPEA, 1996

²⁰⁷ IBGE – Rendas dos Municípios Brasileiros, 2005

crescimento econômico²⁰⁸. Dessa forma, a idéia do IDH construída a partir da década de 80, centra-se na concepção de que o homem é o fim e o meio do crescimento. Contudo, não se questiona o fato de que há sempre quem defina o que se deve fazer para alcançar os objetivos, que também não são definidos pelos executores das tarefas necessárias ao desenvolvimento. Continua-se, ainda, a tomar-se como algo positivo o crescimento, sem questionar-se a qualidade desse crescimento.

Logo, vale observar que, se as pessoas são agora colocadas no centro da definição do desenvolvimento, não são elas que definem o que devem fazer e onde querem chegar. Há, portanto, uma dicotomia entre os que definem, decidem e os que executam. Por conseguinte, a elas também não é permitido definir o que viria a ser o “progresso humano” (Fontes, 1997)²⁰⁹. Na verdade, este é dado *a priori*, por definição, como aquele permitido pelo crescimento de riqueza.

Assim, ao acrescentar hoje um elemento chave ao conceito de desenvolvimento – a qualidade de vida, o bem-estar da população – este é introduzido ~~em~~ a participação dos sujeitos, individuais e coletivos, na própria definição do que significariam essa melhoria e esse bem-estar. Em realidade, essa “qualidade” se atribui por herança de padrões e de índices que são heranças dos padrões e valores estabelecidos nos países centrais (Fontes, 1997).

Todo discurso dos indicadores e seu deslocamento do uso isolado do PIB, para indicadores compostos como o IDH, estão estreitamente ligados a concepções que embasaram, e embasam, os critérios de avaliação atribuídos a projetos ditos de desenvolvimento econômico.

Na fase inicial do projeto desenvolvimentista – quando o indicador de riqueza, PIB, reinava soberanamente, o critério de avaliação dos projetos econômicos era o critério de rentabilidade. Era, então, um critério de avaliação nitidamente micro econômico que era aplicado para avaliação de todo e qualquer projeto a ser financiado pela sociedade.

²⁰⁸ Miguel, César – “O índice de desenvolvimento humano no Brasil: uma proposta conceitual”. Revista PROPOSTA n°73, jul/ago de 1997 – Fase (p.10-19)

²⁰⁹ Fontes, Virgínia – “A reflexão histórica e o Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil” – Revista Proposta no.73 jul/ago 1997 Fase(p.6 – 9)

Posteriormente, com a implementação do projeto desenvolvimentista, há o deslocamento para critérios de avaliação econômica que incorpore quantitativos que se pretendem sociais, e que passam a ser adotadas pelas Agências de Financiamento, sobretudo, adotado pelo BIRD (Banco Mundial). Esse critério denominado “viabilidade econômica” é aquele dado pela relação entre benefícios e custos (B/C) referenciados a um projeto. Ou seja, se, antes a viabilidade era indicada pela rentabilidade, ela passa, posteriormente, a se medir por uma relação que é estabelecida elencando-se no numerador todos os benefícios que deveriam ser atribuídos ao projeto determinado; no denominador encontrar-se-ia a soma de todos os custos referentes à implantação do mesmo projeto. Seria “viável” (traduzindo-se, aí, viável por “realizável”) aquele projeto que forneceria a maior relação entre os benefícios e os custos.

A relação B/C deveria – para ser considerado viável – fornecer resultado superior a 1. Quanto maior do que 1 fosse a relação, mais “viável” seria o projeto. A idéia de adotar esse critério de avaliação serviria para tomada de decisão entre diferentes projetos propostos. Deveria ser escolhido aquele que apresentasse melhor relação B/C. No caso de cada projeto específico, a técnica se traduzia em comparar o B/C obtido pela implementação do projeto e o B/C obtido com a hipótese de nada fazer²¹⁰. Mas, aí, também, a definição dos próprios benefícios era dada a partir da concepção de desenvolvimento vigente.

Difunde-se, a partir da década de 50, a idéia de que a educação seria o motor do desenvolvimento econômico, passando então a ser encarada como formadora de capital humano, necessário ao dito desenvolvimento, e o B/C se espraia por todos os projetos a serem implementados em qualquer setor da sociedade.

Esses benefícios passam a ser definidos como benefícios econômicos a serem incorporados socialmente. Eles eram considerados sempre monetariamente, não havendo possibilidade de incorporação de critérios qualitativos. No entanto, essa mudança – da rentabilidade ao B/C – permite a abertura da discussão que desloca o enfoque do desenvolvimento econômico para o desenvolvimento humano. E é nesse novo enfoque que surge o IDH.

²¹⁰ Optou-se aqui por não se aprofundar em análise dos critérios de avaliação de projetos. Mas, muito poder-se-ia questionar como esses critérios partiam de monetarização dos indicadores não quantificáveis ou não monetarizáveis. É o caso do valor atribuído à vida humana, por exemplo, como critério para avaliar projetos na área da saúde. Idem do valor atribuído à educação

A concepção contida nos estudos do Banco Mundial, a mesma contida na Teoria do Capital Humano, incluindo 92 países, estabelece que somente 16% do crescimento econômico se explicam pelo uso do capital físico; 20% pelo uso e existência de recursos naturais e 64% são atribuídos ao capital humano e social. A partir dessas conclusões, o BIRD preconiza a necessidade de investimento-ano em educação que tenha como objetivo melhorar a situação econômica, melhorar as condições de vida de grandes grupos de população, visando à erradicação da pobreza. A questão que se impõe aí é discutir qual a educação preconizada pelo BIRD.

É importante reafirmar, aqui, que a questão, não é a de medir a “riqueza”, tal como contida ou explicitada nos indicadores, mas a de discutir um modelo que tenha outro referencial para “riqueza”. O IDH e outros indicadores comparativos podem até estabelecer um *ranking* de países mais ricos e mais pobres, mas trazem embutidos neles:

1. concepções carregadas de significados específicos - de educação, de riqueza, de violência, de qualidade de vida (este por si só um indicador composto) etc;
2. a indicação de que deve-se perseguir o atingimento daqueles significados. Não critica, portanto, que educação, que riqueza, que valores, etc.

Nesse sentido, os Relatórios de Desenvolvimento produzidos anualmente pelo PNUD serviriam para avaliar o nível e o progresso do Desenvolvimento Humano nos diferentes países. Como os indicadores que compõem o IDH são estabelecidos a partir de diferentes unidades de medida, com diferentes intervalos de variação, eles são transformados em medidas descaracterizadas de unidade, variando no intervalo de zero a um (0 a 1). Eles partem de valores normativos correspondentes a piso e teto atingidos.

O IDH é, então, calculado como a média daquelas medidas transformadas dos indicadores. Nesse sentido, o IDH, também se situa no intervalo de zero a um (0 a 1). A partir dos resultados obtidos, os países são classificados entre os que possuem baixo (IDH menor que 0,5), médio (IDH entre 0,5 e 0,8) ou alto (IDH maior que 0,8) nível de desenvolvimento humano.

D – Índice de Pobreza Humana

Em 1997, o PNUD, entendendo que as categorias pobreza e exclusão não eram suficientemente contempladas no IDH, propôs a criação do Índice de Pobreza Humana. O IPH deveria avaliar o nível de privação das dimensões educação e saúde contidas no IDH. Com esse objetivo foram criados dois índices - o IPH_1 e o IPH_2 - um destinado aos países subdesenvolvidos e outro aos países que apresentam elevados índices de desenvolvimento econômico.

A seguir, discriminam-se os indicadores usados na determinação do IPH para os países subdesenvolvidos e para os desenvolvidos:

Padrões Normativos de Privações

Dimensões	Subdesenvolvidos IPH_1	Desenvolvidos IPH_2
Longevidade	% de pessoas que não devem sobreviver após 40 anos	% de pessoas que não devem sobreviver após 60 anos
Educação e Cultura	% de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais	% de analfabetismo funcional de 15 a 65 anos
Recursos Sobrevivência	% de pessoas sem acesso a água potável, sem acesso a saúde, até 5 anos com peso insuficiente	% de pessoas com renda inferior a 50% da média; em desemprego a mais de um ano

Fonte: Januzzi, P.M. – op cit (p.125)

Januzzi (2001:34-35)²¹¹ afirma que:

se bem empregados, os indicadores sociais podem enriquecer a interpretação empírica de realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais. Na negociação das prioridades sociais, os indicadores sociais podem contribuir no apontamento da magnitude das carências a atender nas diversas áreas de intervenção.

Vale observar, no entanto, que conhecer a realidade social, à qual é destinada uma determinada política pública, não é condição para garantir efetivamente as ações que deveriam ocorrer no sentido de corrigir distorções detectadas. A implementação e implantação de qualquer programa público dependem, necessariamente, de decisões de natureza política e não técnica.

Vale observar, ainda, que no cosmos de todo programa de governo e nas propostas e preocupações dos organismos internacionais, como FMI – BIRD – BID, o pobre é um fenômeno natural, como a chuva e o vento. Existe de per si. Não tem origem, não tem causas.

Contudo, a Linha de Pobreza estabelecida a partir do IPH acaba tendo valor funcional. Nas grandes cidades, por exemplo, ela é inferior a das cidades pequenas e mais pobres em seu conjunto, mas isso não significa que a qualidade de vida nas cidades pequenas seja inferior à encontrada nas grandes cidades. No entanto, ao considerar o conjunto de indicadores que compõem a LP, acaba-se por se estabelecer um *ranking* que indicará a qualidade de vida como mais precária nas pequenas cidades, apesar de nas grandes cidades serem encontrados maiores contingentes à margem daqueles serviços que compõem a qualidade de vida como saúde, educação, recursos de sobrevivência.

Aqui também é preciso salientar que as definições de qualidade de vida estariam carregadas da concepção que é hegemônica no pensamento oficial, tornando-se, ainda, hegemônica no emaranhado do tecido social.

²¹¹ Januzzi, P.M. – op. cit. (p.34-35)

3.4 A educação

É extensa a literatura que explicita a estreita ligação existente historicamente entre as concepções que orientam as ações educacionais de uma sociedade e a organização societária da mesma. Contudo, se as concepções dominantes em matéria de educação em uma sociedade não possuem total autonomia, é preciso não tomá-las como puro e simples reflexo das concepções reinantes nas relações de produção da vida nessas mesmas sociedades.

Na verdade, elas interagem de forma dialética, isto é, como esforço de pensar a continuidade e descontinuidade, organizando o movimento de transformação qualitativa que se dá em cada sociedade.

A doutrina liberal que triunfa completamente no século XIX vai passar de ideologia burguesa revolucionária a ideologia dominante, penetrando nas instituições jurídicas, religiosas; penetrando e criando as instituições educacionais.

Como vimos anteriormente, a idéia de liberdade econômica contida no pensamento liberal vai se transformando, na medida em que a crise do capital que explode em 1929 exige o surgimento de um novo papel para o Estado, chamado agora para intervir.

No entanto, é interessante observar que a importância da educação, como instrumento ideológico – funcional - poderoso, pode ser constatada já na obra dos liberais que defendiam ser o equilíbrio social-econômico resolvido pela “mão invisível” existente nas relações de mercado, não aceitando, portanto, que o Estado tivesse nenhuma intervenção no jogo das forças representantes da oferta e da procura. Esses mesmos liberais defendiam, e até solicitavam, a intervenção do Estado liberal no que concerne à educação. Nesse sentido, pode-se afirmar como a educação passa a ser usada como instrumento legitimador da ideologia que se consolidava²¹².

²¹² Nesse sentido, ver Henrique da Costa, D. - “A ação planejada em educação” - Dissertação de Mestrado - Rio de Janeiro:PUC, 1977

Durante o século XVIII, na Inglaterra, a educação era essencialmente de caráter privado e estava a cargo das igrejas e sociedades cristãs e, como tal, era destinada a uma pequena parcela da sociedade.

Contudo, já aí, os pensadores liberais, preconizam a intervenção do Estado na Educação para evitar **“a quase total corrupção e degeneração da grande massa do povo”**. A.Smith (1776), por exemplo, teórico da “mão-invisível” propunha maior desenvolvimento da educação por parte do Estado. Ele dizia:

ainda que o Estado não obtivesse vantagens da instrução das classes inferiores do povo, caberia chamar-lhe a atenção para que estas não ficassem sem ela. O Estado, entretanto, obtém vantagens consideráveis com a instrução dessas classes. Quanto mais instruídas são, menos propícias se acham para as ilusões do entusiasmo e da superstição, que entre as nações ignorantes ocasionam freqüentemente as desordens mais espantosas. Um povo instruído e inteligente é sempre mais digno e ordeiro que um povo ignorante e atrasado. Nos povos livres, nos quais a segurança do governo depende muito do juízo favorável que o povo possa fazer de sua conduta, há de ser da maior importância que este não se ache disposto a julgar rápida ou caprichosamente.²¹³

Smith defende a educação do povo como sendo uma função pública que deveria ser obrigatória e gratuita. É bem verdade que ele não defendia essa intervenção na educação secundária e superior – estas continuariam a ser destinadas a pequenas parcelas da população que faziam parte da já, então, classe dominante. A outra, a popular, seria usada para veicular a ideologia dessa classe às grandes massas da população.

Malthus, tal como Smith, também defendia a necessidade de educação pública e, conseqüentemente, organizada e dirigida pelo Estado.

Temos empregado somas imensas com os pobres, que temos todas as razões para pensar que têm tendido a aumentar-lhes a miséria. Mas temos sido sumamente suficientes em sua educação e na propagação das importantes verdades políticas que mais os interessa. É seguramente grande desgraça nacional que a educação das classes inferiores do povo da Inglaterra tenha sido deixada meramente a umas poucas escolas dominicais, mantidas por contribuições dos indivíduos que podem dar a orientação da instrução o sentido que lhes apraz²¹⁴.

Malthus se colocava de acordo com Smith, afirmando que a educação é um instrumento que não fomenta a oposição ao governo, ao contrário, contribui para evitar as revoluções e para firmar a paz. Malthus valoriza, ainda, a educação como meio de incutir hábitos que conduziriam à limitação da família.

²¹³ Smith, A. op. cit. grifo nosso (p.214)

²¹⁴ Malthus “Ensaio sobre a população” in Os Economistas op.cit.

S. Mill aprofunda essa idéia e defende a educação como incentivadora de hábitos de economia e auto-aperfeiçoamento.

Ele diz:

Para o propósito, pois, de alterar hábitos da classe trabalhadora, a primeira necessidade é uma efetiva educação nacional dos filhos dos trabalhadores. Pode-se afirmar, sem receio, que o objetivo de todo o treinamento intelectual da massa do povo deve ser o cultivo do bom senso; qualificá-la para formação de salutar julgamento prático das circunstâncias que as rodeiam. Tudo o quê, no departamento cultural, se adicionar a isso, será principalmente ornamental. Uma educação orientada para difundir o bom senso no povo, com conhecimento capaz de habilitá-lo a julgar as tendências de suas ações, certamente conseguirá, mesmo sem qualquer pregação direta, elevar a opinião pública que assim, passaria a desacreditar a intemperança e a imprevidência de toda sorte²¹⁵.

Todos esses pensadores vêem a educação como instrumento para conseguir a docilidade do povo e como incutidor de hábitos necessários à nova sociedade que se consolidava e que tinha exigências diferentes das organizações societárias anteriores. Mill sustenta, inclusive, a tese de que é no ensino público que todos devem receber educação primária e alguns “espíritos superiores”, uma educação melhor. Para esses, os pais, não podendo pagar a formação de seus filhos, não pagarão. Nesse caso, a educação deverá ser provida pelo Estado. No entanto, Mill alerta que essa ação do Estado não deve impedir que a iniciativa privada se estabeleça e opere escolas.

Posteriormente, Alfred Marshall vai analisar a questão da educação, tomando-a como “investimento nacional”. Em seus “Princípios de Economia”, ele escreve: “poucos problemas interessam ao economista mais diretamente do que os relativos aos princípios, segundo os quais a despesa com a educação dos filhos deve ser dividida entre o Estado e os pais”.²¹⁶

A educação nacional preconizada pelos liberais é a educação estabelecida pela burguesia quando de sua chegada ao poder. É a burguesia que, com a Revolução Francesa, introduz uma transformação radical – a educação passa a educação nacional com caráter cívico e patriótico e passa a ser exigida como direito.

A educação foi proclamada, pela primeira vez, como assunto nacional na Constituição Francesa de 1791. Em 1793, Talleyrand apresenta à Assembléia Constituinte o Relatório no

²¹⁵ Mill, J. S. “Princípios de Economia Política” Livro I, cap. XIII – Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.316 (sobre o tema ver também V.II p. 373)

²¹⁶ Marshall, A. “Princípios de Economia” – Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 p.192

qual definia que a educação deve existir para todos; deve ser livre; deve ser universal quanto ao objeto; deve existir para os dois sexos; deve ser para todas as idades²¹⁷.

Esse ideário da Revolução Francesa é antecipado por Rousseau, em sua obra “Emílio”, e considerado um marco na pedagogia contemporânea. Enquanto, até então, os fins da educação se encontravam na formação do homem para Deus ou para a ocupação de seu lugar na sociedade, Rousseau define que o homem deve ser educado para si mesmo. É a mudança na relação entre os homens que fará nascer as novas exigências de transformação na educação.

Assim, no sentido de inserir os novos sujeitos no universo social, aprofundando e reforçando as formas institucionalizadas da educação, essas formas exercem fundamentalmente a função de conservar e de reproduzir a nova sociedade, então estabelecida. Através da educação, e do trabalho, vão sendo exercidas as funções controladoras da reprodução social impostas pela necessidade de manutenção da sociedade capitalista e seus valores burgueses. Esses são difundidos e disseminados em larga escala, perpassando todos os aparelhos denominados educativos, sejam eles formais ou não. No entanto, atenção maior é dada ao aparelho educativo mais formalizado pela sociedade que é a escola.

Aí, a educação vai se articulando, de forma vertical e horizontal, com as exigências que lhe são feitas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista, na medida em que avança a acumulação que lhe é imanente. Em todas as fases do desenvolvimento capitalista, e em todos os níveis de escolaridade, a educação se estrutura com esse caráter utilitário presente desde os primórdios da sociedade burguesa.

Ao se tornar hegemônico, o pensamento burguês utiliza-se de todos os aparelhos de difusão de seus valores. Gramsci, assim como Marx, destaca o fato de que:

a forma de ver o mundo, difundida pela classe dominante, não é o resultado estrito de uma ação deliberada, visando submeter os demais grupos a seus desígnios, segundo uma articulação maquiavélica. A ideologia produzida e difundida pela classe dominante expressa as representações que essa classe tem da realidade, de si própria e de seu papel como condutora dos rumos da totalidade social e que são marcadas, elas próprias, pela ideologia que produzem²¹⁸.

Os teóricos do liberalismo econômico faziam a crítica ao Antigo Regime centrando-a nas considerações referentes à imobilidade social. Os indivíduos já nasciam com seu futuro

²¹⁷ Ver Luzuriaga, L. “História de Educação Pública” São Paulo: Nacional, 1959

²¹⁸ Rummert, S. “Educação e Identidade dos Trabalhadores – as concepções do Capital e do Trabalho”. São Paulo: Xamã/Niterói: Intertexto, 2000 p.30

definido, herdado, sem possibilidade de qualquer mudança que pudesse vir a realizar por sua ação ou própria vontade. Assim, quem nascesse nobre seria sempre nobre e quem nascesse plebeu assim permaneceria. A chegada da burguesia ao poder está alicerçada na mudança dessa situação - a possível, e preconizada mobilidade social deveria ser incrementada a partir do trabalho, que permitia o acesso à propriedade e à criação da “riqueza”. Admitiam, contudo, que a sociedade era desigual. Entretanto, todos, por mérito próprio, poderiam ascender socialmente. Para tal, todos deveriam ter as mesmas oportunidades. E a escola, pública, gratuita, laica, com ensino igual para todos seria o ponto de partida. Aqueles que fossem mais aptos, mais inteligentes, teriam sucesso. Os que, ao contrário, não apresentassem essas qualidades contentar-se-iam em se colocar a serviço dos demais - aqueles que se tornariam por mérito em proprietários. No entanto, apesar do discurso de educação igual para todos, a escola vai se disseminando de forma diferenciada e vai, conforme vimos anteriormente, ganhando um caráter utilitário dependendo à qual classe que se destina.

No início do século XX estrutura-se o pensamento pedagógico em torno da proposta formulada por John Dewey e que tinha por princípio e finalidade a reconstrução da sociedade pós crise de 29. Essa proposta estava ancorada nos princípios liberais, defendia a democracia representativa e a livre concorrência entre os indivíduos.

A idéia explicitada na proposta da Escola Nova é de que, se o modelo pedagógico fosse democrático, desenvolvendo as mesmas possibilidades que permitissem o desenvolvimento das vocações pessoais, a sociedade deveria ser, também, democrática. A escola deveria estar a serviço do indivíduo e pretendia diminuir as desigualdades sociais através da ação direta do Estado na educação. O Estado deveria oferecer condições de ensino iguais para todos, o que possibilitaria que a sociedade fosse se tornando gradativamente mais aberta, ou seja, mais suscetível de alteração vertical do status individual.

Importante assinalar que o movimento denominado Escola Nova, não pregava, de modo algum, uma transformação social. Ao contrário, a educação deveria ser a forma de garantir a continuidade do sistema. Ao fazer acreditar que qualquer indivíduo poderia, por mérito, e através do estudo, virar “capitalista”, cumpria um papel regulador das insatisfações populares. Dessa forma, ela era, ainda, mantenedora da possibilidade de exploração necessária ao desenvolvimento do capitalismo.

Sabemos que o liberalismo econômico é o princípio organizador de uma sociedade que se baseia na instituição de um mercado auto-regulável. Todavia, ao longo da história fica evidente que isto não quer dizer, para os idealizadores do sistema, que sistema de mercado e intervenção - ação deliberada do Estado - sejam termos mutuamente excludentes. Os pensadores liberais apelarão para a intervenção do Estado, no sentido de estabelecer e manter o mercado, sempre que for necessário para que seja mantida a reprodução capitalista. Assim eles o fizeram quando o capitalismo concorrencial - etapa esgotada em 1929 – evidenciou como necessária a intervenção do Estado no funcionamento da Economia, como ator capitalista, visando proteger os interesses do grande capital e os valores da democracia ocidental. Essa intervenção se concretizou através da ação direta dos Estados que passaram a controlar o funcionamento da economia, via o uso do planejamento.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidam-se como a principal potência econômico-político-militar-ideológica mundial. A partir de então, os norte-americanos exportarão sua política para todo o mundo, através das teorias de desenvolvimento econômico, que resultaram nas propostas de planejamento geral para se atingir o dito desenvolvimento.

A Teoria do Capital Humano (TCH) surge atrelada a essas teorias de desenvolvimento que visa o crescimento econômico e propõe o planejamento educacional com objetivo de desenvolver o que denominou de “recursos humanos”. Partindo da hipótese que crescimento econômico se dá pelo aumento da produtividade e esta pelo desenvolvimento tecnológico, e com desenvolvimento do fator trabalho, a TCH postula uma ligação linear entre desenvolvimento e superação da desigualdade social, mediante a qualificação, que levaria a uma produtividade crescente.

Sinais da TCH já podem ser encontrados na obra de Adam Smith:

embora, porém, as pessoas comuns não possam, em uma sociedade civilizada, ser tão bem instruídas como as pessoas de alguma posição e fortuna, podem aprender as matérias mais essenciais da educação - ler, escrever e calcular - em idade tão jovem, que a maior parte, mesmo daqueles que precisam ser formados para as ocupações mais humildes têm tempo para aprendê-las antes de empregar-se em tais ocupações.²¹⁹

²¹⁹ Smith, A. op.cit.V.II, 1983, p.215

E, posteriormente Marshall escreveria: “depois de termos estudado as causas que governam o crescimento de uma população em número e vigor, temos agora que considerar a aprendizagem necessária para o crescimento de sua eficiência industrial”.²²⁰

Embora, encontrada nos economistas liberais neo-clássicos, a TCH foi desenvolvida no capitalismo monopolista avançado, com o objetivo de avaliar a rentabilidade dos gastos empresariais em treinamento profissional e, depois, transportada mecanicamente para a educação em geral. De acordo com os teóricos do Capital Humano, a educação pode consistir em um investimento que o indivíduo faz em si próprio, buscando melhorar sua posição social. Desta forma, bem ao sabor do pensamento liberal, o indivíduo pode adquirir capital através de seu trabalho; investindo em si próprio, na sua educação e qualificação.

A TCH explica a variação da produtividade social, e dos ganhos individuais existentes nas diferentes sociedades, através do crescimento do que foi denominado “capital humano”. Os estudos dos analistas econômicos, para defini-la, basearam-se na constatação de que as transferências de capital feitas pelos Estados Unidos para a Europa como implantação do Plano Marshall, visando a reconstrução do pós-guerra, produziram grande rentabilidade. Em estudo comparativo com investimentos realizados nos países da América Latina e da África, que renderam muito menos, concluíram que os diferentes níveis de crescimento econômico não podiam ser esclarecidos apenas através das diferenças existentes nos tradicionais fatores de produção. A explicação tendeu, então, a privilegiar o chamado “fator humano”.

Por volta de 1960, a TCH já estava plenamente estruturada.²²¹ Elaborada na Universidade de Chicago, tinha por ambição, aplicando a análise econômica à Educação, de contribuir para analisar os fenômenos até então mal explicados pela teoria neo-clássica. Dentro dessa perspectiva, a TCH considera a educação como a única maneira que possui o trabalhador para aumentar a produtividade. A concepção básica da TCH é a que define que a educação elevaria o nível de desenvolvimento cognitivo e a competência técnica dos indivíduos, e que esse aumento explicaria a relação entre nível de escolaridade e o crescimento da capacidade produtiva individual e, assim, da remuneração dos trabalhadores.

²²⁰ Marshall, A. op.cit. p.183

²²¹ Seus principais expoentes Theodore Schultz, Edward Denison, Friederich Edding, Robert Sopow, Frederick Harbinson e C.A.Myers

O capital humano foi, então, definido como “conjunto de habilidades e conhecimentos que elevam a produtividade do trabalhador individual: instrução, saúde, treinamento prático e busca informal de conhecimento”.

Dentro dessa lógica, a TCH se constitui em uma Teoria de Desenvolvimento e uma Teoria de Educação. Como Teoria de Desenvolvimento, concebe a educação como produtora da capacidade de trabalho e, por extensão, potencializadora de renda, como formadora de um capital (social e individual) e, por conseguinte, como um fator de desenvolvimento econômico social. Enquanto Teoria da Educação ela reduz a prática educativa a uma questão técnica, uma tecnologia educacional cuja função precípua é ajustar requisitos educacionais a pré-requisito de uma ocupação no mercado de trabalho de uma dada sociedade.

Assim, a TCH postula uma ligação linear entre desenvolvimento e superação das desigualdades sociais mediante a qualificação que levaria a uma produtividade crescente.

A partir dessa concepção, passa-se a adotar a comparação dos índices de educação dos países do Terceiro Mundo com os índices dos países do Primeiro Mundo, admitindo-se que um país “subdesenvolvido” evoluiria para o desenvolvimento, investindo na educação e formação da sua mão-de-obra. Ao estipular esse caminho, nega-se as especificidades culturais e regionais e considera-se que o subdesenvolvimento nada tem a ver com relação de poder e dominação, reduz-se o subdesenvolvimento apenas a uma questão de modernização de alguns fatores, dos quais os “recursos humanos” qualificados - capital humano - se constituem elemento fundamental. No plano interno dos países, passa-se a idéia de que o conflito de classes, o antagonismo capital/trabalho pode ser superado mediante o trabalho potencializado como educação, treinamento, etc.

Partindo dessas premissas, os estudos comparativos procuram mostrar a existência de altas correlações entre os índices de desenvolvimento econômico (esse também partindo das premissas estabelecidas pelo capital) e as taxas de escolaridade. Começaram a surgir as estratégias de planejamento educacional como caminho para o desenvolvimento.

Nesse sentido, três modelos se configuraram: o denominado *Approach* de mão-de-obra; o Método dos Recursos Humanos e a Análise benefício/custo. O *Approach* de mão-de-obra definia a necessidade da demanda futura a partir da projeção da necessidade de mão-de-obra tomando-se como parâmetro um país desenvolvido - normalmente os Estados Unidos. Os autores do método utilizavam-se de “comparações internacionais” segundo as quais os diversos países se ordenavam de acordo com um índice de desenvolvimento que correlacionava dados econômicos, sociais e educacionais. Para alcançar níveis de desenvolvimento econômico dos países mais avançados, era preciso também alcançar seus níveis educacionais. O Método dos Recursos Humanos partia da hipótese de que existia uma correlação entre posto de trabalho - produtividade - qualificação e anos de escolaridade. Esse método influenciou consideravelmente os países da América Latina a partir da década de 60. Esse método baseia-se no fato de permitir, segundo certas tendências históricas do comportamento do emprego, em relação à educação e à produtividade, fazer projeções capazes de orientar as ações políticas que pretendiam satisfazer as necessidades sociais em termos de pessoal educado para conseguir determinado nível de crescimento. A Análise benefício/custo significa a comparação sistemática da grandeza dos custos e dos benefícios de certa forma de investimento, com o objetivo de avaliar a viabilidade econômica. Em termos gerais, o que uma análise de benefícios-custos procura responder é se vários projetos de investimento (A, B, C, etc) devem ser empreendidos e, no caso de os recursos de investimento serem limitados, qual ou quais desses projetos específicos devem ser escolhidos. O uso da Análise benefício-custo parte da idéia de que todas as formas de investimento supõem que o consumo atual seja sacrificado aos benefícios futuros, ou seja, o aumento da produção ou da renda. A Análise benefício-custo utilizada na educação ganha o nome de análise de Taxa de rendimento, ou taxa de retorno, e apóia-se na idéia de que ela fornece um meio de apreciar os benefícios futuros em relação aos custos que devem ser suportados no presente. No caso da educação, falava-se em benefícios sociais e privados. Os benefícios privados dariam a medida da lucratividade individual, isto é, dos adicionais de renda individual, proveniente de maior escolaridade, em termos de salários. Os benefícios sociais dariam a produtividade social, ou seja, quanto a educação seria responsável pelo crescimento da Renda Nacional.

Esses três procedimentos descritos permearam a discussão até a década de 80. No entanto, é preciso aqui assinalar que todos, procurando caracterizar o mercado de trabalho com base na Teoria do Capital Humano, repousavam em pressupostos falsos, ou seja, de que o mercado é estático, homogêneo, a-histórico. E nesse mercado não se considera a relação de classes. Na verdade, esses métodos partem do princípio que essa relação se passa entre indivíduos.

Para entender o fenômeno é preciso ir à sua radicalidade saindo do aparente, do empírico imediato. Essa atitude nos conduz necessariamente a uma mudança no método de análise saindo da empiria e buscando o concreto, analisando as contradições dos fenômenos para desvendarmos as leis que produzem esses fenômenos²²². Adotando essa maneira de pensar, podemos concluir como os procedimentos engendrados pela TCH nos conduzem a conclusões falsas. Tal como é a falsidade que existe na tentativa de considerar os dados aí colhidos empiricamente como neutros e objetivos. A definição dos benefícios e custos para fazer emergir a relação B/C, por exemplo, supõe que os resultados a que se chega, partem de dados objetivos como isentos e neutros. Essa é uma decorrência obtida a partir da metodologia utilizada pela análise econômica que dá suporte à TCH.

Ao analisar a concretude do mercado, concluímos que só podemos tomá-lo como uma realidade histórica, socialmente determinada e obediente à movimentação desordenada do capital. Assim, sendo uma realidade conflituosa, o mercado de trabalho não guarda uma relação direta com a educação. Além disso, essas concepções supõem que os indivíduos se comportam diante da educação do mesmo modo que agem diante de um produto num mercado perfeitamente competitivo, suposição esta que está longe de ser uma realidade empiricamente comprovável. Por outro lado, a educação, dentro dessa maneira de abordá-la, passa a ser considerada como um dos fatores fundamentais para explicar as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, explicariam, também, as diferenças de produtividade e de renda. Isso, tanto entre indivíduos dentro de um mesmo país, como entre os diferentes países.

²²² Ver Parte 2 deste trabalho

Frigotto(1984:39)²²³ chama a atenção para o fato de que :

do ponto de vista macro econômico, a TCH constitui-se num desdobramento e/ou um complemento da teoria neo-clássica do desenvolvimento econômico; de acordo com essa teoria, para um país sair do estágio tradicional ou pré-capitalista, necessita de crescentes taxas de acumulação conseguidas, a médio prazo, pelo crescimento necessário da desigualdade. O crescimento atingido determinaria níveis mínimos de desemprego, a produtividade cresceria e haveria transformação de renda dos níveis tradicionais para os modernos, produzindo salários mais elevados.

Frigotto(1984:61)²²⁴ observa, ainda, que

este tipo de análise, historicamente determinado, decorre da redução que a visão burguesa faz da formação social. Esta, em vez de ser concebida como sendo constituída - em qualquer modo de produção - pela estrutura econômica que forma a unidade e a conexão de todas as esferas da vida social, é transmutada em fatores (econômico-político, social...) isolados. Após dividi-los passa-se a fazer conexões mecânicas, exteriores, para averiguar a preponderância de um ou de outro fator na determinação do desenvolvimento social ou mesmo na situação individual.

Retornando nosso foco ao argumento principal da TCH podemos, ainda, afirmar que admitir que a educação cumpriria o papel de redutor do subdesenvolvimento é, na realidade, ter uma visão reducionista da educação; é ver a educação apenas como um meio para se atingir objetivo que, em última instância, é colocado pelo mundo da produção. Por outro lado, é ter também uma compreensão de desenvolvimento como uma questão técnica, e não política, que passaria por diferentes estágios e que, nesses estágios, a educação jogaria o papel principal.

Essa concepção tem ainda como base a idéia de que o homem deve ter como objetivo o mundo da produção; de produção de mercadorias, mercadorias essas destinadas à troca. Isso implica uma visão que subordina a educação como um meio para produzir coisas. Coisas que têm por finalidade a troca por dinheiro, cujo percentual maior será apropriado por uma parcela pequena, que usará parte desse dinheiro para produzir mais coisas que serão trocadas novamente por mais dinheiro e assim por diante.

Nessa cadeia, à educação é dado o objetivo de fornecer trabalhadores com características específicas para integrar a parcela destinada a produzir coisas. Sendo a educação um meio para atingir o desenvolvimento, e sendo desenvolvimento o crescimento de bens e serviços, ela se torna, pois, subordinada à economia e ao mercado. Mercado que exige a produção de

²²³ Frigotto, G. "Educação como Capital Humano: Uma teoria mantenedora do senso comum in A Produtividade da escola improdutiva". São Paulo: Cortez, 2ª ed. 1984, p. 39

²²⁴ op.cit. p.61

bens e que, para produzi-los, demanda mão-de-obra, criando, assim, um outro mercado, o de trabalho.

O mercado de trabalho está em constante mutação e, além das modificações ocupacionais a ele impostas, vem, no seu conjunto, se retraindo. Essa retração é, por um lado, devido a mudanças tecnológicas que vão exigindo a substituição de pessoas por máquinas; por outro lado, por falta de uma política baseada em outros valores que não os exigidos pelo capital. É fato que mesmo entre os trabalhadores que possuem nível de escolaridade elevado, o desemprego vem crescendo. Esta constatação nos leva a concluir que a inserção do trabalhador no mercado de trabalho se deve, precípuamente, às políticas econômicas e sociais que vêm sendo exigidas pelo capital e exercidas pelo pensamento hegemônico. E não se dá, portanto, por falta de educação.

E essa é uma das características que vêm se impondo na atual fase de acumulação capitalista denominada de globalização (conforme já caracterizada neste trabalho) – acumulação de capital financeiro ou especulativo. As exigências dessa fase se dão em nome da modernidade, que se mostra imperativa para enfrentar o mundo (mercado) competitivo. E essa “competitividade imperativa” vai dominar o discurso na área educacional, hoje representado no discurso da escola básica de qualidade.

A proposta de educação de qualidade se mantém na esteira da concepção da TCH e, portanto, é formada na mesma lógica que permeia as leis de mercado que se explicita no ideário neoliberal.

Frigotto (1997:89)²²⁵ argumenta que nos anos que se seguiram à década de 50, “o capital humano” foi “o constructo” ideológico básico do economicismo na educação e, a década de 90 criou um outro “constructo” o da “sociedade do conhecimento”, “metamorfose do ‘capital humano’; base ideológica da forma que assumem as relações do capitalismo globalizado sob uma nova base técnico-científico”.

Toda a luta travada nos anos 60 e 70, por parcelas da sociedade, então, mais organizada, que tentavam a construção de uma contra-hegemonia, se dava, no campo da educação pela

²²⁵ Frigotto, G. “Os delírios da razão – crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional” in Gentile, P. (org) Pedagogia da exclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997 p. 89

reivindicação de uma crescente qualidade na educação pública. Com a imposição do ideário que defende a volta do Estado mínimo decantada já pelos neo-clássicos e, com o enfraquecimento da sociedade civil, incorpora-se o discurso transmutando-o. Vale, contudo, remarcar que “escola de qualidade” encerra concepção bem diferente de “qualidade da escola”.

Como coadunantes do discurso da “escola de qualidade” surgem os conceitos de polivalência, empregabilidade e a definição de “ser competitivo”.

José Arapiraca (1982)²²⁶ assinala que a expressão polivalente encontra suas origens na *Comprehensive High School* norte-americana, e que, no Brasil é herdeira da idéia dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT-MEC); dos Ginásios Pluricurriculares de São Paulo e Centro de Educação Popular na Bahia.

Assim, a concepção de polivalência pode ser encontrada bem anteriormente à assimilação do discurso de educação de qualidade. Seus objetivos eram assim explicitados pelo MEC: “para que a criança obtenha os conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes próprias da educação capaz de contribuir eficazmente para o desenvolvimento econômico e social”.²²⁷

A “educação de qualidade” se propõe à formação do trabalhador polivalente. Este, é aquele considerado como multiquificado que, em consequência, pode/deve exercer múltiplas funções, desenvolvendo e incorporando inúmeras possibilidades/habilidades profissionais.

Desta forma, desse trabalhador exige-se a realização de trabalhos tidos como qualificados em vários equipamentos diferentes configurando-se uma atuação integrativa, na qual são definidos os papéis dos trabalhadores, ao invés de especificar-lhes a tarefa. (Rummert:2000)

A proposta da educação básica polivalente pretende ser formadora do homem criador de sua própria história. No entanto, é explicitado que a liberdade de construção está delimitada pelo mundo do trabalho tal como ele se estrutura nessa fase de desenvolvimento do capitalismo. Analisando outras “*contraintes*” impostas pelo discurso da “educação de qualidade”, podemos destacar que hoje há todo um discurso no sentido de fazer com que a qualidade para integrar o

²²⁶ Arapiraca, J.O. “A USAID e a educação brasileira”. São Paulo:Cortez, 1982

²²⁷ MEC/INEP – Conferências Interamericanas de Educação, 1965 p.123

mercado de trabalho seja a “empregabilidade”, conceito que vem sendo definido como um conjunto de “competências” (adquirido na educação formal), “facilidade em aprender” e facilidade em ser “empreendedor”. Ora, essa concepção vai colocar o fato de permanecer, ou não, no mercado de trabalho, como responsabilidade do indivíduo – é do indivíduo o “mérito”, ou a “culpa” de estar, ou não, inserido no mercado de trabalho. Como consequência há, ainda, a disseminação da idéia de que tal “empregabilidade” só pode ser adquirida pelo esforço do próprio trabalhador na busca de sua formação. Surgem, então, variadas expressões para justificar essa formação. São exemplos delas: “ensino profissional”; “formação profissional”; “qualificação”; “requalificação”; “capacitação”; “reconversão profissional”. Essas expressões na realidade vão ganhando significados a partir, como assinala Ciavatta (1998)²²⁸ de “nova realidade produtiva e organizacional do trabalho e dos discursos gerados sobre a questão da formação nesse contexto”.

Concordando com Fidalgo(2001)²²⁹ é preciso explicitar que o uso da noção de “empregabilidade” tem colaborado para romper com o sentido universalista das políticas públicas sociais, sobretudo aquelas relativas às relações de trabalho e educação. Colocando nos ombros do trabalhador a responsabilidade pelas suas condições de “empregabilidade”, o discurso imposto pelos interesses da política econômica vai produzindo a assimilação da inevitabilidade.

É, então, necessário, questionar qual o significado das afirmações que vinculam de forma absolutamente linear a educação e a “empregabilidade”, quando, na verdade, o que se observa é a existência de crescente desemprego estrutural e precarização do trabalho.²³⁰

Se analisarmos, no caso brasileiro, os cursos destinados à “qualificação” e/ou “requalificação” do trabalhador, e que são financiados com recursos dos próprios trabalhadores, via verba do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador – vamos nos deparar com cursos rápidos nos quais a maioria dos trabalhadores que os freqüenta, não possui escolaridade superior a quatro anos. Poderíamos então perguntar: esses cursos estão transformando esses trabalhadores em empregáveis? Como esses trabalhadores vêm se colocando no mercado de trabalho?

²²⁸ Ciavatta, F.M.A. – Qualificação, Formação ou Educação Profissional? Pensando além da Semântica – in Contexto e Educação. Ano 13 n° 5, jul/set 1998. Editora UNIJUI

²²⁹ Fidalgo, F. “Empregabilidade e Competência: Inserção Perversa e Precariedade” in Boletim do NEDDATE (Núcleo de Estudos, Documentação e dados sobre Trabalho e Educação). Ano VI n° 8/9, jan/dez 2001

²³⁰ A lógica do discurso fundamenta-se na idéia de que as novas tecnologias e formas organizacionais requerem mão-de-obra qualificada, sem a qual o país não pode competir no mercado internacional (Frigotto: op.cit.)

No Brasil, no campo especificamente educativo, observa Frigotto (1997:103)²³¹:

a regressão neo-liberal manifesta-se pelo aniquilamento da escola pública mediante os mais diversos subterfúgios: escolas cooperativas; sistemas escolares de empresas (Bradesco, Xerox, Rede Globo de TV); adoção da idéia do bônus educacional de Friedman; adoção por empresas de escolas públicas; escolas organizadas por comunidades ou centros habitacionais populares.

Algumas outras questões poderiam, ainda, ser levantadas no que concerne ao ensino médio profissional destinado aos que necessitam trabalhar. Elas deixam evidenciada aquela concepção de educação da qual falamos anteriormente. A primeira delas nos leva ao questionamento sobre a expressão “educação profissional”.

Chamamos de profissional a categoria que engloba um conjunto de saberes para o exercício de uma determinada profissão. Contudo, quando falamos em “ensino profissional” ou “educação profissional” não estamos nunca nos referindo a profissões tais como: médicos, engenheiros, economistas, compositores, atores, cineastas, escritores, etc.

A expressão “educação profissional” ou “ensino profissionalizante” está, necessariamente, ligada à idéia de fragmentação do conhecimento visando a formação com características particulares e voltadas para as camadas subalternas da sociedade que devem, sobretudo, exercer funções voltadas aos setores secundário (indústria) e terciário (comércio, auxiliar de escritório, motorista, manicure, etc). Essa “educação profissional”, na realidade, exclui do acesso ao conhecimento historicamente construído, a maior parcela dos jovens de nossa sociedade, na medida em que trata de uma formação técnica limitadora. Ela acaba sendo mais um instrumento das relações de exploração e exclusão sociais.

Dentro da perspectiva que parte da concepção de que o trabalho criativo é vital para a construção da “humanidade” do homem, só podemos admitir uma concepção de educação que permita aos homens compreender, interpretar e agir construindo livremente a sua história.

Vincular a educação aos ditames dos interesses econômicos é de tal forma limitador que já vem produzindo custos elevados para a humanidade. Dirigir essa concepção à maioria da população é lesar essa mesma parcela de suas reais potencialidades.

²³¹ op.cit. p.103

Há, portanto, que se pensar educação e construção histórica da sociedade de uma outra forma: uma ligada indissolivelmente na outra mas, jamais, relegando parcelas majoritárias da população a pagar o preço de benefícios a serem auferidos apenas pela minoria.

A proposta para uma educação que deveria embasar uma sociedade justa é aquela que, como assinala Frigotto (1993): “está sintetizada na proposta da escola unitária que propõe um saber politécnico, isto é, que engloba uma dimensão científica-técnica-política-cultural e artística da formação humana”; uma escola que permita o acesso ao conhecimento em todas as suas dimensões, bem como impulse a construção desse conhecimento permitindo o desenvolvimento de todas as potencialidades do homem. Uma escola que se destine a formar sujeitos ativos, responsáveis individualmente, e coletivamente, que possam atuar como cidadãos e não apenas como força de trabalho.

Citando novamente Frigotto (1993)²³²:

é sob essa perspectiva educativa que se pode formar cada cidadão, e todos os cidadãos, com competência técnica para produzir melhor e mais eficientemente, mas também com elementos básicos de competência política que lhes permitam apropriar-se do resultado do seu trabalho e dilatar cada vez mais seu mundo humano e, portanto, mundo de efetiva liberdade que interessa ao trabalhador – interesse nem sempre entendido pelos trabalhadores sob as condições de alienação a que estão submetidos. (...) formar um sistema unitário de escola básica de 1º e 2º graus é um desafio político imenso. Todavia, os ganhos sociais, políticos, econômicos e humanos, em médio prazo, sem dúvida nenhuma poderão ser enormes.

Inverter a lógica a que estamos submetidos é imperativo. A questão não é definir qual o papel da educação no desenvolvimento econômico, e sim, qual o papel de um desenvolvimento econômico e da educação no processo de construção histórica da humanidade.

²³² Frigotto, G. “Trabalho e educação – formação técnico-profissional em questão”. Revista Universidade e Sociedade no 5 jul/1993

3.5 - Considerações finais sobre o modelo

Do início do século XX, até a década de 60, há um crescimento das lutas que são reflexo da luta entre as forças antagônicas do capital e do trabalho²³³. O capital se reestrutura, o estado do bem-estar é implantado. A partir dos anos 60, a convergência de diferentes processos “modernizadores” - e o ano de 1968 é emblemático nesse processo - acabará por levar a uma certa decomposição do espírito “anti-capitalista” que havia se estruturado a partir do final da 2ª Guerra Mundial. Esse sentimento foi se instalando mesmo nas instâncias dirigentes do que poderíamos chamar de “a antiga esquerda”.

Para Lasch²³⁴, vários foram os processos que influenciaram esse refluxo, trazendo no seu âmago o recrudescimento dos valores do capitalismo e, em contrapartida, o enfraquecimento de posição anti-capitalista que atingiu todo o movimento internacional:

1. o declínio da capacidade de sedução, que existia desde 1917, das propostas implementadas no mundo soviético; a realização do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética e as denúncias feitas por Krushev sobre o período do reinado de Stalin foram decisivas para essa retração;
2. as novas formas de trabalho na empresa modernizada e as técnicas de treinamento “anti-autoritárias” impostas aos trabalhadores acabaram contribuindo para a “destruição da classe operária em si”, isto é, não pelo desaparecimento real dos operários, mas pelo desaparecimento, ou enfraquecimento, da “consciência de classe” que os unia desde a primeira fase da Revolução Industrial;
3. É possível ainda arrolar para esse fortalecimento das forças do capital, a entrada da Europa Ocidental - baluarte da luta pela democracia e de bravo enfrentamento ao nazismo/fascismo - na era do “capitalismo de consumo”.

²³³ A vitória do Partido Bolchevique na deflagração da Revolução Russa de 1917 e o crescimento atingido nos anos subseqüentes, fizeram crescer um sentimento “anti-capitalista” que será explicitado, inclusive, no crescimento e/ou surgimento dos Partidos Comunistas em todo o mundo. No final da 2ª Guerra Mundial, esses Partidos estão bastante fortalecidos no seio da classe trabalhadora (operária e mesmo nas camadas médias). Nos países centrais europeus a organização sindical é uma realidade. Nos periféricos começa a se fazer presente com frequência.

²³⁴ Lasch, C. “La culture du narcissisme” Castelnau-le-Lez : Editions Elimats - 2000.

Como consequência dessa etapa, surge, inevitavelmente, e se dissemina a chamada “cultura jovem”, que se encarregou de legitimar as representações disseminadas na sociedade, servindo, então, de verdadeira alavanca para a etapa seguinte do desenvolvimento do capitalismo; assegura-se, “ao infinito”, a circulação, sob mil embalagens diferentes, da mesma mercadoria que passa a ser, senão descartável, pelo menos não durável. Essa concepção se espalha por todo o planeta e por todas as relações sociais.

Milton Santos (2001:24)²³⁵ chama a atenção para as bases materiais do período atual. Ele assim as classifica: “a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, o conhecimento do planeta e a existência de um motor único na história representado pela mais-valia global”.

Essas mesmas bases, indica-nos Santos, podem servir a outros objetivos se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos.

²³⁵ Santos, M. - op. cit p.24

“Você poderia me dizer, por favor, por qual caminho devo seguir agora?” - perguntou ela.
“Isso depende de aonde você quer ir.” - respondeu o gato.

(Lewis Carroll - Alice no País das Maravilhas)

4 . O pensar uma outra totalidade

4.1 Introdução

Ao tentar-se impor o pensamento liberal como único pensamento válido e, como consequência, tentar-se reduzir o mundo a um único projeto de gestão global, vislumbra-se qualquer proposta em contrário como algo, no mínimo, inusitado. Por outro lado, a proposta de reverter todo um processo definido, e aceito, como positivo torna-se algo bastante complexo e pode, até, ser visto como algo muito pretensioso e fora de propósito. No entanto, é importante ressaltar aqui que a idéia que se advoga não é a de construção de pensamento alternativo único mas, antes, a idéia de construção de caminhos. De caminhos que possam desbravar novas mudanças nas direções que hoje estão impressas no campo das ações políticas, das econômicas, das culturais, das que definem as políticas sociais e políticas tecnológicas.

Se a crença no desenvolvimento engendrou uma retórica responsável e bem intencionada, o resultado da sua aplicação vem se evidenciando desastroso, e é sobre as cinzas que é preciso se “reinventar” uma proposta que se baseie em valores totalmente diferentes. Nesse sentido, a tarefa histórica que se faz necessária é incomensuravelmente maior do que a negação do capitalismo. Para Marx, todas as formas de negação permanecem condicionadas pelo objeto de negação. Logo, tomando como certa essa afirmativa, e conscientes dela, devemos admitir que toda crítica aqui sustentada pode permanecer vulnerável em virtude de sua condicionalidade.

Ao propor a construção de um novo modelo, é fundamental, então, que se adote uma análise crítica e autocrítica permanente. Essa é a única possibilidade de se caminhar buscando a radicalidade da proposta sem, contudo, sectarizá-la, isto é, sem torná-la prisioneira de posições que impeçam o florescimento do poder questionador. Este poder deve ser intrínseco à implementação do “novo modelo”, que pode ser interpretado como um outro Projeto de organização societária. Projeto esse que tem de ser definido, tendo em mente o conhecimento de que ele, em si, não dirige a realidade, determinando ações individuais. Logo, ele não precisa, nem deve, estar pronto e acabado para que se possa imaginar o desencadeamento de ações. É preciso ter sempre em mente que o Projeto deve romper com os critérios da

organização societária em curso, sem esquecer que esses critérios foram estabelecidos a partir de experiência concreta histórica.

Pensamos como Saturnino Braga (2004:141)²³⁶ que afirma:

(...) o modelo econômico liberal sustenta-se no consumismo - a economia capitalista desaba se não crescer - que obrigatoriamente tem de sempre criar novas necessidades para o ser do homem, induzir permanentemente ao consumo de novos produtos, tecnologicamente mais avançados, apelar para uma sempre crescente aquisição material por parte do indivíduo e da coletividade reduzindo dessa maneira, inevitavelmente, a dimensão espiritual da vida humana.

O que se propõe aqui não é apenas que se mude “o fazer” mas, sobretudo, que se mude o pensar, que, na realidade, condiciona o agir, articulando-o com idéias que possam diferenciar-se daquelas dominantes na sociedade, para permitir que esse novo pensar se concentre no desenvolvimento omnilateral de cada ser humano. É partir do desafio de entender, e respeitar, que o pensamento do homem não é um simples resultado de seus condicionamentos; é também a arma que pode ser utilizada para agir diante de determinada circunstância e, sobretudo, arma para construir novas circunstâncias.

Já é enorme a literatura que analisa a economia de mercado e que conclui que ela se inscreve numa lógica de “guerra econômica” que condena à exclusão, à miséria e, seguidamente, à morte os perdedores desse jogo. Advoga-se, ainda, que um mínimo de racionalidade poderia permitir a satisfação das necessidades definidas como fundamentais para bilhões de seres humanos. O mercado, pela sua própria natureza, tem uma racionalidade que não é movida pelas necessidades humanas e sociais.

Segundo o PNUD, as despesas mundiais anuais com publicidade representam dez vezes o montante que seria necessário para erradicar a fome, permitindo o acesso à água potável para todos, habitação “decente” e combate às grandes epidemias que ainda hoje atingem enorme contingente populacional e para o enfrentamento das quais já se tem conhecimento suficiente.

²³⁶ Saturnino Braga, R. - Entre séculos - textos políticos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 2004 p.141

Beck (2000:6)²³⁷ nos sinaliza que o cenário de crise do projeto da humanidade é doravante evidente:

nós navegamos em alto mar, nós estamos à deriva. Os sistemas sociais, institucionais, políticos e culturais não nos dão mais respostas concretas aos problemas e aos riscos do meio ambiente e da sociedade. A complexidade estrutural é evidente. O risco é a única certeza. As aparências do bem estar, do consumo, da magnificência, nos impedem de ver a que ponto o abismo está próximo (...)

O risco sobre o qual nos fala Beck está certamente ligado a um outro fenômeno - o excedente da força de trabalho e de capital provocado pela produtividade crescente dos mesmos. O capital, procurando crescer sem passar pela mediação do trabalho produtivo, se lança aos mercados financeiros e de trocas, ou passa a investir em países onde os custos de produção estão em patamares muito baixos. As atividades e os investimentos não rentáveis a curto prazo - em pesquisa, em educação, em proteção ao meio ambiente, em serviços e equipamentos públicos - deixam de ser financiáveis. Essas reduções se explicam para se produzir a contração da massa salarial, mas também em razão da diminuição da arrecadação, por parte dos Estados, proveniente de impostos, causada pela isenção dada ao capital ao tentar evitar que haja um êxodo crescente dos mesmos em busca de mercados mais lucrativos.

Em nome de que “há que se ser realista”, não se tem mais esperança. Professamos a esperança. Esperança não como um conceito abstrato, mas como desejo de realização futura. Se dizem que tudo está posto, que a situação é imutável, não há mais necessidade de se pensar numa alternativa. Pensamos diferente. Não aceitamos nem a proposta em curso, nem os argumentos que a embasam e justificam. Pensamos que dentro do quadro atual não há alternativa para os bilhões de seres humanos que vivem em condições de níveis tão elevados de pobreza que chegam à degradação. E mais, que a atual gestão global do mundo vem deteriorando-o de forma física e impedindo o desenvolvimento das potencialidades humanas. Isso precisa mudar. Mas, se apontamos para a necessidade de mudança e, ainda, para a direção que deve orientar essa mudança, não advogamos que para realizá-la haja um único caminho. Não defendemos, pois, um conjunto de crenças para substituir a crença existente mas, sim, a criação de simples instrumento para avançar na reflexão, tendo como objetivo a nos guiar o desenvolvimento das potencialidades humanas, de suas realizações e da felicidade do homem.

²³⁷ Beck, U. “Il rischio della libertà” Bologna: Il Mulino, 2000 p.6 - tradução nossa

O Projeto nos termos explicitados neste trabalho parte da idéia de necessidades humanas e de uma posição ética que exige a superação do capitalismo. A idéia é a de apontar para o movimento imperativo de ruptura com o capital, no que ele representa.

Dentro dessa perspectiva, o Projeto aqui esboçado abandona a idéia de desenvolvimento econômico, para se concentrar na de desenvolvimento humano que, para se realizar, exige o fim da alienação, exige liberdade e igualdade substantiva e compromisso com o futuro.

Leontieff (1982)²³⁸ assinala que: “quando a criação das riquezas não depender mais do trabalho dos homens, estes morrerão de fome às portas do paraíso, a menos que respondam com uma nova política de renda à nova situação teórica”.

Pensada até o fim de suas implicações, a alocação universal de uma renda social suficiente equivale a uma comunhão das riquezas socialmente produzidas. A uma comunhão e não a uma partilha, posto não se poder partilhar entre todos o que é de todos e, portanto, não é de ninguém.

Após ter explicitado os condicionantes desastrosos do passado, a idéia é tentar escolher o que deve ser conservado e o que é necessário abandonar. Trata-se de descobrir o que é preciso ser feito para que novas premissas possam ser estabelecidas; para que se possam abrir caminhos que permitam o surgimento de “renovação do/no mundo” a fim de evitar uma deterioração global; para que o compromisso que temos com as gerações futuras não seja abandonado e possibilite o retorno à esperança e à certeza de pertencimento na construção histórica de um mundo em vida seja digna e prenhe de liberdade. Não a liberdade alardeada pelo sistema capitalista que, na verdade, utilizando o discurso de livre escolha, aprisiona o homem através da imposição de suas relações sociais condicionadoras suas escolhas e atos.

É preciso, então, para se encaminhar na direção de uma liberdade substantiva (SEN, 2000), que o homem se liberte das amarras por ele mesmo criadas. Por outro lado, como assinala Agnes Heller(1982:16-17)²³⁹ “cada vez que atinge uma nova concepção de mundo, uma nova ideologia, essa transformação contém, naturalmente, toda uma gama de possibilidades, desde o caráter puramente ético até a práxis revolucionária”.

²³⁸ Leontieff, W. “La distribution du travail et du revenu” Pour la science, 61, abril, 1982 - tradução da autora

²³⁹ Heller, A. “Marxisme et Démocratie”. Paris: Maspero Petit Collection, 1982, p.16-17

Nesse sentido, a ruptura com o capitalismo e sua proposta de mundialização demanda uma transformação que abarque todos os domínios da condição humana. Advoga-se, na verdade, a necessidade de uma mudança do próprio significado da forma de conceber o homem, a natureza, o “outro”, o tempo. Esse sentido diferenciado condicionará, necessariamente, outro conceito de liberdade, de justiça. É, pois, imperativo redefinir de maneira crítica tudo o que foi definido pela ideologia econômica sobre a qual repousa e se reproduz o sistema da qual ela é produto.

Não gostaria aqui de falar em nova estratégia de desenvolvimento, pois a proposta seria exatamente a de trabalhar numa concepção que se impõe como diferente da que embasa a necessidade de crescimento econômico indiscriminado, peça angular para o modelo de desenvolvimento definido pelo modo de pensar, e ver o mundo, condicionado pelo mundo capitalista. A proposta é trazer para o debate as questões emblematizadoras de uma forma diferente de definir o desejável para uma outra elaboração e aperfeiçoamento do humano. Nesse sentido, a proposta se diferencia das correntes que se prendem a contestações referentes aos desgastes impostos pela exploração ecológica - embora essas não sejam negligenciáveis - que acabam reduzindo o debate à inevitável agressão ambiental.

Na proposta aqui formulada, centra-se o foco nas “riquezas” fundamentais que são esquecidas pela concepção societária na qual se insere a economia dominante: os humanos e o seu hábitat. É a partir dessa conjunção que deve ser pensada a organização da sociedade que permita a realização plena dos humanos e , ao mesmo tempo, a conservação de seu hábitat.

Nessa proposição, os bens produzidos - e que são, na realidade, frutos das relações entre os homens - não podem ser valorizados intrinsecamente, mas, sim, criados como instrumentos da realização de certas potencialidades que exigem, portanto, novas relações - tais como a saúde, o conhecimento, a auto-estima, a dignidade e a atitude que se traduza no desejo de participar ativamente da vida de comunidade. A concepção sobre o homem na qual se ancora a idéia de tal proposta diferente parte daquela que encara a plena realização do homem singular (o indivíduo) como sendo antes de qualquer coisa - mas de nenhum modo exclusivamente - função de sua liberdade. E mais, “percebe o indivíduo como um particular que sintetiza em si mesmo a singularidade e a generalidade universal da espécie” (Agnes Heller,1982:13). Parte da certeza de que o homem difere de um outro animal pela propriedade que lhe é intrínseca de

criar e de criar-se - pelo fato mesmo de não ser pré-determinado - através de suas escolhas e atos.

É importante ressaltar que, ao interpretar um processo histórico, toma-se como premissa que essa interpretação está calcada em uma idéia a partir da qual a compreensão desse processo fica explicitada. Da mesma forma, não há nenhuma proposta prospectiva que não postule, também, uma idéia. Idéia essa que ao mesmo tempo formula e se ancora em uma teoria. Sem a teoria não se tem mais que uma sucessão empírica, privada de sentido. Só quando essa empiria é subordinada a uma interpretação que, em última análise, decorre de uma concepção teórica, é que damos a esses fatos a sua concretude, a consistência histórica²⁴⁰. Sem essa consciência prévia não é possível construir um projeto.

Ao estar ancorada na afirmação acima, admite-se, como decorrência, que só é possível conceber a realização de um determinado Projeto se o tomarmos como processo; processo esse que se dá à luz de uma teoria interpretativa da realidade. Por outro lado, a projeção de etapas futuras só poderá acontecer utilizando-se os conceitos gerais dessa interpretação. E, portanto, do escopo dessa mesma teoria.

É imprescindível sermos guiados pela teoria para que não estejamos sujeitos a improvisações que, certamente, dificilmente conduzem a um futuro desejável e, em alguns casos, podem conduzir até ao retrocesso do processo, levando-nos a situações que impedirão o avanço das proposições. É a teoria que nos permitirá o conhecimento objetivo da situação social e ela é condição para que se possa elaborar um projeto possível em direção ao futuro idealizado. Tal como afirmamos na Parte 2 deste trabalho, quando obtemos uma idéia clara do presente, vemos o que nele está contido potencialmente, e isso ajuda-nos a conceber um quadro futuro. Saber o que é o presente é simplesmente ter a idéia do presente, mas, em virtude da capacidade prospectiva do homem, a representação clara do presente engendra, em nós, a título de projeto, a representação de um futuro possível, no sentido de desejável. No entanto, vale remarcar que a construção desse futuro se define num processo histórico.

²⁴⁰ Conforme tratado na Parte 2 deste Trabalho.

Processo esse que é a sucessão de acontecimentos ocorridos por comportamentos e ações que englobam vários aspectos, tais como finalidade, especificidade, unidade e que são conduzidos pela idéia de diretriz que na verdade engloba todos os demais aspectos. Como assinala Vieira Pinto (1956:17)²⁴¹ “um homem que possui uma idéia é ao mesmo tempo possuído por essa idéia. Da inter-relação entre esses dois aspectos é que resulta o desenvolvimento histórico”. Assim, todo processo histórico é necessariamente produto e produtor das idéias que, a cada instante, em cada época, são possuídas e são produzidas por um grupo social e, por isso mesmo, são inspiradoras de certo projeto futuro definido por esse mesmo grupo social.

Agnes Heller (1982:46)²⁴² chama a atenção para o fato de que

há uma duplicidade do Homem unificada pelo que Zigderwald intitula de *homo duplex*, um indivíduo único em seu próprio modo de existência e, ao mesmo tempo, membro de uma espécie, um ser social que realiza papéis que a sociedade lhe impõe. Nessa ótica o homem é um ser dialético (*homo internus e externus*) capaz, todavia de uma revolta que também é escolha consciente gerada pela insubmissão aos ditames de um senso comum manipulado. Assim, nascem as personalidades fortes, os homens liberados, a coragem civil, o projeto. (*grifo nosso*)

O projeto é igualmente uma idéia ainda não realizada, mas pensada em função das representações atuais, e só é possível em razão dessas representações. No entanto, para que esse projeto, definido por um, ou mais, grupo social, seja espreado na sociedade, nela ganhando força para sua implementação, é necessário que ele - o projeto - penetre nos diferentes grupos sociais que a compõem tornando, dessa forma, as idéias contidas naquele projeto como idéias hegemônicas - fruto da hegemonia, portanto, do grupo que lhe imprime a diretriz.

A batalha pelo convencimento e busca do consenso (construção de uma nova hegemonia) contribuirão diretamente para que os homens adquiram ou não uma maior consciência quanto ao seu efetivo lugar na história, o qual, no caso, equivalerá não somente ao tipo de identificação produzido a cerca das relações sociais como também ao desejo de transformação ou de conservação da ordem.²⁴³ (p.24)

É a partir desse entendimento que se pode afirmar que a ideologia de um determinado projeto que se instale na sociedade corresponde à ideologia do grupo social, que, no embate da luta social, ganhe a hegemonia e transforme as idéias de seu projeto como idéias da sociedade em geral. É nesse sentido que Vieira Pinto (1956:30)²⁴⁴ observa que “a constituição de uma

²⁴¹ Pinto, A.V. “A ideologia do desenvolvimento Nacional”. Rio de Janeiro:ISEB, 1956 p.17

²⁴² op.cit. p.46

²⁴³ Neves, L. A Nova Pedagogia da Hegemonia. São Paulo:Xame, 2005 p.24

²⁴⁴ Pinto,A.V. op.cit. p.30

ideologia é, portanto, um acontecimento social que depende estritamente do número de indivíduos em cuja consciência se instale a idéia. Ela é função direta do esclarecimento da consciência popular”.

Ora, ao propormos a construção de uma outra Totalidade, e para pensá-la, partimos das considerações anteriores. Podemos afirmar que a possibilidade de existência de um processo histórico cujo objetivo seja o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas estará em função direta da possibilidade de se atingir as consciências dos diversos componentes dos grupos sociais, organizados ou não, que compõem a sociedade, isto é, da possibilidade de se tornarem hegemônicas as idéias que embasam essa Totalidade. Disso pode-se concluir que o existir desse processo histórico possui uma velocidade que é proporcional ao número de indivíduos nos quais se efetuem a transformação qualitativa das idéias reinantes, levando-os a um novo estado de consciência; no caso de um Projeto social como o que tratamos aqui, do estado de consciência privada ao estado de consciência coletiva.²⁴⁵ (Vieira Pinto:1956)

Dessas considerações, vale destacar dois aspectos significativos. O primeiro deles está relacionado ao fato de que, para que possam ser debatidas, aceitas e/ou modificadas pela sociedade, as idéias que imprimem a diretriz ao Projeto devem ser claras e desprovidas de ambigüidades. Em segundo lugar, é necessário que se busque uma forma eficaz de tocar a consciência das camadas da sociedade que, por força mesmo do modelo de sociedade no qual estamos inseridos, estão alijadas do processo que se gostaria de colocar em curso, mas que são as que podem se constituir em verdadeira resistência e em força de transformação.

O que queremos afirmar é que uma ideologia que embase a diretriz do Projeto - o desenvolvimento humano em todas as suas potencialidades - só poderá se revelar realmente em transformadora quando o seu sustentáculo social se ancorar na consciência da classe trabalhadora - ou, melhor definindo, da classe que não seja proprietária dos meios de produção e/ou que usufrua suas benesses. Nesse sentido, um processo histórico enfocado no desenvolvimento omnilateral do homem é função direta da consciência da classe constituída pela grande maioria da população mundial.

²⁴⁵ A desarticulação das forças representantes do Trabalho que vem sendo alimentada e forjada na sociedade - inclusive através do crescimento do mercado informal - dificulta o atingir as consciências que as compõem.

Temos consciência, contudo, que não há ação capaz de forçar a substituição de uma idéia, sobretudo se cristalizada, por outra. Se é assim, só será possível conseguir a substituição/transformação das idéias que conduzem o modelo de sociedade definido pelo modelo capitalista de desenvolvimento por outras idéias que definam a diretriz e delineiem seu caminho histórico, se as idéias que devem presidir esse processo forem tais que, por si mesmas, pela sua clareza, penetrem na consciência de cada indivíduo e de cada grupo social, e passem a comandar a sua ação. Em outras palavras, para que torne possível, e depois real, é necessário que essas idéias se transformem socialmente em hegemônicas.

Essas idéias devem estar orientadas por uma posição que se define como sendo um corpo lógico de concepção de mundo. Concepção, essa, que se traduz a partir de sua generalidade, que não a empobrece, ao contrário, amplia seus horizontes, pois essa generalidade é fruto do fato de que a concepção de mundo nela contida deve abranger a totalidade do processo. Totalidade que deve balizar os projetos específicos, constituindo-se, para eles, em norma reguladora. Cada projeto específico constituindo-se em uma totalidade referida à Totalidade. (Luckács:1948)

Sendo assim, a categoria que se evidencia é a categoria de unidade. Ela se torna uma das condições inerentes ao desenrolar do processo. É o fato de se estar ancorado nessa categoria que nos permite definir o processo como sendo um todo orgânico que possui um único movimento. (Vieira Pinto:1956)

Ao afirmar que existe para cada processo um único movimento, não estamos admitindo a existência de um único Projeto com um único caminho a percorrer. O que se quer salientar é que, dada uma determinada concepção de mundo, ela englobará a totalidade do processo de sua realização. Ao se partir, então, de uma determinada concepção de mundo, pode-se dizer que ela é definidora de um processo que se constitui num todo orgânico com um só movimento. Isto nos remete à idéia de que por mais especializados que sejam os setores em que situam os problemas da sociedade, esses não podem ter soluções isoladas, desvinculadas do que comanda a Totalidade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que todos os problemas da sociedade são, na realidade, um único problema - são derivados, portanto, de uma “célula tronco”. No caso que aqui estamos tratando, pode-se detectar os problemas substantivos como fruto do modelo de desenvolvimento engendrado pelo capitalismo. Em contraposição, queremos pensar uma alternativa ancorada efetivamente na idéia de desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Desse ponto de vista, reafirmamos que é preciso conceber cada solução particular em função de um Projeto Geral.

Assim, a definição/construção de um Projeto que esteja inserido num quadro de Totalidade que se contraponha à totalidade capitalista exige a substituição de categorias nas quais o modelo atual está fincado. É necessário que se construa uma nova estrutura de idéias que vão conferir uma natureza de “processo” à realização desse Projeto.

Pensar uma outra Totalidade implica em pensar numa sociedade que se estruture de forma diferente, onde as idéias de renda, de relações sociais, de trabalho e de educação sejam integradas em uma unidade que permita a construção de um “homem novo”, cujo sentido de cada vida seja produzido por atividades que não estejam subsumidas no Capital. Um “homem” que consiga se desfazer das amarras do homem burguês. Para a construção desse novo homem ter-se-ia que “decretar” o fim da mais-valia e o fim da propriedade privada dos bens de produção - o fim do trabalho alienado.

Sabemos como as atividades que valorizam o capital são as variáveis dominantes na configuração do homem moderno e contemporâneo - burguês. Sabemos, ainda, que essas atividades são desenvolvidas sob a égide dos valores engendrados pelo capital na concepção que orienta o Projeto Capitalista. Por outro lado, sabemos também que esses valores não têm se evidenciado como sendo aqueles que permitam a construção de uma vida, individual e social, que seja efetivamente democrática no processo contínuo de construção da humanidade no sentido de escolha de suas atividades, diversificação de seus centros de interesse e competências, enriquecimento real de suas vidas e de sua sociedade. E, sabemos mais, a organização da sociedade se apóia numa cultura instrumental e utilitarista, dando-lhe as referências e colocando os homens em concorrência em torno de um progresso material. Esse progresso se instituiu como o barômetro da prosperidade dos indivíduos e das sociedades. A realização desses “valores” passa por uma série de rupturas entre o homem e a natureza e entre o homem e ele próprio. Essa ruptura entre o homem e ele mesmo ocorre na medida em

que ele se acha separado de seus meios de subsistência, e, ainda, do sentido que ele dá a seu mundo e a sua capacidade de ser autônomo.

É com base nessas questões que afirmamos que a modernidade, se por um lado libera, por outro aprisiona o homem. É por isso que a modernidade, contrariamente à apologia que se faz dela, com a ideologia do progresso do século XIX, foi permanentemente ambivalente; ao mesmo tempo em que criou a riqueza (segundo sua própria definição de riqueza) criou enormes contingentes que vivem em estado de pobreza, e mesmo de extrema pobreza, para superação da qual são propostos financiamentos que em nada vêm diminuindo-a. Em verdade, esses financiamentos são mais seguidamente concebidos como paliativos assistenciais, com o objetivo de preparar a integração dos “marginais” às práticas financeiras atuais que criam toda uma relação de prestador estrutural a agiota estrutural perpétuo.

Para romper com essa situação é preciso pensar a sociedade em função do desenvolvimento de todas as potencialidades humanas a serviço de suas necessidades humanas e não em função da necessidade que tem o capital de delas se servir, imprimindo ao próprio capital a autonomia que deveria pertencer às pessoas. É preciso que a sociedade deixe de ser pilotada pelos desejos do capital e do trabalho assalariado e passe a ser uma sociedade com atividades múltiplas para cada um de seus membros e que se transforme numa sociedade de cultura.

Nesse sentido, para que essa sociedade possa nascer e florescer não bastará que ela crie um quadro jurídico e político diferente, mas, antes, que esse quadro seja organizado pela sociedade por meio de políticas específicas, embasadas no Projeto de Totalidade, nas quais as concepções temporal e espacial sejam configuradas de modo a que todos possam esperar de todos que acumulem, ou alternem, uma pluralidade de atividades e de modo de inserção social.

É necessário salientar que buscar na distribuição da renda a solução para resolver as questões criadas pelo próprio estilo de desenvolvimento apresenta-se como solução falsa. Embora possa contribuir para melhorar os padrões de vida dos trabalhadores, essa política não traria, em si, um efetivo redirecionamento do rumo a ser perseguido na sociedade; o que não quer dizer que a luta por melhorar o padrão de vida do trabalhador deva ser abandonada. Esse redirecionamento só poderia ser efetivo se fossem abolidas as relações de produção que estão postas hoje em termos globais.

E, nesse caso ter-se-ia o que Marx definiu como tempo livre, “o tempo para o pleno desenvolvimento do indivíduo...pode ser considerado do ponto de vista do processo de produção imediato como produção de capital fixo, este capital fixo *being man himself*”.²⁴⁶

O que Marx está sinalizando é que é o tempo livre, que pode permitir aos indivíduos desenvolverem capacidades (de invenção, de criação, de concepção, enfim, as multiatividades concernentes a cada ser humano), que levará o homem a um patamar de produtividade sem precedentes. E Marx chama a atenção para o fato de que esse desenvolvimento da capacidade produtiva do homem não é trabalho. Não é trabalho por ter sido possível atingir graças à redução a um mínimo cada vez menos importante do tempo necessário à sociedade. É este “tempo liberado para seu próprio desenvolvimento”/ enriquecimento que permite tomar por finalidade sua “formação artística, científica, etc”. E, é este livre desenvolvimento das individualidades que poderá reaparecer na produção como capacidade de criar uma variedade de riquezas com um dispêndio de tempo e de energia muito baixos.

Gorz (2004) observa que, dito de outra forma, “o crescimento da capacidade produtiva dos indivíduos é consequência, e não finalidade, do seu pleno desenvolvimento”. Podemos concluir que o objetivo não pode ser “maximizar a produção pela produção, a força pela força, mas economizar o tempo de trabalho e o gasto de energia necessários ao aperfeiçoamento da vida. A verdadeira economia - aquela que economiza - é a economia de tempo de trabalho”.²⁴⁷

Partindo dessas considerações, poderíamos definir como sociedade verdadeiramente humana aquela que no dizer de André Gorz (2004;105)²⁴⁸ permita

que cada pessoa pertença, ou possa pertencer, a uma empresa cooperativa de auto-reprodução, a uma rede de troca de serviços, a um grupo de pesquisa e de experimentação científica, a uma orquestra ou a um coral, a um ateliê de arte dramática, de dança ou de pintura, a um clube esportivo, a uma escola de yoga ou de judô etc, etc, etc e o objetivo das ‘sociedades’ esportivas ou artísticas não seria selecionar, eliminar, hierarquizar mas, antes, encorajar cada membro a renovar-se e a ultrapassar-se perpetuamente na cooperação competitiva com os demais; e, esta busca por cada um, da excelência seria um fim comum a todos.

Ou seja, para que esse outro Projeto pudesse se impor seria necessário que a sociedade conseguisse despir-se da lógica que engendra o modelo vigente.

²⁴⁶Marx,K. Grundrisse. p.599 citado em Gorz,A. “Misérias do Presente, Riqueza do Possível”. São Paulo:Annablume, 2004 p.104

²⁴⁷ ibidem

²⁴⁸ ibidem

4.2 - O Objetivo do Projeto de uma outra Totalidade

O objetivo de um projeto alternativo não é o de apontar soluções alternativas dentro do modelo existente. Estamos lidando com uma realidade criada pela lógica de um modelo que gera e se alimenta da pobreza, embora apresente bolsões de opulência considerável. Logo, é a lógica que embasa o modelo que deve ser modificada. Ao se tratar a lógica justificativa, libera-se a possibilidade de se pensar em projeto diferente.

O projeto no qual o mundo está imerso tem como ponto de partida aquilo que é definido de forma a-histórica, como bom funcionamento da economia. Ora, a economia, que deveria ser um instrumento a serviço das necessidades efetivas e dos desejos humanos, está, no atual modelo, promovida como algo que é fim em si mesmo.

O que se pretende, então, quando se fala em mudar a lógica é exatamente transformar o fim a que se destina toda e qualquer atividade humana. Se pensamos em um Projeto que seja baseado na felicidade, na liberdade e na dignidade humana teremos que, necessariamente, colocar o homem no centro desse Projeto. No Projeto aqui preconizado, o indivíduo (o ser humano) é considerado um fim em si mesmo e tem a sua felicidade, liberdade e dignidade como únicos e últimos objetivos.

Ao se tomar o movimento em curso como inevitável, considera-se, por auto-demonstração, a idéia de que não importa qual a modernização, não importa qual aspecto da vida humana constitui, em essência, um “bem-estar” para o gênero humano.

Ora, o desenvolvimento da agricultura geneticamente modificada, a destruição metódica das cidades e sua correspondente forma de urbanidade etc não podem, de forma alguma, ser seriamente apresentadas como contingência histórica, ou simplesmente favorável à construção de uma sociedade livre, igualitária, justa, digna. Ao contrário, elas, hoje, se constituem em obstáculos evidentes à emancipação dos homens. E quanto mais esses obstáculos se desenvolvem e se acumulam, mais difícil será retomar as condições ecológicas e culturais indispensáveis à existência de toda sociedade verdadeiramente humana.

Sen (2000)²⁴⁹ assinala que o objetivo do desenvolvimento tem de ser a liberdade. Contudo, essa liberdade não pode ser tomada no abstrato; ela se caracteriza, no dizer de Sen, em uma liberdade substantiva. Segundo ainda a palavra de Sen,

se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então, esse é o objetivo abrangente e não um meio específico (industrialização, progresso tecnológico ou modernização). Nesse sentido, identificar desenvolvimento com crescimento do PIB, crescimento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização é se ter do desenvolvimento uma visão de desenvolvimento centrado não no ser humano mas nas coisas. (p.53)

O que é importante, então, considerar é que a definição do projeto alternativo envolve uma rediscussão dos conceitos, premissas e, por conseguinte, de valores que embasam a concepção vigente do modelo de desenvolvimento.

Para tornar pensável o impensável (tal como afirmamos na Parte 2 deste estudo), é preciso, como já dissemos, romper com o monopólio de interpretação do mundo pelo campo do trabalho assalariado, isto é, é preciso romper a lógica do Capital. Somente rompendo com essa lógica é que se pode pensar na superação do modelo do homem burguês que, por sua vez, é variável dependente da superação da sociedade burguesa - calcada nos valores ditados pela burguesia na implementação de seu projeto.

Somente uma sociedade não burguesa, cujos valores contestem os valores burgueses, poderá consolidar um novo tipo de ser humano - aquele que poderá surgir da superação do homem burguês. Ele surgiria, então, de um movimento que fosse capaz de revolucionar a sociedade burguesa. Não revolucionar através de, necessariamente, um conflito direto, fruto de embates violentos, mas, como fruto da construção de um outro processo histórico. Esse movimento tem de, necessariamente, ser integrado por sujeitos, individuais e coletivos, que possam se guiar por valores éticos que devem antecipar, de algum modo, valores mais universais que os do homem burguês (Konder:2000). Esses sujeitos, individuais e coletivos, devem ter como premissa a recusa da idéia de reduzir a representação da riqueza a um simples exercício de medida, ele mesmo, referido a categorias dominantes de um economicismo que cortou os laços com a ética e com a política. Dentro dessa visão se torna indispensável romper com o fetichismo da mercadoria, ou seja, com o modo de ocultação das relações de dominação/exploração entre os homens, que se apresenta sob a aparência das relações de troca entre as coisas. Os sujeitos que intercambiam mercadorias, e que medem o valor de

²⁴⁹ Sen, A. op.cit p.53

umas pelas outras, assim como se medem uns pelos outros e terminam por medir seu próprio valor pelo valor das mercadorias que trocam, precisam acreditar que mercadorias significam riqueza. Se uma forma de organização social não existe fora de um sistema simbólico no qual faça sentido, o que requer também uma forma perceptiva que lhe sirva de fundamento na subjetividade do indivíduo, torna-se imperativa para a real mudança na forma de organizar a sociedade, que se trabalhe na mudança do sistema simbólico que lhe é inerente. As formas monetárias atuais deixam de exprimir situações que são realmente relevantes e valorizam aquelas que, em alguns casos, podem ser até nocivas. Viveret (2005) observa que colocar uma criança no mundo, por exemplo, não teria algum valor econômico. No entanto, adquirir um veneno para matar, aí sim, representaria um crescimento na economia.

Mesmo admitindo a amplitude dos custos humanos e ecológicos do modelo produtivista mercadológico adotado pelas diversas sociedades, muitos autores estão persuadidos de que a primazia de uma economia “amoral” é um mal menor face o que é por eles chamado de risco totalitário de uma política direcionada para a felicidade. Alguns autores, mesmo quando criticam certas exacerbações do capital atribuem valores sociais positivos em sua lógica. Albert Hirschman (1979)²⁵⁰, por exemplo, ao argumentar que a criação dos juros, longe de ser expressão de um fato natural é um constructo social e cultural e atribui a essa construção uma qualidade positiva, pois sua finalidade é, segundo ele, socializar as paixões humanas. E ele constata que, de todas as paixões, a riqueza é, no final, a menos perigosa já que se concentra sobre as coisas; as demais paixões acabam acarretando risco de dominação entre os homens. A criação de juros, para Hirschman, tem por efeito tornar essa paixão mensurável e previsível já que está sujeita ao cálculo racional de seus custos e de seus benefícios.

O PIB e sua evolução denominada “taxa de crescimento”, tal como já foi abordado na Parte 2 deste trabalho, se tornou nas diferentes sociedades capitalistas, obcecadas pela medida monetária, um verdadeiro “indicador social” que é evocado sem jamais serem precisadas suas condições de construção, seus paradoxos e seus limites. Ele é, dessa forma, confundido com a riqueza de um país. No entanto, ele ignora o conjunto considerável das riquezas não monetárias e contabiliza positivamente destruições desde que essas gerem fluxos monetários de reparação, de indenização ou substituição. A partir dessas considerações, é preciso estar atento para a relação altamente discutível entre PIB e riqueza.

²⁵⁰ Hirschman, A. O. “As Paixões e os Interesses - argumentos Políticos a favor do Capitalismo antes de seu triunfo”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

Se tomarmos como referência indicadores antropológicos e, portanto, humanos, encontraremos grandes diferenças, ao analisarmos uma sociedade, nos resultados daqueles encontrados quando os indicadores referenciais são os indicadores monetários. Esses dois procedimentos nos revelam duas formas diferentes de estrutura do laço social. Os indicadores monetários nos remetem para a informação de que não há valor senão quando se possui uma capacidade de troca monetária. Há uma distância significativa entre o que se acredita ser a medida de riqueza de uma sociedade, através do PIB, e uma outra concepção de riqueza que não é calcada em valores monetários e que podem ser assinaladas parcialmente em indicadores de salubridade, ecológicos e de relações sociais, assim como de realização pessoal.

Se a não confiabilidade dos indicadores monetários é legítima, deve-se, então, reconstruir os “fundamentos econômicos”, atribuindo-se a ênfase aos “fundamentos antropológicos” e “fundamentos ecológicos”. É, com efeito, fundamental que “fundamentos econômicos” estejam subordinados aos objetivos de um Projeto cuja diretriz é o desenvolvimento pleno do homem. Logo, os “fundamentos antropológicos” e “os ecológicos” têm de se impor sobre qualquer fundamento econômico, sobretudo da forma como ele é definido no capitalismo. Esse tem de ser subordinado à qualidade dos bens ecológicos vitais tais como o ar, a água, a terra, a qualidade global dos ecossistemas. E, ainda, às condições sociais e sanitárias que não coloquem em risco a vida humana.

Assim, não é demais afirmar, ainda uma vez, que a idéia de perseguir “o desenvolvimento das potencialidades humanas” tem caráter processual e que o que se pode efetivamente estabelecer *a priori* é a diretriz que orientaria um projeto com esse objetivo. Nesse sentido, pode-se, ainda, estabelecer algumas premissas que serviriam para nortear a luta no sentido de melhor definir o Projeto desejável, colocando-as em contraposição àquelas que vêm fazendo parte do discurso neoliberal.

Pressupostos

Projeto neoliberal	Projeto de uma outra Totalidade
Necessidades básicas e mínimos sociais	Necessidades humanas (desejos)
Pobreza (aliviar)	Desigualdade (eliminar)
Distribuição/consumo	Produção/trabalho
Direitos sociais básicos	Direitos humanos universais
Vida mínima	Vida digna
Liberdades formais	Liberdades reais
Papel do Estado (Estado mínimo)	Estado como ator de implementação de políticas públicas

A discussão sobre a relação entre ética e economia assume caráter fundamental. O amoralismo metodológico da Ciência Econômica, ou como alguns chamam “sua neutralidade axiológica”, tem de ser amplamente questionada e deve-se concentrar todos os esforços para que ela deixe de ser guia de ação primordial. O que aconteceria se saíssemos do universo dos bens para entrarmos no universo dos laços das relações afetivas?

Se a economia, na direção dos trabalhos de Amartya Sen, deve aceitar se tornar, senão uma “ciência moral”, pelo menos uma ciência que se reconhece a serviço de finalidades morais e políticas, será preciso, então, que se inicie por se interrogar tanto sobre as questões referentes a representação da riqueza, quanto da sua circulação sobre a orientação da vontade coletiva. E para que essa interrogação possa encontrar resposta no seio da sociedade seria necessário que se promovesse vasto debate público sobre essas questões; permitindo, ainda, a explicitação de experiências que venham sendo propostas no sentido de renovar a questão da representação da riqueza. Para enfrentar tal debate, a tentativa de definição de um outro Projeto pode instrumentalizar correntes políticas, movimentos sociais - organizados ou não - que possam transformá-lo em bandeira de luta.

Se o que se defende aqui se convertesse em estado de espírito generalizado, isto é, se a concepção do desenvolvimento centrada exclusivamente no homem, visto como uma Totalidade diferente da que hoje impera nas sociedades, se expandisse e se tornasse

preponderante, buscando a sua hegemonia, o sentimento popular passaria a reagir de forma nova e original, porque, ao invés de clamar pela solução de um problema isolado, por mais imediato e pessoal que pudesse ser, reclamaria antes a resolução conjunta do contexto em que o problema se situa.

4.3 - O Método

Ao pensar nas questões referentes ao método para implementação de um Projeto com o objetivo e as premissas definidas anteriormente, lançamos mão das considerações de Yves Barel sobre sistemas sociais, já abordadas na Parte 2 do presente trabalho.

Uma estrutura se torna um sistema quando adquire a faculdade de auto-reprodução. Um sistema é, então, uma estrutura auto-reprodutível. Assim ocorre com o sistema do capitalismo que é uma estrutura que se auto-reproduz.

Para que uma outra Totalidade se torne então um sistema, é preciso encaminhar-se a construção de sua auto-reprodução, transformando-a numa realidade estruturada que, como tal, seja composta de um conjunto de diferenças que sejam articuladas entre elas por um princípio de estruturação ou organização.

Com essa perspectiva, é imprescindível a organização da sociedade com suas diferenças articuladas entre si. Trilhar esse caminho é o que permitirá a destruição do sistema em vigor. É a auto-reprodução desse sistema que permitirá a produção e reprodução de um outro sistema que lhe seja diferente.

A análise histórica nos assinala que, ao longo dos séculos, o futuro sócio-econômico não emerge nem pela força da conquista nem pelo decreto da autoridade nem pela decisão jurídica. Ao longo dos séculos, o futuro emerge pela prática sócio-econômica dissidente e inovadora das populações a ela relacionadas. Tudo indica que o mesmo terá de acontecer em nossa época.

Por outro lado, está embutido nas considerações aqui articuladas que a emancipação do ser humano, construtor de sua própria humanidade, é, ao mesmo tempo, fim e meio para atingi-la plenamente. Nesse sentido, a viabilidade de implementação de um Projeto societário construído com esse objetivo só poderá acontecer se nele houver a participação efetiva dos sujeitos - individuais e coletivos - tanto no que se refere a objetivos a serem perseguidos quanto ao que se refere à forma pela qual eles poderiam/deveriam ser alcançados.

Se as pessoas são o objetivo mesmo do desenvolvimento (tal como ele vem sendo aqui adotado), elas precisam ser, ao mesmo tempo, definidoras de cenários e executoras de ações que deveriam ser implementadas para se atingir os cenários definidos. Para tal, seria necessário livrar-se das “amarras” às quais o ser humano está submetido. É preciso, então, tomar a liberdade como fim e como meio desse processo de “humanização”.

Essa maneira de definir o caminho a ser trilhado para construir a produção e reprodução desse novo sistema, aqui idealizado, nos remete, então, para a definição desse processo como sendo um processo calcado na democracia que é a única forma que permite efetivamente o florescimento do novo sistema preconizado. Esse processo deve ser desencadeado a partir de um grande debate na sociedade. Debate que é, ao mesmo tempo, teórico e estratégico. Teórico na medida em que coloca no centro a questão de representação e da circulação da riqueza, logo, a necessidade de mudança de paradigma, isto é, de modelo societário. Estratégico na medida em que se ocuparia de definições e ações para se atingir o novo modelo. O exercício da democracia deve produzir de forma permanente a visibilidade e a legibilidade sobre a sociedade. Assim, a abertura de um grande debate sobre os modos de representação e de circulação da riqueza permitiria aos sujeitos - individuais e coletivos - a compreensão do processo. Face a isso, esses sujeitos poderiam fazer suas escolhas maiores renovando os processos de participação, de deliberação e de representação sobre as questões substantivas.

Dentro dessa lógica, não se preconiza que a tarefa de elaborar os novos indicadores de riqueza balizadores da construção do novo modelo possa ser desenvolvida por técnicos, em seus gabinetes. Sem debate público sobre as finalidades e os critérios que lhes dão sentido e legitimidade, seria impensável um caminho consistente.

No entanto, não podemos perder de vista que a hegemonia da concepção contida nesse novo Projeto deve ser buscada no âmbito da Política. Maquiavel²⁵¹ dizia:

as idéias, por mais justas, por mais convincentes, por mais límpidas que sejam, não se traduzem automaticamente, espontaneamente numa ação eficaz. Para você mover as coisas, para você transformar realidades institucionalizadas, você precisa levar suas idéias a, de repente, encontrarem os caminhos pelos quais elas vão ficar nas paixões dos homens. Vão organizar os interesses dos homens, vão dar aos homens motivações para que tomem iniciativas. Elas atravessam uma área especial, que é meio pantanosa, mas imprescindível, chamada Política. (Konder:1989;5)

Sobre isso, Konder(1989:5) comenta:

Maquiavel descobriu o específico político. Se você não ultrapassar essa área, você não está sendo coerente com sua idéia. Se você teve uma idéia, você tem o compromisso de tentar traduzi-la numa ação coerente com o espírito da idéia. Ao passar pela política, você vai encontrar forças enormes que se contrapõem ao teu projeto inovador. Maquiavel não tem a menor dúvida, e diz: ‘Essas forças são poderosíssimas. Existe uma resistência à mudança que está no mundo’.

No entanto, apesar dessa resistência à mudança, é através da democracia que as estratégias de mudança e as estratégias de conservação poderão lutar pelas suas concepções. E essa luta se dá no âmbito da Política. É nesse âmbito que se buscará a hegemonia das concepções em luta.

Ao acreditar nesse caminho, pode-se afirmar que a solução política para os problemas da sociedade está estreitamente ligada à necessária manifestação do conjunto da população - conjunto esse que deve ser o mais amplo possível e que deve se manifestar pelo voto - seja através de representação, seja através de participação direta nas questões.

Esta afirmação, de importância fundamental, não deriva de um ponto de vista abstrato, não é um postulado doutrinário, nem reflete interesses de imposição do direcionamento das questões anteriormente abordadas. Ela é simplesmente uma decorrência da concepção que embasa todo este trabalho. Significa que devem ser feitos todos os esforços para que as divergências em relação aos problemas explicitados sejam canalizadas para as urnas e decididas pelo voto (embate das estratégias). Com efeito, a eleição é a oportunidade, e o voto é a forma sob a qual se manifesta a consciência - individual e coletiva. Desse modo, é inútil imaginar que as questões fundamentais possam ser elaboradas por qualquer pessoa, ou grupo de pessoas - técnicos que julgam sempre possuir a melhor solução e que se arvoram em julgar o comportamento do povo e a examinar o acerto e a conveniência de suas opções. Estando, via de regra, encastelados em seus gabinetes, longe da vivência das camadas de trabalhadores,

²⁵¹ Maquiavel - citado em Konder,L. Curso de Filosofia 2º.Módulo - Projeto de Desenvolvimento Cultural - ELETROBRAS - 1989 mimeo p.5

as suas opções, na maior parte das vezes, se tornam incompreendidas ou não refletem os interesses da população. Quando eles se esforçam, sinceramente, descendo de seu pedestal, por apresentar soluções que coincidam com os anseios populares, nesse caso, sua voz se inclui no conjunto de correntes em que se configura a consciência geral e, ainda assim, é necessário o pronunciamento coletivo para evidenciar os caminhos desejados.

Essas considerações afastam por si só toda a possibilidade de se defender que as soluções viriam de ações de personalidades carismáticas e de salvadores iluminados, mesmo que suas posições possam vir ao encontro das premissas estabelecidas. Não é de nenhum desses entes que poderá vir a solução nem o curso do desenvolvimento aqui preconizado - não ao “déspota esclarecido”. Logo, o que é aqui defendido é que é da consciência coletiva que deverão emergir os dirigentes do processo de transformação.

Se homens incompetentes são eventualmente eleitos para cargos que lhes permitam influir no processo, e perturbá-lo, esse fato mesmo é um momento do processo, que só poderá ser superado pela sua ocorrência efetiva e pela revelação de sua nocividade.

Assim, há que se apurar o mecanismo democrático de funcionamento da sociedade, de tal forma, que seja intrínseco a esse funcionamento a garantia de liberdades individuais e que se consolide, de forma crescente, o fortalecimento da dimensão comunitária/coletiva; que seja capaz de permitir o surgimento desse “tipo humano” livre, mas que sua liberdade não esteja atrelada a condicionantes que diminuam a liberdade dos demais membros da sociedade. Que a solidariedade seja valor fundamental;

que o direito à vida - não apenas à sobrevivência - mas à vida digna em sua plenitude, desde o florescer ao desabrochar e amadurecer, seja o direito primeiro a comandar as ações dos homens em sua trajetória de indivíduo, ao mesmo tempo singular e representante da humanidade.²⁵²

²⁵² Konder, L. op.cit, 2000, p.103

4.4 - As estratégias para construção e implementação do Projeto

A possibilidade de amadurecimento e implementação de um Projeto que se contraponha às propostas que são hegemônicas na sociedade será, como dito anteriormente, diretamente proporcional à possibilidade que exista nessa mesma sociedade de se construir uma proposta contra-hegemônica que se espraie pela sociedade, fazendo com que esta adquira consciência do significado de mudança embutida na contra-hegemonia e transforme-a em desejo. É por isso que, ao defender a necessidade de se idealizar um outro modelo societário, do qual as premissas aqui defendidas seriam definidoras, não estamos partindo da concepção de que esse “Projeto” é o componente que dirigirá a realidade. Logo, se assim é, “ele não precisa/deve conter uma proposta pronta e acabada para que se desencadeie a ação”.²⁵³ Na verdade, ele só cumprirá seu papel transformador se for fruto de uma construção dialética, que possa romper com os critérios já sedimentados a partir de experiência concreta histórica vivenciada pelos homens. Nesse sentido, é a partir dessa experiência que poderá ser construída uma nova experiência histórica que tenha como critérios os que preconizamos aqui.

Se tomarmos como referência a idéia de que a desigualdade é característica da ação do capital e que a conquista da igualdade surge como fruto de uma luta entre o capital e o trabalho, na qual esse avança sobre os desígnios daquele, podemos admitir, como absolutamente fundamental, a divulgação, dentro do próprio sistema capitalista, das novas premissas que devem orientar a luta por um novo Projeto societário, como um movimento que pode permear as instituições já estabelecidas e que seja, ao mesmo tempo, resultante da luta dos trabalhadores; das camadas populares.

Dentro dessa lógica, preconizamos como importante conceber e aprofundar a possibilidade de se estabelecer uma relação convergente entre democracia representativa formal e democracia direta. Portanto, não se trata aqui de advogar a destruição das instituições democráticas formais existentes, mas, antes, de ressaltar a necessidade de articulá-las com as novas formas de democracia direta que possam ser estabelecidas²⁵⁴. É importante assinalar que, nessa perspectiva, o debate público, amplo, deverá, necessariamente, se sobrepor a decisões tecnocráticas que acabam desqualificando os posicionamentos divergentes. A idéia, então, é,

²⁵³ conforme explicitado já neste trabalho

²⁵⁴ Essa posição aparece explicitamente em obras da escola gramsciana sob a forma de necessidade em se inserir o uso da democracia direta nas instituições de democracia representativa.

voltamos a afirmar, a de buscar a hegemonia a partir da construção de uma contra-hegemonia. Ao mesmo tempo em que se deva procurar essa articulação, que terá de ser fruto da luta das camadas populares pela “abertura” das instituições existentes, é importante se estruturar proposta para se ganhar a sociedade civil²⁵⁵ para o Projeto - se a idéia é a de se buscar a construção de hegemonia na sociedade civil, é imprescindível, como primeiro passo, o que já foi dito anteriormente, a construção de uma contra-hegemonia. E essa construção precisa perpassar tanto a sociedade civil como a sociedade política tomada, esta última, como Estado de forma ampliada.

A partir dessa concepção, não se propõe uma ruptura temporal e, sim, um caminhar processual. Nos casos nos quais encontramos a sociedade civil desarticulada e, portanto, sua força totalmente diluída, a luta acaba se travando, predominantemente, em torno de conquistas e de conservação do poder do Estado *stricto sensu*. Logo, a construção de uma contra-hegemonia ao ser incorporada na sociedade civil fortalece-a e se fortalece nesse processo.

Com esse objetivo, as questões que deveriam ser enfrentadas poderiam ser assim formuladas: como se poderá promover a exequibilidade de um projeto que seja formulado a partir de premissas que contestem as que embasam o projeto de desenvolvimento econômico? De que forma pode se difundir esse novo paradigma no qual se apóia o novo projeto? Por que meios é possível favorecer essa difusão? Como pode-se captar a participação da sociedade na construção desse novo momento histórico?

O próprio enunciado dessas questões sinaliza para a importância de tentar respondê-las. E a tentativa de o fazer nos remete a pensar, como alternativa positiva, as questões que se referem à educação das diferentes camadas que compõem a classe trabalhadora. Como as questões formuladas possuem contornos por demais amplos, é evidente que seriam necessários uma grande concentração e debate aprofundado para que se delineassem as principais características que deveriam compor um programa de educação que se destinasse a atingir aqueles objetivos - como transmitir e, ao mesmo tempo, ampliar a participação de cada um, e de todos, na formulação e implementação do projeto.

²⁵⁵ No conceito gramsciano - a sociedade civil é a esfera ideológica que possui autonomia em relação ao Estado *stricto sensu*

Vale observar, então, que a proposta de definir uma outra Totalidade, como a defendida neste trabalho, não pode ser entendida como algo a ser “doador” às camadas trabalhadoras, para que seja por elas absorvida. Ao contrário, a proposta é de procurar levantar aspectos que permitam imprimir uma transformação do homem comandada por ele mesmo- ou seja, o homem burguês como autor e ator de sua própria superação. No entanto, ela não se omite e incorpora também a idéia de que essa mutação/transformação pode não só ser acelerada, como também deve possuir uma direção específica. Concordamos com Polanyi (2000)²⁵⁶ quando ele afirma que

o ritmo da mudança muitas vezes não é menos importante do que a direção da própria mudança mas, enquanto essa última freqüentemente não depende de nossa vontade, é justamente o ritmo no qual permitimos que a mudança ocorra que pode depender de nós”... “o papel do governo consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo (e a direção) da mudança, apressando-o ou diminuindo-o.

O que se defende aqui é que não se deve impor uma proposta fechada, com uma única possibilidade de realização espacial/temporal, mas, antes, que ela precisa incorporar a idéia de que uma diretriz paradigmática tem que ser explicitada, e nela impressa. É dentro dessa perspectiva que definimos como um dos elementos fundamentais, a educação.

Os processos de produção e circulação do conhecimento são, eles também, obviamente atravessados pelos meandros das desigualdades construídas pelo sistema capitalista e seu sucedâneo modelo de desenvolvimento econômico.

Na medida em que propomos que haja forte reflexão no sentido de se empreender um tipo de organização societária que se baseie e justifique numa outra forma de ver e definir o desenvolvimento, torna-se indispensável criar um novo conceito de educação como parte essencial dessa nova organização, que denominamos uma outra Totalidade possível - e condição de seu êxito. O objetivo maior dessa nova forma de ver a educação teria como premissa básica a democratização efetiva dos processos de produção e circulação do conhecimento.

A importância da educação se evidencia pela possibilidade por ela permitida de se desbravar novas dimensões a partir da compreensão da realidade vivenciada e apreendida. É de posse de instrumentos nela adquiridos que podemos imaginar a articulação do “caos”, da desordem que se instala para a construção de uma nova ordem.

²⁵⁶ Polanyi – op.cit

A educação é um processo social que se desenvolve em vários espaços e várias instâncias. E, como assinala Mészáros (2005;65):²⁵⁷

o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.

Podemos tomar aqui a definição de educação que nos foi legada por José Martí. Dizia ele que *“educar es depositar em cada hombre toda la obra humana que le há antecedido; es hacer a cada hombre resumen del mundo viviente hasta el dia em que vive”*.²⁵⁸

Ao se negar um modelo implantado e consolidado, necessariamente o estamos fazendo dentro de seu próprio funcionamento. Ao tentar definir um outro modelo societário e ao apontarmos a educação como peça fundamental para divulgação, construção e implementação desse modelo, e partindo da definição legada por José Martí para educação, estamos assumindo o papel vital que o novo pode exercer no rompimento da “internalização” dos valores que o antigo modelo vem lhe transmitindo.

A educação é um valor em si, é uma necessidade do homem, a ciência e a cultura são suas conquistas. A educação e a cultura são inseparáveis, quase indiscerníveis.

A educação é um processo social contínuo que não se situa somente “intra-muro” das instituições educacionais formais. O processo de aprendizagem comporta

desde o ambiente material em nossa infância, do primeiro encontro com a poesia e com a arte, passando pelas experiências de trabalho, e até o nosso envolvimento de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais de nossos dias.²⁵⁹

Assim, a educação é um processo social que ocorre em várias instâncias e que é promovido por várias agências; família, escola, trabalho, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, associações diversas, inclusive religiosas e meios de comunicação. Apenas uma parte de todo esse processo está diretamente ligada à educação formal. No entanto, apesar disso, ela é parte integrante fundamental na construção das individualidades que atuarão na construção de um futuro.

²⁵⁷ Mészáros, I. - “A educação para além do capital” - São Paulo:Boitempo Editorial, 2005 p.65

²⁵⁸ citado em Mészáros - op.cit. p.58

²⁵⁹ ibidem p.53

Partindo da consciência que se tem sobre a importância da educação formal é que definimos uma necessidade premente de mudança direcional em sua prática como parte integrante da construção de um projeto contra-hegemônico - precisamos pensar a educação formal em todos os seus diferentes níveis - da escola básica ao ensino superior.

Aqui também não se trata de definir que plano educacional deveria ser implementado pois, nesse caso, seria necessário elaborá-lo desde seus fundamentos; e ele não teria a consistência necessária sem que fosse objeto e sua formulação objetivo de vasto debate na sociedade. O que nos parece imprescindível é que se possa questionar o rumo que lhe deve ser dado e procurar atuar em sua mudança de rota, a fim de orientá-la com o espírito das premissas nas quais a definição do novo projeto se apóia.

Uma teoria de educação deverá surgir, então, e deverá ter como tarefa inicial a de definir as características do “novo homem” que se deseja formar para ser também agente do processo que já estaria em curso. Em função desse objetivo maior, a idéia é a de centrar todos os esforços pedagógicos na construção de pensar o mundo.

É evidente, nunca é demais reafirmar, que não se deve abandonar a idéia de acesso ao conhecimento historicamente produzido, mas, também, centrar na construção da “mentalidade” que permita a formação do homem crítico e responsável socialmente, evidenciando-se diferente compreensão do papel histórico a ser desenvolvido pelas novas gerações.

Ao admitir, então, essa nova concepção, a proposta educacional a ser elaborada deve se definir em essência pelo avanço das ciências, da cultura e da natureza, a partir de aperfeiçoamento de instrumental técnico de exploração da realidade, do aprofundamento do conhecimento científico e pelo conhecimento e função das artes que, em verdade, exprimem o sentimento do homem.

Pela própria natureza, as artes, em geral, interagem com as demais representações criadas pelo homem para se entender, entender o mundo e se entender no mundo. A arte, em conexão imediata à filosofia, história, antropologia, sociologia, psicanálise. Tudo entendido como o instrumental construído pela sensibilidade e pela razão humanas, para perceber, elaborar, entender e significar a emoção e o conhecimento. (Alcione Araújo:2006)

Assim, uma proposta educacional deve levar em consideração o fato de que o conhecimento não é apenas fruto do pensamento e da razão; que considere a emoção também como fonte legítima de conhecimento. E, a consciência de que o conhecimento se produz, portanto, também pelo sentir e pelo olhar.

Olhar aguçado pela sensibilidade, pela emoção, pela afetividade, pela imaginação, pela reflexão, pela crítica. Olhar que indaga, (...) quebra a linearidade, ousa, inverte a ordem, desafia a lógica, brinca, encontra incoerências e divergências, estranha, admira e se surpreende para então criar novas formas de ver o mundo.²⁶⁰ (Borba;Goulart:2006;6)

Tal como nos indicou Brillat-Savarin, é preciso que possamos permitir que o olhar, a escuta, o toque, o gosto, o cheiro, o movimento, constituam formas sensíveis de se apropriar do conhecimento sobre o mundo e sobre nós mesmos e construir conhecimento para atender aos desejos e necessidades desse mesmo olhar, toque, gosto, etc.

São ainda Borba e Goulart (2006) que nos indicam que não há como constituirmos autores críticos e criativos se não tivermos acesso à pluralidade de linguagens e com elas sermos livres para opinar, criar relações, construir sentidos e conhecimento.

Ora, se a emoção é também fonte legítima de conhecimento, podemos afirmar a transcendente importância da participação das camadas subalternizadas da população na definição do projeto social e, por consequência, na proposta educacional.

Aliás, ao se posicionar contra uma concepção elitista da educação e da vida intelectual, Gramsci²⁶¹ argumentava que:

não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual - o *Homo faber* não pode ser separado do *Homo sapiens*. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um “filósofo”, um artista, um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção de mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e portanto contribui para manter ou mudar a concepção do mundo, isto é, para estimular novas formas de pensamento.(p.7)

²⁶⁰ Borba, A. e Goulart, C. “As Diversas Expressões e o Desenvolvimento da Criança na Escola” mimeografo trabalho realizado para o MEC, 2006 p.6

²⁶¹ Gramsci, A. – “Os intelectuais e a formação de cultura”Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1979 p.7

Essa afirmação de Gramsci parte da crítica ao sistema que cria essa separação, e denota que ele considerava a educação (e aí ele está falando na educação formal), como um processo contraditório que tanto pode ser utilizado para manter como para mudar a concepção do mundo.

É a partir dessa constatação que Gramsci vê a escola como um espaço de luta que pode, e deve, ser utilizado, pois, na realidade, ele acaba admitindo simultaneamente as duas situações. Esse espaço é então um espaço do qual não podemos abrir mão no processo de construção de uma nova situação. Coadunante com toda a concepção aqui exposta, a educação assume aspecto essencial na superação do “homem burguês” que somos nós. Superação essa que só poderá se dar de forma processual como desdobramento de elementos que existem no “homem atual”.

Ao estar centrada na possibilidade de formação omnilateral do homem, a educação poderá desempenhar o papel de formação intelectual e, ao mesmo tempo, realizador de projetos materiais²⁶² - aquela sugerindo a esse a superação de seus próprios campos de pensamento, ou de ação, levando-o à formulação de problemas, não importa de que ordem, no âmbito de uma visão histórica de conjunto da qual a primeira e mais direta consequência atuaria na questão referente ao trabalho cuja alienação deveria ser superada.

Ao perseguir a construção de uma nova forma de organizar a sociedade que implicaria, necessariamente, em transformação das relações de produção, dessa mesma sociedade, somos impelidos, então, a lutar pela construção da universalização da educação e sua coadunante universalização do trabalho como atividade humana auto realizadora. A idéia da universalização do trabalho e da educação traz em si, de forma subjacente, a idéia de igualdade substantiva, logo efetiva, que se realiza na diferença, de todos os seres humanos. Temos o direito de ser iguais impedindo que nossas diferenças não nos inferiorizem e temos o direito de ser diferentes, impedindo que a igualdade não nos descaracterize. Assim, Educação e Trabalho, e as relações aí desenvolvidas serão, então, forças que atuarão na reprodução social.

²⁶² intelectual orgânico, no dizer de Gramsci

4.5 O caminhar na construção da contra-hegemonia

Dado o grau de complexidade do mundo no qual estamos vivendo, acreditamos – tal como afirmamos na parte 4.3 deste trabalho – que a eficácia das ações que podem levar efetivamente à transformação social será diretamente proporcional à consciência de seus agentes. E, acreditamos mais, a possibilidade de gestação embrionária de uma nova situação que se torne emergente precisa, para frutificar, de um certo grau de estruturação do tecido social.

Por pensar dessa maneira, é que defendemos a necessidade urgente de recuperação das organizações de trabalhadores, em todos os níveis e categorias; a necessidade de se pensar formas de incorporação das imensas camadas que hoje se encontram marginalizadas do dito mundo do trabalho às propostas das quais eles são integrantes; e a necessidade de se redimensionar o papel dos Partidos Políticos, construindo com todos eles, e eles em relação entre si, a teoria que se faz necessária para poder instrumentalizar a intervenção na sociedade.

É preciso, ainda, na medida em que todo esse processo organizacional esteja em curso, que pensemos em formas de atuação que nos sinalize sempre o “bom” caminho para o enfraquecimento do sistema como um todo. Na medida em que temos consciência que esse processo é longo, não podemos, não devemos, deixar de ter sempre em mente as ações que possam nos trazer o que poderíamos definir como “avanço angular” no processo de construção de uma nova organização societária.

A luta por uma sociedade democrática nunca acaba, não há um momento, é uma atuação contínua.

Sabemos que todo caminho processual, por sua própria natureza, para se atingir uma nova situação, não levará a uma mudança radical de forma abrupta – toda mudança quando se instala realmente é porque já se tinha todos os elementos maduros para tal. É nesse sentido que podemos estabelecer a metáfora de “avanço angular” como um caminhar que possa permitir a saída de “rota” na qual nos encontramos e que paulatinamente nos permita caminhar para atingir “rota” diametralmente oposta. Logo, precisaremos percorrer o equivalente a um ângulo de 180° para atingir nosso objetivo. Podemos, então, dependendo das condicionantes que nos estão impostas, começar a desviar apenas alguns graus da “rota” na

qual nos situamos, infletindo nosso caminho a cada momento, e em cada circunstância, sempre tendo a nos guiar a ampliação do ângulo que, em nos afastando do caminho que estamos trilhando, nos remeta a uma outra situação mais próxima da que desejamos. Se conseguirmos caminhar com a idéia de ampliar o ângulo, estaremos sempre diante de uma nova situação que, embora não seja a definida como a desejável, será correspondente sempre à possível, e certamente poderá acarretar um enfraquecimento do sistema, levando-o a direções que podem ser irreversíveis, reestruturando poderes de tomada de decisão.

A dificuldade que se apresenta é a que se refere ao fato que devemos ter, necessariamente, sempre a clareza de que nossas decisões estão nos conduzindo para a posição desejada, tendo sempre em mente também que essa posição não é a estratégica, logo, ela, deve estar sendo reavaliada a cada momento de decisão a ser tomada. O sistema sempre procurará nos confundir e, às vezes, nos levará a tomar decisões que na realidade acabam reforçando-o. Por isso, é preciso estar bem instrumentalizado, não perdendo de vista o processo de luta, seus espaços, suas conquistas e seu método de ação.

Toda a ação necessária à mudança de rota não terá significado maior se não for advinda de sujeitos coletivos capazes de impor nova trajetória às políticas a serem implementadas. Nesse sentido, voltamos a insistir na importância da organização da sociedade. Organização essa que possa ser, ao mesmo tempo, força de luta e formação de consciência como parte de um processo bi-unívoco; de realimentação mútua. A mobilização factual, por importante que seja, não é necessariamente formadora de consciência.

A força maior no processo de construção da contra-hegemonia é, sem dúvida, a classe trabalhadora. É a partir da classe trabalhadora que podemos pensar numa outra “globalização”. No entanto, não podemos defini-la, nem discuti-la, com as premissas que estão impostas pelo pensamento hegemônico. Precisamos, então, construir uma agenda que possa instrumentalizar a construção da contra-hegemonia.

Devemos estabelecer que faça parte do horizonte, a tentativa de se descobrir formas de se organizar a sociedade, formas de garantir as iniciativas individuais, formas de descentralização que não pressuponha o mercado, pelo menos entendendo-o da forma como ele se apresenta.

- Procurar utilizar como instrumento de pressão e de luta a caixa de ressonância global criada pelos Fóruns Mundiais e pelas relações internéticas;
- Reconstruir a solidariedade capitalizando todas as revoltas contra a desigualdade social existente no mundo, mas, também, lutar internamente em cada sociedade a partir de movimentos sociais locais;
- Lutar pela manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores em geral;

Em nosso modo de pensar, o trabalho é atividade vital, vida produtiva do homem. É através de seu trabalho que ele supera as condições adversas que lhe são impostas pela natureza (tomada aqui como meio no qual ele atua), e que ele constrói a sua humanidade. A atividade do homem, na realização da própria espécie, é uma atividade livre e consciente. O homem, diferentemente dos outros animais, transforma a sua atividade vital, o seu trabalho, em objeto de sua vontade e consciência. Sua própria vida é um objeto para ele (Marx).

Ora, essa relação com o seu trabalho não é a que existe no mundo capitalista no qual o trabalho aparece apenas como meio para satisfação de uma necessidade – a de manter a sua existência física. Nesse caso, o homem deixa de ter a sua vida como objeto para transformá-la em meio para sua possível existência.

Adotamos aqui a concepção que vê no trabalho a essência da riqueza. Não o trabalho/emprego, como quer nos convencer a sociedade capitalista, mas o trabalho enquanto concepção ontológica, isto é, enquanto atividade criadora do próprio homem.

Se o trabalho é o motor do desenvolvimento de potencialidades humanas, tirar do homem a possibilidade de trabalhar é relegá-lo à condição de vida sub-humana. Por outro lado, o trabalho assalariado, alienado – vendido como força de trabalho a outrem – traz em si o germe dessa mesma condição sub-humana. O homem, preso às amarras engendradas pela relação de produção estabelecida, se desestrutura e perde sua condição de criador – é precisamente a existência do trabalho alienado que conduz o homem à condição de não-trabalho. No entanto, para que o homem possa superar essa condição que lhe é imposta, o primeiro passo, nas circunstâncias em que vivemos, é admiti-lo na condição de trabalhador tal como hoje ele é entendido. Nesse quadro, que necessariamente terá de ser superado, é importante ainda a luta

pela incorporação da força de trabalho ao processo produtivo, permitindo àqueles que estão fora do mercado de trabalho por questões de mudança estrutural do próprio mercado, a possibilidade de reinserção.

- Lutar para a adoção, em todos os níveis, do orçamento participativo, que é uma arma eficaz como uma proposta de democratização do estado.

- Lutar, onde for o caso, pela Reforma Agrária que deve ser discutida com amplos setores da sociedade.

- Procurar influir numa Reforma do processo educacional que possa assimilar todos os elementos da contra-cultura.

- Lutar para a construção de um Estado que seja instrumento de normalização de vida social e que implemente Políticas Sociais fora do âmbito de Políticas compensatórias.

- Enfatizar a questão referente ao Planejamento, não aceitando a falsa polêmica entre Planejamento e democracia, pois essa pode ser perfeitamente mantida se pensarmos coletivamente em formas de Planejamento social e participativo. Por outro lado, há questões supra nacionais que têm de, necessariamente, passar por uma discussão, visando um Planejamento em nível mundial que possa abarcar de um modo geral algumas questões tais como:

- a) Como, quanto, onde e para que tipo, dedicar recursos à pesquisa científica?
- b) Como usar os recursos não renováveis?
- c) Como enfrentar a questão da poluição – a economia clássica não propõe a proibição, mas sim que se atribua um preço ao fenômeno. Dessa forma, ela torna o que não faz parte do mercado em coisa mercantilizada.

É impossível pensar em caminhar no sentido da construção de uma sociedade democrática sem prever a democratização dos meios de comunicação, discutindo a propriedade dos mesmos e as formas de gestão dessa propriedade.

A questão, que se coloca, é, como conseguir, estando numa determinada estrutura, sem forças para derrotá-la, construir as forças para a travessia.

Vale aqui o alerta de Santos (2001):

quem dá tempo ao tempo arrisca de se encontrar em tempos bem piores que antes. Se se quer que o mundo não ande unicamente seguindo as leis do mercado, a militância se impõe. As coisas humanas não se fazem nem se desfazem sozinhas. A dignidade não se herda. Ela se produz.

A transformação pensada acaba por exigir, como bem o disse Walter Benjamin, que “se escove a história a contrapelo”. Precisamos fazer como Benjamin e não deixar que nosso pensamento seja dominado pelos valores que se colocam como contrários à transformação, impedindo-a.

Une seule issue se presente pour sortir de la situation désastreuse que nous connaissons aujourd’hui: prendre des distances à l’égard du modèle de développement presente comme seule référence universelle, et soutenir toutes les formes de créativité populaire qui affluent en marge du système dominante et qui visent la déconnexion à l’égard des économies marchandes. Les pauvres eux-mêmes nous offrent des possibilites immenses et constituent un gisement jusqu’ici inexploité. Il importe de reconnaître leurs richesses en les valorisant, et de créer, les conditions de mobilization de l’expertise populaire” (L’équipe d’Enda Graf Satiel – 1994)²⁶³

²⁶³ citado in Sullymane, M’Baye – “L’informel à Dakar, ou comment vivre et survivre sur les ruines de developpement” in Defaire le developpement -

Camiñante no hay camiño. Se hace camiño al andar.

(Antonio Machado)

5. As resistências, ou não, ao modelo

O conjunto de manifestações sociais que se denominam, em geral, reivindicações populares - luta por direitos, por salários, condições de vida, etc., apresentam-se, fenomenalmente, sob a forma de pressão exercida sobre as classes dirigentes, mas, em verdade, acabam, em muitos casos, como parte integrante e necessária ao desenvolvimento.

Tentaremos reunir aqui alguns dos movimentos²⁶⁴ e/ou propostas que, se materializando em sua luta cotidiana, podem oferecer resistência ao desenvolvimento exponencial do sistema. Na realidade, alguns desses movimentos, se estruturando institucionalmente, acabam sendo incorporados pelo próprio sistema; apesar de em seu discurso pretenderem a transformação social, eles acabam, no fundamental sendo defensores dos mesmos valores elaborados e transmitidos pelo sistema. Algumas dessas instituições direcionam sua luta à reivindicação de mero acesso de maiores parcelas da população ao “bolo” produzido. Ou de melhor repartição do mesmo bolo. Nesse sentido, as reivindicações se extinguem na proposta de melhor repartição da renda. Mesmo nos países onde o capitalismo se estruturou em termos de estado do bem estar - os países centrais. Hoje, ao se restringir nesses países os direitos que haviam sido conquistados pelas respectivas classes trabalhadoras, a luta dos trabalhadores vem sendo direcionada para a manutenção daqueles direitos. Em alguns casos, essas lutas vem sendo travadas com o objetivo de frear o desenrolar de políticas que já vem sendo implementadas. Nesse caso, não se tratando, portanto, de tentar recuperar os direitos perdidos e, sim, de evitar que os mesmos sejam ainda mais restringidos.

Vale salientar, com ênfase crescente, que não se pretende anular ou mesmo diminuir o mérito dessas lutas, nem anular todo e qualquer ganho que elas possam trazer para a classe trabalhadora - para imensa maioria da população pobre do planeta. Elas têm sido, na verdade, a forma possível de luta posta nos dias atuais, considerando-se a desarticulação que vem sendo produzida na sociedade.

Uma palavra ainda se torna necessária. Algumas organizações e associações existentes têm caráter assistencialista e em sua atuação encontramos um discurso caritativo e filantrópico. A

²⁶⁴ Vale salientar que a escolha foi absolutamente arbitrária e aleatória; partiu de disponibilidade de informações sobre os mesmos

idéia que transmitem é quase a de um “pedido” no sentido distributivo - isto é, aqueles que têm muito devem abrir mão de uma pequena parcela do que possuem em benefício dos que nada têm. E essa idéia/apelo se dirige tanto às camadas de uma mesma sociedade (“os ricos devem doar um pouco aos pobres”) como aos países ditos ricos para que auxiliem aos países pobres. Dentro dessa perspectiva está alinhada uma grande quantidade das Organizações ditas não Governamentais, também denominadas 3º Setor.

Um outro conjunto de organizações, associações, etc se dedica a discutir com maior profundidade o modelo existente, mas não questiona as premissas a partir das quais esse modelo se estrutura. A desestruturação individual e social imposta pelo sistema não chega, na maior parte das vezes, a ser questionada, e sequer entendida, pelos agentes integrantes dessas instituições, organizações, associações, etc. Elas assumem uma posição a-histórica diante do fenômeno da pobreza e da exploração. Normalmente não questionam o fato de que, com algumas poucas raras exceções (das quais fazem parte os Estados Unidos da América, o Canadá e Austrália) todos os países que hoje se encontram em situação de extrema pobreza - mesmo aqueles que possuem bolsões de riqueza - foram colônias de potências européias a partir do então nascente capitalismo.

Algumas dessas ex-colônias eram, antes do início do processo de colonização, civilizações que possuíam graus de tecnologia e cultura bem avançados. Essas civilizações foram desestruturadas, as populações rebeldes dizimadas e os remanescentes das mesmas incorporados como mão-de-obra escrava que trabalhavam para o enriquecimento das respectivas metrópolis.

Assim ocorreu com populações da América Central, do Sul e com parte da América do Norte. Assim foi com a África e com a Ásia. No caso dos Estados Unidos cuja colonização foi fruto de processo histórico diferente, a população indígena, então existente, foi praticamente destruída e seu território incorporado à exploração do “homem branco” que ali se instalava e implementava o capitalismo.

Se na História da Humanidade o Homem foi capaz de construir, tudo o que construiu; se ele foi capaz de transformar e dominar a natureza, até onde dominou, qual a explicação que pode ser aventada para o fato de não serem as populações - herdeiras desses antepassados

construtores - capazes de transformar a seu favor as situações adversas nas quais se encontram? Sobretudo com o nível de conhecimento e tecnologia hoje existente

Tentar responder a essa questão poderia levar essas associações, organizações, etc a aprofundamentos teóricos que possibilitariam maior nível de entendimento e que instrumentalizariam melhor as suas ações, impedindo-as de serem manipuladas e incorporadas ao sistema.

5.1 As importantes reivindicações dos Trabalhadores

A atual organização societária está estruturada de tal forma, que, muitas vezes, leva à aparente interpretação de que cada categoria de trabalhadores têm interesses opostos. A consequência disso é produzir sindicatos fortemente corporativistas. Eles se estruturam, quando o fazem, segundo a organização do trabalho existente na sociedade.

Sabemos o quanto os sindicatos - a organização dos trabalhadores - são importantes na luta pelo enfraquecimento do modelo societário. Através da atuação sindical, melhorias mais imediatas podem ser obtidas e elas são sempre, obviamente, necessárias. Além disso, a importância do componente pedagógico intrínseco à luta sindical é inegável; a atuação sindical é uma escola de formações da consciência do trabalhador que através de sua luta reconhece na classe, uma alternativa possível de aglutinação que permite o enfrentamento com o capital. Várias foram as conquistas efetivadas pelos trabalhadores no sentido de alcançarem melhorias nas suas condições de trabalho e de vida - luta por redução da jornada de trabalho, pelo sufrágio universal, por acesso à ampliação de direitos, como educação e saúde. No entanto, é na luta por aumento de salário que os trabalhadores vêm conseguindo historicamente maior grau de participação e aglutinação.

Em 1881 Engels escrevia:

o grande mérito dos sindicatos em luta pela defesa do nível de salários, e a redução da jornada de trabalho, consiste em lutarem por conservar e elevar o nível de vida. Na zona leste de Londres, em muitos setores produtivos, o trabalho não é menos qualificado e é tão pesado como o dos pedreiros e seus ajudantes, mas ali os trabalhadores recebem a metade dos salários destes, se tanto. Por que? Simplesmente porque uma poderosa organização dá a um desses grupos condições de manter um nível de vida relativamente

elevado que serve de referência para seus salários, enquanto outro grupo desorganizado e impotente, acaba aceitando os excessos inevitáveis e arbitrários dos empresários(...)²⁶⁵

E mais adiante:

a fixação de salários exige negociações, quem oferece resistência mais prolongada e eficaz tem maiores possibilidades de obter mais. Quando o trabalhador tenta chegar a um acordo individual com o capitalista é facilmente vencido e fica a mercê deste último. Mas, quando os trabalhadores de um setor constituem uma poderosa organização, reúnem um fundo para poder enfrentar fortalecidos empresários, então, e só então, os trabalhadores têm perspectivas de obter, dada a estrutura econômica da sociedade, um pagamento justo para uma jornada de trabalho justa.²⁶⁶

Engels defendia ainda que a organização dos trabalhadores e sua crescente resistência poderiam operar como um dique de contenção contra o crescimento da miséria.

Contudo, Rosa de Luxembourg não aceitava inteiramente as afirmações de Engels. Ela dizia:

ao discorrer sobre as relações salariais no capitalismo, ele salientava que “é falso considerar apenas os salários pagos aos trabalhadores industriais empregados (...). Todo o exército de desempregados, desde os qualificados, temporariamente sem emprego até os mais pobres, devem ser levados em consideração quando se fala de remuneração.”²⁶⁷

No final do século XIX e início do século XX o movimento operário europeu criou um poderoso instrumento político – os partidos de massa – e conseguiu obter significativas concessões por parte do capital.

No entanto, vale remarcar que toda a luta de classes advinda da organização dos trabalhadores vem sendo utilizada como instrumento de mutação do capitalismo mas, não de sua superação.

A regulação do tempo de trabalho, das condições de trabalho e do aumento dos salários; a criação dos seguros sociais obrigatórios e de segurança social (hoje em retração); o reconhecimento do direito de greve; o reconhecimento dos sindicatos e da negociação e contratação coletiva (hoje também em retração) foram momentos importantes na conquista de um certo grau de socialização, mas, jamais, de superação do capitalismo. Ao contrário, toda essa conquista possibilitou, por outro lado, uma reorganização do capital que comanda o novo

²⁶⁵ Engels, F. MEW, t19, p.252, citado em Rosdolsky op.cit.p.254

²⁶⁶ Engels, F. citado em Rosdolsky op. cit. p. 255

²⁶⁷ Rosa Luxemburgo Ausgewählte Reden und Schriften p.724-725 in Rosdolsky op.cit.p.256

momento onde os embates não têm sido suficientes para frear a perda de direitos conquistados pela classe trabalhadora.

De qualquer forma, a luta por melhoria de salário e conseqüente melhora da qualidade de vida é muito importante para manter unida e organizada a classe trabalhadora. No entanto, vale observar que o conjunto das reivindicações – direitos, salários, condições de vida, etc, embora se apresente sob a forma de pressão exercida sobre a classe dominante, acaba se tornando expressão da exigência do modelo de desenvolvimento em curso.

5.1.1 Primórdios da luta salarial no Brasil

Toda discussão referente à definição de salário mínimo no Brasil parte inicialmente da adoção do indicador “cesta básica”.

A definição de “cesta básica” está acoplada à idéia disseminada de mera reposição da força de trabalho. Centrada nessa concepção, a “cesta básica” se prende à definição de “ração” necessária à manutenção do trabalhador e está definida a partir de “cesta de consumo” que não leva em conta hábitos e desejos da classe trabalhadora. Ela é constituída por decisões externas à classe trabalhadora.

O salário mínimo que em termos legais é definido como aquele capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador, e as de sua família, tais como “moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação a qualquer fim”²⁶⁸, na prática é determinado em relação à idéia de “ração mínima” que é definida para o trabalhador e sua família.

A primeira tentativa detectada, de se fazer, no Brasil, um levantamento da mensuração do padrão de vida do trabalhador foi elaborada por Helio Negro e Edgard Levenroth, que em 1919 apresentaram uma Proposta de Programa Comunista. Esse trabalho, marco na história das reivindicações da classe trabalhadora, serviu como apoio para a luta pelo aumento de

²⁶⁸ in Schlesing, S. – “A Cesta Básica no Brasil” – mimeografado – 2001 p.5

salário, orientando a reivindicação de um “salário mínimo”. Os autores, pela primeira vez no país, vão estipular uma “cesta básica” e mostrar o déficit ao qual estava submetido o trabalhador. Eles assinalaram:²⁶⁹

argumentamos com fatos: cincoenta por cento dos chefes de família ganham, nas cidades e nos campos do Brasil, salários que variam entre 80\$000 e 120\$000. Uma família composta de marido, mulher e duas crianças, gastando o estritamente necessário, precisa, pelo menos, de 200\$000 como demonstramos a seguir

Discriminação	Valor	
	Mensal	Anual
I - Alimentação	89\$900	
12 Kg de arroz de 2 ^a	9\$600	
12 Kg de feijão	4\$200	
18 Kg de batatas	5\$400	
15 Kg de pão	7\$500	
10 Kg de farinha de mandioca	4\$000	
5 Kg de macarrão	5\$000	
10 Kg de carne	10\$000	
7 Kg de toucinho	11\$200	
7 Kg de açúcar	7\$000	
3 Kg de café	3\$000	
15 litros de leite	9\$000	
Cebolas, alhos, banha, sal, pimenta, vinagre, etc	28\$000	
verduras	6\$000	
II – Alojamento	45\$000	
Aluguel de 2 cômodos com cozinha		
III – Outras Necessidades	32\$000	
sabão	6\$000	
3 sacos de carvão	9\$000	
Fósforo, querosene, mensalidade ao barbeiro e à sociedade de socorros	17\$000	
IV - Vestuário		389\$000
IV.I Homem 2 ternos de brim, 2 pares de botinas, 2 chapéus, 3 camisas, 3 ceroulas, 1 par de meias		151\$000
IV.II Mulher 3 vestidos de chita, 3 pares de botinas, 3 camisas, 3 saias brancas, 12 pares de meia		138\$000
IV.III Duas Crianças (Roupa e calçado)		100\$000
V – Outras Necessidades		100\$000
Mobília, louças e outros objetos gastos durante o ano		
Total		489\$000

²⁶⁹ Negro, H. e Levenroth, E. – “O que é o Marxismo ou Bolchevismo” São Paulo, 1919

No quadro a seguir apresenta-se o resumo dos dados contidos no quadro anterior, tomando-se as despesas mensais e a média mensal das despesas anuais:

Discriminação	Valor Mensal dos Gastos
1. Alimentação	89\$900
2. Alojamento	45\$000
3. Outras necessidades	32\$000
4. Média mensal das despesas anuais de 489\$000	40\$750
Total	207\$650

Fonte : Quadro Anterior

Os autores chamam a atenção para o fato de que, nas despesas tomadas em consideração, não foram incluídos gastos algum com divertimentos, bebidas, transporte (bonde), luz, educação das crianças. Ou seja, não foi considerado nenhum gasto além das chamadas necessidades vitais de manutenção de vida. Por outro lado, como eles observam, foi ainda calculada uma alimentação deficiente em nutrientes e em quantidade não extravagante. Sobretudo, levando-se em consideração que as famílias de operários costumavam ser mais numerosas. Eles mostram, assim, o déficit salarial para a manutenção precária da vida. Tomando-se a variação salarial, tal como dito anteriormente, entre 80\$000 e 120\$000, o déficit variaria, então, entre 128\$000 e 88\$000. E observam que essa é uma situação de déficit constante. Pode-se imaginá-la como engendrando uma terrível situação social. Como assinalam os autores:

é essa situação de déficit constante que constrange os trabalhadores a beberem caninha para “matar a fome” quando o vendeiro, já caloteado, lhes corta o crédito; a andarem descalços e maltrapilhos, quando não lhes vendem fiado; a dormir em pocilgas, na mais degradante promiscuidade e imundície; a acabar seus dias em lastimável estado de degenerescência física e moral; e ainda, esse déficit, que dá vulto à estatística do crime da prostituição (...). A verdade é que temos terras férteis para cultivar e produzir todos os alimentos de que necessitamos; temos máquinas e obras-primas para construir alojamentos higiênicos, para abrigo e repouso de toda a população e temos braços e cérebros para realizar todo esse bem estar que constituiria a saúde, o vigor e a grandeza da nação; mas tudo isso – terras férteis, alimentos, máquinas, matérias-primas, materiais de construção e, até os braços e cérebros, está tudo sob o guante dos especialistas, embrutecidos na prática do latrocínio legalizado! (...) Não se produz e não se organiza o trabalho segundo as necessidades da população, mas sim de acordo com os lucros e as conveniências dos detentores das riquezas. O povo trabalhador, sofrendo mil privações, vive rodeado da abundância e do luxo dos ricos; tem fome no meio de armazéns

abarroçados de víveres(...). Quase todos os crimes são devidos à desigualdade econômica; mesmo a maior parte dos chamados passionais tem essa origem .²⁷⁰

Negro e Leuenroth levantam questões que em nada diferem daquelas que vivenciamos hoje e que já eram, então, clara para aqueles trabalhadores.

No Brasil, a luta dos trabalhadores pelo estabelecimento de um salário mínimo iniciada no início do século só vai ser definida em 1938 e ela se dará a partir da definição de uma “ração mínima essencial” que foi considerada como alimentação indispensável para a subsistência de um trabalhador. Vale observar que os “valores energéticos” definidos em 1938 servem de referência às instituições que fazem acompanhamento de custo de vida através de índices de preços, para medir o custo de alimentação domiciliar. (Schlesinger:2001).

Não se deve confundir “ração mínima essencial” com a “cesta básica”, nesta com certeza, faz parte um conjunto de bens e serviços que ultrapassa as definições de “ração mínima”. Vale salientar, contudo, que a discussão da composição dessa “ração mínima” está no cerne da questão que se refere à definição do salário mínimo.

Em 1939, Getúlio Vargas instaura uma Comissão com o intuito de definir uma “cesta básica” que daria origem ao estabelecimento de um novo salário mínimo. Essa Comissão discutiu durante 3 anos, sem chegar a um acordo de qual seria o padrão energético que permitiria chegar-se à definição da dita “cesta básica”. A discussão se dava inclusive sobre o papel exercido pelo sol no acúmulo de energia. Este item era considerado de grande importância pois serviria como diferenciador do salário, isto é, se o sol for considerado potencializador de energia, a necessidade dos componentes que a geram poderia ser menor (proteínas, por exemplo), em regiões mais ensolaradas que outras e, portanto, o salário mínimo seria maior onde o sol fosse menos intenso e menor onde a região fosse mais ensolarada.

No final de, aproximadamente, 3 anos de discussão sem chegar a nenhuma conclusão, o Presidente Getúlio Vargas resolveu não mais considerar a Comissão e decidiu que o salário mínimo seria aquele correspondente ao que o Comércio vinha pagando ao comerciante iniciante (tomado como aquele que recebia o menor salário) e foi esse o valor por ele decretado como valor do salário mínimo em 1943 para o Rio de Janeiro. A partir dessa

²⁷⁰ Negro, H. e Leuenroth, E. – op.cit. pp 23-25; 33-34.

definição, ele estabeleceu a diferenciação regional e estabeleceu os diversos níveis de salários no país²⁷¹.

5.1.2 As bases da luta salarial num país desenvolvido

A definição, no mundo capitalista, de uma “cesta básica” pode ser um indicador que sirva para instrumentalizar o trabalhador, no sentido de explicitar, no caminhar de sua luta, as necessidades e carências por ele sentida. A título de comparação entre os quesitos que compõem a base definidora do salário mínimo da periferia – estipulados a partir de “necessidades mínimas essenciais” e os que compõem a formação desse salário nos países centrais - a “cesta básica” - descrevemos a cesta básica definida para, e pelo, trabalhador italiano elaborada a partir das discussões sobre aumento do custo de vida e que deram origem ao acordo de 21 de março de 1951.²⁷²

É importante, para bem marcar a diferença, que a cesta básica, em questão, parte da definição de uma cesta de consumo que é composta dos itens alimentação, vestuário, moradia, despesas variadas (ou diversas), eletricidade e combustível. Contudo, algumas considerações podem ser salientadas:

1. Em primeiro lugar, o item alimentação foi calculado dividindo-se o país em 3 regiões – norte, centro e sul. As quantidades foram então tomadas nessas regiões levando-se em conta os hábitos culturais alimentares regionais. A partir daí, calculou-se as quantidades médias para o país – a Itália;
2. Ainda no item alimentação, chama a atenção o fato de estarem ali incluídos 25l/mês de vinho por trabalhador, assim como, 2 kg de queijo, 15l de leite, 40 ovos e mais peixe, carne bovina, salame e outros, totalizando esses últimos 10 kg de proteína animal (além de ovos, queijo e leite já assinalados);
3. No item despesas diversas, encontramos, no sub-ítem instrução e diversão, um dicionário, um jornal diário, 70 bilhetes para cinema/ano, 10 bilhetes para espetáculo esportivo/ano entre outros itens significativos como, por exemplo, 109,5 maços de cigarro/ano.

²⁷¹ Informação fornecida por João Guilherme Vargas Neto – assessor sindical

²⁷² D’Apice Carmela – La Scala Mobili dei Salari – Editrice Sindicale Italiana - 1975

Os itens se dividem em : Alimentação, Vestuário, Despesas diversas que se subdividem em Transporte e Comunicação, Higiene e Limpeza, Instrução e Manutenção e Reparos em casa.

A introdução desses dados relativos à mensuração de quantidades energéticas para definição da cesta básica e, conseqüentemente, para definição e/ou reivindicação do salário mínimo possibilita algumas considerações:

1. Em primeiro lugar, no que se refere à cesta básica definida oficialmente e legalmente no Brasil em 1938, percebe-se nitidamente a idéia subjacente de “ração mínima” para a manutenção (precária) da vida;
2. A proposta feita por Negro e Leuenroth deixa evidente o nível de exploração do trabalhador e a precariedade da qualidade de vida dos mesmos. Em função disso, a proposta acaba também se definindo em termos de necessidades mínimas, deixando de fora elementos de grande importância para a possibilidade de surgimento de propostas que pudessem conter mudanças significativas na qualidade de vida do trabalhador. Ou melhor, a proposta acaba sendo muito mais uma denúncia daquela exploração do que uma mensuração efetiva de suas necessidades. Menos, ainda, de encaminhamento de mudança de rota embutida na instalação do modelo industrial que já estava em gestação;
3. As definições qualitativas e quantitativas dos dados referentes à “cesta básica” italiana nos remetem a raciocínios sobre a riqueza daquela sociedade aliada à organização da classe trabalhadora que, então, se mobilizava para reivindicar e não aceitava a discussão em termos de “ração” para mera manutenção da força de trabalho.

Vale salientar, contudo, que elevar os patamares das quantidades necessárias para patamares superiores às necessidades definidas como mínimas, não esgotaria as questões complexas referentes à pobreza. É evidente que uma renda deficiente condiciona uma vida pobre. No entanto, a pobreza não pode ser vista apenas como baixo nível de renda; ela deve ser avaliada também a partir da privação de capacidades (Sen:2000). É claro que essa afirmativa não nega a idéia de que renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidade de uma pessoa, mas, além de ser importante apenas instrumentalmente, ela não é o único instrumento de geração de capacidades, sobretudo, se se discute a idéia de renda como renda mínima.

De qualquer forma, podemos afirmar que embora a desigualdade econômica e social contenha outras variáveis além da desigualdade de renda, tais como, desemprego, doença, baixo nível de instrução, exclusão social, essas variáveis estão diretamente e fortemente relacionadas à variável desigualdade de renda. Por outro lado, a luta por melhoria de salários não inclui a eliminação da desigualdade. No entanto, ela é uma arma que possui a classe trabalhadora para enfrentar, no possível nível de luta, a exploração que lhe é imposta.

É necessário, contudo, que se dissemine no seio da mesma, as discussões sobre as questões que poderão trazer, para a classe trabalhadora, a consciência de que a exploração a qual ela está submetida é filha direta de alienação de seu trabalho, que só será eliminada com a superação das atuais relações de produção que devem se restabelecer a partir de premissas outras que não as que regem, hoje, o funcionamento das sociedades.

5.2 As Organizações Não Governamentais (ONG's) ou 3º. Setor

Ao abordar as ações de resistência desenvolvidas nas sociedades, somos levados a estabelecer algumas considerações sobre as atuais formas de organização da sociedade civil. Dentro dessa perspectiva, não podemos deixar de mencionar o papel que vem sendo realizado pelos diversos atores que constituem o denominado 3º setor - ou seja as ONG's.

Pretendendo agir no sentido de ampliar a cidadania, as ONG's na verdade se tornaram, em sua maioria, em instrumento de manutenção do *status quo* atuando no sentido de arrefecer a luta social.

Elas são definidas como entidades de direito civil, sem fins lucrativos nem (teoricamente) vínculos com Governos, Sindicatos ou Partidos Políticos.

O termo ONG foi utilizado num primeiro momento pela ONU em 1940. Ele passou a ser adotado largamente a partir da década de 60; e desde então observa-se uma enorme expansão das mesmas.

Inicialmente criadas com objetivo de mobilização nacional e internacional, nos diferentes países, por lutas com caráter humanitários e de solidariedade²⁷³, elas foram se expandindo e criando toda uma forma de ação que acaba sendo pulverizadora, e desarticuladora, dos próprios movimentos nos quais elas deveriam ser apenas uma força participante, somadora de esforços para a efetiva transformação social - esse, contudo, não é o propósito das ONG's.

Até a década de 70, as ONG's se inscreviam em vinculação com os movimentos sociais - atuando em vários ramos de atividades, trabalhando com projetos sociais e de promoção da cidadania, defendendo o meio ambiente e os direitos das minorias. Elas se constituíram, então, em instrumento eminentemente político - no caso brasileiro, por exemplo, elas foram instrumentos na luta pela democratização da sociedade nos anos da ditadura.

Durante os anos 70, as ONG's se firmam no Brasil apoiando iniciativas locais, e com o objetivo de operacionalizar ações que deveriam ser realizadas pelo Estado. Assim, pode-se dizer que as ONG's se firmam nos anos 70 quando se inicia a reestruturação da esfera pública em função das demandas sociais.

A partir da década de 90, totalmente absorvidas pelo sistema, a principal característica das ONG's é a parceria com o Estado e com Fundações empresariais. As ONG's de 70 se batem como defensoras da democratização do país; as dos anos 90 e seguintes têm caráter totalmente diferenciado.

Joana Coutinho (2003)²⁷⁴ mostra que

se nos anos 60 e 70 poderiam ser consideradas como integrantes do campo progressista mundial, hoje com a mudança de papéis a elas atribuídas, acabam se tornando braço direito do próprio sistema ao exercer papel paliativo e amortecedor da luta social. E mesmo nas décadas anteriores, algumas já vinham exercendo esse papel (...) mesmo as mais aguerridas se encontram numa camisa de força e estão integradas no fluxo de dinheiro do Estado e/ou Igreja - não podem, ou têm muita dificuldade para, atuar de modo radical. A maioria delas cumpre a função de ajudar a preservar o sistema e torná-lo mais funcional.

²⁷³ Dos quais são exemplos: A Cruz Vermelha, A Anistia Internacional, A Federação Internacional de Mulheres e as respectivas Federações Nacionais, etc

²⁷⁴ Coutinho, J.A. "O papel das ONG's" Revista Espaço Acadêmico, ano III, no 24, maio 2003

Nesse sentido, vale observar que a existência das ONG's está, na realidade, ligada de forma diretamente proporcional à sua capacidade de angariar fundos para seu funcionamento. Assim sendo, sua autonomia é relativa pois dependerá sempre da origem de seus recursos.

É ainda Joana Coutinho (2003) que nos lembra manterem as ONG's relações estreitas com o BIRD e com as agências financiadoras de seu funcionamento. Agências essas que estão ligadas ao grande capital como é o caso da Ford Foundation, Fundação Rockefeller, Kellogg McCarthur e a Fundação Interamericana (vinculada ao Congresso dos Estados Unidos da América).

A ação das ONG's ao se dirigir a grupos específicos acabam negando a universalidade das lutas sociais. Em outras palavras, na medida em que dirigem suas ações a grupos específicos, fragmentam as reivindicações de políticas sociais e universais de cidadania. E, desta forma, o dito 3º setor, “cumpre um papel ideológico importante na implementação de políticas neoliberais e se põe em sintonia com o processo de reestruturação do capital pós anos 70, de flexibilização dos mercados, nacional e internacional, das relações de trabalho”. (Coutinho:2003)

Petras (2001) em “Hegemonia dos Estados Unidos”²⁷⁵ aponta para o fato de que existem cerca de 50.000 ONG's no chamado 3º Mundo e que recebem aproximadamente 10 bilhões de dólares anuais de instituições financeiras internacionais, de agências governamentais européias, americanas e japonesas e, ainda, dos respectivos governos locais. Nesse sentido, cada ONG receberia em média US\$ 200.000,00/ano. É óbvio que há diferenciação entre elas e que as verbas não são distribuídas com linearidade.

Um outro aspecto a ser observado é o fato de que as ONG's se constituem hoje como uma alternativa de trabalho, ou perspectiva de trabalho, para uma boa parcela das classes média e baixa. Mas, apesar disso, não há nenhum dado comprobatório da atuação das ONG's no sentido de reduzir o desemprego estrutural nem a obtenção de salários dignos para o crescente exército de trabalhadores informais constituindo esses, na verdade, em mais um braço de atuação do capital.

²⁷⁵ citado em Coutinho, Joana ibidem

É ainda Joana Coutinho (2003) que observa:

essas organizações de não governamental têm muito pouco assim como também o fato de não gerarem lucros diretamente, não significa que não defendam interesses privados. Elas cumprem um papel ideológico importante, ao assumirem responsabilidades que antes eram do Estado, e sem a capacidade de universalização. Portanto, elas não organizam movimentos, ao contrário, podem, em algum momento, ou grau, desmobilizá-los.

Podemos concluir que o papel efetivo das ONG's tem sido - direta ou indiretamente - contribuir para a manutenção da hegemonia do projeto social sob a égide da burguesia. Ao partir para a ação diretamente ligada a grupos de interesses, que não se definiam pelas relações de trabalho, tais como : mulheres, homossexuais, crianças, 3ª idade, ecologia, etnia, as ONG's, além de pulverizar e particularizar as atuações desses grupos de referência, ao colocar as lutas fora do campo econômico, não representariam um perigo para o funcionamento da sociedade capitalista. Na realidade, as ações nesses setores acabam por desviar a reflexão que deveria estar voltada para os mecanismos de exploração e expropriação a qual está submetida a classe trabalhadora. Essa pulverização dos interesses impedem a esses grupos a possível reflexão de que em sociedade, que se guiasse por outras premissas, seus problemas seriam, necessariamente redefinidos e reequacionados.

Propiciando o dismantelamento das organizações da classe trabalhadora que jogavam papel importante na reivindicação da ampliação dos direitos e que poderiam se direcionar para a construção de um outro projeto societário, as ONG's vão se fortalecer a partir da precarização das relações de trabalho e da desregulamentação dos direitos trabalhistas.

Assim, sua atuação possibilita a desmobilização dos sujeitos políticos coletivos que estavam comprometidos, conscientemente ou não, com a construção da contra-hegemonia.

5.2.1 A ONG ATTAC - Association pour la Taxation de Transations pour l'Aide aux Citoyens

Fundada em 1998, a ATTAC tem como objetivo ações que permitam ao cidadão reconquistar o poder que a esfera financeira exerce sobre todos os aspectos da vida política, econômica, social e cultural no conjunto do mundo. Significa dizer que a ATTAC possui representantes em inúmeros países.

No final do ano de 2004 a ATTAC existia em 50 países. Sua estrutura atuante na França contava com 30.000 membros dos quais 1.000 eram militantes ativos que se distribuíram por 215 comitês locais. A Associação é dirigida por um Conselho de Administração composto de 30 membros, eleitos aderentes, e dispõe de um Conselho científico de 110 membros.

A associação é mantida por seus membros sob a forma de cotização fixada anualmente em Assembléia Geral a partir de proposição do Conselho de Administração. Sua atuação muito presente inclui a existência de uma coordenação dos membros da ATTAC que foram eleitos à Assembléia Nacional, ao Senado e ao Parlamento europeu no sentido de exercer uma ação conjunta e balizada pelas concepções defendidas pela Associação.

A título ilustrativo podemos citar a campanha desencadeada pela ATTAC durante o debate sobre a adoção da proposta da Constituição europeia votada em 2005. Com o slogan “A Europa que nós queremos”, o debate instrumentalizou a população colocando em evidência o divórcio, contido na proposta, entre a União Europeia e os povos que a compõem. A ação da ATTAC sinalizava para a absoluta necessidade de se construir um espaço público europeu em nada concordante com a proposta que foi rejeitada em alguns países, notadamente na França.

A proposta de todas as ATTAC's europeias é direcionada para contribuir na construção daquele espaço contando com a participação de todos os cidadãos e residentes na EU (União Europeia) que assim o desejarem. Da proposta constam 3 partes que se interligam compondo um plano denominado ABC:

Plano A - ações e mobilizações contra as políticas liberais europeias - organizadas no curto prazo;

Plano B - ações e mobilizações para a discussão e proposição de instituições realmente democráticas - é a questão institucional e a negociação de um novo Tratado;

Plano C - ações e mobilizações para a construção de uma outra Europa possível: “é a Europa que nós queremos” onde são definidas as finalidades em número de 5: integração, pleno emprego, os salários e a seguridade coletiva.

O movimento desenvolvido pela ATTAC é um movimento de educação popular que produz análises, organiza conferências, organiza reuniões públicas, participa de manifestações. É uma organização que se reivindica como “movimento de educação popular voltada para a ação”. Ela pretende, com efeito, que o primeiro instrumento para mudar o mundo é o esclarecimento

e disseminação do saber. Ela define que essa é a arma mais poderosa a ser utilizada pelos cidadãos.

E esse saber se apóia, segundo a concepção defendida pela ATTAC, tanto nos dados de tipo acadêmico quanto na participação nas lutas militantes. É esta articulação que permite fixar as hierarquias e os calendários indispensáveis para construir, com radicalidade um “outro mundo”.

5.2.2 Os Caracoleanos

No início de 2004 foi criado na França um *pull* de ONG's que vêm atuando na sociedade. Esse *pull* se autodenominou *Collectif-riche* e assume a imagem de um caracol para explicitar qual sua forma de ação. Tem característica internacional e dele faz parte representantes canadenses, africanos, sul-americanos, além dos franceses. Os grupos que compõem o *Collectif* são denominados, então, de Caracoleanos.

Esse grupo atua de forma bem diversificada na sociedade - desde ações, mobilizações e manifestações que envolvem palavras de ordem contra a pobreza, até ações bem específicas de classes ou debates genéricos tais como: discussão sobre o uso do petróleo, sobre a mudança do sistema energético, questões ecológicas, etc.

Atuam em diversos locais, em reuniões específicas e através da rede internet. Dessa última podemos destacar, por exemplo, a troca de correspondência entre representantes do conjunto:

Personnellement je te comprends très bien, et je te dis que pour éviter d'être les exploités/exploiteurs de nous même et de nos semblables, il me semble qu'il faut se battre par exemple pour reconquérir la sécurité sociale sur les bases de celle qui a été crée en 1945 dans la quelle une part du salaire des travailleurs sert a financer les retraites. Il faut aussi dire stop aux exonérations des charges accordées au patrons en France (plus de 130 milliards d'employés à la secu depuis 1991). Il est là le trou de la secu qui est à l'origine de la création des fonds de pensions.

Ao verificar a divulgação do programa de participações/manifestações organizadas pelas diferentes participantes do *Collectif* podemos constatar que todos os temas programados se

pretendem estar alinhadas na resistência ao modelo vigente. São temas propostos para o debate e que podem ser encaminhados de forma diferenciada dependendo da concepção de cada grupo envolvido. Salão da “bio” e dos prazeres da natureza; contribuição das tecnologias da informação e da comunicação no desenvolvimento durável (esse organizado pela ONU, pelo Ministério francês do Emprego, do Trabalho e de Coesão Social bem como da Agência europeia para o meio-ambiente da EU); contra a irradiação de alimentos; declaração internacional sobre os perigos sanitários da poluição química.

Estavam ainda programados nos quadros da ONG *Action Consommation* debates sobre os seguintes temas partindo de questões tais como: que orçamento? Que organização para consumo responsável? Como estabelecer o debate sobre o tema: Consumo responsável e precariedade; quais as alternativas? Nessa discussão sobre o tema da *Action Consommation* a proposta é a de agir contra o consumismo e agir para consumir diferentemente.

Discutindo e preocupando-se com temas genéricos de enorme importância, os representantes da rede *Collectif-riche* podem se constituir em grupo de reflexão e podem ter papel pedagógico singular na divulgação, debate, participação em encontros, manifestações, congressos, etc., de concepções que em verdade só encontrarão respostas efetivas na transformação do modelo no qual estamos inscritos. Contudo, pode constituir-se em denúncia e forma de resistência sobre os temas que o *Collectif* procure divulgar. Como afirma um de seus participantes

....dans ce contexte, la reflexion capitale est de reposer la question des valeurs, et, partant d'une réalité actuelle, d'ouvrir des voies de changement profond et durable, y cumprir, nécessairement, en tenant compte des pays "lointains". Ou ainda, le facteur distribue chaque semaine entre 1,8 et 2,3 kg dans la boîte aux lettres. Seulement 3% de foyers jelteraient celle-ci sans la lire, chiffre de la poste. (...) Si la pub est arrivé à um tel niveau n'em sommes nous pás responsables? Ou victimes naïve? Ou je-m'em-foutiste? Ou inconscients?....

Dessa interrogação comungam muitos participantes e colocam ainda um adendo buscando explicação para o fato de em meio-século de vida do desenvolvimento - tendo como marco inicial o pós-guerra - as coisas não serem mais belas.

No entanto, há que se salientar que encontramos também no conjunto dos participantes aqueles que, na realidade, propugnam a necessidade de maior justiça social mas que acreditam

que isso deve ser alcançado no quadro de um capitalismo “mais generoso” preconizando um modelo de Economia distributiva.

5.3 A experiência de finança ética e o Banco dos pobres

As experiências de finança ética nascem e se multiplicam no mundo. Em termos gerais podemos defini-la da seguinte forma: é a utilização social do dinheiro devolvendo-lhe sua função de simples instrumento de intermediário nas trocas.

Essa prática vem sendo implementada em países principalmente africanos e tem operado no sentido da utilização social do dinheiro através das formas comunitárias de utilização da moeda, denominada pelos franceses, que foram os primeiros a defini-los, de *tontines*.

As formas modernas e tradicionais de utilização da moeda começam a se misturar e a se difundir. Elas procuram representar uma alternativa séria e articulada à ditadura do dinheiro.

O Banco Popular Ético opera também na Itália - o Banco Popular Ético de Pádua. Oficialmente reconhecido pelo Banco d'Itália, o Banco Ético é o único organismo de crédito italiano que não tem fins lucrativos e é o único a praticar a mesma taxa de juros entre o norte e o sul do país, contrariamente aos demais bancos que a praticam com diferenças de 4 a 5 pontos.

Entretanto, a coisa mais marcável e significativa da atuação do Banco Ético é que os seus “poupadores”, que depositam seus dinheiros, podem estabelecer e escolher o setor de atividade que desejam financiar, entre as empresas sem fins lucrativos, as cooperativas sociais, a agricultura biológica, os programas de apoio às populações de países pobres, os projetos culturais, etc.

O fato marcável é que este Banco com 18.000 associados, registrou durante seus primeiros anos de existência uma taxa de crédito quase nula comparável a que é oferecida pelos demais bancos.

O Banco Ético e outras formas de finanças éticas representam uma resposta concreta, uma grande oportunidade oferecida àqueles que querem contribuir para fundar um mundo mais

justo e mais livre. Se as Paróquias, o Monastério, o Vaticano enfim, todas as instituições, entidades e organismos que dizem se dedicar à diminuição da pobreza no mundo, tivessem a coragem de romper com o mundo das finanças, certamente eles não depositariam seu dinheiro nos bancos que financiam as guerras e as produções que destroem o meio-ambiente e a vida sobre nosso planeta. Se os cristãos tomassem a sério o discurso que pregam, eles não hesitariam a utilizar seu próprio dinheiro nos circuitos de finanças éticas.

Proposta diferente é a que se denomina Banco dos Pobres criado por Mohamed Yunes²⁷⁶. A proposta de funcionamento do Banco dos pobres se alinha inteiramente à lógica capitalista e é considerada como forma para eliminar a pobreza. Emprestar dinheiro aos “pobres” com o objetivo de mostrar às pessoas que todos, sem exceção, têm possibilidade de ser empreendedores; todos têm capacidade empreendedora que deve ser desenvolvida.

Yunes defende que a proposta se baseia em duas esferas:

- 1) fazer ver as pessoas de que elas podem; têm capacidade para fazer coisas;
- 2) criar uma base que partindo do crescimento que é, necessariamente, lento, transformá-lo em exponencial controlando a emoção e a vontade de se ir muito rápido.

Segundo Yunes, o crédito deve ser algo aceito como um direito humano, mas, como não é distribuindo dinheiro, a quem não tem preparação suficiente para recebê-lo, que conseguir-se-á atender a esse direito, torna-se necessário a criação de mecanismos que possibilitem o atendimento desse direito. “O segredo está em acreditar que as pessoas são muito criativas; com capacidade produtiva, com engenhosidade. A idéia, então, é partir de coisas simples e ir fomentando a possibilidade de se atingir níveis mais complexos”. (Yunes)

A proposta de Yunes é, segundo ele, mudar o conceito de ajuda econômica centrando o foco no indivíduo, para o qual foi, por ele, criado um programa de microcrédito, que já foi adotado por 65 países distribuídos nas diversas regiões do planeta.

Seu raciocínio parte do que ele define como cicatriz da civilização - a pobreza. Partindo de dados que explicitam que existem 1 bilhão e meio de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,00/dia ele projeta para 2040 e conclui que, nessa data, serão o dobro. Por que não

²⁷⁶ também conhecido como Banqueiro dos pobres.

tornar esse número igual a zero em 2040 no lugar de dobrá-lo? Para isso, Yunes acredita que é preciso libertar a energia humana; a engenhosidade que permitam investimentos que trarão crescimento econômico. Na verdade, podemos concluir que para Yunes, cada pobre poderá se transformar num capitalista.

Os financiamentos não clássicos propostos pelos organismos oficiais ou tradicionais de ajuda aos desfavorecidos são, seguidamente, concebidos como paliativos assistenciais, preparando a integração dos “marginais” às práticas financeiras atuais.

Disso o Banco Ético procura se afastar, mas o Banco dos Pobres acaba alimentando essa mesma perspectiva. Mario Covas, quando governador de São Paulo explicitava que Banco do Povo não pode funcionar como banco, pois o sistema bancário está concentrando a economia para que os pobres não consigam crédito. A partir dessa constatação, ele defendia a necessidade de se criar bancos exclusivamente para os pobres sem deixar espaço para que ele possa atender a outras camadas da população, pois, desta forma, ele cresce e se transforma em banco convencional. Por esse motivo, ele defendia a criação de algo exclusivo para os pobres. Podendo se pensar em cooperativa de crédito e na criação de crédito solidário, isto é, cinco pessoas se responsabilizam, respectivamente, pelo empréstimo de cada uma.

5.4 *Décroissance*²⁷⁷

Movimento militante contra a idéia de crescimento econômico como objetivo para se chegar a uma sociedade igualitária e justa. A proposta do *Décroissance* é baseada na idéia de que, tem de haver uma mudança radical na sociedade para a qual esta deve se dedicar a “menos bens e mais laços” - “*moins de biens et plus de liens*”. O que está embutido nessa afirmativa é justamente que não é se construindo bens indiscriminadamente que atingiremos uma sociedade mais feliz. Em contrapartida, essa “felicidade” poderia ser alcançada construindo-se laços afetivos mais consistentes

Os teóricos do *Décroissance* colocam como marco importante a distinção que fazem de crescimento - algo quantitativo - e desenvolvimento, este ligado a uma noção qualitativa.

²⁷⁷ *Décroissance* é o nome do movimento cujas idéias são divulgadas no jornal do mesmo nome: *Décroissance* - França

Salientam que na ótica liberal essa distinção é inexistente, ou mesmo uma impostura. Isto porque, o neoliberalismo toma o crescimento como condição necessária e suficiente para o desenvolvimento e isto é considerado como eternamente possível.

Ao observar a degradação social e ecológica de um modelo de desenvolvimento ligado indissoluvelmente ao crescimento, os militantes do *Décroissance* constataam que é preciso distinguir uma coisa da outra.

“O capitalismo tenta nos fazer crer que crescimento e desenvolvimento se desenrolam paralelamente e, que a melhoria de condição de vida do ser humano não ocorre senão pelo perpétuo crescimento da quantidade de mercadorias”.

Negando essa premissa capitalista, o *Décroissance* afirma que é preciso pensar num futuro no qual a expansão das potencialidades humanas não se dê no contexto do crescimento infinito das quantidades produzidas e consumidas e, ainda, que não se dê no contexto da produção de mercadoria e, conseqüentemente, de valor de troca. É preciso pensar que a ampliação das potencialidades humanas se passe no contexto de produção de valor de uso e no contexto da qualidade do tecido social que se organize em torno disso.

Assim, para o *Décroissance*, não se trata de defender o não crescimento. Aliás, eles chamam a atenção, para o fato de que, esse, o não crescimento, o próprio capitalismo nos impõe atualmente, sobretudo, em relação aos “bens e serviços” dos quais a sociedade tem mais necessidade como transportes coletivos, saúde, educação, etc.

A utilização planetária dos recursos deve ser organizada de tal sorte que as regiões mais pobres do planeta possam obter o crescimento necessário à satisfação de suas necessidades essenciais; os países ricos devem, necessariamente, mudar seu eixo de produção se inscrevendo na ordem de países econômicos do ponto de vista dos recursos naturais. A urgente necessidade de diminuir o impacto ecológico não implica em decrescimento - as atividades de serviços e culturais imprimem pressão sobre os ecossistemas de forma bem inferior às da indústria e até da agricultura.

Os militantes do *Décroissance* estão, precípuamente, ligados à questão ecológica e é a partir desse enfoque que eles discutem as propostas mais gerais de abandono da idéia de crescimento econômico.

Jean Luc Wingert - um dos fundadores do movimento - escreveu, em seu livro *“La vie après le pétrole (edition Autrement - 2005)”*, que a produção de petróleo vai, proximamente, atingir a um pique após o qual, ela decrescerá inexoravelmente. Esse pique já foi atingido pela Grã-Bretanha e pela Noruega e deverá ser atingido a nível mundial entre 2010 e 2020. Ora, se a produção declina, o consumo deverá também decrescer. A previsão do declínio da produção de petróleo, elemento que comanda grandes setores da economia, com destaque ao símbolo do modelo, a indústria automobilística, a crise ecológica e a erosão da biodiversidade, conduzem as alternativas para outra forma de atuação. Segundo Paul Ariès, um outro membro bastante atuante, a escolha não é entre “crescimento” e “decrecimento”, mas entre a “recessão” e o “decrecimento”. Dito de outra forma, a escolha deve ser entre uma crise econômica incontrolável e uma adaptação organizada. O desafio que deve ser considerado é simples: conciliar a expansão contínua da humanidade e os recursos limitados do planeta.

No ano de 2005 um número significativo de participantes do movimento *Décroissance* empreendeu uma marcha que teve início no dia 7 de junho e atingiu seu objetivo somente no dia 3 de julho - o circuito automobilístico de *Magny-Cours*. A pretensão do *Décroissance* era exigir a supressão imediata do *Grand Prix de France*- Fórmula 1, pois eles o consideram como o paroxismo da poluição e do desperdício dos recursos naturais. *“Nous voulons la fin de ce loisir anachronique réservé à une vingtaine de gosses des riches, alors que le déclin de l’extradiction du pétrole est pour aujourd’hui et que climat se dérègle dangereusement”*.²⁷⁸

O Grande Prêmio da Fórmula 1 não é, para os militantes senão parte de uma crítica mais ampla que vem conquistando, sobretudo, os ecologistas. O engenheiro ecologista François Schneider já percorreu mais de 1500 km, a pé, desde julho de 2004, para divulgar a idéia do “decrecimento”. Seu exemplo impulsionou a marcha coletiva referida anteriormente.

²⁷⁸ Comelian, C. (org) “Brouillons pour l’avenir”. Contribution au débats sur les alternatives. Le Nouveaux Cahiers de l’UED Genève no 14. Paris: PUF 2003 p.145

Os participantes do *Décroissance* têm idéias as mais diversas, bem como suas interrogações são diferenciadas: como resolver a questão do desemprego? Como mudar as mentalidades para se sair do culto do “objeto”? Como articular as ações pessoais e mudanças globais?

Se os militantes do *Décroissance* não têm respostas para essas questões, o sistema produtivista atual também não as possuem.

Paul Arriès explica: “*La décroissance n’est pas l’idéolisation du passé. Elle n’est pas non plus la décroissance de tout pour tous: elle concerne d’abord les sociétés opulentes et les gens opulents*”.

Serge Latouche²⁷⁹, teórico do *Décroissance* nos sinaliza

Le mot d’ordre de décroissance a surtout pour objet de manquer fortement l’abandon de l’objectif insensé de la croissance pour la croissance, objectif dont le moteur n’est autre que la recherche effrénée du profit pour les détenteurs du capital. Bien évidemment, il ne divise pas au renversement caricatural qui consisterait à prôner la décroissance pour la décroissance. En particulier la décroissance n’est pas la “croissance négative”, expression antinomique et absurde qui traduire bien la domination de l’imaginaire de la croissance”.

Vale salientar, ainda, a posição do *Décroissance* sobre a pesquisa acadêmica e científica. Segundo sua posição a “pesquisa desenvolvimento” é hoje o melhor aliado da ideologia do crescimento. A pesquisa deve ser um serviço público, controlada democraticamente, permitindo aos homens e às sociedades de se expandirem em paz. O pesquisador científico é um dos principais artesãos do crescimento porque ele se incumbe de produzir novos projetos e, em consequência, novos hábitos de consumo. A vocação da pesquisa é, em primeiro lugar, melhor conhecer e, a partir daí, melhor compreender o mundo, descobrindo progressivamente seu funcionamento, aproximando-se da complexidade dos fenômenos naturais. Esse, que deveria ser o norte para todo pesquisador, acaba se transformando por pressão do mercado e tornando o pesquisador mero instrumento a serviço desse mercado, submetido a orientações que dependem de escolhas operadas pelos financiadores da pesquisa; as associações nacionais, algumas indústrias, com ênfase nas farmacêuticas, outras agências privadas e mesmo públicas.

Essas estruturas defendem os interesses que não são, necessariamente, aqueles da maioria da população. Todo o problema está, então, em decidir para que serve a pesquisa.

²⁷⁹ Labouche, S. “Il faut jeter le bébé plutôt que l’eau du bain” in Comelien, C. (org) op.cit.

As observações mostram que na maior parte das vezes não é a demanda que precede a inovação. Na realidade essa é consequência de uma concorrência (entre Estados; entre instituições; entre pesquisadores). A competição para adquirir partes do mercado começa nos laboratórios. Mesmo os organismos públicos de pesquisa exigem dos pesquisadores, não somente que eles colaborem com as indústrias, mas, também, que eles sejam competitivos. Como se o fato, por exemplo, da humanidade dispor rapidamente de uma vacina contra a AIDS, graças a uma verdadeira colaboração entre laboratórios internacionais, fosse menos importante para cada instituição do que a valorização científica e comercial da produção de seu próprio laboratório que, na verdade, estaria interessado em lucrar com essa descoberta. Cria-se, assim, uma confusão entre a necessária competência dos profissionais e uma bestial competição mercantil.

Tomada de forma diferente, a pesquisa científica poderia ser um meio ao serviço do bem-estar da população e não um meio de crescimento. Entretanto, o sistema econômico canaliza a energia criativa no sentido da inovação para elevados rendimentos financeiros desconectados das necessidades reais e sem preocupação referente ao que o seu não atendimento acarreta.

A pergunta que se coloca é: como fazer para que a atividade de pesquisa não seja mais monopolizada pela “pesquisa-desenvolvimento” tão cara aos industriais? Como fazer para que as inovações nocivas à humanidade não possam ser consideradas como progresso, ou seja, como meios para que se viva mais feliz ou não possam ser camufladas sob a expressão “desenvolvimento sustentável” ou mesmo “desenvolvimento durável”?

É necessário que a pesquisa se comporte como um serviço público, isto é, que ela se destine às populações e não ao capital industrial e financeiro, ou mesmo, a ambições individuais.

As instituições científicas defendem abertamente, ou deixam transparecer que as pessoas “comuns” são incompetentes para orientar a máquina científica. Na verdade, tal como o “poder”, a tecnocracia tem medo da democracia. No entanto, experiências realizadas como conferências de cidadãos²⁸⁰ que de forma exitosa, dão, a cada pessoa voluntária, a ocasião de

²⁸⁰ O funcionamento dessas conferências se passa da seguinte forma: junta-se uma quinzena de pessoas escolhidas ao acaso por um tempo limitado. Esses cidadãos dispõem de uma informação completa e contraditória

utilizar suas capacidades de aprender, de compreender, de contestar, de propor, de escolher (J.Testact)²⁸¹.

É impossível compreender o significado de defender a idéia de *décroissance* se nos prendermos a um único domínio - o econômico, a um único plano - o crescimento econômico.

Aceitar a idéia de uma sociedade de *décroissance* implica em aceitar perder as referências conhecidas em nome de uma necessidade mais forte do que a necessidade de as conservar. O crescimento econômico sem limites, considerado como um fim em si mesmo, conduziu o homem a renunciar a cada dia uma parcela de humanidade. Esta parte de humanidade que era, então, o compartilhamento de uma condição comum, na qual a economia não tinha, ainda, tomado o lugar central na “tarefa” de viver. O hipermaterialismo disso resultante levou a espécie humana ao impasse de uma miséria material e moral da qual, hoje, estamos vendo as conseqüências objetivas: a mudança climática e a destruição acelerada da biodiversidade são os fenômenos, relacionados pelo *Décroissance*, com o triunfo planetário da mercadoria.

Reconhecer como verdadeira tal constatação, assinala o *Décroissance*, implica em mudar o olhar sobre as coisas e sobre a realidade. É a primeira atitude requerida para que as coisas e a realidade possam mudar tornando-se outras.

A idéia seria a de pensar em um desenvolvimento emancipador; do ponto de vista mundial, regional e individual. Logo, defendem os militantes e teóricos, o modelo não pode ser algo imposto, pois, se assim fosse, correria o risco de destruir as raízes culturais e acabaria se transformando em obstáculos à emancipação. Assim sendo, toda proposta de transformação do modelo atual não é realista se não forem questionadas as relações sociais capitalistas.

5.5 As Cooperativas - a Economia Popular Solidária

A formação de Cooperativas não é suficiente para enfrentar a lógica da acumulação. Como é possível alterar o processo de conscientização e da dinâmica capitalista sem utilizar os

sobre um sujeito controvertido e de um tempo necessário para analisar e discutir. No final da sessão, o grupo deve solucionar as propostas de interesse geral.

²⁸¹ Ver Testact, J. “L’intelligence scientifique em partage”. Le Monde diplomatique - février 2005

processos de expropriação ou de controle, bastante rígidos, do próprio processo de acumulação? A formação de Cooperativas pode ser indutora do processo de uma outra organização da sociedade, mas não é suficiente para enfrentar a lógica de acumulação.

Os empreendimentos cooperativados, para sobreviver, têm de usar critérios de eficiência e racionalidade ditados pela sociedade capitalista, ou seja, manter e aprofundar a divisão e especialização do trabalho; o que leva a diferenciação salarial. Como se defender disso?

A hipótese que pode ser aventada, no sentido de usá-las positivamente, é de que todas as experiências de cooperativas sejam, de alguma forma, integradas num movimento político amplo que possa servir de referência. Movimento, esse, com caráter ideológico e cultural que faça uma disputa cultural na sociedade, em torno da discussão do que são critérios de eficiência, compatíveis com uma racionalidade mais ampla com os objetivos da sociedade como um todo. Dentro da mesma lógica e perspectiva poderíamos abordar o que passou a ser denominado de Economia Popular Solidária.

A Economia Solidária se organiza em torno das seguintes iniciativas:

- 1) de sobrevivência;
- 2) participação do mundo rural no mercado consumidor;
- 3) participação dos setores informais urbanos no mercado consumidor (resultante do processo de terceirização e flexibilização).

Essas iniciativas só podem configurar-se como força social se conseguirem se articular entre si e a movimentos sociais de afirmação e proposição face à sociedade em geral. Vale ressaltar, contudo, que essas iniciativas dependem de muitas variáveis. Sem a articulação e apoios necessários a economia popular solidária não chega a se instituir como fonte geradora de uma situação de superação do atual modelo.

É importante, ainda, observar que em alguns países do chamado 1º Mundo a proposta de Economia Solidária foi incorporada institucionalmente pelo próprio sistema de poder. Na França, por exemplo, criou-se, inclusive, um Ministério da Economia Solidária.

5.6 As propostas do Banco Mundial para eliminar a pobreza

O discurso do Banco Mundial é que ele vem trabalhando no sentido de construir propostas com finalidade de superação da pobreza nos países ditos do 3º Mundo. Segundo as afirmações proferidas pelos representantes do Banco Mundial o crescimento econômico seria capaz de reduzir a pobreza e as desigualdades dentro de um mesmo país e entre países, e, ainda, seria capaz de reforçar a coesão social. Ora, o crescimento capitalista é, e vem sendo historicamente, necessariamente, desigual, destruidor ao mesmo tempo que criador. Ele se alimenta das desigualdades para suscitar sem cessar novas necessidades.

O Banco Mundial confessa que o objetivo de reduzir o número das pessoas que vivem na pobreza absoluta à metade, tal como ele mesmo preconizou, para o ano 2015 não será atingido. O último relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o comércio e o desenvolvimento, explicitou que aqueles países pobres menos abertos à mundialização foram aqueles que mais progrediram em termos de renda por habitante. Ao contrário do que o ocorrido com aqueles países considerados mais abertos.

Sabemos que o Banco Mundial trabalha na manutenção do sistema capitalista e que suas ações não são voltadas para a transformação desse sistema. Ora, conforme defendemos ao longo desse estudo, alimentar e incrementar medidas que não consigam caminhar na direção da ampliação angular preconizada, em nada mudaria as graves questões criadas pelo desenvolvimento capitalista.

Se o que defendemos é correto, as medidas paliativas, preconizadas pelo Banco Mundial, jamais reduzirão a pobreza instalada em escala mundial.

5.7 O Desenvolvimento Sustentável

Já estamos distantes de mais de 3 décadas da Conferência das Nações Unidas sobre meio-ambiente realizada em Estocolmo nos idos de 1972. Em 1992, realizou-se no Rio de Janeiro a ECO-92 - também um encontro internacional que objetivava a discussão e encaminhamento de medidas que, ao tratar do desenvolvimento, levassem em conta a questão da não destruição do meio-ambiente, de forma a comprometer a sua renovação em tempo hábil, para, assim, evitar desastres ecológicos comprometedores da vida sobre a terra. Foi aí, então, amplamente abordada a questão da biodiversidade. A partir desses dois encontros separados pelo “espaço”

de 20 anos, criou-se enfaticamente a idéia de desenvolvimento sustentável apoiado em cinco pilares: social, ambiental, territorial, econômico e Político. Em 2002, a partir das discussões aprofundadas na Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável realizada naquele ano, o conceito de desenvolvimento sustentável foi peneirado, refinado e assumido em todo discurso que se ocupasse do desenvolvimento, acrescentando a ele importantes avanços epistemológicos e incorporando a sustentabilidade social como componente essencial do conceito de desenvolvimento. (Sachs:2004)

A idéia de sustentabilidade social é geradora de uma outra referenciada à crença de que o crescimento econômico só traz desenvolvimento se gerar emprego, contribuindo, dessa forma, para a redução da pobreza e das desigualdades. E, ainda, ao desenvolvimento sustentável, acrescenta-se uma outra dimensão - a sustentabilidade ambiental. Essa baseada na solidariedade que se deve ter para com as gerações futuras.

Sachs(2004:36-37)²⁸² ao tratar da questão do desenvolvimento defende que deve-se enfatizar dois avanços conceituais:

- 1) desde os anos 70, a atenção dada à problemática ambiental levou a uma ampla reconceitualização do desenvolvimento em termos de ecodesenvolvimento, recentemente renomeado desenvolvimento sustentável;
- 2) o desenvolvimento pode ser redefinido em termos da universalização e do exercício efetivo de todos os direitos humanos: políticos, civis e cívicos; econômicos, sociais e culturais; bem como direitos coletivos ao desenvolvimento, ao ambiente, etc.

Com essa perspectiva o, então, denominado desenvolvimento sustentável deve explicitar com quais critérios de sustentabilidade social e ambiental, deve-se trabalhar na ótica da viabilidade econômica. Para Sachs (2004:36)²⁸³: “apenas as soluções que considerem estes três elementos, isto é, que promovam crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento”.

A definição de desenvolvimento sustentável está, contudo, intrinsecamente ligada à própria definição de sustentabilidade cuja ênfase se situa como sendo o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução redefinindo os princípios

²⁸² Sachs,I. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro:Gramond, 2004 p.36-37

²⁸³ Sachs,I. op.cit. p.36

que orientam a distribuição de seus recursos ambientais. E, o desenvolvimento sustentável passa a ser aquele em que a velocidade da inevitável agressão ambiental seja menor do que a velocidade com que a natureza consegue reagir a essa agressão, se reestruturando para compensar esses danos. A relação entre essas velocidades - que podem ser estimadas - compõem um índice que é denominado de ecoeficiência e, é a medida garantidora da sustentabilidade imprimida por um projeto de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável é, então, um modelo de desenvolvimento no qual a variável ecológica ganha dimensão estratégica. Ele pode, ainda, ser considerado como uma nova lógica que se contraponha à escalada da “globalização”. No entanto, é mister aqui sinalizar que o “desenvolvimento sustentável” foi incorporado a discursos que, na realidade, não estão comprometidos com uma outra ética social; sendo bem outro o discurso vigente.

Do ponto de vista empresarial, definidor do pensamento hegemônico, a defesa do desenvolvimento sustentável (também chamado de durável) deixa transparecer toda a concepção que aí está embutida. Na realidade, a linguagem empresarial denomina o desenvolvimento, com as características por ela definidas, de desenvolvimento durável, argumentando, inclusive, que esse não é uma utopia, nem mesmo uma contestação ao “desenvolvimento predatório”. Mas, o argumento direciona-se para considerá-lo como a condição de sobrevivência do mercado.

Assim, o argumento em defesa do “desenvolvimento durável” (sustentável) se impõe progressivamente, definindo que ele permite conciliar a eficácia econômica, a igualdade social e a responsabilidade ambiental. Ele permite valorizar a contribuição da empresa no crescimento da riqueza, sem a qual, segundo seus defensores, a solidariedade nacional se torna inexistente. E mais, argumentam, o desenvolvimento sustentável (durável) permite evidenciar os esforços que as empresas fazem para melhor gerir o meio-ambiente, inclusive no quadro de ações voluntárias. É o desenvolvimento durável (sustentável) que permite a empresa se desenvolver num clima de confiança com o conjunto de seus parceiros, que são por eles denominados como sendo os clientes; os seus assalariados, os acionistas, seus financiadores, etc, todos devendo se engajar em uma ação que se estabeleça como desenvolvimento durável (sustentável). Esse engajamento na busca de desenvolvimento sustentável permite a uma empresa determinada usá-lo como elemento de definição, de diferenciação e de competitividade face às demais.

A essa idéia empresarial de desenvolvimento sustentável (durável) pode-se acrescentar duas outras que vêm sendo amplamente utilizadas e que são a de “desenvolvimento socialmente equitável”; segundo a lógica impressa na definição empresarial, uma empresa não pode se desenvolver sustentavelmente se não se respeita seu meio no sentido amplo; clientes, fornecedores, parceiros e assalariados - e, a de desenvolvimento ecologicamente responsável; atribuída às empresas que reduzem os impactos de sua atividade sobre o meio no qual atuam - exploração de recursos naturais, consumo de energia, gestão do lixo produzido, etc. É claro que não se discute a idéia de emprego reduzido ou, o que dá no mesmo, crescimento de desemprego.

O desenvolvimento sustentável se define, assim, através de um tripé: econômico, social e ambiental ao qual alguns acrescentam “societal”. O social é medido, de forma restrita; a partir de medidas decididas no interior da empresa e está ligado ao impacto exercido diretamente sobre o conjunto dos assalariados: desenvolvimento das competências, segurança, higiene, saúde, remuneração. Volto a insistir nenhum compromisso com o desemprego, fruto de mudanças estruturais e/ou conjunturais. O societal está ligado a noção, recentemente criada, de “empresa cidadã” que estabelece um quadro de valores que define papéis frente ao dever de cada um. O econômico é salientado pela lógica de que a empresa deve assegurar sua função que é a de produzir lucros.

O programa de desenvolvimento durável (sustentável), nesse caso, persegue o crescimento econômico supondo que este seja sempre compatível com a manutenção do equilíbrio natural e a resolução dos problemas sociais. Esta idéia está já presente no Relatório Brundtland :“nós temos necessidade é de uma nova era de crescimento, um crescimento vigoroso e, ao mesmo tempo, socialmente e ambientalmente sustentável”.²⁸⁴

A incapacidade de pensar o futuro fora do paradigma do crescimento econômico permanente constitui, sem dúvida, a concepção embutida no discurso oficial sobre o desenvolvimento sustentável.

Ora, conforme salientamos na Parte 2 deste trabalho, o modo pelo qual se dá o uso dos recursos naturais é determinante no processo de um desenvolvimento denominado

²⁸⁴ Relatório Brundtland citado in Jean Marre Harribey. “Développement ne rime pas forcément avec croissance”. Le Monde diplomatique, julho 2004 (tradução nossa)

sustentável. Dependendo das dimensões priorizadas (e/ou consideradas) no processo, pode-se identificar de que forma está sendo tomada a idéia de sustentabilidade.

5.7.1 O Projeto Cone Sul sustentável

O Projeto Cone Sul sustentável, movimento surgido na sociedade civil, notadamente, no que é denominado 3º setor, com objetivo de discutir um Projeto que abarcasse os problemas vivenciados pelos países da América do Sul, e propusesse um projeto de desenvolvimento que respondesse às necessidades daqueles países. São eles: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Cada um de per si organizou internamente os seus grupos que comporiam as propostas a serem partilhadas. A idéia de desenvolvimento era acrescida, sempre, no caso em questão, à idéia de democracia. Assim, o Projeto Chile Sustentável e Democrático; o Uruguai sustentável e democrático, o Argentina sustentável e democrático, junto com o Brasil integram o Projeto Cone Sul Sustentável.

Esses representantes do Projeto de cada país partiram da comunhão de idéias de que o desenvolvimento tem sido responsável pelo agravamento da pobreza e “exclusão” social nos diferentes países do Cone Sul, cuja inserção na ordem econômica internacional se dá no quadro de uma economia liberalizante, das políticas de ajuste estrutural, da elevada parcela de pagamento de serviços da dívida externa.

Como resposta a essa situação de desigualdade global, os representantes desses Projetos reivindicam um desenvolvimento centrado nas necessidades humanas (Elizalde), liberdades reais (Sen), equidade, direitos sociais e civis plenos (Sachs), bem como uma sustentabilidade ambiental.

No entanto, os esforços dos representantes dos respectivos Projetos Sustentáveis e Democráticos, centraram-se na construção de um outro indicador para medir desenvolvimento, que partisse dessa visão ampliada de desenvolvimento. Esse indicador foi denominado Linha de Dignidade. A partir da tentativa de criar-se esse novo indicador, estabeleceu-se a necessidade de pensá-lo, não como um simples indicador quantitativo, mas como um índice composto por um sistema de indicadores. “A Linha de dignidade LD é uma

proposta que surgiu no debate realizado entre o norte e o sul no processo de construção de um marco global para sustentabilidade”. (Elizalde:2000)²⁸⁵

Uma das criadoras do conceito de LD - Sara Sorrain²⁸⁶ - afirma que a LD corresponde a uma elaboração conceitual que pretende conciliar os objetivos de sustentabilidade ambiental com os objetivos distributivos de equidade social e com a democracia participativa.

Ao pensar sobre a criação do indicador, Elizalde centra suas reflexões sobre o conceito de necessidade e de necessidades humanas dedicando a essas últimas especial atenção e reconceitualizando-as. Seu objetivo é fazer emergir uma proposta de desenvolvimento em escala humana.

No entanto, apesar do debate, ainda não se avançou muito na construção do indicador. Algumas questões permanecem e perpassam os diferentes Projetos. Existem questões de toda ordem e para as quais não se obteve um consenso. Elas poderiam assim serem resumidas: Quem construiria esse índice? Como? Ele seria construído pelas equipes dos Projetos? Contratar-se-iam consultorias para fazê-lo? Deveriam ser elaborados por instituições sociais e pesquisa mobilizadas pelos Projetos? Como e quem elaboraria a metodologia de formulação da LD?

Um acordo prévio sobre a metodologia definiu que esta tarefa não poderia ser exclusivamente técnica, mas deveria associar o trabalho técnico a um processo participativo de consulta e envolvimento dos atores populares como parte incluída na sustentabilidade.

A Linha de Dignidade (LD) deveria ser um indicador composto de outros indicadores e deveria combinar dimensões qualitativas e quantitativas. Nas dimensões qualitativas ter-se-ia o bem-estar, as políticas e as necessidades humanas. Nessa dimensão, dignidade seria dada pela superação da desigualdade e pobreza seria definida como privação das capacidades. Nas dimensões quantitativas, encontrar-se-ia, os salários e a capacidade de consumo. Nessa dimensão, riqueza seria dada como renda e acesso a bens e serviços, por outro lado, pobreza seria definida como privação da riqueza.

²⁸⁵ Elizalde, A. op.cit.

²⁸⁶ Sara Sorrain - Diretora do Programa Chile Sustentável e atual coordenadora do Programa Cone Sul Sustentável

Conforme foi possível constatar podemos encontrar ainda questões que se referem à mensuração e/ou fórmula da LD. Particularmente, nos documentos do Chile e do Uruguai, há uma clara preocupação em estabelecer um indicador que possa traduzir a dimensão objetiva da LD. Há quem estabeleça o patamar mínimo da LD em 3,3 cestas básicas. Por outro lado, há proposta de considerar uma equivalência, em termos de uma cesta básica de dignidade, igual a US\$ 330,00. Essas equivalências para a dignidade teria, na opinião de seus elaboradores, um forte impacto demonstrativo e comparativo no campo dos indicadores já estabelecidos. Alguns exercícios e projeções iniciais se encontram nos diferentes documentos, dos diferentes países, visando criticar os indicadores de pobreza face ao que seria um indicador de dignidade.

Os Projetos de desenvolvimento sustentável e democrático, de cada país que compõe o Cone Sul Sustentável definiram, em termos quantitativos o que consideram os patamares de LD.

São eles:

País	LD
Argentina	1 salário mínimo familiar de US\$ 1.400,00/mês
Brasil	1 salário mínimo familiar de US\$ 852,00/mês
Chile	3,3 Cestas Básicas/mês
Uruguai	1 salário mínimo familiar de US\$ 1.328,00/mês acrescido de 1 Cesta Básica de US\$ 330,00/mês

FONTE: Projeto Cone Sul Sustentável - 2001

Vale observar que a CEPAL define como 2 Cestas Básicas a Linha de Pobreza na América Latina. Ora, analisando todas as considerações referentes à formulação e construção do indicador LD, podemos concluir que, na verdade, sua adoção como medida de desenvolvimento não forneceria nenhum parâmetro de transformação da sociedade. Muito pelo contrário, apesar das contundentes críticas ao modelo de desenvolvimento desigual que é a marca da América Latina (aliás do mundo) os elaboradores das propostas de desenvolvimento sustentável, e seu indicador Linha de Dignidade, não transcendem às

premissas que subjazem ao modelo adotado. Ao centrarem discussão em como criar novo indicador, para medir o que já bem se conhece, acabam desconcentrando as discussões que deveriam estar centradas no modelo e suas premissas, e os esforços canalizados para a construção de alternativa ao modelo.

5.8 O protagonismo do desenvolvimento

Embora, sejam inúmeras as propostas críticas sobre o modelo neo-liberal implantado em, praticamente, todo o mundo, encontramos em quase todas um traço comum, ou seja, elas continuam clamando por crescimento econômico como única forma para solucionar os graves problemas com os quais nos confrontamos.

Em solenidade da instalação do Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CESD) ²⁸⁷, Carlos Lessa, ao se referir ao modelo brasileiro, chamou a atenção para o fato de muitos serem os pontos de concordância comungados pelos economistas e sociólogos críticos do modelo. Contudo, ele questionou que, o quê mais precisa ser debatido não são os pontos para os quais existe consenso e, sim, aqueles sobre os quais existem discordâncias, às vezes, até profundas, entre os contestadores do modelo. E esses pontos discordantes são de tal ordem que acabam por paralisar a possibilidade de se avançar com propostas de superação.

Em sua exposição, Lessa denotava preocupação, sobretudo, com o caso brasileiro, mas suas considerações, apesar de exigirem nuances para outras situações, podem ser aplicadas a vários outros países do mundo dito subdesenvolvido, principalmente da América Latina. É nesse sentido, que vale salientar aqui, o fato de mesmo as reflexões de Lessa não estando centradas na mudança radical do paradigma teórico, como a que propomos neste estudo, suas considerações nos parecem pertinentes e muito podem ajudar no sentido de se formular propostas que se alinhem com objetivo de caminhar ampliando a angulação e criando possibilidades de transformação.

São os seguintes os pontos de concordância, alinhavadas por Lessa, entre os teóricos contrários ao projeto do neo-liberalismo:

²⁸⁷ CESD - criado pelo CORECON/RJ (Conselho Regional de Economistas do Rio de Janeiro) - solenidade de criação realizada em 16-03-2006 no Centro Cultural de Justiça no Rio de Janeiro

- 1 - a necessidade de superação das lacunas da estrutura industrial e científica;
- 2 - a imprescindível ação do Estado como promotor do desenvolvimento;
- 3 - as estratégias de desenvolvimento não podem ser traçadas independentemente do resto do mundo - o sistema econômico internacional não é imparcial, é um processo de luta pela participação que leva a uma concentração do poder ao Centro do poder. A “riqueza” se acumula nos países centrais;
- 4 - a luta pela independência tecnológica - 45% do total das Patentes registradas no mundo são americanas. Os americanos fazem pesquisa tecnológica através das forças armadas;
- 5 - há uma imposição de modelos políticos feitos à “periferia”, bem como de modelos econômicos. Quando algum país desafia os poderes do Centro, ele é destruído como exemplo;
- 6 - deve-se fazer enorme esforço de normatização - as normas internacionais têm como principal objetivo, dificultar aos estados nacionais a proteção de sua economia. A OMC, a ALCA, etc, têm como objetivo abrir os mercados de bens de capital para a ação das grandes empresas multinacionais. O Estado que não obedece as normas acaba sendo penalizado;
- 7 - a globalização é um processo histórico ao qual não se deve aderir passivamente;
- 8 - deve-se lutar pela “inclusão social” e esta não deve estar ligada à idéia de crescimento do bolo em primeiro lugar.

Se analisarmos os documentos produzidos pelas entidades que questionam o modelo; as tomadas de posição individuais por parte dos críticos do modelo; as resoluções das reuniões nacionais e internacionais que como objetivo criticam o modelo e exigem decisões, veremos que, em quase todos, embora com ênfases e abordagens diferenciadas, os itens acima referidos acabam sendo encontrados.

Podemos enfatizar aqui os trabalhos de Amartya Sen (O desenvolvimento como liberdade); Celso Furtado (Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, Análise do Modelo Brasileiro, etc); Rubens Ricupero (A busca de sentido para economia e desenvolvimento); Ignacy Sachs (Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política, o Desenvolvimento Sustentável); O Manifesto dos Economistas, entre outros.

Ignacy Sachs (2001:159)²⁸⁸, por exemplo, ao tecer considerações a respeito do desenvolvimento, parte da concepção da defesa da economia de mercado, mas afirma ser muito difícil traduzir em políticas, a fórmula: “sim para economia de mercado, não para a sociedade de mercado. Por essa razão, é tão urgente centrar o debate no pleno emprego e seus equivalentes. (...) tratando, mais especificamente, das estratégias de crescimento impulsionadas pelo emprego. (p.159)

Sachs advoga que o desenvolvimento só tem sentido se for tomado da forma por ele definida de genuína. Assim, o dito desenvolvimento genuíno, segundo Sachs, requer soluções que atendam a três frentes e, somente as atendendo, ter-se-ia o real desenvolvimento. As frentes estabelecidas por Sachs são: a questão social, a questão ambiental e a questão econômica propriamente dita. Ele enumera as soluções requeridas para o desenvolvimento genuíno da seguinte forma:

que sejam sensíveis ao social, ambientalmente prudentes e economicamente viáveis, oferecendo a todos uma oportunidade de ganhar decentemente a vida por meio de trabalho assalariado, produção para consumo próprio ou uma combinação dos dois. (...) e deve se embasar num contrato social democraticamente estabelecido complementado por um contrato natural. (p.159-160)²⁸⁹

Para a implementação das soluções que possam levar ao desenvolvimento genuíno é necessário um Estado limpo, ativo, enxuto, planejador e que seja capaz de pensar o futuro (Sachs).

Outros economistas como Kalecki e Leers, por exemplo, vêm desde os anos 60 analisando o desenvolvimento econômico não apenas levando em consideração o crescimento do PIB, mas, incluindo como situação primordial, o crescimento do emprego.

Podemos afirmar, sem medo de errar, que a maior parte da reflexão sobre o desenvolvimento que vem sendo elaborada com o patrocínio das Nações Unidas têm implicitamente o paradigma do capitalismo reformado - parte-se da idéia de que para se diminuir as desigualdades entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, ou menos desenvolvidas, é preciso que o “capitalismo seja mais humano”.

²⁸⁸ Sachs, I. op.cit. p.159

²⁸⁹ Sachs, I. op.cit. p. (159-160)

Bruno Amoroso (2001:202)²⁹⁰ afirma:

é preciso mudar nossa concepção de crescimento (...) em crescimento substancial é impossível sem que se tenha riscos cruciais: ecológicos, nucleares, sanitários, sociais, culturais. Inovação e solidariedade são elementos fundamentais para o crescimento econômico sustentável. Mas num sistema social desequilibrado o desenvolvimento sustentável é impossível.

Em junho de 2003, um grupo formado por mais de 300 economistas brasileiros mobilizados em pensar alternativa para a crise social no Brasil, gerada por medidas de política macroeconômica adotada pelos sucessivos governos, divulgou um Manifesto contendo um programa, elaborado a partir de sete pontos consensuais, que centrava-se no compromisso da adoção de uma política de “promoção do pleno emprego, num contexto de retomada do desenvolvimento e da realização da democracia social”. (Manifesto dos Economistas - “E Nada Mudou”)

Em 2004, retomando o Manifesto, considerando o agravamento da situação econômico-social e pensando, ainda, numa alternativa, um grupo de trinta economistas, que haviam sido signatários do Manifesto de 2003, reúnem-se novamente e elaboram um novo Manifesto, no qual definem os eixos estruturantes da retomada de um projeto nacional de desenvolvimento - redução da vulnerabilidade externa e a promoção do pleno emprego. Com objetivo de alavancar o desenvolvimento, eles propõem um elenco de dez medidas cuja lógica se baseia na defesa da prioridade em políticas que representem a distribuição de renda e riqueza, e soluções democráticas para os graves problemas enfrentados pela classe trabalhadora - com ou sem emprego. Conclui o Manifesto: “queremos que cada cidadão brasileiro tenha a perspectiva de encontrar trabalho remunerado, acesso democrático a todos os níveis de escolarização e com a devida proteção da saúde. É um direito básico, republicano, de cidadania”.(p.3)

Como podemos observar, é bastante significativa a quantidade de reflexões que se alinham posições contrárias às políticas neo-liberais assumidas pelo capitalismo em todo o mundo. A questão que se coloca, então, tal como assinalou Lessa em suas considerações, é a definição e debate dos pontos para os quais não existe acordo à vista.

²⁹⁰ Amoroso, B. L'Europa e il Mediterraneo tra globalizzazione e co-sviluppo in *Revista de Literatura, arte e società fra le regione e la cultura De l Mediterraneo* no 6, 2001 p.202

Segundo Lessa (2006-CESD), o primeiro deles, e o mais emblemático, é o que se refere à questão do como. Como implementar medidas (e quais medidas?) que possibilitem a realização dos pontos sobre os quais há concordância.

Ao discutir o ponto emblemático, Lessa parte da constatação de que o país (no caso, o Brasil) está estagnado, apresentando taxa muito baixa de crescimento (2,3% a.a) e descarta a aceitação de que se deva tomar o mesmo rumo dos países que hoje vêm apresentando taxas mais elevadas de crescimento - como por exemplo, a China (que possui 80% de sua população no campo) e a Índia (que possui 350 milhões de pessoas que vivem com menos de US\$1,00/dia). É preciso que se pense em uma alternativa, aplicável ao caso brasileiro, para se tentar sair da estagnação econômica e de desamparo social. O elenco de pontos e propostas levantados por Lessa para serem enfrentados podem ser definidos da forma seguinte:

1 - a questão da infra-estrutura urbana e demais. A idéia é a de que está em curso a realização de uma proposta para infra-estrutura que deverá ser equacionada e apresentada ao debate pelos engenheiros. É preciso, então, afirma Lessa, estar atento para não perder o essencial que estará contido nessa proposta;

2 - a questão da Previdência Social – Lessa advoga que devemos retornar à discussão posta na Constituição de 1988 na qual definiu-se um conceito que foi abandonado e esquecido - o da seguridade social; a previdência, a saúde, a assistência social, faziam parte do orçamento definido *a priori*, pois estavam baseados na seguridade social. É preciso, então, retomar a questão e expor com clareza de que forma estamos pensando a Previdência - como seguridade ou não?;

3 - a questão que em última análise se refere à família. Temos 3.200.000 jovens formados nos vários ramos do conhecimento; 800.000 estão desempregados.

Observa-se, diz ele, que cresce a idade média das pessoas desempregadas que se candidatam aos postos criados e, ao mesmo tempo, decresce a renda do emprego. Podemos citar alguns dados, salienta Carlos Lessa:

- 47% dos jovens com 11 anos de escolaridade estão desempregados
- o número de homicídios/ano atinge a 45.000

- dos 19 aos 39 anos morrem mais homens que mulheres, 20% das famílias são “uniparental”.

Um projeto estratégico, a ser definido, precisa esclarecer como se vai enfrentar a questão da família; da necessidade de construção de creche e da juventude - essas são questões centrais do tecido social;

4 - a questão referente à informalidade. A característica da informalidade é a não aceitação, e o não enquadramento; da/na legislação. Sabemos que a informalidade é fruto do modelo adotado pela sociedade, contudo, e por isso mesmo, precisamos nos posicionar face a ela. Lessa adverte que “a informalidade é a destruição da ordem republicana; está ligada, então, à realização da cidadania. Nesse sentido, diz, ou ela é resolvida ou seremos devorados por ela”; (Lessa:2006)

5 - na esteira da problemática da informalidade, encontra-se a necessidade de se pensar sobre a questão referente ao artesão. Para Lessa, “é necessário a definição de uma pauta de integração com componentes creditícios;

6 - a questão da agricultura que, na realidade, não podemos considerar mais como brasileira, pois ela está fortemente dominada pela economia internacional. Segundo, ainda, Lessa, a agricultura “brasileira” está, hoje, muito mais dominada internacionalmente do que esteve a economia do café.

Todos esses pontos assinalados precisam de respostas para que possamos começar a construir uma forma diferente de atuação na sociedade. O êxito de um projeto estratégico que leve em consideração essas questões dependerá de como vamos encaminhá-las. Assim, é preciso que se defina a estratégia e, com ela definida, poder-se-á tentar o caminho da conquista da população.

Todas essas considerações de Lessa no sentido de redirecionar o modelo imposto ao Brasil, e aos demais países, se apoiando na erradicação das idéias que apostam no desemprego e no crescimento do mercado externo, podem aglutinar, para o debate, parcelas ponderáveis da classe trabalhadora; pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida que hoje lhe está imposta, atingindo níveis extremamente deficientes. Por outro lado, aglutinar a classe trabalhadora para o debate, pode ter como sub-produto a retomada da sua participação, imprimindo suas reivindicações aos canais decisórios. Esse seria o ganho primordial sem

dúvida. Ela - a classe trabalhadora - possivelmente poderia vir a perceber como os formadores de opinião estão com uma barreira psicológica quando afirmam que o país vai bem. Talvez ela pudesse entender por quê eles dizem isto: estamos com inflação baixa - por altíssimas taxas de juros; as exportações crescem - agricultura extensiva; dívida externa sob controle - porque o superávit é enorme e há, para atendimento desse superávit, corte nos investimentos. Ela entenderia, ainda, que diminuir o risco Brasil é um dado muito importante para os banqueiros internacionais e para as agências internacionais logo, não significa, necessariamente, interesse genuíno para o Brasil. Será que criar o perigo Brasil nos ajudaria? A classe trabalhadora ao debater, e entender, essas questões exigiria posições claras dos candidatos a cargos eletivos sobre as questões suscitadas. Se isso ocorresse efetivamente, essa seria uma forma de se tentar implementar a democratização das decisões.

O CESD é um espaço para a discussão, aberto à opinião pública, com o objetivo de relançar no país uma visão de longo prazo da política econômica. O CESD, nos moldes do ATTAC, embora com concepção diferente, pretende dar um rumo aos debates a serem organizados. Ele pode se tornar um avanço no sentido de se pensar empiricamente, e teoricamente, propostas de redirecionamento da política econômica.

Por outro lado, é preciso que se esteja atento ao papel desempenhado pelo Banco Mundial, o FMI, a Comissão Européia e, demais instâncias, que sob a aparência de atuação técnica exercem, na verdade, papel importante de controle das políticas adotadas pelos diferentes Estados. Elas são revestidas de um poder tecnocrático que pode ser considerado quase como substituto das diversas autoridades nacionais dispondo estas, apenas, de capacidades subsidiárias da influência sobre as tendências dominantes.

É preciso, pois, que se questione essas instâncias de regulação, explicitando suas posições de defesa da falácia da interdependência global. Redefinindo, assim, seu verdadeiro papel e desmistificando o mito do desenvolvimento por eles defendidos. (Gorz:2004)

No entanto, vale remarcar, que medidas espontâneas e individuais podem ajudar na construção de uma proposta, mas, para a efetiva disseminação de debates e proposições, é imprescindível que grupos organizados da sociedade civil se integrem na sua discussão e elaboração. Nesse sentido, podemos destacar papel importante que pode desempenhar um Partido Político na construção de uma nova sociedade. O Partido Político, junto com as

demais organizações da sociedade civil, pode realizar um papel estruturante na construção de uma outra sociedade.

Fausto Bertinotti²⁹¹ alinhava a importância de um Partido Político na:

alternativa revolucionária proposta como um longo processo de transformação social, acumulando ruptura, organizações de subjetividade, construção de experiências concretas e níveis institucionais “exemplares”, capacidade de renovação teórica....A proposta de uma outra política econômica e social...deve por em cena, ao mesmo tempo, os elementos de um “Que fazer”? possível e o esboço de uma “outra sociedade” (...) reunindo em uma perspectiva comum aspirações e níveis de experiência que, caso contrário, só poderão ser expressos por fragmentos isolados incapazes de comunicarem entre si.

5.9 O “socialismo real”

A matriz teórica na qual esteve apoiado o “socialismo real” não permitia a abertura para uma sociedade que fosse capaz de criar um mundo “novo” e, em consequência, um “novo” homem.

Partindo de uma contundente, e excelente, crítica ao sistema capitalista apoiada em visão científica e, portanto histórica, os teóricos que embasavam o novo sistema não o faziam propondo quadro de valores efetivamente novos. Tudo se passava com os mesmos objetivos postos pelo capitalismo sem a presença do capitalista. A busca era a do desenvolvimento/crescimento econômico.

A idéia do produtivismo infinito aparece em Marx quando ele afirma que as forças produtivas se desenvolveriam a tal ponto que chegar-se-ia à abundância. Essa idéia, no fundo, parte da mesma premissa de que precisa-se produzir, produzir, produzir ao invés de trabalhar, trabalhar, trabalhar.

Ao entrar na mesma lógica produtivista capitalista, o socialismo, não criou condições para alavancar a criação de possibilidades, efetivamente democráticas e acabou impondo uma relação de trabalho que não permitiu a superação da alienação tão denunciada por Marx. Todo o sistema foi posto em funcionamento com critérios calcados no mundo capitalista - a educação por exemplo, era planejada com critérios de qualificação de mão-de-obra, necessária

²⁹¹ Bertinotti, F. “Una domanda”, Il Manifesto, 26/01/1996 in Gorz, A. “Miséria do Presente, Riqueza do Possível”. São Paulo: Annablume, 2004 p.92

à produção, definida *a priori* como meta a ser atingida. A corrida armamentista é prova dessa lógica. Pode-se argumentar, em defesa, que existiam necessidades históricas para tal - somente se igualando em poderio, conseguir-se-ia competir com o regime capitalista. Essa opção ficou provada ser falaciosa, mas à época estava apoiada em definições teóricas precisas. A economia capitalista é criticada e denunciada, mas o crescimento das forças que essa mesma economia deslancha é sempre qualificada pela “esquerda” como produtiva logo, positiva; mesmo quando essas forças possuem caráter destrutivo. No final, esse crescimento, visto sob o ângulo da produção - emprego - consumo, é creditado como benfeitoria, ou quase.

Armênio Guedes²⁹² toma como marco para a crise do socialismo os anos 50, precisamente no “XX Congresso do PCUS e com as crises da Polônia e da Hungria, ressurgiu com a invasão da Tchecoslováquia, para finalmente reacender com mais força e profundidade depois do início dos dramáticos acontecimentos poloneses, no verão europeu de 1980”. Ele afirma, ainda, que

ao contrário do que podia e devia acontecer, muitos regimes socialistas se tornaram mais autoritários, rígidos e burocráticos deixando que se manifestassem, em suas políticas externas, elementos de nacionalismo e de hegemonia de grande potência que se chocavam frontalmente com os princípios socialistas de solidariedade internacional.

No entanto, as origens da crise podem, quem sabe, ser detectada no nascedouro mesmo da Revolução de Outubro, quando os *soviets* (conselhos) ao perderem sua importância acabam se tornando órgãos formais burocratizados. Como consequência o processo, ao invés de ser construído com a ampliação da democracia, permitindo a participação das massas no processo político revolucionário, se apoiou num poder centralizado e autoritário.

A ditadura do proletariado exercida pelo seu representante - o Partido - foi a premissa que conduziu a política da URSS e demais países do bloco socialista; Estado e Partido se confundindo. Agnes Heller (1982:46)²⁹³ sobre isso comenta, “a sociedade civil foi inteiramente submetida ao Estado político; não houve relação tanto contratual, quanto da esfera íntima, que não fosse afetada pelos caprichos tirânicos do Estado”.

²⁹² Guedes, A. “A Crise do Socialismo”. São Paulo, Gazeta Mercantil, Ensaio- Fórum, 1987

²⁹³ Heller, A. “Marxisme et Démocratie”. Paris:Maspero, Petite Collection, 1982 p.46

Já nos primeiros anos da Revolução Soviética, Rosa de Luxemburgo condenava a concepção imposta sobre o poder que se instalava. Sua concepção de ditadura do proletariado diverge da que foi adotada. Ela argumentava que dever-se-ia construir

uma democracia de massa, que conserve as liberdades formais “clássicas” proclamadas nas Constituições burguesas e as realize plenamente acrescentando a elas a participação real, nas decisões, das massas trabalhadoras, através de novos organismos institucionais.²⁹⁴

Em outra passagem, a mesma autora afirmava: “a liberdade concedida apenas a quem apóia o governo, e somente para os membros do Partido único - por mais numerosos que esses sejam - não é verdadeira liberdade. A liberdade é sempre, tão somente, liberdade para quem pensa diferente”.²⁹⁵

A posição de Lênin era bem outra; em sua concepção de partido revolucionário impunha-se, de fato, uma subordinação mecânica da ética à política. Dentro dessa lógica dever-se-ia planejar a sociedade pautando-se pelo utilitarismo e pela eficácia imediata. Nesse sentido, não havia a quebra de critérios nos quais se baseia a sociedade capitalista. Lênin acabou optando pelos critérios que reproduziam a lógica da sociedade capitalista.

Marx e Engels não elaboraram de forma detalhada a teoria da revolução socialista nem a teoria da construção da sociedade socialista. O desenvolvimento da aplicabilidade da teoria de Marx e Engels está indissolivelmente ligado no nome de Lênin. Foi ele quem formulou a lei do desenvolvimento econômico e político desigual do imperialismo, que está definida em sua obra - Imperialismo etapa superior do capitalismo.

A única coisa que sabíamos - escrevia Lênin - a única coisa que nos haviam indicado com exatidão os maiores conhecedores da sociedade capitalista, os maiores cérebros que previram o desenvolvimento dessa sociedade, é que a transformação devia seguir, de modo historicamente inevitável, seu curso, que a propriedade privada dos meios de produção estava condenada pela história, que os exploradores seriam expropriados sem dúvida.²⁹⁶

²⁹⁴ citado em Radice, Lucio Lombardo. Um socialismo a inventar. São Paulo:Brasiliense, 1982 p.97

²⁹⁵ Luxemburgo,R. - in Heller,A. “Para mudar a vida”. São Paulo:Brasiliense, 1982

²⁹⁶ Lênin. Obras Escogidas em 3 tomos, T.2. Moscou:1970 p.760

É sabido que Marx havia indicado quais eram as condições econômico-materiais e político-sociais objetivas da revolução proletária. Segundo ele, a revolução socialista só poderia vencer em uma fase determinada do desenvolvimento capitalista; ou seja, quando as relações de produção estabelecidas se convertem em entrave para o progresso das forças produtivas.

A partir de considerações a respeito da lei de desenvolvimento econômico, Lênin deduz ser possível que o socialismo triunfe primeiramente em uns poucos países capitalistas ou, até mesmo, em um único país.

A revolução socialista de outubro, evento importantíssimo do século XX, poderia ter aberto uma nova era na história da humanidade, a era do socialismo e do comunismo, a era da emancipação dos povos da dependência colonial, a era da derrota do capitalismo. Segundo os dizeres do próprio Lênin “a humanidade passou agora para uma nova fase de desenvolvimento que traz possibilidades extraordinariamente brilhantes”.²⁹⁷

Lenin previa, à época, que a URSS sofreria pressão do sistema burguês, porém o capitalismo havida sido, e seria sempre, derrotado. Essa idéia ufanista aparece na obra de vários seguidores do chamado leninismo e pode ser resumida pela defesa feita por Modrkhinskaya e Stepanián (1973:72)²⁹⁸:

una de las más brillantes plasmaciones de la previsión científica del desarrollo social es el Programa del Partido Comunista de la Unión Soviética. Mientras en el primer Programa de los bolcheviques, aprobado en 1903, se indicaba la necesidad de asegurar el triunfo de la revolución proletaria y establecer la dictadura de la clase obrera y en el segundo (aprobado en 1919), la de edificar el socialismo, en tercer Programa del PCUS (1961) se trata de la edificación del comunismo.

Dentro da perspectiva defendida por Lênin estava previsto que apenas o partido político da classe operária, ou seja, o Partido Comunista, estaria em condições de unir, educar e organizar as massas trabalhadoras. Somente o Partido Comunista seria capaz de combater as vacilações “pequeno-burguesas” dessas massas. Para realizar tamanha tarefa seria necessária a “ditadura do proletariado” que seria posta em vigor em contraposição à democracia representativa, que era definida como ditadura da minoria exploradora. A democracia socialista - “ditadura do proletariado” - seria, então a ditadura da maioria do povo sobre seus representantes.

²⁹⁷ Lênin. Obras Completas. T.45 p.402 in Modrzhinkaya, E. e Stepanián, T. (orgs). “El futuro de la sociedad”. Trad. do russo por Roberto Carrillo. Moscou, Editorial Progreso, 1973 p.51

²⁹⁸ Modrzhinkaya, E. E Stepanián op.cit. p.72

Essa concepção tem como consequência a defesa da existência de um partido único que seria a vanguarda consciente e organizada da classe operária. Esta deveria unir-se, tomar consciência de suas tarefas e aprender a lutar de forma organizada. A unidade da classe operária só poderia ser assegurada por um partido político cujo fim seria a constituição dos operários em classe dirigente, a derrota da dominação da burguesia e a conquista do poder político - o partido seria o “guia da classe operária”. Assim, o Partido Comunista seria o único capaz de dirigir o conjunto das atividades de todo o proletariado, ou seja, dirigi-lo politicamente e, através dele, dirigir a todas as massas trabalhadoras. Sem isso “a ditadura do proletariado” seria irrealizável. A teoria “marxista-leninista” previa que a vitória do socialismo seria impossível se não se implantasse a “ditadura do proletariado”, e esta era considerada uma lei geral aplicável a todos os países sem exceção. Lenin²⁹⁹ dizia “a questão da ditadura do proletariado é uma questão central do movimento operário em todos os países capitalistas”. E, sobre os embates a cerca da democracia, Lênin escrevia:

Los Scheidemann y los Kautsky hablan de ‘democracia pura’ o de democracia en general para enganar a las masas y ocultarles el carácter burgués de la democracia contemporánea. ¡Que la burguesía continúe manteniendo en sus manos: todo el aparato del poder del Estado, que un puñado de explotadores continúe utilizando la vieja máquina burguesa del Estado! Como es lógico, a la burguesía le gusta calificar de ‘libus’, ‘iguales’, democráticas’ y ‘populares’ las elecciones celebradas en tales condiciones, pues esas palabras sirven para ocultar la verdad, para ocultar que la propiedad sobre los medios de producción y el poder político siguen en manos de los explotadores y que por eso no se pueda hablar siquiera de libertad defectiva, de igualdad efectiva para los explotados, es decir, para la inmensa mayoría de la población.

Modrzhinkaya (1973:65)³⁰⁰ assinala que:

El Partido Comunista de la Unión Soviética derrotó, en el curso de la lucha por la edificación Del socialismo, a todos los grupos y corrientes antileninistas, a los trotskistas, zinovievistas, ‘comunistas de izquierda’, ‘oposición obrera’, oportunistas de derecha y demás desviacionistas.

No entanto, infelizmente, a concepção imperante na URSS a partir da implantação do socialismo acabou criando uma casta - a direção partidária em cada nível, e em todos os níveis - que passou a se arvorar de representante dos trabalhadores e que legitimamente deveria, em nome deles, tomar as decisões que parecessem pertinentes. Com isso, acabaram se transformando em privilegiados do próprio sistema por eles implantados.

²⁹⁹ Lênin. Obras Completas t.41 p.369 in Modrzhinkaya et Stepanián op.cit. p.59

³⁰⁰ Modrzhinkaya e Stepanián op.cit. p.65

Konder assinala sobre isso que como os aspectos éticos calcados na democracia eram considerados como resultado da “moral burguesa”, eles deveriam ser substituídos. Contudo, remarca Konder,

não havia um quadro ético que se contrapunha efetivamente ao burguês e, além do mais, ao abandonar certas conquistas da classe trabalhadora do ocidente, tais como liberdade de expressão, religiosa e o sufrágio universal, acabam deixando um vazio ético na realização da política a ser seguida.

Por outro lado, tal como dissemos anteriormente, o sistema acabou reproduzindo a divisão do trabalho de forma idêntica à existente na sociedade capitalista, implementando a força da burocracia e criando liderança autoritária.

Tal como na sociedade capitalista a divisão do trabalho se dava na fragmentação das tarefas e, em assim sendo, na medida em que essas vão sendo cada vez mais mecanizadas, a possibilidade do trabalhador refletir sobre suas tarefas, organizando seu trabalho, diminui progressivamente. Desta forma, a consciência e conhecimento do processo do trabalho como um todo tornam-se cada vez menos compreensível para o trabalhador. As ocupações se transformam em ações isoladas e não compartilhadas. Tem-se, então, a fragmentação das tarefas e do conhecimento. Este fato acarreta a diminuição da experiência vivida pela classe trabalhadora deixando-a mais vulnerável à dominação - as pessoas acabam se transformando em meios para realização de objetivos com os quais elas não se identificam; objetivos esses que parecem ter existência própria.

Ora, sendo assim, o socialismo real não superou a subordinação estrutural do trabalho e a personificação do capital se manteve, não na pessoa do capitalista, mas sob nova forma - a burocracia, que passa a ser, então, a nova forma de personificação do capital. A burocracia exercia o domínio direto da força de trabalho. A sociedade soviética não chegou, assim, à emancipação do trabalho (Mészáros). Este autor ³⁰¹ defende a tese de que “o sistema soviético não era diametralmente oposto ao ‘capitalismo avançado’; era apenas o outro lado da mesma moeda. Sua queda não revitalizou o sistema do capital ocidental”.

Em 1998, ruía o império soviético depois de várias crises enfrentadas na maior parte dos países que pertenciam ao bloco socialista da Europa.

³⁰¹ Mészáros, I. “Para além do capital” Campinas, SP:Unicamp, 2002

A experiência do “socialismo real” nos evidencia que colocar em causa a “sociedade do crescimento” implica colocar em causa o capitalismo, enquanto que o inverso não é evidente. Não é suficiente que se coloque em questão apenas o capitalismo, é necessário, também, que se ataque a toda concepção da sociedade de crescimento. É preciso, então, não se confundir economia de mercado, com economia de crescimento, pois esta pode existir sem aquela; é notadamente o que nos legou o socialismo real.

É lamentável, que todo o movimento denominado de *Perestroika* não tenha sido defendido por Gorbachev para discutir sobre, e organizar, a sociedade, no sentido de infletir na direção de caminhar para efetivas mudanças, que permitissem a construção de uma verdadeira nova sociedade – a sociedade socialista democrática - e, sim, tenha se colocado no caminho da implementação da entrada na sociedade - para o qual, em verdade, do ponto de vista do Projeto nacional existente, a mesma já estava condicionada - dos critérios e valores do mundo capitalista, notadamente, os comandados pela economia de mercado.

- Coisa fantástica! exclamou Mathias
- O quê?
- A humanidade. Apesar da finitude da vida, da certeza e da consciência da morte, conseguimos nutrir esperanças e abraçar projetos. Num certo sentido, somos todos construtores... Nossa existência neste mundo é marcada pela construção de fantasias... É como se possuíssemos em nosso código genético um mecanismo fantástico, uma espécie de combustível que, a despeito da consciência do inevitável, nos mantém vivos, ativos e esperançosos...

Marcos Poggi – “A senhora da Casa do Sono”

6. Para colocar um ponto final no trabalho

Estamos convencidos que o modelo de desenvolvimento que comanda ideologicamente o mundo, não permitirá jamais a possibilidade de se criar um mundo verdadeiramente democrático. Ao contrário, o “*apartheid*” que estamos assistindo é uma consequência da hegemonia desse modelo, e a tendência mundial não é a de aproximação, de destruição do fosso, da distância que se instalou nas diferentes classes sociais internamente, em cada um dos países e, a distância existente entre os diferentes países que compõem o mosaico mundial.

Se não mudarmos a lógica que está em curso, não chegaremos a uma transformação que nos permita vislumbrar a construção de “um outro mundo”. Precisamos, ainda, debater e negociar alterações das instituições vigentes, para que se possa construir um arcabouço social que seja capaz de nos conduzir a um outro ciclo da nossa história.

A tarefa é imensa e a luta deve ser contínua. Nós estamos impregnados da idéia de crescimento indiscriminado, e infinito, colocando o futuro sempre baseado em patamares quantitativos. É preciso desmistificar-se a idéia de progresso que nos é impingida e que, na realidade, está embricada com a de crescimento, sem que seja estabelecido em que sentido é desejável o dito crescimento; crescer como, por que e para que? São questões cujas respostas podem elucidar o direcionamento das medidas a serem implementadas.

Nossos modos de vida são organizados em torno do consumo indiscriminado. Os centros comerciais se tornaram lugares maiores de organização da vida das cidades. Há um sobreconsumo alimentado pelos meios de comunicação.

O desenvolvimento, nos termos em que vem sendo assumido, implementado e perseguido, não pode ser definido fora do paradigma que estrutura a civilização do capitalismo. O desenvolvimento é o capitalismo líquido. É um sistema que casa o mercado, a ciência, a tecnologia e atua por concorrência e acumulação de “riquezas”, por um lado, e, por outro, um empobrecimento antropológico e material.

O sistema em questão é programado para manter ao infinito sua hegemonia e sua exploração da diversidade dos homens e dos recursos naturais. Ele define e codifica tudo aquilo que pode

fazer crescer seus lucros e destrói tudo que não responde a sua cultura de domínio e de acumulação. Nessa seleção, a diversidade do mundo humano e ecológico corre grandes riscos, por vezes irreversíveis.

A idéia mesma de recurso acha sua fonte na lógica do funcionamento e nas técnicas que o colocam em andamento. Tudo pode ser recurso ou se tornar recurso ou deixar de ser. É a inovação a serviço do lucro que decide tudo. Ele destrói permanentemente aquilo que inventa para atingir a sua racionalidade fundamental: estender o universo do mercado ao conjunto da vida humana e ecológica. O lucro é seu objetivo e seu motor. Os homens, os vegetais, os animais, etc, são submetidos a essa seleção. Assim, ele desenvolve todas as formas de saber para desvendar os segredos da natureza, tendo como objetivo criar valor mercantil incorporando o máximo de lucro. A cultura do capitalismo percebe e concebe a natureza como um simples reservatório de energia explorável a sua disposição. Nessa lógica, faz sentido a destruição ecológica a que estamos submetidos. A auto-realização dos lucros é a lógica fundamental do capitalismo. Toda a sutileza da idéia embutida em uma “ciência econômica” consiste em criar as “crenças científicas” e sociais que a legitimam e a realizam.

Atomizando os homens, o capitalismo os enfraquece e os integra em sua lógica. Esse condicionamento passa também pelas instituições das quais ele se beneficia. Submetido, o homem se torna mercadoria tanto no seu papel como em suas necessidades. Essas mesmas necessidades são concebidas, definidas e demonstradas em função das necessidades de uma economia moldada pelo capital. Ele controla constantemente o mercado, criando novas necessidades e mantendo o conjunto da sociedade como consumidor. Ele cria uma “falta” e a satisfaz por suas técnicas de marketing. E o banco - representante do sistema financeiro - está presente para estimular e acompanhar a extensão do banquete servido pela sociedade de consumo.

Em razão de suas leis de funcionamento, e de suas conseqüências sobre a sociedade e o meio ambiente, a economia de mercado, criando a “riqueza”, cria a pobreza.

A economia de mercado funciona por seus princípios de base entre os homens, as organizações, os territórios, os países, etc, por exclusão e frustração. É uma curva de consumo e destruição sem fim na qual a trajetória é indeterminada.

Apresentando proezas inovadoras, o capitalismo seduz e destrói as capacidades de regeneração nos meios que penetra. O conjunto dessa dinâmica incita a não se separar nem a riqueza da pobreza, nem a ecologia da economia. Elas são, com efeito, concomitantes, logo inseparáveis. E isso faz ressurgir, aliás, os limites de toda política de luta contra a pobreza. A pobreza é renovada ao mesmo tempo que a riqueza. O sistema revoluciona permanentemente seus produtos e suas técnicas de produção para renovar o mercado. E nesse processo, acentuam-se as desigualdades que por sua vez, além de colocar em patamares precários de sobrevivência enorme contingente populacional, engendram insegurança para todos.

Nos países da “periferia”, sobretudo, a parte elitizada se torna referência de modernidade e modelo a ser seguido. Tomando-se o todo pela parte, aceita-se a hegemonia da parte. É preciso romper essa lógica. É preciso vincular valores com propostas. Essa junção permitirá o estabelecimento futuro que vai condicionar a ação do presente (futuro contido no presente). Essa seria, então, a tarefa que se impõe para todos os que estão, verdadeiramente, convencidos que os caminhos que vem sendo trilhados, não só, não darão conta de mudar o quadro social no qual estamos inseridos, como, ainda, contribuem para agravá-lo, contribuindo também como consequência da lógica imposta, para a não renovação dos recursos naturais disponíveis.

As expressões “fim do valor”, “fim da sociedade do trabalho”, “fim da história” estão submetidas à mesma lógica das propostas de “globalização”, “flexibilização” e “regulamentação”; elas têm todas, conotações política e ideológica, são expressões que vão substituir, capitalismo e luta de classes, e servem para o extermínio “toutcourt”, dos direitos e como justificativa para a precarização da qualidade de vida do imenso contingente que forma a classe trabalhadora, formalizada ou não.

Há possibilidade de uma ruptura da trajetória perversa que está instalada? A resposta a essa questão depende da capacidade de se criar um espaço público onde o debate possa ocorrer democraticamente. Ela depende, ainda, da qualidade das análises críticas que possam ser feitas, das proposições alternativas e de sua tradução em lutas e vitórias sociais e políticas. Combater a precariedade e a flexibilidade tão decantadas, discutir radicalmente as desigualdades e erradicar a pobreza impõe, antes de tudo, uma escolha da sociedade, de valores e de políticas suficientemente corajosas para se opor à ditadura dos mercados.

A mundialização, tal como ela está em curso, e tal como ela se desenvolve ao nosso redor, é essencialmente, ditada pelas exigências impostas pelo mundo econômico, e ela é pilotada pelos atores que defendem suas próprias estratégias de crescimento. Essas estratégias são, por sua vez, sancionadas pelos poderes políticos e pelas organizações em suas áreas de competência.

A atual proposta hegemônica, na grande maioria dos países, se baseia na disseminação de valores que propiciam a exploração de enorme contingente que compõe a classe trabalhadora; que transformam o sobreconsumo em realização de poder e vitória; que justificam a exclusão.

Para superação dessa posição hegemônica é preciso construir uma contra-hegemonia cujos passos nos colocam desafios a enfrentar. O primeiro deles seria a mudança radical da “lógica civilizatória” que nos rege - abandonar a lógica do capital e adotar a lógica do trabalho.

Ao decidir pela lógica do trabalho, estamos considerando o trabalho como atividade vital, não estamos, então, pensando no “trabalho alienado”; no trabalho que permite ao homem apenas repor a energia para poder continuar trabalhando alienadamente e que, na verdade, o desumaniza - nessas condições ele supre apenas as necessidades animais de comer, dormir e procriar.

Já em Leontieff (1982)³⁰² encontramos: “quando a criação das riquezas não depender mais do trabalho dos homens, estes morrerão de fome às portas do Paraíso, a menos que respondam com uma nova política de renda à nova situação técnica”.

O segundo desafio a ser enfrentado é o que se refere a como propor uma mudança radical da lógica numa organização societária onde a idéia do “bem-estar” está ligada à idéia de consumo?

O terceiro desafio que se coloca é o de lutar com todas as forças contra essa idéia de “bem-estar” ligada a esses padrões que nos são impostos, que se apropriam de nossos sonhos e determinam nossos desejos.

³⁰² Leontieff, W. “La distribution du travail et du revenu”. Pour la science, 61, abril, 1982

E, como corolário não podemos perder de vista que esses desafios têm de ser enfrentados tendo como premissa a garantia do respeito à diferença, à diversidade e à ampliação dos direitos do trabalhador.

Esses desafios devem estar no nosso horizonte e devem orientar a defesa de políticas e posições que nos possibilite avançar na direção da “política da angulação” que se caracteriza, sem dúvida, na luta pela obtenção e/ou ampliação do direito ao acesso às necessidades essenciais. Não há dúvida de que nossos primeiros esforços deverão estar, ao mesmo tempo, direcionados a passos concretos imediatos para que, pelo menos, as “necessidades essenciais” sejam satisfeitas para todos aqueles que jamais as alcançaram.

Não podemos perder de vista que essas necessidades precisam se desdobrar em portadoras de caráter qualitativo - não meramente quantitativo de casa e comida. É, absolutamente, indispensável o alargamento do “essencial” que se consubstancia em participação nas decisões, em satisfação em seu trabalho, em direito ao lazer e à felicidade.

Nesse sentido, é absolutamente indispensável o fortalecimento da democracia. A democracia como valor fundamental e essencial - aquela que é capaz de incorporar, no processo, transformar cada participante e que é, por definição, tomado como estratégia, e não como tática. Processo democrático que se constrói no dia a dia e que é interminável.

Somente por esse caminho é que se poderá pensar e dar sentido a um movimento “anticapitalista” de construção de um outro mundo. Mundo que garanta o respeito aos direitos humanos em sua plenitude. Direitos tais como à alimentação, à moradia, à instrução, à saúde, à proteção, à liberdade individual, ao amparo da justiça pública, a resistência à opressão e, ainda, o direito à crença, à opinião, ao lazer, ao acesso à arte e ao conhecimento produzido e à literatura (Antônio Cândido).

O atendimento a essas condições só poderá existir em uma organização societária que se baseie em outra concepção de homem, de trabalho, de necessidades humanas, de riqueza. Uma organização que tome essas condições como necessidades profundas do ser humano, ou seja, necessidades que não podem deixar de ser satisfeitas, sob pena da desorganização pessoal ou, pelo menos, de frustração mutiladora e conseqüentemente de desorganização social.

Há que se buscar uma mudança de paradigma no qual o surgimento de uma nova ética permitirá uma outra regulação nas relações entre os homens e entre estes e a natureza. Isso só pode ser pensado a partir de uma visão de Totalidade, pois sem ela as realizações ficam fragmentadas e parciais.

Com esse novo paradigma, a sociedade pode ser capaz de intervir sobre si mesma e em suas idéias, seus conflitos e suas esperanças, para que se possa viver junto, livres, iguais e diferentes.

Seria isto possível? Pensamos que sim. E, pensamos ainda que é possível fazê-lo congregando a grande variedade de inovações que venham a ser criadas por esses novos estilos de vida.

Ao pensar em uma sociedade que funcione de forma diferente, é importante, e até necessário, que não se perca de vista a dimensão local porque é no conjunto de pessoas que vivem em situações semelhantes que as inovações têm maiores possibilidades de se concretizarem (Milton Santos:2001). No entanto, é preciso estar atentos para o fato de que, ao mesmo tempo, torna-se importante promover sistemas de conexão de conhecimentos e troca em geral. O uso devido e saudável das tecnologias da informação e da comunicação oferece para tal, grandes possibilidades. O uso da Internet pode colaborar em muito com o sistema de trocas. Mas, é preciso não perder a noção de que é na dimensão local que a ação da solidariedade social e econômica de um sistema de troca no qual a moeda não seja “fetichizada”, se concretiza teoricamente e praticamente.

E sempre é tempo de começar e de engrossar as trincheiras daqueles que já estão em marcha. O primeiro passo é, necessariamente, descolonizar o nosso pensamento. Não se trata de destruí-lo totalmente, mas fazer um esforço de trabalhá-lo dialeticamente, isto é, pensando em termos de continuidade e descontinuidade. Tendo a certeza de que é desse processo que vivemos hoje, que temos de construir o “novo”. Sabemos que o processo de construção do “novo” não é um processo puro, pois esse mesmo “novo” aproveita-se de um processo de transformação das coisas e idéias em curso, mas, ao mesmo tempo, ele irrompe subversivamente no existente.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sergio. *Governo, Empresa Estatal e Política Siderúrgica no Brasil* FINEP, 1977.
- ALVES, Gilberto Luis. *A Produção da Escola Pública Contemporânea*. Campo Grande, MS: UFMS; Campinas, SP: Autores associados, 2001.
- AMOROSO, B. *L'Europa e il Mediterraneo tra globalizzazione eco-sviluppo* in *Revista de Literatura, Arte e Società fra le regioni e la cultura del Mediterraneo* no 6, 2001.
- ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez, 1992
- ASCLRAD, Henri e LEROY, Jean-Pierre. *Novas Premissas da sustentabilidade e democracia*. in *Cadernos de Debate – Projeto Brasil sustentável e democrático* no.1 – Rio de Janeiro: Fase, 1999.
- ASCLRAD, Henri. *Sustentabilidade e Desenvolvimento: modelos, processo e relações* in *Cadernos de Debate – Projeto Brasil sustentável e democrático* no.4. Rio de Janeiro:Fase, 1999.
- ASSIS, Machado. *Esau e Jacob*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- ALTVATER, Elmar. *Os Desafios da Globalização e da Crise Ecológica para o Discurso da Democracia e dos Direitos Humanos* in *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*. (Vários autores), Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ANDERSON, Benedict. *As Promessas do Estado Nação para o início do Século* in *Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI* (Vários autores), Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro. *Por uma estratégia de Civilização* in *Razões e ficções do desenvolvimento*.São Paulo:UNESP/EDUSP, 2001. Abramovay, R. , Arbix, G. e Zilbovicius, M (org).
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro:Forense Universitária,1995
- ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento* Rio de Janeiro:Vozes, 1998.
- ARRUDA, E.E.; SOUZA, A.A.; LIMA, M.F.M.; PEREIRA, S.M. *Pesquisa sobre o viver da criança e do adolescente em Campo Grande/MS*. Universidade Federal MS, 1996 (no prelo).
- ARZABE, Patrícia Helena.*O direito à proteção contra a pobreza e a exclusão social*. São Paulo:USP, 2001.
- ASSIS, José Chacon. *Brasil 21 - uma nova ética para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro:CREA, 1999.
- ATTAC. *Le développement a-t-il un avenir?* Paris: Colecion Mille et une nuits Fayard, 2004.
- ATHALY, Jacques. *L'homme nomade*. Paris:Fayard, 2003.
- AVENA, Armando. *A última tentação de Marx*. Relume Dumará, 1998.
- BAREL, Yves. *Le paradoxe et le système – essai sur le fantastique social*. Grenoble: Presse Universitaire de Grenoble, 1979.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização. As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro:Zahar, 1999.
- BECK, Utrillo. *Il rischio della libertà*. Bologna:Il Molino, 2000.

BENAKOUCHE, Tâmara. *O ensino técnico brasileiro face a globalização: entre a inclusão e a exclusão* in Warren, Ilse, Scherer e Ferreira (orgs) *Transformações sociais e dilemas da globalização*. São Paulo:Cortez, 2002.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Educação para a democracia* in Lua Nova - Revista de Cultura e Política no 38, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras escolhidas. São Paulo:Brasiliense, 1994.

BERMANN, Célio e MARTINS, Osvaldo. *Sustentabilidade energética no Brasil -limites e possibilidades para uma estratégia energética sustentável e democrática* in Cadernos Temáticos – Projeto Brasil sustentável no 1. Rio de Janeiro: Fase, 2000.

BERNARDO, João. *Estado – a silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.

BICUD, Raphael. *Conjuntura Macroeconômica*. Resenha DESEP no 14 DESEP/CUT, Fev/Mar 1999.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade – para uma teoria geral da política*. São Paulo:Paz e Terra, 1986.

BORBA, Ângela e GOULART, Cecília. *As diversas expressões e o desenvolvimento da criança na escola*. Mimeo. MEC, 2006.

BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas*. Vol II. Buenos Aires:Emecé, 1989.

BRILLAT SAVARIN. *A Fisiologia do Gosto*. São Paulo:Companhia das Letras, 1995.

BRUNO, Lúcia. *Reestruturação Capitalista e Estado* in Oliveira, Dalila e Duarte, Mariza. *Política e trabalho na escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *Educação e Trabalho no capitalismo contemporâneo*. São Paulo:Atlas, 1996.

BUCCI, Eugenio e KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre a televisão*. São Paulo:Boitempo, 2004.

CAMPOS, Roberto. *Além do cotidiano*. Rio de Janeiro:Record, 1985.

CASTEL, Roberto. *As armadilhas de exclusão* in Bogus, Lúcia; Yasbeck, Maria; Wanderlei, M.B. São Paulo: Educ, 1997.

_____. *Metamorfose do Estado*. Petrópolis, RJ:Vozes, 1996.

CASTRO, Ramon Pena. *Guia para leitura do Capital*. Coletivo da Universidade de Berlim. Lisboa: Antídoto, 1978.

CESAR, Miguel. *O índice de desenvolvimento humano no Brasil: uma proposta conceitual*. Revista Proposta no 73, Jul/Ago:Fase, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *Ideologia neo liberal e Universidade* in Oliveira, F. e Paoli, M. (orgs) *Os sentidos da democracia – Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes, 1999.

CHESNAIS, F. *A mundialização do Capital* São Paulo:Scritta, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *Global Falsehoods: How the World Bank and UNDP distort the figures on global poverty*. Jan, 1999.

- CIAVATTA, Maria Aparecida F. *Qualificação e formação ou educação profissional? Pensando além da semântica* in Contexto e Educação, ano 13, no 5, jul/set. UNIJUI, 1998.
- CLASTRE, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro:Francisco Alves, 1978.
- COHEN *Richesse du Monde – Pauvretés des Nations*. Paris:Flammarion, 1997.
- COMELIAN, Christian (org). *Brouillons pour l'avenir. Contribution aux débats sur lês alternatives*. Genève:Lês Nouveaux Cahiers de l'UED no 14; Paris:PUF, 2003.
- COMPARATO, Fábio Konder *Sentido e evolução dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- COSTA, Sérgio. *Teoria Social, Cosmopolitismo e as Sociedades pós-nacionais* in Warren, I.S. e Ferreira, J.M.C. (orgs) *Transformações sociais e dilemas da globalização*. São Paulo:Cortez, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- _____. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *A dualidade de poderes – Resenha crítica de algumas teorias marxistas do Estado e da Revolução Socialista – Seminário de Doutorado*. Rio de Janeiro:IUPERJ, 1983.
- _____. *“Marxismo e Política – a dualidade de poder e outros ensaios”*. São Paulo:Cortez, 1994.
- COUTINHO, Joana Aparecida. *O papel das ONG's*. Revista Espaço Acadêmico, ano III, no 24, maio 2003.
- D'APICE, Carmela. *‘La Scala móbile dei Salari - proposta 24* Roma Editrice Lindacale Italiana ano II Fev 1975.
- DUBET, François. *As desigualdades multiplicadas*. RS:Ed.Unijuí, 2003.
- DUPAS, Gilberto. *Economia Global e exclusão social – pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DURRIGUETTO, Maria Lúcia. *Democracia: polêmicas, confrontos e direcionamentos – Tese de Doutorado UFRJ* 2003.
- ELIZALDE HEVIA, Antônio. *“Satisfacion de necesidades humanas para una vida digna*. Mimeo.
- ENGELS, Frederick. *El origen de la família, la propiedad privada y el Estado* in MARX y ENGELS. *Obras Escogidas*. Tomo II. Havana:Política, 1963.
- _____. *“Introduction (de 1895)”* in MARX, K. *Les luttes de classes en France*. Paris:Éditions Sociales, 1974.
- FIDALGO, Fernando. *Empregabilidade e Competência: Inserção Perversa e Precariedade* in Boletim do NEDDATE (Núcleo de Estudos, Documentação e dados sobre Trabalho e Educação). Ano VI,no 8/9, jan/dez 2001
- FONTES, Virgínia. *A reflexão histórica e o Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil – Revista Proposta* no 73, Fase 1997.
- FORRESTER, Vivianne. *O horror econômico*. São Paulo:UNESP, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Trabalho e educação – formação técnico-profissional em questão*. Revista Universidade e Sociedade no 5, Jul 1993.

_____. *Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional* in GENTILE, Pablo (org). *Pedagogia da Exclusão*. Petrópolis:Vozes, 1997.

_____. *Educação como capital humano: uma teoria mantenedora do senso comum* in FRIGOTTO “A produtividade da escola improdutiva”. São Paulo:Autores associados, 1984.

_____. *Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito* in FRIGOTTO (org). *Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século*. Petrópolis:Vozes, 1998.

FREITAS, Marcos César (org). *A reinvenção do futuro*. São Paulo:Cortez, 1999.

FREUD, Sigmund. *O mal estar da civilização*. Rio de Janeiro:Imago Ltda, 1997.

FROM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1967.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1968.

_____. *O Capitalismo global*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1999.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

GREENE, Francis e NORE, Peter. *A economia – um anti texto*. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GORZ, André. *La ideologia del coche*. in Utopia ano 2, no3, Buenos Aires, 1986.

_____. *Miséria do Presente, Riqueza do Possível*. São Paulo:Annablume, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Maquiavel e a política do Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1978.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GUEDES, Armênio. *A crise do socialismo*. São Paulo:Gazeta Mercantil. Ensaio-Forum, 1982.

HELLER, Agnes. *Marxisme et Démocratie*. Petite Collection. Paris:Maspero, 1982.

_____. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1985.

_____. *Para mudar a vida*. São Paulo,Brasiliense, 1982.

HEGEL, G.W. Frederich. *Fenomenologia do Espírito*. Coleção Os Pensadores. V. 30. São Paulo:Abril Cultural, 1974.

HIRSCHMAN, Albert.O. *As paixões e os interesses:argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1979.

HOBES, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Coleção Os Pensadores. Vol.XIV. São Paulo:Abril Cultural, 1974.

JANNUZZI, Pablo Martino. *Indicadores sociais no Brasil – conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas, SP: Alínea 2001.

KEHL, Maria Rita. *Fetichismo* in Bucci, Eugênio e Kehl, M.R. *Videologia*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo:Boitempo, 2004.

- KONDER, Leandro. *Os sofrimentos do Homem burguês*. São Paulo:SENAC, 2000.
- _____ e BETTO, Frei. *O indivíduo no socialismo*. São Paulo:Perseu Abramo, 2000.
- _____ *Curso de Filosofia – 2º Módulo – Projeto de desenvolvimento cultural*. ELETROBRÁS, 1989.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1976.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo, HUCITEC/UNESP 1999.
- LAFER, Celso. *A reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo:Companhia das Letras, 2001.
- LASCH, Christopher. *La culture du narcissisme*. Castelnau-le-Lez Climats, 2000.
- LAVAL, Christian e TASSI, Regine. *L'économie est l'affaire de tous. Nouveaux Régards*. Paris: Institut FSU&ATTAC. Abr, 2003.
- LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo:Cortez, 2001.
- LEIS, Hector. *Cidadania e globalização: novos desafios para antigos problemas* in Warren e Ferreira *Transformações sociais e dilemas da globalização*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LENIN, Wladimir I. *Obras Escogidas*. 3 Tomos. Moscou, 1970.
- LEONTIEFF, W. *La distribution du travail et du revenu*. Pour la Science no 61, avril, 1982.
- LEROY-BEAULIEU, Paul. *Précis d'économie politique*. Paris. Librairie Ch. Delagrave, 1887.
- LIPOVETSKY, G. *Tempo contra Tempo ou a Sociedade hipomoderna* in LIPOVETSKY e CHARLES,S. *Os tempos hipomodernos*. São Paulo:Barcarolla,2004.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado de Governo*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- LUZURIAGA, Lourenço. *História da Educação Pública*. São Paulo:Nacional, 1959.
- MALTHUS. *Princípios de Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MAGALHÃES, Francisco B. *História Econômica*. São Paulo:Sugestões Literárias, 1970.
- MANACORDA, Mario. *O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre:Artes Médicas, 1990.
- MARSHALL, Alfred.
- MARX, Karl. *Introdução à economia política*. Coleção Os Pensadores. São Paulo:Abril Cultural, 1978.
- _____ *O Capital – Livro I, vol I*, Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1968
- _____ *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte- parte I*. Paris:Editions Sociales, 1976.
- _____ *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* in FROM, Eric. *Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1967.
- _____; ENGELS, Frederick. *Manifesto del Partido Comunista* in MARX y ENGELS. *Obras Escogidas*. Tomo I, 1963.
- MENDONÇA, Eduardo Lins. *A pobreza no Brasil: medidas e sentidos*. Dissertação do Mestrado apresentado ao programa de pós graduação em planejamento urbano e regional do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ. Rio de Janeiro, Mar 2000.

- MÉSZÁROS, Istvan. *O século XXI – socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *A necessidade do controle social*. Cadernos Ensaio – pequeno formato II – São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. Cadernos Ensaio – pequeno formato V – São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *Para além do capital*.
- MICHÉA, Jean Claude. *Impasse Adam Smith – breves remarques sur l'impossibilité de dépasser le capitalisme sur la gauche*. Castelnau-le-lez: Climats, 2002.
- MILL, John Stuart. *Princípios de Economia Política*. Livro I. Cap. XIII. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MODRZHINKAYA, E. e STEPANIAN, T. (orgs). *El futuro de la sociedad*. Moscou: Progreso, 1973. (tradução Roberto Carillo).
- MORE, Thomas. *L'utopie*. Paris: Nouvel Office d'Edition, 1965.
- NEGRO, Helio e LEURENROTH, Edgar. *O que é o Maxismo ou Bolchevismo*. São Paulo, 1919.
- NEVES, Lucia Maria W. (org) *A nova Pedagogia da Hegemonia – Estratégias do Capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- NOVAES, Adauto. *Sobre tempo e história* in NOVAES, Adauto (org) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NOVE, Alec. *A economia do socialismo possível*. São Paulo: Ática, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco. *A Vanguarda do Atraso e o Atraso da Vanguarda - globalização e neo liberalismo na América Latina* in *O surgimento do Anti-Valor*. Petrópolis: Vozes 1998.
- _____. *Os direitos do Anti-Valor*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PACHECO, Tânia. (org). *Seminário Linha de Dignidade: construindo a sustentabilidade e a cidadania*. Rio de Janeiro: Fase, 2004.
- PAUGAN. *La desqualification sociale*. Paris: PUF, 2002.
- PERRAULT. *O livro negro do capitalismo*. São Paulo: Record, 2000.
- POCHMAN, Mauro. (org) *Atlas da exclusão social no Brasil 2 – dinâmica e manifestação territorial*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. e AMORIM, R. (orgs) *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação – as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PONCE, Aníbal. *A educação e luta de classes*. São Paulo: Cortez, 1983.
- PRIGOGINE, Illya. *Dos relógios às nuvens* in SCHNITMAN, Dora F. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PROCENGE. *Planejamento – suas relações com a noção de futuro* – Caderno no 5. Recife, 1979.
- _____. *Organização instrumento de ação coletiva* – Caderno no 13, Recife 1986.
- RADICE, Lucio L. *Um socialismo a inventar*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do caos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Coleção Os Economistas. São Paulo:Abril Cultural, 1982.
- RIST, Gilbert. *Le développement - Histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presse des Sciences Po, 2001.
- RIVERO, Oswaldo. *Le mythe du développement – Les économies non viable du XXI siècle – Enjeux Planète*. Paris:Foundation Charles Léopold Mayer, 2003.
- RODRIGUES, José. *Da Teoria do Capital Humano à empregabilidade: um ensaio sobre as crises do Capital e a educação brasileira*. Revista Trabalho – Educação, Belo Horizonte, Ago/Dez 1997.
- _____. *A educação politécnica no Brasil*. Niterói:EDUFF, 1998.
- ROSDOLSKY. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto – UERJ, 2001.
- RUMMERT, Sonia Maria. *Educação e Identidade dos Trabalhadores: as concepções do Capital e do Trabalho*. São Paulo:Xamã;Niterói:Intertexto, 2000.
- SACHS, Ignacy. *Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política* in Abramovay; Arbix e Zilbovicius (orgs).“*Razões e ficções do desenvolvimento*”. São Paulo:UNESP/EDUSP, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A reinvenção solidária e participativa do Estado* – Seminário Internacional Sociedade e Reforma do Estado – MARE/Brasília, Mar 1988.
- _____. *Reinventando a democracia* in HELLER, Agnes et alli *A Crise dos Paradigmas em Ciências Social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo:Nobel, 1987.
- _____. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. São Paulo:Record, 2001.
- _____. *A natureza do espaço – técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo:UCITEC, 1999.
- SARAMAGO, José. *A Caverna*. São Paulo:Companhia das Letras, 2002.
- SATURNINO BRAGA, Roberto. *Entre séculos – textos políticos*. Rio de Janeiro:Contraponto, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica*. Campinas:Autores Associados, 2005.
- SAY, Jean Baptiste. *Tratado de Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo:Abril Cultural, 1983.
- SCHLESING, Sergio. *A cesta básica no Brasil*. Mimeo, 2001.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SÊNECA, Lucio. *Da brevidade da vida*. Lisboa:Coisas para ler, 2004.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter*. São Paulo:Record, 2000.
- SIQUEIRA, Ângela. *O novo discurso do Banco Mundial e o seu mais recente Documento de Política Educacional*. Mimeo, 2004.
- SMITH, Adam. *A riqueza das Nações – investigação sobre sua natureza e suas causas* Coleção Os Economistas. São Paulo:Abril Cultural, 1993.
- STIGLITZ, Joseph. *La grande désillusion*. Paris:Fayard, 2002.
- TESTACT, J. *L'intelligence scientifique en partage*. Le Monde diplomatique. Fev, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Coleção Os Pensadores. Vol XXIX. São Paulo:Abril Cultural, 1973.

TODD, Emmanuel. *L'illusion économique*. Paris:Gallimard, 1999.

VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento sustentável – o desafio do século XXI*. Rio Janeiro: Garamond, 2005.

VIANNA, Pedro Marcos. *Laïcité: Réfléchir pour savoir garder” in Migrations-Société – Revue bimestrelle du CIEMI*. Vol. XVI; no 96, nov-dec 2004.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *A ideologia do desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro:ISEB, 1956.

VIVERET, Patrick . *Réconsiderer la richesse*. Paris:l’Aube, 2005.

_____ *Pourquoi ça ne va pas plus mal?* Paris:Fayard, 2004.

WALRAS, Auguste. *Da natureza da riqueza e da origem do valor*. Coleção Os Economistas. São Paulo:Abril Cultural, 1983.

WALRAS, Leon. *Compêndio dos elementos de Economia Política Pura* . Coleção Os Economistas. São Paulo:Abril Cultural, 1983.

WERNECK, Maria Lúcia. *O imperativo político da erradicação da miséria* in *O Rio pensa o Brasil – Agenda Pública do novo século – Ciclo de debates*. Parte I, 1999. Rio de Janeiro:FAPERJ, 2001.